

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

EDUARDO ZONS GUIDI

**VICTOR ANTÔNIO PELUSO JÚNIOR:
PIONEIRO DA GEOGRAFIA
CATARINENSE**

Tese apresentada como requisito à obtenção do grau de Doutor em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da Prof^a Dr^a. Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira.

**FLORIANÓPOLIS
2010**

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmãos pelos encontros adiados, mesmo sabendo que nada recompensa o tempo perdido.

Ao Bruno, filho que tanta alegria me traz.

À Lu, minha companheira, pelo conforto de sua companhia.

Aos colegas do Departamento de Geociências da UFSC.

À competente e enérgica Marly, secretária e motor da Pós-Graduação em Geografia, sempre resolvendo rapidamente os trâmites burocráticos.

Aos amigos geógrafos ligados à linha de pesquisa de Formação Socioespacial, pelo apoio, pelas discussões e pelas oportunidades a mim oferecidas.

Ao professor Dr. José Messias Bastos e ao colega Miguel (in memoriam) pela força empreendida para que eu fosse contemplado com a bolsa de pesquisa.

Ao colega e amigo professor Dr. Marcos A. Silva, pelas constantes discussões e provocações, e pelos comentários sobre os capítulos iniciais da tese.

A CAPES pelo indispensável apoio financeiro, sem o qual dificilmente poderia ter realizado a pesquisa.

Em especial: ao professor Dr. Armem Mamigonian, brilhante pensador e excelente mestre, pela sugestão do tema e pelo incentivo ao trabalho;

Minha maior gratidão, à Prof^a Dr^a Raquel, por ter aceitado a difícil tarefa de me orientar e manter a orientação, em um momento tão delicado de sua vida.

Se Deus é as flores e as árvores
E os montes e sol e luar.
Então acredito nele a toda hora.
Mas se Deus é as árvores e as flores
E os montes e o luar e o Sol,
Para que lhe chamo eu Deus?
Chamo-lhe flores e árvores e montes e sol e luar.

Fernando Pessoa

SUMÁRIO

RESUMO..... VIII

ABSTRACT..... IX

INTRODUÇÃO..... 01

**1 VIDA E OBRA DE VICTOR ANTÔNIO
PELUSO JÚNIOR16**

1.1 As Origens 16

1.2 A Cidade 20

1.3 Fundamentos da Formação Intelectual de
Victor Peluso Jr.30

1.4 O Instituto Politécnico de Florianópolis ...35

1.5 O Início da Vida Profissional.....42

1.6 O Conselho Nacional de Geografia.....45

1.7 A Participação de Peluso Júnior na
Campanha das Coordenadas Geográficas
.....49

1.8 O Departamento Estadual de Geografia e
Cartografia53

1.9 A Vida Acadêmica56

1.10 Produção Científica.....62

2 PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO DA GEOGRAFIA NO BRASIL68

- 2.1 O Desenvolvimento da Geografia Científica no Brasil72
- 2.2 A Geografia Brasileira e a Primeira República78
- 2.3 A Fase Científico-Institucional87
- 2.4 A Geografia em Santa Catarina105

3 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA TRAJETÓRIA DE PELUSO JÚNIOR – PRIMEIRA FASE (1940-1945)108

- 3.1 O IX^o Congresso Brasileiro de Geografia 108
- 3.2 Os Primeiros Estudos Geográficos de Peluso Júnior120
- 3.3 Os Concursos Anuais de Monografias Municipais 140
- 3.4 Outros Estudos Significativos Dessa Fase Produtiva165

4 PRODUÇÃO CIENTÍFICA – 2ª FASE (1946-1953) 181

- 4.1 Paisagens Catarinenses.....187
- 4.2 Outros Estudos208

5 NOVOS HORIZONTES PROFISSIONAIS	222
5.1 Secretário de Estado	224
5.2 O Plano Estadual de Obras e Equipamentos (POE)	231
5.3 Uma Nova Fase Produtiva	240
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	261
7 REFERÊNCIAS	268
8 ANEXO	283

RESUMO

O presente trabalho analisa a trajetória intelectual e profissional de Victor Antônio Peluso Júnior, nascido em Florianópolis, em 1909, e falecido em 1994. Por meio dele procura-se demonstrar a estreita relação entre a sua vida profissional e a intelectual, as quais se desenvolvem em perfeita simbiose, evidenciando que os avanços em suas pesquisas sofrem a influência dessa interdependência. Percebe-se que círculos de afinidades com outros intelectuais foram surgindo em consequência de sua vinculação a diferentes instituições nas quais exerceu importantes atividades profissionais. Observa-se como a vida de Peluso Júnior foi intensamente dedicada a servir o estado de Santa Catarina, através de sua atuação como servidor público. O exercício de elevadas funções na administração estadual permitiram uma estreita relação com o poder executivo catarinense. Os levantamentos para a Campanha das Coordenadas Municipais do Conselho Nacional de Geografia, a atuação no Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, as Secretarias de Estado, o Plano de Obras e Equipamentos, a Política de Desenvolvimento Urbano de Santa Catarina, fazem parte da lista de atribuições profissionais desse incansável geógrafo. No decorrer da pesquisa foi possível constatar também a clara percepção que Peluso Júnior tinha acerca do papel do intelectual perante o governo. Estudar a geografia de Santa Catarina não representava para ele apenas exercício mental ou satisfação de sua curiosidade, era, antes de tudo, uma oportunidade para conhecer cada vez mais o estado para melhor servi-lo. Por isso, o trabalho procura ressaltar suas qualidades como homem público. Peluso Júnior não se destacou apenas no funcionalismo público estadual, mas também em suas atividades como professor na Universidade Federal de Santa Catarina, nas Presidências do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, da seção brasileira da União Geográfica Internacional e da Associação dos Geógrafos Brasileiros, bem como em sua passagem pelo Conselho de Cultura do estado e como membro da Academia Catarinense de Letras.

ABSTRACT

This work analyses the professional and intellectual trajectory of Victor Antonio Peluso Junior, born in Florianópolis, in 1909 and dead in 1994. It seeks to show that the relationship between his professional life and the intellectual one, develops simultaneously in a perfect symbiosis, showing that the progress reported in his researches are under influence of interdependency. It is possible to realize that the affinity circles were emerging among different institutions with ones he kept professional relationship. Observed how the Peluso Junior life was intensely dedicated to serve the State of Santa Catarina. His professional activities, in the public functionalism, kept close relationship with the state executive. The researches to the Municipal Coordinates Campaign of the National Geographic Council, his acts in the Geography and Cartography Department of the state, the state departments, the Building and equipments Plans, the Politic of Urban Development of Santa Catarina, all these jobs are in a list of professional tasks of this untiring geographer. It is possible to verify also the clear perception that Peluso Junior had in relation of the intellectual role to the government. Study Geography in Santa Catarina was not to him just mental exercise or satisfaction of his curiosity, it was, before everything, to know more and more the state to better serve the State. Therefore, this search looks to emphasize like a public man. In this work there is not just a highlight in the Public Functionalism of the State. But also in his activities as a professor in Santa Catarina Federal University, as a President of the History and Geography Institute of Santa Catarina, as a President in the Brazilian section of International Geographic Union and in the Brazilian Geographer association, as well as a passage in the Culture Council of the State and as a member of Catarinense Letters Academy.

A Geografia para mim não foi apenas disciplina escolar; fiz dela o interesse intelectual de minha vida. Vivo como geógrafo, penso como geógrafo. E a terra, como a gente que nela vive, ensina-me, e mantém este ensinamento, que merece ser vivida e amada.

Victor Antônio Peluso Júnior

INTRODUÇÃO

O intuito deste trabalho é o de analisar a trajetória intelectual do geógrafo e professor Victor Antônio Peluso Júnior, nascido em 5 de julho de 1909, em Florianópolis, e falecido em 21 de abril de 1994.

Apesar de muito respeitado no círculo profissional e acadêmico, durante sua vida, anos depois de sua morte, sua obra tem sido pouco estudada e discutida no meio acadêmico. Mesmo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde lecionou de 1962 até a aposentadoria compulsória, em 1979, pouco se ouve falar de sua vida e, principalmente, de seus inúmeros trabalhos. Parte importante de seus estudos encontra-se reunida em dois livros – *Aspectos Geográficos de Santa Catarina e Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina* –, publicados em 1991, por iniciativa do Departamento de Geociências da UFSC em parceria com o estado. A utilização desses estudos é muito restrita, inclusive por parte dos professores e alunos do curso de Geografia das universidades do estado de Santa Catarina, nas quais apenas um pequeno e seletivo grupo faz uso da bibliografia deixada por este eminente geógrafo catarinense.

Em 2009, ano do centenário de nascimento do professor Peluso, algumas homenagens lhe foram prestadas, tanto por parte da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – núcleo de Florianópolis –, quanto pelo Departamento de Geociências da UFSC e pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Infelizmente, foram comemorações isoladas e desarticuladas, que ficaram muito aquém do que seria uma justa homenagem a essa importante figura que tanto contribuiu com o seu trabalho para o desenvolvimento do estado e da geografia de Santa Catarina.

A despeito de ser pouco reconhecida, deve-se ressaltar também a importância do ilustre geógrafo para a consolidação e o desenvolvimento da geografia científica, em Santa Catarina, e no Brasil, por si só merecedora de uma investigação mais profunda. Assim, a ideia do presente trabalho é contribuir para o resgate da história profissional e da produção intelectual de Peluso. O estudo assume relevância por se tratar de uma tese apresentada ao programa

de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); curso que ao ser implantado contou com a presença pioneira do professor Peluso, um dos fundadores do Curso de Especialização em Geografia, iniciado na UFSC, na década de 1970 e que serviu de embrião do atual programa.

O trabalho tem como escopo, antes de tudo, analisar a obra geográfica de Victor Peluso Júnior, encarando, como principal preocupação, a relação entre a sua vida intelectual e a profissional, desenvolvida por mais de meio século, período durante o qual suas atividades profissionais permitiam-lhe manter contato direto com a realidade física e social catarinense. Esse convívio oportunizou a realização de diversos estudos sobre a geografia e a história do estado de Santa Catarina – estudos diferenciados quanto à temática, escala de análise, metodologia, etc. A grande bagagem geográfica, adquirida durante sua vida profissional, foi de fundamental importância para a execução das atividades desenvolvidas junto aos órgãos públicos em que colaborou, ocupando alguns dos mais elevados cargos da administração estadual.

Essa estrada de mão dupla, essa relação dialética entre conhecimento empírico da realidade catarinense e as atribuições profissionais assumidas por Peluso Jr. como geógrafo ligado ao serviço público estadual, define a linha central da tese. Deve-se avisar ao leitor que não se trata de um estudo biográfico no sentido estrito. Por outro lado, o etapismo e o sentido cronológico presentes no trabalho não significam necessariamente o resultado do método de análise empregado, mas uma forma discursiva, preocupada, acima de tudo, com a apresentação didática do conteúdo. É mais um subterfúgio para que o leitor possa se situar frente aos acontecimentos. A intenção principal do trabalho não é descrever a história cronológica da vida de Victor Peluso Júnior, ou apresentá-la como se fosse um caminho cheio de encruzilhadas; o fundamental aqui é verificar a evolução dos seus estudos, relacionando-os, por um lado, com o contexto histórico; por outro, com os círculos de afinidades intelectuais, textuais e profissionais que de alguma forma tenham exercido alguma influência na trajetória desse geógrafo.

Entre outros aspectos, a análise aqui apresentada busca possíveis implicações entre o trabalho que estava sendo executado por Peluso, no serviço público, e as diferentes temáticas abordadas em seus estudos. Ao mesmo tempo procura-se identificar a

metodologia empregada, em diferentes trabalhos, com o nível de desenvolvimento da geografia brasileira, em períodos específicos. Cabe destacar que esse não é o único viés exploratório da pesquisa, mas, no entanto, acabou constituindo a sua via principal.

Diante da complexidade da obra “pelusiana”, que, sem dúvida, decorre de múltiplas determinações, a análise de seus diferentes estudos não pode ser efetuada descolada do contexto histórico e social brasileiro e catarinense em particular, pois é preciso ter em mente que uma visão “internalista”, ou seja, uma visão que leve em consideração apenas os aspectos internos da ciência geográfica, tenderiam, como diz Berdoulay (2003), a enfatizar uma evolução linear das ideias, com pouca atenção para o contexto histórico.

Assim, constata-se que na primeira fase, seus estudos são frutos da relação “dialética” representada pela convivência que manteve com importantes membros do Conselho Nacional de Geografia (CNG), entre eles: J. Delgado de Carvalho, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Lúcio de Castro Soares e José Veríssimo da Costa Pereira¹, desde a fundação da instituição, em 1937, e por suas constantes viagens pelo estado de Santa Catarina, quando do levantamento das coordenadas municipais (1939-45). Segue-se uma segunda fase (1945-1953), período no qual dirigiu o Departamento Estadual de Geografia e Cartografia (DEGC); esta pode ser considerada uma das fases mais intensas quanto à quantidade e qualidade das suas pesquisas, quando continuava mantendo contato com o CNG, mas aumentava a sua convivência com intelectuais do próprio estado. A terceira fase (1953-1960) corresponde ao período em que passou pelas Secretarias de Estado, assinalado pelo intenso trabalho no governo, quando colaborou com a construção do projeto político da UDN, sendo o responsável pela elaboração e condução do Plano de Obras e Equipamentos (POE). Nesse momento, entretanto, manteve-se praticamente afastado de suas atividades de pesquisador. A quarta fase (1961-1979) corresponde ao tempo dedicado à docência na UFSC. Ainda nesse período, entre outros afazeres, coordenou a elaboração do diagnóstico para a *Política de Desenvolvimento Urbano para o Estado de Santa Catarina* (PDU) (1971-74) e concluiu seu doutorado em Geografia (1976). Por

¹ Encontram-se detalhes sobre esses membros do CNG, na segunda parte da tese.

último, destaca-se uma quinta fase (1979-1991), iniciada no momento em que, aposentado da universidade, passa a concentrar todo o seu esforço na reestruturação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), do qual era presidente desde 1971.

Na interpretação dessa ligação direta entre o profissional e o intelectual Peluso busca-se, igualmente, estabelecer uma ligação entre as distintas fases produtivas e a conjuntura socioeconômica, ao mesmo tempo em que se procura confrontar a sua relação, como pesquisador, com o campo intelectual com o qual mantém estreito contato. Assim, a relação produção-contexto aparece como a forma mais adequada para o processo de análise da vida e obra de Peluso Jr., o que permite sublinhar, entre outros aspectos, algumas diferenças e similitudes entre os seus estudos e o de outros geógrafos contemporâneos.

A formação intelectual de Peluso ocorre em um momento paradigmático na transformação das forças produtivas no Brasil. Daí a necessidade de interpretá-la em consonância à evolução do país. Para tanto, a teoria da Dualidade Brasileira do economista Ignácio Rangel, baseada na ideia dos ciclos longos de Kondratieff e dos ciclos curtos juglarianos foi de extrema relevância. Com base nesse arcabouço teórico, pode-se, então, realizar análises conjunturais acerca das especificidades internas da sociedade brasileira, como também sobre os reflexos da situação socioeconômica mundial sobre o país. Esse embasamento permitiu situar os acontecimentos dentro de um contexto mais amplo.

O período pós-1930, em que ocorrem modificações profundas na estrutura social do país, em virtude do desenvolvimento capitalista, serviu como ponto de partida no caminho a ser seguido. Conforme se poderá constatar, a nova estrutura produtiva, que começa a ser construída nesse período, dá origem a uma variada gama de atores sociais, compondo novos grupos, que promovem grandes modificações socioeconômicas em todo o país. Tais modificações operam um diversificado rol de inovações e de novas relações sociais. Entre estas, uma questão se torna crucial: Que papel caberia aos intelectuais diante das novas condições impostas pelo desenvolvimento econômico brasileiro?

Uma das mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1989, p. 9).

Como a base industrial brasileira, nas primeiras décadas do século XX, era modesta, a superestrutura não era ainda tão complexa. A classe dominante era representada até 1930 pelos latifundiários agroexportadores, razão pela qual a maioria dos intelectuais tinha suas origens ligadas à aristocracia rural, à qual se somava parcela de religiosos e militares, procedentes de outros extratos sociais. Todavia, deve-se ter em conta, como assinala Gramsci (op. cit., p. 21), que o clero e a casta militar eram duas categorias de intelectuais, que, nos países latino-americanos, se encontravam “fossilizadas segundo o modelo da mãe-pátria européia”.

O novo Estado brasileiro, pós-1930, comandado por Getúlio Vargas, necessitava urgentemente de uma nova classe de intelectuais orgânicos, uma vez que as mudanças sociais, políticas e econômicas postas em marcha, clamavam por inovações no conjunto da inteligência do país. Medidas, nesse sentido, foram tomadas; basta verificar a grande quantidade de intelectuais que, das mais diversas formas, foi cooptada e colocada estrategicamente em postos-chave do governo². Vale salientar que, até meados da Primeira República, a formação da intelectualidade tinha como lugar as Faculdades de Direito; na época os principais centros de produção ideológica.

² Como exemplos: Lúcio Costa, na direção da Escola Nacional de Belas Artes; Manuel Bandeira, em 1931, presidiu o Salão Nacional de Belas Artes; José Américo de Almeida, em 1932, assumiu a pasta de Viação e Obras Públicas; Gustavo Capanema, em 1934, o Ministério da Educação e Saúde Pública, sendo Carlos Drumond de Andrade seu Chefe de Gabinete; Mario de Andrade, em 1935, foi convidado para dirigir o Departamento de Cultura da Municipalidade de São Paulo (BASTOS, 2006, p. 140).

Entretanto, as últimas duas décadas desse período assistem a mudanças significativas nesse sentido.

A presença dos engenheiros nas áreas de estudos sociais, do pensamento político, da produção de obras pedagógicas, no exercício de cargos administrativos em instituições escolares ou entidades e associações corporativas, ou então, assumindo o trabalho executivo de implementar as reformas da instrução em curso, se explica, de um lado, pela formação humanista e letrada que subsistia nas escolas politécnicas desde os tempos do Império e, de outro, pelas transformações por que passava o mercado de postos destinados aos detentores de diplomas superiores. Ante as resistências que vinham encontrando os projetos que visavam introduzir as ciências sociais no currículo dos cursos jurídicos, os engenheiros dispunham de um mínimo de aptidões culturais para se lançarem em novas especializações do trabalho intelectual, tidas como carreiras subalternas, incapazes de atrair os bacharéis em direito e desviá-los das carreiras tradicionais (a representação parlamentar, a magistratura, o magistério superior, o jornalismo) (MICELI, 1979, p. 39).

É a partir desse contexto que se inicia a análise da trajetória intelectual de Victor Antonio Peluso Júnior, considerada fruto de múltiplas determinações que guiaram a relação entre a intelectualidade e o Estado brasileiro. Entretanto, de forma alguma, se imagina o resultado dessa união como um plano astutamente articulado. Acredita-se que o ocorrido não foi um projeto deliberadamente programado pelas forças políticas acerca do papel que deveriam assumir os intelectuais durante o período Vargas, ou mesmo depois dele.

Sabe-se que a partir dos anos 1920, com as revoltas dos jovens oficiais e a irreverência dos participantes da Semana de Arte Moderna, a inteligência brasileira passou por uma fase de

estruturação e renovação. Foi um período de busca por uma identidade comum e que levou a jovem intelectualidade, provinda de horizontes sociais e culturais distintos, a imprimir um caráter criativo ao seu pensamento. A inteligência brasileira, nesse momento, era composta não apenas por escritores, mas também por artistas das mais variadas áreas (músicos, pintores, artistas plásticos, etc.). Foi no bojo desse movimento intelectual, no início dos anos 1930, que surgiram as primeiras interpretações da história do Brasil de autores que aboliam o determinismo racial e/ou geográfico, como por exemplo: Gilberto Freire, Caio Prado Jr., Buarque de Holanda, etc.

Uma *intelligentsia* se constitui no Brasil, no início dos anos 20, num contexto de renovação e aspiração a reformas econômicas, sociais e políticas. Ela revoluciona os cânones estéticos, contesta a cultura dominante, busca suas raízes, valoriza o que é brasileiro, desespera-se pelo “atraso” cultural do país, interroga-se sobre as estruturas da sociedade, procura sua identidade social e tenta estabelecer uma ponte entre a modernidade e a modernização do país. Ela clama por reformas sociais que não sabe definir muito claramente, mas o que a atrai mais é a construção de uma *nação moderna*. Ela fala em seu próprio nome, “adverte” a nação, reivindica o direito de “ensinar, pregar e interpretar o mundo” [...], como dizia Mannheim a propósito das *intelligentsias* (MARTINS, 1987, p. 85).

Entretanto, um olhar sobre aqueles tempos mostra que “o moderno, o modernismo e a modernização nos chegam com os intelectuais separados do povo, em uma sociedade ainda não inteiramente exposta às transformações que o avanço do capitalismo provoca” (VIANNA, 2004, p. 203).

A trajetória intelectual de Peluso tem sua gênese no contexto do Estado Novo, influenciada em grande parte pela elite intelectual do CNG. Alguns membros daquele conselho tiveram participação ativa no processo de renovação intelectual dos anos 1920; entre eles encontram-se Delgado de Carvalho e E. Backeuser, ligados

diretamente à criação da Associação Brasileira de Educadores (ABE), em 1924. Ambos, portanto, protagonistas do processo de renovação intelectual que se viu cristalizado em movimentos como o Tenentismo e a Semana de Arte Moderna, ou ainda na criação do Centro Don Vital, do Partido Comunista Brasileiro e da ABE. Entretanto, o pensamento coletivo desses intelectuais, com exceção daqueles mais comprometidos com a ABE, não se adequava aos ditames de uma reforma social de base. Por isso, o projeto que acabou vigorando não era voltado para as massas, mas sim para a construção de uma elite esclarecida que leva à criação das universidades de São Paulo e do Brasil (USP e UB) cujo objetivo maior era fornecer estudo superior para as elites, em detrimento de uma reforma do ensino fundamental que desembocasse no ensino público e de qualidade para todos.

O Estado Novo teve como uma de suas mais importantes atribuições conduzir o país, atrasado social e economicamente, em direção a um sistema impulsionado e dirigido pela produção. Não foi por qualquer razão que, entre os vários ministérios que compunham o governo Vargas, o do Trabalho foi o pilar central da política socioeconômica; Vianna (op. cit.) denomina-o de “Ministério da Revolução”. A partir desse momento, os intelectuais foram incitados a ocupar os principais cargos do funcionalismo público, no intuito de racionalizar e dinamizar o serviço público.

Em Santa Catarina, essa mesma visão tinha sido objeto da proposta de José Boiteux, um intelectual de ação que, desde o início do século XX, lutou por dotar o estado das mais diversas instituições culturais. O afinco pela criação do Instituto Politécnico de Florianópolis (1917) é retrato fiel do seu ideal, pois, para ele, a instituição tinha como principal objetivo proporcionar mão-de-obra qualificada para o serviço público estadual. Foi exatamente nessa instituição que Peluso graduou-se engenheiro-geógrafo, em 1928. Tal título logo lhe possibilitaria o ingresso no serviço público, sendo um exemplo, desse modo, de realização concreta dos desígnios de Boiteux.

A graduação no Instituto Politécnico foi o ponto de partida para a trajetória profissional de Peluso. Todavia, o interessante é que, apesar da titulação adjetiva – engenheiro-geógrafo –, a sua função profissional não era nem de engenheiro, nem de geógrafo, mas relativa às atribuições que atualmente correspondem ao trabalho de

topógrafo. Porém, os engenheiros-geógrafos eram normalmente reconhecidos socialmente como engenheiros; mas dificilmente como geógrafos.

Peluso cedo mostrou predileções que o habilitaram a participar dos mais diferentes círculos intelectuais, em Santa Catarina, no Rio de Janeiro, no Brasil e até no exterior. Em 1930, associou-se ao IHGSC, naquele tempo a mais importante instituição cultural do estado, passando a frequentar suas reuniões e mantendo contato efetivo com os principais intelectuais catarinenses. No início dos anos 1940, cresce seu círculo de afinidades, contando agora também com os membros do CNG e de outras instituições culturais de Santa Catarina.

O 1º Congresso de História Catarinense, realizado em Florianópolis, em 1948, assim como o de Geografia, em 1940, representam um marco na trajetória da intelectualidade do estado. O congresso de história ocorreu em conjunto com a comemoração do segundo centenário do povoamento açoriano e serviu para atualizar a intelectualidade catarinense sobre as “novas” concepções nesta área do conhecimento, em franca oposição à História tradicional. Peluso Jr., além de apresentar quatro trabalhos, neste congresso foi o responsável pela organização da Exposição Histórica, Geográfica e Folclórica, bastante elogiada pelos participantes.

A partir da década de 1950, as transformações postas em marcha pelo Estado, assumem de vez o caráter desenvolvimentista. Nesse momento, o leque intelectual de Peluso se amplia, pelos contatos com outros geógrafos, decorrentes de sua participação em encontros da AGB e do CNG. Tais contatos levaram-no a ser escolhido presidente da Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional (UGI). Nesse cargo, conduziu o encontro mundial da entidade, realizado no Rio de Janeiro, em 1956. Foi nesse período também que construiu sólida amizade com outro grupo de geógrafos de renome nacional, como, Nilo³ e Lysia Bernardes⁴, Dora

³ Nilo Bernardes (1922-1991), geógrafo especializado em Geografia Agrária e processos de colonização. Trabalhou no IBGE entre 1944 e 1987 no Instituto Panamericano de Geografia e História. Foi também professor titular do Colégio e da Faculdade Pedro II e da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ). Faleceu em 1991, em trágico acidente juntamente com sua esposa Lysia Bernardes (ALMEIDA, 2000).

Romariz⁵, Hilgard Stenberg⁶, etc. Enquanto isso, em Santa Catarina seus principais interlocutores eram, entre outros, Oswaldo Cabral⁷, Theobaldo Costa Jamundá⁸ e, depois, a partir dos anos 1960, Walter Piazza⁹, com quem travou profunda amizade nos tempos em que lecionou na UFSC.

⁴ Lysia Maria Cavalcanti Bernardes (1924-1991), geógrafa especializada em planejamento regional e urbano. Trabalhou no IBGE (1944-1975) e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1959-1977). Foi a principal divulgadora no Brasil dos estudos do francês M. Rochefort. Ocupou cargos de direção no Ministério do Planejamento e do Interior, na instância federal e no estado do Rio de Janeiro (Idem).

⁵ Dora de Amarante Romariz, geógrafa brasileira. Ingressou no IBGE, em 1942, quando ainda cursava o Bacharelado em Geografia na UB. Pós-Graduada em Biogeografia no Canadá (1947), sob orientação de Pierre Danserau (biogeógrafo canadense que introduziu no Brasil os primeiros estudos sistemáticos de Ecologia e Biogeografia) (ALMEIDA, 2000).

⁶ Hilgard O'Reilly Sternberg, lecionou Geografia do Brasil na Faculdade Nacional de Filosofia, onde se graduou. Pioneiro brasileiro na realização de PhD em Geografia em universidades americanas. Foi discípulo de Carl O. Sauer. Lecionou em universidades americanas, entre elas a de Berkley, na qual ministrava cursos sobre o Brasil (MONTEIRO, 1980)

⁷ Oswaldo Rodrigues Cabral (1903-1978), médico, político, jornalista e historiador, natural de Laguna (SC). Formado em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Exerceu os cargos de Diretor do Hospital de Joinville e Diretor da Assistência Municipal, em Florianópolis. Publicava nos jornais da capital com o pseudônimo "Egas Godinho". Pertenceu aos IHGSC, IHGRS, IHGMG e IHGB. Membro das Academias de Letras de Santa Catarina, Paraná e Piauí. Teve participação na vida política como Deputado à Assembléia Constituinte Estadual como suplente convocado (1947/50), Deputado Estadual (1951/55) e Presidente da Assembléia Constituinte (1954) (GOMES, 1990).

⁸ Theobaldo Costa Jamundá (1914-2004) natural de Recife (PE). cursou Agronomia na Escola Superior de Agricultura e Pecuária da Passa Quatro (MG). Jornalista autodidata. Dirigiu a unidade de Letras da Fundação Catarinense de Cultura. Colaborou com diversas publicações entre as quais "A Notícia", "A Cidade de Blumenau", "Jornal de Ibirama" (SC) e "A Manhã" (RJ). Escreveu textos sobre Geografia, História, Sociologia, entre eles: *O Itajaí-Açú e Outras Águas* (1945); *Interpretação Regional do Município de Rodeio* (1948); *Anotações na Paisagem Rural* (1953); *História de Santa Catarina* (1970). Foi membro das Academias de Letras de Santa Catarina, Pernambuco e Piauí (WOLF, 1993).

⁹ Walter Piazza (1925-), historiador catarinense, natural de Nova Trento (SC). Lecionou história em vários educandários. Iniciou sua carreira no magistério superior na antiga Faculdade Catarinense de Filosofia, depois encampada pela UFSC. Sua primeira monografia "Nova Trento", escrita em 1950, homenageou os 75 anos da colonização italiana em SC. Produziu uma quantidade significativa de estudos, muitos publicados na forma de livros. É Doutor em História pela UFSC

Lucas Boiteux, com “*Notas para a História Catarinense*”, publicada em 1912, é considerado o maior divulgador da História catarinense; Oswaldo Cabral, com “*Santa Catarina, História e Evolução*”, de 1937, além de outras obras, é o extraordinário cronista; Walter Piazza, o mais novo deles, com “*Santa Catarina: sua História*”, publicado em 1983, marca a história desta fase da historiografia para a seguinte [...] Todos, porém, juntamente com outros nomes como Carlos da Costa Pereira, José Ferreira da Silva, Vidal Ramos, Victor Peluso Júnior, Theobaldo Costa Jamundá, Henrique Fontes e José Boiteux, são autores que se preocupavam com a suposta unidade cultural do estado, amarrada com os cordões do desenvolvimento e do progresso econômico e social e, talvez influenciados pelas novas concepções de Geografia e suas perspectivas, todos voltados para a história das regiões, dos municípios e das grandes instituições catarinenses (CORRÊA, 2003, p. 186).

Como se pode constatar, Peluso foi um importante intelectual catarinense, sendo incontestemente sua erudição, notória até no estilo dos seus textos. Não é tarefa fácil destacar as principais influências na formação de um intelectual deste nível; sendo assim, buscou-se ao longo da pesquisa apresentar os principais elementos que, de alguma maneira, possam ter influenciado na sua trajetória intelectual.

O primeiro capítulo da tese faz uma apresentação das origens de Peluso Júnior, ressaltando alguns aspectos familiares. Em seguida, apresenta as características da cidade de Florianópolis, na época de seu nascimento (1909), inserida no contexto socioeconômico do estado de Santa Catarina e do Brasil. Após, discorre sobre a formação escolar de Victor Antônio Peluso Jr., relacionando-a com

(1973). É membro dos Institutos Históricos e Geográficos de Santa Catarina, Bahia e São Paulo e da Academia Catarinense de Letras (MACHADO, 2000).

as modificações ocorridas no ensino público do estado, naquele período (1910-15). Na sequência, apresenta o Instituto Politécnico de Florianópolis, onde Peluso realizou seus estudos para engenheiro-geógrafo, entre os anos de 1926 e 1928. A partir daí, o capítulo enfoca sua trajetória profissional, totalmente dedicada ao serviço público estadual e federal, demonstrando que as diferentes funções, assumidas em vários órgãos, foram fruto de sua competência profissional. Outro item destaca a criação da Faculdade Catarinense de Filosofia e a sua participação, primeiro como aluno e, depois como professor, dessa instituição, que posteriormente deu origem à Universidade Federal de Santa Catarina. O capítulo termina apresentando, de forma cronológica, um rol dos seus principais estudos. A lista contempla apenas os textos publicados até 1994. Essa ressalva é importante visto que, em dezembro de 2009, quando esta tese já se encontrava em fase de conclusão, o IHGSC lançou o livro *“Geografia Botânica de Santa Catarina e Outros Estudos”*, formado por um conjunto de textos inéditos de Peluso. Assim sendo, a tese não pôde levar em consideração os dezenove novos textos apresentados nessa edição, muito embora tenha sido acrescentado um breve comentário sobre esses inéditos, em apêndice no final do trabalho.

Dentre os aspectos levantados acerca da trajetória de Peluso, o que mais se destaca são os desdobramentos de sua relação com os membros do CNG/IBGE. A análise por essa perspectiva exigiu um estudo mais aprofundado sobre a gênese e a evolução da geografia no país; assunto que levou a um mergulho na história do pensamento geográfico brasileiro. Este exame detalhado da Geografia no Brasil deu origem à segunda parte desta tese, totalmente dedicada à institucionalização da geografia em nosso país.

O segundo capítulo apresenta, inicialmente, um levantamento do conhecimento geográfico do país, em bases pré-científicas, com destaque para os relatos de viajantes, funcionários da Coroa, religiosos, militares, etc., sobre aspectos da natureza e da sociedade desde o descobrimento até meados do século XIX. Cabe salientar que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma das primeiras instituições de caráter científico no país foi fundado em 1838. Ao contemplar o desenvolvimento da geografia científica no Brasil, o estudo distingue uma primeira fase, na qual os estudos restringem-se à produção de cientistas estrangeiros em visita ao país,

e uma segunda, quando ainda em meio aos cientistas estrangeiros começam a aparecer estudos elaborados por pesquisadores nacionais estimulados, sobretudo, pela Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, criada em 1883, e pelas Comissões Geográficas e Geológicas de São Paulo (1866) e Minas Gerais (1891), responsáveis, em grande medida, pela introdução no Brasil da geografia em moldes científicos. É abordada também a criação das instituições que mais influenciaram a geografia brasileira; as universidades (USP e UB) e o CNG/IBGE, cabendo ainda observações acerca da atuação da AGB no desenvolvimento da prática e difusão da geografia científica. O capítulo termina apresentando um sumário da geografia em Santa Catarina, que se mostra influenciada, de forma geral, pelos mesmos impulsos percebidos em outras regiões do país.

O terceiro capítulo é totalmente dedicado ao que considerou como a primeira fase da produção intelectual de Peluso Júnior, que se estende dos anos 1940 a 1946. Seu início é marcado pelo primeiro trabalho apresentado no IX^o Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Florianópolis, em 1940, evento este que representa um marco para a história do pensamento geográfico brasileiro. Em vista disso, fez-se necessário, em um primeiro momento, apresentar e salientar alguns aspectos importantes ocorridos durante o congresso, para só em seguida discorrer sobre o texto *O Vale do Rio Itajaí d'Oeste*, que lançou Peluso como pesquisador. Já em 1942 foi o vencedor do concurso anual de monografias, realizados pelo CNG, apresentando um estudo denominado *Lages, a Rainha da Serra* (1942). Esse prêmio deu prestígio a Peluso e, principalmente, estímulo para prosseguir elaborando suas pesquisas. Essa 1^a fase produtiva coincide com o seu trabalho de levantamento das coordenadas geográficas municipais em Santa Catarina. Tal tarefa mantinha-o em constantes viagens pelo estado, que ele sabiamente transformou em laboratório de pesquisa. Foi neste período que produziu um expressivo conjunto de textos, nas mais variadas especialidades da geografia, todos referentes ao território catarinense. Assim, a última parte desse capítulo é dedicada à análise de outros dois textos que expressam claramente a evolução de seus estudos. Em *A Criação da Capitania da Ilha de Santa Catarina* (1944), analisa a história da formação da capitania em bases geográficas. É, portanto, um estudo de geografia histórica, no qual

usou como referência as propostas dos geógrafos franceses J. Brunhes e C. Vallaux. O outro texto destacado é *O Estudo Geográfico dos Limites Municipais* (1944), em que faz apelo para que esse tipo de estudo tenha melhor tratamento, visto que, em sua maioria, não passava de enfadonha enumeração de leis e decretos. “Entretanto o homem, o principal fator de ação governamental, e a terra, a que se aplicam as descrições, permanecem fora do estudo, quando é justamente na união desses elementos que se encontra o aspecto geográfico” (PELUSO, 1944c, p. 513). É com base nesse ponto de vista que passa a descrever os limites municipais de Rio do Sul.

O quarto capítulo é voltado para a 2ª fase da produção científica de Peluso, que tem início com a criação do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia (DEGC) (1946), em um momento marcado pelo fim da segunda Guerra Mundial e pelo período autoritário do governo de Getúlio Vargas, os quais tiveram forte influência no contexto da época. Em seguida, o exame recai sobre o texto *Paisagens Catarinenses*, que pode ser considerado a “obra-prima” de sua produção intelectual. Esse estudo é marcado pela força de seu conteúdo, em um texto onde as palavras exprimem imagens. Nele se percebe toda a capacidade do geógrafo para desvendar, no sentido estrito, a paisagem que à sua frente se impunha. Mesmo sem enquadrar a análise em um conjunto teórico expressivo, a análise da Fazenda do Cedro revela um conhecimento maduro a respeito das especificidades das relações sociais; o que demonstra o potencial eclético de seu conhecimento. A última parte do capítulo enfoca outros estudos que, por sua importância, não poderiam passar despercebidos. São eles: *A Vila de Ituporanga* (1947) e *Tradição e Plano Urbano cidades portuguesas e alemãs no estado de Santa Catarina* (1953). O primeiro traz uma análise do povoamento da vila, utilizando como base o conceito de habitat, no sentido empregado pela sociologia rural da “Escola de Chicago”; o segundo, é um exame da tradição imigrante influenciando o plano das cidades.

Finalmente, o último capítulo apresenta, primeiramente, a situação social brasileira no período entre os dois governos de Getúlio Vargas (Estado Novo e o governo democrático), época em que surge a teoria do desenvolvimentismo com reflexo na vida política brasileira. O desenvolvimentismo fez escola no Brasil. Em

Santa Catarina, os governos udenistas, embora de tendência liberal, também acabaram influenciados por esse movimento. Na segunda parte desse capítulo, a análise recai sobre o Plano de Obras e Equipamentos (POE), iniciado no final do governo de Irineu Bornhausen (1951-55). O POE foi, em grande medida, planejado e executado por Peluso, entre 1955 e 1960. Já o item do último capítulo, avalia a fase em que, depois de se retirar das funções públicas do estado, Peluso passa a lecionar na Universidade Federal de Santa Catarina. O foco passa a ser alguns textos produzidos entre 1962 até 1979, ano em que Peluso Jr. se aposenta compulsoriamente. Essa fase é marcada pela introdução de métodos quantitativos na geografia, que tiveram influência na suas pesquisas; entre elas a sua tese de Livre Docência, *A Classificação Funcional das Cidades e sua Evolução*, na qual aplica o método, de base econômica, das exigências mínimas de Ullman e Dacey. Na última parte do capítulo são abordados os textos mais importantes da fase em que se dedica exclusivamente à presidência do IHGSC.

Nesse período, percebe-se que os seus estudos não têm o mesmo vigor, nem o pioneirismo nas ideias, que caracterizaram os trabalhos das primeiras fases. A geografia, desde o início dos anos 1960, experimentava sucessivas crises, refletidas na sua afirmação como ciência humana, nos seus métodos e nas suas teorias. Desde então, muitos aspectos mudaram no âmbito dessa ciência.

Para Peluso, ainda havia muito para se estudar sobre o estado de Santa Catarina; mas a questão era o tempo. Com mais de setenta anos, seria extravagância sua buscar se adequar totalmente ao novo espírito do tempo; ainda mais para quem fez tanto e tão bem. Não seria sensato julgar os últimos textos de Peluso Jr. a partir das mudanças ocorridas na ciência geográfica. Eles merecem receber um outro tipo de tratamento, passando a ser considerados como a consagração final de um ciclo; um longo e espetacular ciclo que, com certeza, contribuiu para o desenvolvimento do pensamento geográfico brasileiro e catarinense em particular.

1 VIDA E OBRA DE VICTOR ANTONIO PELUSO JÚNIOR

1.1 - As Origens

Era pouco expressiva a participação da província de Santa Catarina no contexto econômico do império durante o último quartel do século XIX. Nesse período, o setor agroexportador, baseado no latifúndio escravocrata, motor da economia, subordinava aos seus interesses a pequena produção mercantil e os setores de produção para o mercado interno. A economia cafeeira, grande absorvedora de trabalho e sofrendo com a escassez de escravos, passava paulatinamente a usar o recurso do trabalho livre, estimulando assim a imigração europeia.

Grande parte desses imigrantes, principalmente italianos, seguiu para o trabalho nas plantações de café, em São Paulo, enquanto outra parte acabou indo colonizar os vazios demográficos e econômicos da região Sul. Em Santa Catarina várias áreas receberam colonizadores. Os alemães dirigiram-se principalmente aos vales dos rios Itajaí e Itapocu, enquanto os italianos preferiram os vales dos rios Tubarão e Araranguá, no sul do estado.

Da região de Basilicata na Itália, por volta do ano de 1873, migraram para a América do Sul vários membros da família Peluso. Alguns ficaram em São Paulo, outros se dirigiram para Montevidéu (Uruguai), enquanto um deles, Domingos Peluso, desembarcou em Desterro¹⁰. Este, prudente, havia deixado sua família na Itália, até se estabelecer como mascate na localidade de Biguaçu, para então, em

¹⁰ Desde meados do século XIX havia um descontentamento da população em relação ao nome da cidade, por isso, em 1888, o Deputado Francisco Medeiros apresentou projeto para mudar o nome de Desterro para Ondina. No entanto, esse projeto não chegou a ser votado. Em 1892, o projeto foi reapresentado pelo Deputado Virgílio Várzea, mas, como o anterior, não mereceu votação. Em 1894, pacificado o estado, após a revolta federalista, o Desembargador Genuíno Vidal Capistrano, liderando os republicanos catarinenses, defendeu a ideia de mudar o nome da cidade para Florianópolis, em homenagem ao Presidente Floriano Peixoto. Levado à Assembleia Legislativa, o projeto foi votado na sessão de 30 de setembro e sancionado no dia 1º de outubro de 1894, pelo então Governador Hercílio Luz (MEIRINHO, 1994).

1880, buscar sua esposa e filhos, entre eles Victor Antônio Peluso com sete anos de idade (Vitto era o nome de batismo em italiano, mas foi aportuguesado para Victor na escola), que haviam ficado na Itália. Ao chegar a Biguaçu, sua esposa ficou horrorizada com as condições encontradas, obrigando Domingos Peluso a abandonar tudo e ir se estabelecer em Desterro¹¹.



Figura 1 – Cidade de Desterro, último quartel do século XIX. Verifica-se a existência de embarcações movidas a vapor (Acervo do IHGSC).

Ainda jovem Victor Peluso aprenderia o ofício de sapateiro, profissão que anos mais tarde abraçou tornando-se fabricante e comerciante de calçados, especialmente femininos.

¹¹ Informação verbal fornecida por Aldo A. Peluso, filho de Victor A. Peluso Jr.



Figura 2 – Anúncio da Sapataria Americana, instalada pelo pai de Peluso Jr. in: Revista O Olho (1916)

Seu temperamento irrequieto e seu ideal libertário levaram-no ao envolvimento na Revolução Federalista em Desterro (1893-94)¹². Com a retomada da cidade pelos legalistas, Victor Peluso fugiu

¹² Os primeiros anos da República foram conturbados por várias revoltas. No Rio Grande do Sul, Gaspar Martins lidera movimento contra o Governador Júlio de Castilhos, no Rio de Janeiro, almirantes descontentes se sublevam em dois momentos (revoltas da armada). Em Santa Catarina, com a renúncia do Governador Lauro Muller (28/12/1891), assume uma junta provisória, composta pelo comandante do 25º Batalhão de Infantaria, um tenente da Marinha e um representante do partido Federalista, enquanto o Congresso Estadual é fechado. No Rio de Janeiro, Lauro Muller reassume seu mandato parlamentar e articula com o governo federal um novo nome para o governo catarinense. Em fevereiro de 1892 assume o cargo o tenente Manoel Joaquim Machado. No entanto, esse tenente acaba se posicionando ao lado dos revoltosos de Desterro. Em Blumenau, o republicanista Hercílio Luz comanda a resistência, tomando a Câmara Municipal de Itajaí, em julho de 1893 e proclamando Blumenau a Capital Provisória do estado. Entretanto, Florianópolis não reconheceu o ato revolucionário de Hercílio Luz. Em novembro de 1893, a Marinha rebelde ocupa Desterro e declara o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, ao mesmo tempo buscando apoio junto aos revoltosos gaúchos. Esse ato de rebeldia durou até abril de 1894, quando uma esquadra florianista desalojou os federalistas de Desterro. Logo iniciou uma onda de perseguições e violências, quando alguns federalistas fugiram para o exterior, principalmente para as Repúblicas do Prata, enquanto outros, de menor sorte, foram fuzilados no Paraná e em Santa Catarina. Centenas de revoltosos foram mortos no dia 25 de abril de 1894, na fortaleza da Ilha de Anhatomirim, próxima a Desterro.

para Montevidéu, onde passou algum tempo na casa de parentes¹³. Voltando ao Brasil residiu nas cidades gaúchas de Rio Grande e Pelotas; nesta conheceu e casou-se, em 1900, com Dona Liduina, brasileira de origem. Passado bom tempo do fim das hostilidades e com a plena restauração Republicana resolve retornar à Florianópolis e iniciar uma nova fase de sua vida. Homem de fortes ideais, Victor Peluso teve constante atuação na Liga Operária de Florianópolis¹⁴. Além disso, participou ativamente das manifestações realizadas na cidade, contra a execução, em 1927, dos anarquistas italianos Sacco e Vanzetti, nos Estados Unidos. Peluso Jr. (1986, p. 91) conta: “Lembro-me de ver meu pai na frente da manifestação, empunhando enorme bandeira vermelha, símbolo do anarquismo internacional, e assim protestando contra a ameaça de morte de seus patrícios”. Em Florianópolis, o casal Victor e Liduina Peluso tiveram três filhos e três filhas, o mais moço, nascido em 5 de julho de 1909, recebeu o nome paterno, Victor Antônio Peluso Júnior.

Ainda muito novo Peluso Jr. interessou-se por leitura, atraído pelos romances trazidos por sua mãe da biblioteca da Liga Operária. Foi nos livros de seu pai que teve os primeiros contatos com textos anarquistas e marxistas; entre os últimos, Marx, Engels e Rosa Luxemburgo que segundo Mamigonian (1991, p.10), “acabaram influenciando na sua futura visão de pesquisador, pela

Muitos dos rebeldes fuzilados eram catarinenses, que haviam dado apoio ao movimento, alguns deles de famílias tradicionais locais como o Marechal de Campo Manuel de Almeida da Gama Lobo d’Eça (Barão de Batovi). Cf. Boiteux (1912), Pereira (1976), Meirinho (1982), Cherem (2001).

¹³ “No dia 12 de maio de 1988, no IHGSC, Peluso Jr. relembrou uma passagem vivida por seu pai. Contou que, em 1891, sabendo-se que o Forte da Capitania iria ser atacado (como realmente o foi), seu pai decidiu, com um grupo de jovens, retirar do Forte Sant’Ana (que hoje está na cabeceira da Ponte Hercílio Luz), um canhão e transportá-lo para esta outra Fortaleza, no centro da cidade. Antes o assunto transpirou e a mãe de seu pai, para impedir que o filho saísse de casa, escondeu as suas calças. Por esse motivo, seu pai nem saiu de casa” (PÍTSICA, 1997. p. 262).

¹⁴ A Liga Operária de Florianópolis foi fundada por jovens ligados à maçonaria (Adalberto Ribas, João Augusto do Carmo e Manoel Guimarães), em 1891. Desde sua fundação a sociedade passou por problemas financeiros e políticos, sobrevivendo de campanhas para arrecadação de fundos. Isso, no entanto, não a impediu de ter papel destacado em relação à cultura da classe trabalhadora florianopolitana, contando no início do século XX com uma grande biblioteca, ao mesmo tempo, buscando desenvolver diversas atividades culturais (informação verbal fornecida por Roseli Heliete de Souza, atual secretária da LOF).

constatação da existência de classes sociais nas cidades e no campo”. Ainda criança aprendeu a tocar violino, logo se sentindo interessado por música. Na juventude “arranhei violino em diversas orquestras e gostava de tocar, mas não tinha talento, mas fiquei com o gosto [...]” (PELUSO JR., 1970).

1.2 A Cidade

As pequenas, mas sucessivas iniciativas de povoamento do litoral catarinense, por parte dos vicentistas, durante os séculos XVI e XVII, pouco contribuíram para a sua efetiva colonização. Somente no século XVIII, com o crescimento dos interesses de defesa e expansão portuguesa no sul do Brasil, o litoral catarinense passa a ser definitivamente colonizado, principalmente, com a criação da Capitania de Santa Catarina.

A vantajosa posição da ilha de Santa Catarina, o seu excelente porto, muito freqüentado pelos navios que iam da Europa para o rio da Prata e mar Pacífico, e outras razões políticas determinaram enfim o Senhor D. João V em 1738 a formar com a ilha e terra firme adjacente uma Capitania ou governo separado, independente da de São Paulo, a que havia pertencido até aquela época. Os seus primitivos limites eram, pelo norte o rio São Francisco, pelo sul os montes que deságuam para a lagoa Merim, e pelo oeste os domínios da Coroa da Espanha (BRITO, 2008, p. 67)

O povoado de Desterro foi escolhido como sede da nova capitania. O plano defensivo e expansionista português apoiou-se em um sistema que incluiu a construção de onze fortificações na ilha e seus arredores, entre 1739 e 1793 (CAMPOS, 1991), suas correspondentes guarnições militares, o incentivo à colonização, por açorianos e madeirenses, entre 1748 e 1753 (BRITO, 2008) para o efetivo povoamento do sul do Brasil e a concessão da exploração da pesca da baleia aos capitais particulares de Lisboa, responsáveis pela

instalação de seis armações no litoral catarinense entre 1742 e 1807 (SILVA, 1992).

Na verdade, a colonização açoriana do litoral catarinense ocorreu dentro de uma conjuntura depressiva do comércio português de meados do século XVIII, em que o capital comercial via diminuída sua lucratividade e sentia a necessidade de um melhor aproveitamento dos recursos portugueses, tanto na metrópole, como na colônia (CAMPOS, 1991, p.21).

A pequena localidade do Desterro passou por séria crise em fins do século XVIII, devido à decadência da pesca da baleia e a consequente diminuição de verbas por parte da Fazenda Real. Contudo, o principal motor da crise era as constantes requisições de soldados e mantimentos aos pequenos produtores livres. O recrutamento de soldados diminuía a mão-de-obra produtiva no campo, enquanto as requisições de alimentos, que nunca eram pagas, desestimulavam a produção¹⁵. Esse processo se manteve durante parte do século XIX, quando outra forma perversa de espoliação dos produtores, a do capital mercantil do Rio de Janeiro e, em menor medida do Desterro, impediu o desenvolvimento da produção em moldes capitalistas (BASTOS, 2000)¹⁶. Deve-se levar em consideração que a estrutura comercial de exportação da farinha de mandioca, base da economia mercantil catarinense, subordinava os comerciantes desterrenses ao capital comercial do Rio de Janeiro, sendo os mercadores locais de farinha apenas atravessadores. Nessa posição, estes eram compelidos a financiar a compra da farinha dos produtores e a arcar com as despesas de transporte, de armazenagem, além daquelas ligadas às constantes oscilações no valor do produto, achatando o lucro dos atravessadores com a exportação. Para

¹⁵ Quase todos os viajantes que passaram por Santa Catarina durante os séculos XVIII e XIX fazem referências negativas a tal prática, entre eles, Auguste Saint-Hilaire.

¹⁶ Bastos (2000) cita ainda outras causas para a pequena produção em Desterro não ter evoluído na direção de formas capitalistas: o artesanato muito diversificado e pouco especializado; o sistema de divisão dos resultados da pesca; a fragmentação excessiva das propriedades e o esgotamento do solo arenoso pela coivara.

compensar possíveis prejuízos, eles elevavam constantemente o preço da farinha consumida localmente. Mesmo assim, a maior parte da renda do produto acabava sendo escoada para fora da província, deixando uma margem muito pequena para a acumulação do capital mercantil local (HÜBENER, 1981).

O último quartel do século XIX foi marcado pela recessão da economia capitalista em nível mundial (1873-1896). Este período depressivo provocou ajustes e transformações, tanto no centro do sistema como em sua periferia. No caso brasileiro, os ajustes obrigaram a transformação do sistema produtivo que, por consequência, levou à mudança de regime político (PEREIRA, 1997). Segundo Ignácio Rangel, esse período corresponde à conjuntura internacional da fase “b” (recessiva) do 2º Kondratieff (ciclo longo)¹⁷, quando internamente ocorre um processo gradativo de mudança na composição da classe dominante, dando início a uma nova dualidade brasileira. Os velhos senhores de escravos, grupo majoritário durante aquele ciclo longo, passaram gradativamente a perder poder para seus sócios menores, os comerciantes export-import.

A recessão provoca no país uma contração da capacidade de importar, o que permite internamente uma produção substitutiva desses produtos. No meio rural (latifúndio) registram-se uma diversificação e um aumento de excedentes comercializáveis enquanto nas áreas urbanas cresce a produção manufatureira. Nesse contexto, ocorre uma diferenciação crucial entre o “novo” latifúndio e a “antiga” fazenda de escravos. Enquanto esta mantinha um esquema de reprodução interno que propiciava pouco, ou nenhum, comércio de excedentes, aquele, aos poucos, foi abrindo espaço para a mercantilização, resultante da necessidade de redução dos custos da força de trabalho e da ampliação do mercado interno.

¹⁷ O economista russo Kondratieff percebeu que, devido a características inerentes ao seu desenvolvimento, a economia capitalista alterna, a cada cinquenta anos em média, ciclos de prosperidade com ciclos depressivos. Na conjunção da fase A (expansiva) com a fase B (depressiva) reinaria, por um curto período de tempo, a regularidade. Segundo essa teoria, o 1º Kondratieff estendeu-se, fase A, de 1790 a 1815; fase B, de 1815 a 1848; o 2º Kondratieff, fase A, de 1848 a 1873; fase B, de 1873 a 1896; e o 3º Kondratieff, fase A, de 1896 a 1921; fase B, de 1921 a 1948, quando inicia novo ciclo de prosperidade.

Vê-se, pois, que as modificações políticas correm “pari passu” com as alterações ocorridas no interior da sociedade brasileira, onde as relações escravistas de produção são superadas por relações de patamar mais elevado, significando a decadência dos senhores de escravos, hegemônicos durante o Império. A expansão da produção cafeeira é responsável por um novo ritmo de desenvolvimento das forças produtivas que implica na substituição de mão-de-obra escrava e na supremacia dos latifundiários feudais, associados aos comerciantes (PEREIRA, 1997, p. 225)

O grande beneficiário dessa nova estrutura foi, sem dúvida, o capital mercantil export-import que ascendeu à condição de sócio majoritário dessa nova dualidade brasileira, ao lado dos latifundiários, sócios minoritários na composição da classe detentora do poder político e econômico no período da primeira República.

Durante o século XIX, a maior parte da produção agrícola da província de Santa Catarina convergia para o porto de Desterro, proveniente do litoral sul do Estado (Araranguá, Tubarão, Laguna, Imbituba), do vale do rio Tijucas (Tijucas, S. João Batista, Nova Trento, Porto Belo, Itapema) e das cidades vizinhas à capital (Santo Amaro, Palhoça, Biguaçu, Antônio Carlos, São José, São Pedro). O porto de Desterro era o responsável pela exportação da produção dessas regiões para outras províncias e, esporadicamente, para outros países.



Figura 3 - Antigo Mercado Público de Florianópolis, frente à atual Praça XV, no final do século XIX (Acervo do IHGSC).

Não obstante, apesar do baixo valor da farinha de mandioca, principal produto de exportação, a capital conseguia se beneficiar por fazer a intermediação dos produtos da província com capitais mercantis do Rio de Janeiro, papel desempenhado por atravessadores estabelecidos no porto de Desterro. Outro setor beneficiado pelo comércio agrícola, em Santa Catarina, era o do próprio transporte marítimo de mercadorias. Como as propriedades agrícolas encontravam-se espalhadas por toda a costa catarinense e vales de rios, o escoamento da produção para o porto de Desterro, que centralizava a comercialização, era feito por intermédio da navegação. Surge assim um intenso movimento de embarcações de pequena tonelagem, ao passo que o comércio com os centros maiores do Império, principalmente Santos e Rio de Janeiro, necessitava de embarcações de maior porte. Isso propiciou o aparecimento de armadores, primeiro de outras províncias, depois de armadores locais, em sua maioria, instalados na capital da província (CARDOSO, 2000).

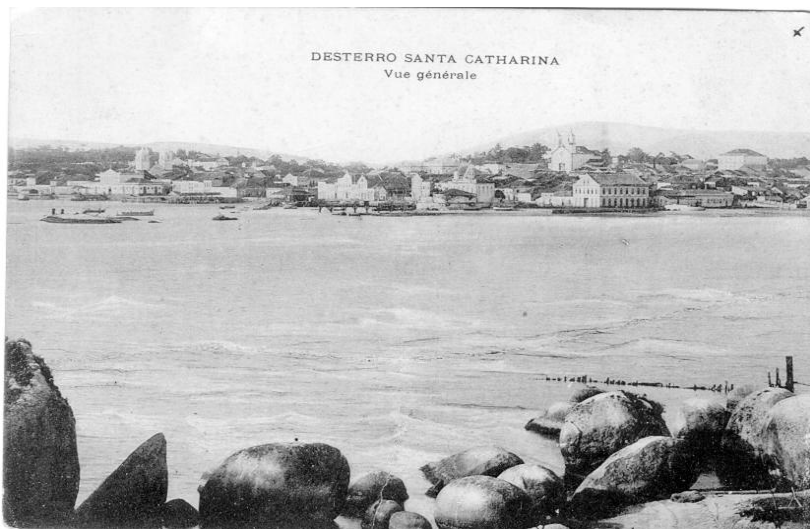


Figura 4 - Vista da cidade do Desterro, último quartel do século XIX. As grandes construções próximas à praia são lojas e depósitos das casas comerciais (Acervo do IHGSC).

Em praticamente todo o século XIX, na balança comercial da província, a importação superava a exportação. Assim, o capital que conseguiu se desenvolver, no final do século e nas primeiras décadas do século XX, era o do comércio importador. Isso fica evidenciado ao se constatar que as principais casas exportadoras de Desterro, existentes em 1883, como, por exemplo, Barbosa Veiga & Cia., Boaventura da Costa Vinhas, Domingos Luiz da Costa, João do Prado Lemos & Cia., dentre outras, acabaram não tendo significação econômica nas primeiras décadas do século XX (HÜBENER, op. cit). Em compensação, as casas comerciais ligadas à importação iniciaram o século XX de forma vigorosa, como, por exemplo, a casa comercial Hoepcke¹⁸.

¹⁸ Interessante notar que as casas exportadoras eram, em sua maioria, de propriedade de luso-brasileiros, enquanto as grandes casas importadoras e as fábricas pertenciam aos imigrantes alemães. As indústrias que surgem na capital são quase todas de propriedade de imigrantes alemães, algumas derivadas do capital mercantil de importação, como é o caso do grupo Hoepcke. Assim, entre outras, existiam as fábricas: de cerveja - Daniel Krapp e Antônio Freyslebem; de charutos - Germano

Por outro lado, além de ter sido o principal centro comercial regional, durante o século XIX, Desterro, por ser a capital da Província, garantia uma fonte financeira extra, por meio da captação de recursos federais para manutenção de determinadas funções administrativas, enquanto outras regiões de Santa Catarina cresciam com base na colonização e/ou por outros atrativos econômicos. A capital, apesar da condição desvantajosa de sua condição insular, afastada das novas regiões econômicas, crescia por ser centro administrativo e político do estado, conseqüentemente, por concentrar a maior parte do funcionalismo público.

Enquanto isso, durante o século XIX, outras áreas passam gradualmente a ter papel de destaque no cenário econômico catarinense. Lages, com a criação de gado no planalto e Joinville e Blumenau, núcleos de colonização alemã onde uma vigorosa pequena produção mercantil permitiu o precoce desenvolvimento das atividades industriais e um intenso comércio de mercadorias. A província recebeu também contingentes de imigrantes italianos que se estabeleceram no alto vale do rio Itajaí, no vale do rio Tijucas, no vale do rio Tubarão, por todo o extremo sul catarinense e, do mesmo modo, na capital.

Foram, porém, os imigrantes alemães os responsáveis, no final do século XIX e início do XX, pelo surgimento dos estabelecimentos industriais que deram a vários núcleos urbanos de Santa Catarina posição de destaque no cenário nacional. A necessidade de escoamento da produção dessas novas regiões levou ao desenvolvimento de alguns portos e à estagnação e/ou ao desaparecimento de outros, sendo beneficiados nessa nova fase os de Laguna, Imbituba, Itajaí e São Francisco do Sul. Entre o final do período imperial e o início da República, o desenvolvimento dessas novas regiões coloniais passa a gerar um considerável excedente exportável. Com o incremento das exportações de erva-mate e da

Lindermann; de massas alimentícias – Carlos Mayer; de fundição de pontas - Carl Hoepcke, etc. Este foi o responsável pelo desenvolvimento de um dos maiores grupos empresariais do Estado, durante a primeira metade do século XX. Quando Carl Hoepcke iniciou sua trajetória já estavam estabelecidos na cidade alguns comerciantes alemães, entre eles Ulrich Haerberle, Von Feuerbach, Johann David Dilleberger, Eduardo Gottlieb Otto Horn, André Carlos Ebel, Ernesto Beck, Gustav Kirbach, Ernesto Vahl, Ferdinand Hackrad, dentre outros. Cf. Reis (1999) e Cardoso (op. cit.).

madeira, o cenário econômico catarinense começaria a mudar, apresentando reflexos na capital do estado, a partir dos anos 1920.

Não obstante, no início do século XX, Florianópolis ainda guardava a importância econômica ligada ao comércio e ao seu porto. As atividades econômicas mais expressivas encontravam-se nas mãos de imigrantes. Os alemães controlavam o grande comércio e a indústria; os sírio-libaneses e gregos, o pequeno comércio; enquanto os italianos dedicavam-se, sobretudo, às pequenas oficinas artesanais (funilaria, sapataria, marcenaria, etc.) (MAMIGONIAN, op.cit.). Pelas suas características, os imigrantes italianos e seus descendentes possuíam uma vida social muito intensa, unida pela importante presença da Liga Operária e do Clube Fratellanza Italiana.

Quando Victor Antônio Peluso Júnior nasceu, em 1909, a cidade de Florianópolis abrigava pouco menos de 40.000 habitantes, a maior parte morando na ilha, e pequena parte na área continental. Ainda não existia ligação rodoviária com o continente, o que viria a ocorrer somente em 1926, com a inauguração da ponte Hercílio Luz. Entre 1908 e 1916, o traçado viário do centro da cidade sofreu algumas alterações, aproximando-se das feições atuais, com a abertura da Avenida Trompowsky, Presidente Coutinho e a ampliação da estrada das Carreiras (atual Mauro Ramos), ligando os bairros Praia de Fora, Mato Grosso e Pedra Grande entre si e ao antigo centro (VEIGA, 1993).



Figura 5 - Planta da rede de esgotos de Florianópolis (1913). Em vermelho aparecem as ruas por onde existia canalização de esgoto. Observa-se que muitas das atuais ruas já haviam sido abertas, como a Rio Branco e a Presidente Coutinho; transversais no centro da planta (IPUF).

A luz elétrica havia surgido em 1907, atingindo os principais quarteirões centrais. Em 1913 é instalada rede de esgotos, captada e lançada ao mar por meio do “canal (rio) da Bulha” (atualmente encoberto na Av. Hercílio Luz). Algumas marcas da economia do século XIX ainda se faziam presentes na geografia urbana. A Rua Augusta (atual Tiradentes) concentrava o comércio especializado em ferragens, artigos marítimos, e as grandes casas comerciais de importação, a do Príncipe (atual Conselheiro Mafra), o comércio varejista (CARDOSO, op. cit.). As casas comerciais de importação possuíam também grandes depósitos localizados junto à orla mais à noroeste do centro (Rita Maria). O comércio e a administração pública ocupavam a área mais central; nas ruas adjacentes, encontravam-se casas e sobrados da elite urbana, enquanto nas franjas aparecem os cortiços e casas pequenas. As chácaras, naquele tempo, fora dos limites da cidade (Praia de Fora, Mato Grosso, Saco

dos Limões, etc.) eram utilizadas pela elite como local de veraneio e de quarentena em tempos de cólera ou febre amarela, contudo, à medida que a cidade crescia e as alcançavam, tornavam-se residências permanentes (CABRAL, 1954). Nessa segregação espacial, as lavadeiras, os mendigos e soldados moravam próximo ao rio da Bulha; os artesões, marinheiros e meretrizes, na Figueira; os pescadores, no bairro da Toca (CHEREM, 2001).

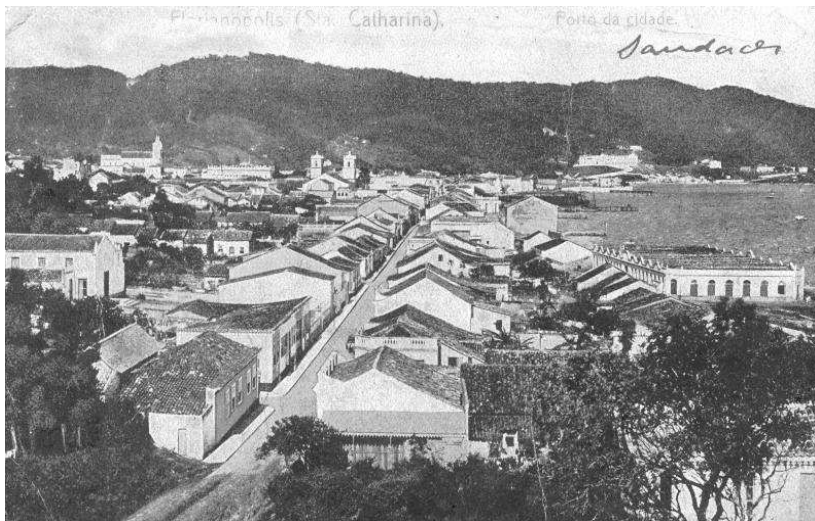


Figura 6 - Cidade de Florianópolis, início do Século XX. A foto foi tirada da Figueira em direção ao Centro, em destaque a rua Conselheiro Mafra (Acervo IHGSC).

Na infância, Peluso morou na Rua Conselheiro Mafra (Figueira). Como essa era estreita e muito movimentada, e para não se misturar à molecada que andava solta nas ruas, vivia trancado em casa, o que não lhe trazia boas recordações do lugar. Naquele tempo, o grande acontecimento “era a passagem do automóvel do Carlos Hoepcke ou do Eduardo Horn, ocasião em que ninguém segurava em casa a gurizada que corria para ver aquela maravilha” (PELUSO JR., 1986, p. 91). Mas, segundo ele, as melhores recordações da infância foram os tempos em que morou na Rua General Bitencourt (Tronqueira), onde podia andar solto, época em que estudava no Grupo Escolar Lauro Muller.



Figura 7 - Grupo Escolar Lauro Müller, um dos mais antigos do estado, localizado na rua Marechal Guilherme – centro da cidade (Acervo IHGSC).

1.3 Fundamentos da Formação Intelectual de Victor Antônio Peluso Júnior

Devido à troca frequente de escolas, o estudo primário de Peluso Jr. foi muito atribulado. Iniciou seus estudos na escola da Dona Chiquinha, na Rua Felipe Schmidt, passou depois pelo Grupo Escolar Lauro Muller.

Naqueles tempos, o ensino em Santa Catarina passava por uma intensa reestruturação, por iniciativa de Vidal Ramos, governador do estado de 1910 a 1914. Os ideais republicanos no Brasil continham um forte apelo ao desenvolvimento da educação. Mas, na prática, buscavam ampliar a alfabetização com o intuito de aumentar o número de eleitores, pois os analfabetos não podiam votar. A maior parte dos projetos educacionais, entretanto, era pouco consistente, gerando um desenvolvimento lento e fragmentário das redes escolares. Os primeiros governantes de Santa Catarina procuraram melhorar a educação, mas só no governo de Vidal

Ramos foram implantadas medidas eficazes nessa direção. O início da vida estudantil de Peluso ocorre exatamente no momento em que a ampla reforma do ensino catarinense se consolidava.

Até 1910, o sistema educacional do estado de Santa Catarina sofria sérios problemas em decorrência do desleixo em que se encontravam as escolas. Além do péssimo estado dos prédios, a qualidade do ensino era sofrível, devido à má formação, falta de incentivos, acomodação e, em muitos casos, incompetência dos professores. Diante de tal situação, o Governador Vidal Ramos propôs uma nova política educacional com o intuito de “fundar um novo tipo de escola, dar à mocidade um professorado cheio de emulação e estabelecer uma fiscalização técnica e administrativa real e constante”¹⁹.

A partir da Constituição de 1891, com a instituição do sistema federalista de governo, o ensino fora descentralizado, cabendo aos estados a gerência e o financiamento do ensino primário e profissional. Nesse panorama, a tendência era de que os estados com maiores recursos monetários desenvolvessem políticas educacionais de maior qualidade e abrangência.

O Governador Vidal Ramos, diante da à carência de recursos, buscou desenvolver um plano educacional austero e profundo. Naquela época, o estado de São Paulo, o mais rico entre todos, possuía um sistema educacional bastante aperfeiçoado em relação às outras unidades da federação²⁰. Assim, Santa Catarina procurou adotar tal modelo e, para tanto, iniciou o processo contratando o professor paulista Orestes Guimarães, o qual havia empreendido reformas no ensino em São Paulo e em Joinville²¹. A nova estruturação do ensino em Santa Catarina acabou extrapolando

¹⁹ Mensagem do Governador Vidal Ramos ao Congresso Representativo do Estado, 23/07/1911 (apud FIORI, 1991).

²⁰ O sistema educacional seguia a linha pedagógica norte-americana, implantada pela professora Márcia Browne, em 1893. “O método intuitivo [...] seguia a sistemática de lições curtas e adequadas à idade, alternadas com cantos, marchas, exercícios ginásticos, trabalhos manuais de torno ou de moldagem. Procurava-se explorar a curiosidade natural da criança e dar-lhe, como ambiente de estudo, prédio e móveis adequados à sua idade e ao ensino”. (FIORI, op.cit., p. 81).

²¹ Orestes Guimarães veio à disposição do governo paulista para Santa Catarina. Deveria permanecer neste Estado por dois anos, mas acabou ficando por vinte anos, no cargo de Inspetor Geral de Ensino, até sua morte, em 1931.

os limites de uma reforma educacional, constituindo-se numa ampla reforma cultural (FIORI, 1991).

Esse novo plano educacional só pôde ser realizado graças a uma série de decretos promulgados pelo governo estadual²². A incumbência de Orestes Guimarães não se restringia a reformar o sistema educacional pré-existente, mas incluía também a criação de algo totalmente novo. Uma ampla reforma administrativa foi realizada, evitando-se, contudo, a construção de uma superestrutura administrativa que encarecia o projeto. O que O. Guimarães propôs foi iniciar a ação reformadora nos próprios estabelecimentos de ensino (FIORI, op. cit). Foram feitas mudanças na Escola Normal de Florianópolis, principal centro de formação de professores do estado. Entre as principais alterações, estão as seguintes: mudanças no sistema de admissão ao curso; o prédio foi reformado e recebeu mobílias novas; foram criados o museu e os gabinetes de física e química. Além disso, a carga de atividades escolares foi aumentada, bem como o seu caráter prático: ao mesmo tempo em que eram inseridos estudos de pedagogia e psicologia. Outra importante modificação foi a criação dos Grupos Escolares, espelhados nos existentes em São Paulo, que segundo Boiteux (1919), passaram a ser unidades mestras do ensino modelo²³. Esses Grupos apresentavam como novidade, em relação às antigas escolas primárias, o ensino seriado, ou seja, um professor e uma sala para cada série, para isso foram construídos prédios modelares, que contavam com museu e gabinetes de física e química.

Nas cidades de menor porte, nas vilas e nos distritos o ensino ficava por conta das Escolas Isoladas e/ou Escolas Reunidas, todavia o sistema criado permitia o fluxo de alunos entre esses vários tipos de estabelecimentos de ensino, o que era uma grande novidade, visto que tal avanço ainda não fora alcançado no Estado de São

²² A primeira foi a Lei estadual de 11/10/1910, autorizando a reforma do ensino em Santa Catarina, seguida pela Lei de 1911, que cria os grupos escolares, a de 1914, que oficializa os programas de ensino, etc.

²³ Em 1911, foram criados os grupos escolares: Conselheiro Mafra, em Joinville; Jerônimo Coelho, em Laguna; Luiz Delfino, em Blumenau; Vidal Ramos, em Lages; Victor Meirelles, em Itajaí; Lauro Muller e Silveira de Souza, em Florianópolis. Além desses, no ano de 1919, o Estado contava ainda com os grupos escolares de Tijucas, Brusque, São Francisco do Sul e um em construção, em Tubarão (BOITEUX, 1919).

Paulo (FIORI, op. cit.). Em 1914, foi oficializado o programa de ensino, preparado por disciplinas, seriado e com conteúdo programático acompanhado de sugestões de atividades para os professores. Esse programa era, de certa forma, ambíguo, pois, por um lado, apresentava uma pedagogia renovadora, por outro, os professores eram obrigados a segui-lo inteiramente, sem poder suprimir ou saltar partes, ou até mesmo inverter sua ordem de apresentação. Outra atitude tomada pelo governo foi a de aumentar as exigências dos concursos para professores, na expectativa de manter um corpo docente com nível mais elevado. Esse novo sistema foi implementado e levado à sua plena realização graças à estruturação de inspetorias.

Os inspetores Escolares gozavam de elevado *status* nas comunidades e frente ao professorado catarinense. Homens que iriam ter decisiva atuação na vida pública de Santa Catarina, atuavam então como Inspetores Escolares. Luiz Bezerra Trindade, alguns decênios mais tarde iria assumir a responsabilidade de reformar o ensino catarinense; João dos Santos Areão seria Inspetor Federal das Escolas subvencionadas pela União; Mâncio Costa e Henrique da Silva Fontes assumiriam, em diferentes momentos históricos, a responsabilidade de dirigir os destinos da instrução pública, sendo que este último seria também o fundador da primeira Faculdade de Filosofia do Estado; Cid Campos teria a atribuição de Secretário do Interior; Altino Flores exerceria importantes cargos relacionados com o ensino e faria parte da Academia Catarinense de Letras (FIORI, op. cit, p. 99).

A disciplina nas escolas passou a ser rígida, sendo criado um código disciplinar, para alunos e professores, que contava com mais de trezentos artigos. Cabia aos inspetores zelar pelo cumprimento do estatuto, o que deveria ser efetuado de forma rígida. Esses inspetores, que no início não passavam de três, além do inspetor geral (Orestes

Guimarães), faziam uma fiscalização ostensiva por todo o estado, sendo frequente a punição de professores, diretores e funcionários das escolas, exemplos necessários para a manutenção das metas elaboradas pelo amplo projeto educacional.

Pelo exposto, pode-se notar que o jovem Peluso inicia seus estudos em um momento no qual o ensino no Estado de Santa Catarina passava por um processo de renovação e de inegável melhoria na qualidade, tanto em relação ao passado como em referência aos outros Estados da Federação. Esse período de implantação do novo modelo de ensino deve ter sido bastante atribulado, ocasionando muitos problemas, inclusive para os alunos. Essa pode ter sido a causa das constantes mudanças de colégio enfrentadas pelo jovem Peluso, que iniciou seus estudos nesse período.

Após o término do curso primário, ele inicia nova fase de estudos, primeiro no Ginásio 28 de Setembro, no Rio de Janeiro (PELUSO Jr., 1970), terminando-a no curso preliminar do Ginásio Catarinense²⁴, onde, porém, não fica por muito tempo, devido ao desentendimento com a Direção da escola. Para continuar seus estudos ingressa no curso Preparatório do Instituto Politécnico²⁵, no qual os alunos podiam optar também pelo curso Anexo, que aperfeiçoava conhecimentos em matemática para os cursos de Agrimensura e Engenheiro-Geógrafo do próprio Instituto Politécnico. Completando este ciclo de estudos, Peluso encontrava-se apto para ingressar no curso de Engenheiro-Geógrafo do Instituto Politécnico de Florianópolis.

No caso do Ginásio catarinense é difícil saber qual a causa do desentendimento com a direção: no entanto, cabe observar que o episódio caracteriza uma entre as múltiplas determinações da formação do futuro geógrafo, pois existia uma diferença marcante entre o ensino do colégio jesuíta e o preparatório do Instituto Politécnico. Essa distinção, ligada diretamente às antigas raízes da mãe pátria europeia, cristalizou duas categorias intelectuais

²⁴ Tradicional escola particular de Florianópolis, fundada por Jesuítas no ano de 1906, foi por um tempo a única no Estado que possuía equiparação ao Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro (1837), modelo de ensino para todo o país. Isso significava que os egressos das escolas a ele equiparadas encontravam-se aptos para ingressar em qualquer Instituição de Ensino Superior no Brasil.

²⁵ Esse curso seria o equivalente ao segundo grau atual.

tradicionais - o clero e uma casta militar. Enquanto aquele se ocupava, basicamente, em educar as elites com base no ensino tradicional, esta, em oposição às escolas religiosas, procurava criar uma elite técnica. No caso brasileiro, como em parte da América Latina, tal oposição laica foi marcada pela Maçonaria e pela Igreja Positivista, organizações arraigadas no exército brasileiro, que durante a Primeira República foram responsáveis pela criação de várias escolas técnicas, sendo o Instituto Politécnico de Florianópolis um grande exemplo²⁶.

1.4 O Instituto Politécnico

A República e seus ideais se assentavam solidamente, calcados na configuração social das classes hegemônicas - grandes comerciantes e latifundiários cafeeiros. Com uma conjuntura econômica favorável (fase a do terceiro ciclo longo iniciada em 1896), o país se consolida de forma profunda na economia mundial como exportador de produtos primários, ou seja, encontra-se inserido em uma divisão internacional do trabalho em que o centro do sistema se especializa na produção de bens industriais e a periferia na produção primária para exportação (PEREIRA, 1997). Nesse contexto, a economia catarinense, restrita a produzir para o mercado interno, não poderia apresentar o mesmo dinamismo das áreas voltadas à produção para exportação. Por outro lado, o federalismo adotado e seu consequente exclusivismo regional obrigavam os estados a suprir a infraestrutura local por seus próprios meios.

Desde o início do século XX, políticos, intelectuais e outras influentes personalidades da sociedade florianopolitana e catarinense discutiam a possibilidade da criação de uma instituição de ensino superior. Naquela época, existiam poucas escolas de nível superior no país, sendo as principais as de Direito, Medicina e Engenharia, concentradas nos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul. A Reforma Carlos Maximiliano (1915) criou novas regras para o estabelecimento e funcionamento de escolas particulares e cursos superiores, sendo essas “previamente

²⁶ Cf. Gramsci (1989), no capítulo “A Formação dos Intelectuais”. Sobre essa relação com o positivismo veja um pouco mais à frente e também no item 2.2.

autorizadas e inspecionadas pelos setores competentes do Ministério da Educação a fim de que possam expedir certificados e diplomas válidos perante os órgãos oficiais”²⁷. Com base nessas normas, é fundado em Florianópolis, em 13 de março de 1917, o Instituto Polytechnico. O principal articulador para a criação dessa instituição de nível superior foi José A. Boiteux, um dos mais importantes personagens para o desenvolvimento da Cultura Catarinense²⁸. Quando, em 1905, era Oficial de Gabinete do Ministro Lauro Muller (Indústria, Viação e Obras Públicas), Boiteux foi convidado para ser Vice-Diretor da Escola Superior de Comércio do Rio de Janeiro, cargo que ocupou até 1916, quando foi eleito Deputado Estadual em Santa Catarina. Nessa legislatura, aproveitando-se da experiência da Escola Superior de Comércio do Rio de Janeiro, apresentou, na Assembleia Legislativa, projeto para a fundação, no estado, de uma escola de Ensino Técnico. Não medindo esforços para a

²⁷ Em 1911, a Reforma Rivadávia Corrêa, baseada na concepção positivista de liberdade do ensino, estendeu a oferta de ensino às escolas que não eram oficiais, e de frequência. Abolia-se a necessidade do diploma em troca de um certificado de assistência e aproveitamento. Além disso, transferia os exames de admissão para as faculdades. Logo, essa liberalização do ensino se mostrou catastrófica. A solução veio com o Decreto 11530, promulgado em 1915, conhecido como Lei Carlos Maximiliano, que reoficializou o ensino, reformou o Colégio Pedro II e regulamentou o ingresso nas escolas superiores www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus.asp. acesso em 04/12/2007.

²⁸ José Arthur Boiteux (1865-1934) nasceu na cidade de Tijucas (SC). Apesar de sua primeira matrícula no Curso de Direito ter sido feita em 1887, só conseguiu completar o curso em 1917, por razões de ordem pessoal diversas. Dentre outras atividades, foi jornalista, tendo adquirido em 1891, o jornal desterrense *República*, que passou a ser órgão oficial do Partido Republicano Catarinense. Em seus artigos, geralmente, procurava enfatizar aspectos culturais de seu Estado. Exerceu vários cargos políticos, entre eles os de Deputado Federal e Estadual, Secretário de Estado, Oficial de Gabinete do Ministério da Indústria, Obras e Viação. Foi o criador do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina IHGSC (1896) e idealizador dos Congressos Brasileiros de Geografia, realizados pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Criou também o Instituto Polytechnico (1917), a Sociedade Catarinense de Letras (1920), o Arquivo Público do Estado (1918) e a Pinacoteca do Estado (1926), esta infelizmente desfeita nos anos 1950. Havia criado projeto para a construção de uma Casa de Cultura, que abrigaria as instituições culturais (Academia de Letras, Instituto Histórico, Pinacoteca, etc.), projeto que foi interrompido pelos acontecimentos de 1930. Foi também o responsável pelo erguimento de vários monumentos (expressão clássica dos positivistas) em Florianópolis e um na cidade de Blumenau. Foi ainda idealizador e fundador da Faculdade de Direito (1932) (BAHIA, 1994).

concretização desse projeto, Boiteux realizou várias reuniões com intelectuais, engenheiros civis e militares, bacharéis em Direito e políticos estaduais. No dia 17 de abril de 1917, foi proferida a primeira aula no recém-criado Instituto Polytechnico de Santa Catarina, com as especializações em Odontologia, Farmácia, Guarda-Livros, Comércio e Agrimensura²⁹. Em 1926, o Instituto é transferido para a Avenida Hercílio Luz³⁰, outra grande realização de Boiteux após anos de luta na campanha de angariação de fundos para a construção da sede própria do Instituto.

Boiteux foi, sem dúvida, o mais importante personagem para o desenvolvimento intelectual e cultural em Santa Catarina. Positivista de primeira ordem, para quem o estágio maior de desenvolvimento é representado pela sociedade científico-industrial (positiva), perseguiu seus ideais nessa direção, não medindo esforços para dotar sua terra com instituições voltadas à ciência e à técnica³¹. O positivismo no Brasil foi extremamente significativo, espalhando-se em várias direções, principalmente entre os meios políticos, no último quartel do século XIX e no primeiro do século XX. Os reflexos dessa doutrina na vida nacional aparecem nas simbologias, nas artes, na arquitetura, na religião, etc., não obstante, sua maior penetração ter ocorrido no exército³². Mas, não foi só no exército que o Positivismo se fez presente, aparecendo com muita força nos cursos de engenharia (escolas politécnicas). Afinal, para os que acreditavam na técnica como um ponto-chave do desenvolvimento social, a engenharia era a própria expressão social da técnica.

Não foi por acaso, então, que Boiteux procurou primeiro criar um Instituto Politécnico, em detrimento a uma Faculdade de Direito; além disso, deve-se considerar que, no seio destas últimas,

²⁹ No ano de 1924, foi incorporado ao curso de Agrimensura o de Engenheiro-Geógrafo. Os dois primeiros anos do curso correspondiam ao título de Agrimensor; cursado o terceiro ano, o aluno recebia o título de Engenheiro-Geógrafo.

³⁰ O prédio, localizado próximo ao Clube Doze de Agosto, ainda existe. Atualmente está sendo restaurado para ser sede do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e da Academia Catarinense de Letras.

³¹ Para Augusto Comte, o fundador do Positivismo, os três estágios históricos da sociedade e do conhecimento são: o teológico, o metafísico e o positivo ou científico.

³² Segundo Carvalho (1995), a formação técnica dos militares era oposta à formação literária da elite civil: assim, os primeiros eram mais seduzidos pela ênfase dada pelo positivismo à ciência e ao desenvolvimento industrial.

se desenvolviam, desde finais do século XIX, as principais críticas antipositivistas³³. Além disso, pelas condições geográficas e econômicas, o estado nunca teve uma aristocracia da terra, grande o suficiente, para prover de alunos e assim sustentar financeiramente faculdades de medicina e/ou de Direito, como ocorreu em outras regiões.

Eram poucos os grandes comerciantes e fazendeiros abastados, em Santa Catarina, e estes mandavam seus filhos estudarem no Rio de Janeiro, São Paulo, São Leopoldo ou, até mesmo, no nordeste. Entretanto, havia uma demanda por técnicos, para a administração estadual, comércio e outros serviços, que poderia ser suprida por profissionais oriundos de uma parcela da população urbana média (pequenos e médios comerciantes, militares graduados, funcionários públicos, etc.) que, no entanto, não possuía condição financeira para seus filhos estudarem em faculdades de outros estados. Essa foi, sem dúvida, a principal razão para a criação de um Instituto Politécnico, em Florianópolis.

O jovem Peluso demonstrava facilidade em aprender e grande interesse pelas disciplinas de matemática e física ao mesmo tempo mantinha grande curiosidade por construções, o que o predispunha ao estudo de engenharia (MAMIGONIAN, op. cit.). Mas, o único curso similar existente em Florianópolis era o de engenheiro-geógrafo do Instituto Politécnico, curso que seu pai, um pequeno fabricante e comerciante de sapatos, poderia pagar. A prova para o ingresso nesse curso exigia conhecimentos de português, francês, aritmética, álgebra, geometria, geografia, corografia do Brasil, história do Brasil, física, química, história natural, trigonometria e desenho linear. Após prestar exames, foi aprovado, iniciando o curso em 1926.

Nos dois primeiros anos, correspondentes ao curso de Agrimensura, as disciplinas eram basicamente geometria (análítica e descritiva) e topografia. Ao ingressar no terceiro ano, passou a receber também aulas de geodésia, astronomia, mineralogia, economia política e desenho cartográfico para a construção de cartas

³³ Tal suposição pode ser corroborada com o exemplo do Rio Grande do Sul (de todos os estados brasileiros o que mais sofreu as influências positivistas). Ali foram criados primeiramente os cursos de Farmácia e Química (1895); depois o de Engenharia (1896); enquanto o de Direito somente apareceu quatro anos depois (1900).

geodésicas e geográficas, quesitos necessários à formação de engenheiros-geógrafos. Nessa etapa de sua formação, Peluso adquire um grande interesse pela geodésia, o que lhe garantiu alguns anos mais tarde a possibilidade de participar do projeto de levantamento das Coordenadas Geográficas, do Conselho Nacional de Geografia (CNG). Após três anos de estudos e cumpridos todos os requisitos, Peluso colou grau, em dezembro de 1928, cabendo a ele ser o orador da turma.

Em 1929, volta ao Instituto Politécnico, agora como professor do curso de Agrimensura e, em 1932, também do curso de Engenheiro-Geógrafo ao ser nomeado pelo decreto nº 337, de 5 de abril de 1932, assinado pelo interventor do Estado Ptolomeu de Assis Brasil³⁴ para o quadro docente da instituição, lecionando as disciplinas de cálculo infinitesimal, complementos de geometria, mecânica precedida de elementos de cálculo vetorial e noções de monografia. Não obstante, essa sua experiência no magistério foi curta, pois ele foi promovido na repartição pública onde trabalhava e transferido para a cidade de Mafra (planalto norte catarinense), em abril do mesmo ano, só retornando a Florianópolis em 1935, ano em que o Instituto Politécnico foi extinto.

Foram vários os fatores que contribuíram para o encerramento total das atividades do Instituto Polytechnico, entre os quais podem ser destacados os seguintes: a falta de profissionais qualificados para suprir o corpo docente; as dificuldades de adequação ao novo estatuto das Universidades Brasileiras, assinado pelo Ministro Francisco Campos (1931); a baixa procura pelos cursos e, o mais grave e constante, a falta de recursos financeiros (VIEIRA, 1979). O Instituto Politécnico de Santa Catarina infelizmente não seguiu o rumo de suas congêneres do Rio de Janeiro e São Paulo, que se tornaram Faculdades de Engenharia. No mesmo período em que o Instituto Politécnico sofria dificuldades e fechava suas portas, era fundada em Florianópolis, no ano de 1932, a Faculdade de Direito de Santa Catarina.

³⁴ Durante o Governo Vargas (1930/45), os estados brasileiros foram governados por Intervenores nomeados pelo Governo Federal. O Estado de Santa Catarina teve quatro Intervenores durante esse período, Ptolomeu Assis Brasil (1930/32), Rui Zobarán (1932/33), Aristiliano Ramos (1933/35), Nereu Ramos (1935/45) e mais dois, Luiz Gallotti (1945/46) e Udo Deeke (1946/47), naquele período imediatamente posterior à renúncia de Vargas até o restabelecimento democrático.

Houve, naquele momento, a proposta de junção do Instituto Politécnico à recém-criada Faculdade, entretanto, o projeto fracassou, pois José Boiteux, a “locomotiva do comboio cultural catarinense”³⁵, doente, à beira da morte, infelizmente não conseguiu realizar tal projeto, o que adiou, em pelo menos 25 anos, a concretização desse ideal. Ao que tudo indica, não houve interesse dos interventores, que governaram o estado naquele período (Aristiliano e Nereu Ramos³⁶), em manter a instituição. Primeiro, porque ela representava uma conquista dos republicanos, agora apeados do poder segundo, por apresentar cursos de menor *status*, portanto, objetivar a formação de pessoas oriundas da classe média urbana, ao contrário de outras faculdades, de maior *status*, almejadas pela burguesia³⁷.

Em depoimento escrito para o jornal *O Estado* em 22 de janeiro de 1935, Peluso prestando homenagem ao grande cidadão,

³⁵ Expressão utilizada pelo historiador Carlos Humberto P. Corrêa

³⁶ Pertencente ao extrato latifundiário do planalto catarinense, Nereu Ramos (1888-1958), natural de Lages (SC), era filho de Vidal Ramos, Governador de Santa Catarina de 1910 a 1914. Formado em Direito, foi deputado estadual e federal. Eleito governador em 1935, passou a Interventor Federal do Estado, com o início do Estado Novo, em 1937. Foi um dos fundadores do PSD catarinense e eleito senador pelo partido, tendo ainda assumindo interinamente a presidência, em fins de 1955, até a posse de Juscelino Kubitchek no início de 1956. Faleceu em um acidente aéreo em São José dos Pinhais, que vitimou também o Governador do Estado Jorge Lacerda, seu adversário político (MEIRINHO & JAMUNDÁ, 1973). Aristiliano Ramos (1888-1976) nasceu em Lages (SC), era primo de Nereu. Elegeu-se vereador e prefeito em seu município e deputado estadual. Por sua efetiva participação durante o movimento de 1930, foi indicado interventor federal, cargo que ocupou de 1933 a 1935 quando disputou e perdeu a eleição ao governo para seu primo Nereu, com quem havia rompido politicamente. Em 1945, ajudou a fundar a UDN no estado. Por desgosto, acabou retirando-se da vida política, em 1951 (CÔRREA, 1990)

³⁷ Ao contrário do Instituto Politécnico, que sofreu sérias dificuldades para seu reconhecimento, isso não ocorre com a nascente faculdade. Não faltavam bacharéis na cidade para prover o quadro docente. A demanda por cursos superiores, principalmente pelo *status* representado, aumentava no mesmo ritmo que crescia a burguesia. Idealizada por José Boiteux, a implantação dessa faculdade foi fruto de seu trabalho e perseverança. Mas logo no início a faculdade passou por sérios problemas financeiros, o que levou o primeiro Diretor, o Desembargador Francisco Tavares da Cunha Sobrinho a renunciar, assumindo em seu lugar o Professor Henrique da Silva Fontes. Portanto, não foi somente por falta de recursos financeiros que o Instituto Politécnico de Florianópolis encerrou suas atividades.

apresenta de forma sucinta o espírito e o propósito da criação do Instituto Politécnico de Florianópolis:

José Boiteux foi um civilizador, sentindo com toda a pujança a solidariedade humana em sua substância criadora e mais dignificante. Conhecia Santa Catarina. Sua extraordinária acção orientou-se no sentido de doar ao seu Estado natal, os meios de guindar-se ao confortante parallelismo com os demais da Federação. A irritante pretensão de pseudos detentores de cultura apreendida em terras longínquas procurou contrapor as intelligencias cultivadas em sua terra.

Santa Catarina não seria apenas independente política e financeiramente. Se-lo-ia também pela cultura de seus filhos e seu centro administrativo enfeixaria os nobres valores intellectuais sublimados nas cathedras resplandecentes de sua escola.

José Boiteux teve defeitos: eram do homem e pereceram. Teve virtudes: permanecerão vívidas, porque pertencem à população que labuta nas fronteiras que elle defendeu, porque são a glória do povo que teve nelle o defensor incansável do primado da intelligencia, porque são o apanágio da gente que elle estudou, amou e honrou. Suas obras testemunham grandiloqüentíssimo a intensidade de seu idealismo. O Instituto Polytechnico de Florianópolis e a Faculdade de Direito de Santa Catharina são monumentos que exigem gigantes para sua criação.

Outro problema que atingiu os egressos do Instituto Politécnico de Santa Catarina foi a dificuldade para conseguir o reconhecimento de seus diplomas no Ministério da Educação. Após uma longa batalha, os diplomas expedidos por essa instituição só passam a ser reconhecidos pelo MEC, em 13 de junho de 1956,

durante o Governo de Juscelino Kubistchek. Peluso, contudo, só teve seu diploma reconhecido em 1962³⁸.

1.5 O Início da Vida Profissional: a Diretoria de Terras e Colonização

Após concluir o curso no Instituto Politécnico, Peluso começou a procurar trabalho. “Que dureza, Santo Deus!” (PELUSO JR., 1970). A obtenção do primeiro emprego foi difícil, demorando alguns anos até conseguir um emprego efetivo relacionado à sua especialidade. Deve-se levar em consideração os conturbados acontecimentos do final dos anos 1920 e início dos 30. A crise do capitalismo mundial, surgida no início dos anos 1920, cujo ápice ocorre com a quebra da Bolsa de Nova Iorque (1929), afetou diretamente a cafeicultura, base da economia brasileira. O estado de Santa Catarina, extremamente dependente dos recursos federais e do comércio com outros estados, principalmente com o de São Paulo, também é atingido pela recessão e pela consequente crise política gerada por tais distúrbios.

Segundo Mira (2009), a primeira experiência como professor, ocorreu em 1928, quando surge, em Florianópolis, o Gymnasio José Brasilício, vinculado ao Instituto Comercial de Florianópolis. A escola havia sido criada como uma opção alternativa ao Ginásio Catarinense, mantido pela ordem jesuíta. Entre os diversos membros do corpo docente do Gymnasio encontravam-se: Altino Flores, Barreiros Filho, João Tolentino Júnior, Henrique Brüggmann, Josefina Caldeira de Andrade, Maura de Senna Pereira, José Boiteux e Victor Peluso Júnior. Como anteriormente assinalado, em 1929, Peluso assumiu como professor substituto no Instituto Politécnico, inclusive sendo paraninfo da turma de 1931, e pelo Decreto nº 337, de 5 de abril de 1932, efetivado como docente.

Um pouco antes, em 31 de dezembro de 1931, Peluso foi nomeado, pelo então Interventor do estado, Ptolomeu Assis Brasil,

³⁸ Porém, o estado de Santa Catarina sempre considerou válido o diploma do Instituto Politécnico para fins funcionais, bem como o CNG que por meio da Resolução nº 70, de 14/07/1941, dispôs sobre a situação dos profissionais diplomados pelo extinto Instituto Politécnico de Florianópolis.

para o cargo de auxiliar-técnico da Diretoria de Terras e Colonização, órgão ligado à Secretaria de Indústria, Obras e Viação do Governo do Estado. Não se sabe ao certo como ele conseguiu sua nomeação, levando-se em consideração as dificuldades políticas, econômicas e sociais daqueles dias. A maior possibilidade é de ter sido indicado por alguém influente, o que pode ser resultante da ampliação de sua rede de relacionamentos, em número e qualidade, a partir de 1930, quando se tornou sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Essa era a mais importante associação do gênero no estado, pois agregava intelectuais e outros interessados nos estudos de história e geografia, entre eles, políticos e dirigentes. Do mesmo modo, é preciso levar em consideração a existência de um Decreto Estadual, de 29 de dezembro de 1917, definindo que os egressos do Instituto *Polytechnico de Santa Catharina* concorreriam “em igualdade de condições para os cargos públicos, onde estava previsto o seu estatuto” (BAHIA, 1994, p. 101). Então, ao abrir vaga na Diretoria, Peluso apresentava a qualificação necessária.

Ao assumir o cargo de auxiliar-técnico, Peluso permanece em Florianópolis, depois em Bom Retiro, período em que realizou muitas medições de terras. Em abril de 1933, é nomeado Inspetor de Terras sendo transferido para Mafra, no norte do estado, onde permanece por apenas dois meses, pois em 19 de junho assume novo posto, em Lages, no planalto catarinense. Em novembro desse mesmo ano, é promovido a Chefe do Serviço Técnico, permanecendo lotado em Lages, até abril de 1935, quando retorna a Florianópolis, agora como Diretor.

Alguns fatos marcaram sua vida durante a passagem por essa Diretoria. Um primeiro, foi seu casamento com Anita Moser, em 1934, na cidade de Rio do Sul. Dessa união nasceriam quatro filhos, dois homens e duas mulheres. Infelizmente, um dos meninos faleceu aos oito meses de idade. Outro fato extremamente marcante desse período, segundo ele próprio, foi o de ter que examinar as empresas colonizadoras no município de Rio do Sul.

Havia, naquela época, uma grande pressão política para encerrar as atividades colonizadoras em consequência da linha nacionalista adotada pelo governo de Getúlio Vargas. O processo de colonização no alto vale do Itajaí encontrava-se estagnado, com os posseiros exigindo o reconhecimento dos seus direitos sobre as suas

terras, e a empresa colonizadora requerendo seus direitos de exploração territorial. Anos mais tarde ele iria desabafar:

O que fiz naquela ocasião repeti a vida toda. Não me apaixono pelos fatos, porque procuro compreendê-los. Aí compreendi que jamais me distinguiria, nunca mais sairia da vida medíocre que levava, porque era incapaz de tomar partido por qualquer dos lados. O ponto de vista do colonizador foi por mim compreendido, como o foi, igualmente, o dos posseiros. Ambos eram justos, não obstante serem diametralmente opostos. Evidentemente, fui tratado com animosidade pelos dois lados (PELUSO JR. op. cit., 1970)³⁹.

Apesar da pressão política e do peso da responsabilidade, manteve-se à frente da Diretoria até ser colocado à disposição do Conselho Nacional de Geografia (CNG) para trabalhar como engenheiro no projeto nacional da Campanha das Coordenadas Geográficas, função exercida entre 1939 e 1945.

Desde a fundação do CNG, em 1937, Peluso vinha participando como representante catarinense, de suas Assembleias⁴⁰.

³⁹ A Diretoria de Terras e Colonização, em seu passado, teve ligações com a resistência florianista durante a Revolução Federalista (1893-94). Naquela época, o engenheiro-chefe da Comissão de Terras de Blumenau, ligada a então Inspetoria de Terras, era Hercílio Luz, que recusava manter comunicação com o governo provisório, chegando a devolver os títulos de propriedade definitiva de terras, expedidos por eles (Cf. Arend, 2001). Após a derrota da revolução, Hercílio Luz se tornou Governador do estado (1894-1898). Em seu governo foi assinado novo acordo com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, que operava desde 1849, mas cujo contrato foi cancelado pelo Governo Federal, em 1891. Por esse contrato o estado adjudicava e/ou vendia cerca de 650 mil hectares de terras, sendo mais da metade no braço do norte do rio Itajaí. Em 1897 é criada a Sociedade Colonizadora Hanseática, substituindo a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, então liquidada. Durante o governo de Getúlio Vargas, as nacionalizações atingiram inclusive as sociedades colonizadoras, podendo então se entender o tamanho do problema enfrentado por Peluso nessa questão.

⁴⁰ Cada estado da União tinha direito a um delegado, escolhido em algum órgão técnico estadual. No caso de Santa Catarina, foi escolhida a Diretoria de Terras e

Foi ali que iniciou os primeiros contatos com os geógrafos desse Conselho, contatos esses que se intensificaram mais tarde, durante o período da Campanha das Coordenadas, colocando-o definitivamente no caminho da geografia.

1.6 O Conselho Nacional de Geografia e a Campanha das Coordenadas Geográficas

O CNG foi criado, em 1937, com o duplo objetivo de capacitar o Brasil para integrar a União Geográfica Internacional e, ao mesmo tempo, coordenar as atividades geográficas nacionais. Em 1931, iniciam-se os contatos oficiais entre a geografia brasileira e a União Geográfica Internacional (UGI), por intermédio do Professor Alberto J. Sampaio⁴¹, que conheceu o geógrafo francês Emmanuel De Martonne, durante o Congresso Internacional de Geografia realizado em Paris, naquele mesmo ano. As articulações do Professor Sampaio com o eminente geógrafo, então Diretor do Instituto de Geografia da Universidade de Paris e Secretário Geral da UGI, acabaram resultando na visita deste ao Brasil, em 1933. O principal objetivo dessa visita era o de possibilitar a adesão do Brasil à UGI, o que, no entanto, deveria ser efetivado por intermédio institucional.

Naquele momento, as únicas instituições de caráter geográfico no país eram o Instituto Histórico e Geográfico e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Ambas, porém, mostravam-se incapazes, técnica e financeiramente, de realizar tal intermediação. Da mesma forma, as Universidades, ainda em fase de estruturação, também não podiam assumir tal papel. Coube então ao Ministro das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares, encampar a ideia e viabilizar o projeto de criação de um órgão oficial de Geografia⁴². A primeira tarefa foi a de convencer Ministros e o próprio Presidente Getúlio Vargas das vantagens que o governo teria

Colonização. Como Peluso era seu Diretor, passou a ser o representante do estado no CNG.

⁴¹ Alberto José Sampaio (1881-1946), naturalista, especializado em Fitogeografia, botânico e pesquisador do Museu Nacional. Entre os anos de 1926 e 1935 produziu três livros sobre a distribuição geográfica dos conjuntos de vegetação do Brasil. www.wikipedia.org/wiki/albertosampaio, acesso em 28 nov 2007.

⁴² Segundo Penha (1993), existia interesse, dentro do próprio governo, nesse sentido.

com a criação desse órgão, tanto no tocante às questões de política externa, como nas possibilidades que o empreendimento abriria para o planejamento territorial. Em 1936, após realizar uma série de cinco reuniões com diversas instituições que possuíam algum vínculo com a geografia, o Ministro apresentou ao Governo a proposta da criação do Conselho Brasileiro de Geografia (CBG), que teria uma atuação integrada com o recém-criado Conselho Brasileiro de Estatística (CBE). No dia 24 de março de 1937, foi criado por decreto o Conselho Brasileiro de Geografia, ao mesmo tempo em que era autorizada sua adesão à UGI. Os trabalhos do CBG foram iniciados com a Assembleia Geral do dia 1º de julho, naquele mesmo ano. Em janeiro de 1938, foi definida a autonomia dos dois Conselhos (CBG e CBE), tratando-se de órgãos de caráter deliberativo e opinativo que passaram a ser tutelados por um novo órgão, o Instituto Nacional de Geografia e Estatística (INGE), organismo federativo subordinado diretamente à Presidência da República. Em 1938, igualmente, ocorre uma mudança definitiva nos nomes, o INGE torna-se Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), enquanto o CBG muda para Conselho Nacional de Geografia e o CBE para Conselho Nacional de Estatística⁴³. Todo esse processo se deu como parte do programa de centralização e racionalização do Estado brasileiro, iniciado nos primeiros anos do Governo Vargas e radicalizado com o Estado Novo, a partir de 1937⁴⁴.

As ações estatais norteavam-se segundo o estabelecimento do princípio da “racionalidade administrativa”, na qual a centralização de comandos e a descentralização executiva reforçavam o desempenho do conjunto. Este princípio, segundo os analistas, na verdade foi utilizado dentro de uma postura ideológica que objetivava substituir as decisões políticas por soluções técnicas e fórmulas científicas. Nesse sentido, a racionalidade justificaria o intervencionismo estatal, considerado como

⁴³ Decreto nº 218, de 26 de janeiro de 1938.

⁴⁴ Maiores detalhes sobre o contexto e a criação desses órgãos, no período Vargas, encontram-se no item 2.3.

necessário para atingir um fim desejado (PENHA, 1993, p. 41).

Na realidade, o IBGE tornou-se um importante órgão de pesquisa e de levantamento de dados estatísticos. Nos seus primeiros anos, o CNG apoiado pelo IBGE passou por uma prova de fogo, pois, em 1938, o Governo baixou o Decreto-Lei nº 318, conhecido como Lei Geográfica do Estado Novo que procurava resolver dois problemas:

Organizar espacialmente as malhas distrital e municipal, definindo os parâmetros mínimos em termos de área e de tamanho populacional, para dar garantias ao princípio da “autonomia municipalista” e [...] contar com um mapeamento em escala de detalhe de todos os municípios brasileiros para estruturar os trabalhos de campo do futuro censo de 1940 e contar com informações que dessem suporte aos trabalhos de mapeamento da carta do Brasil ao milionésimo (ALMEIDA, 2000, p. 67).

Para o cumprimento da Lei Geográfica, durante os anos de 1938 e 1939, todos os municípios brasileiros foram obrigados a elaborar seus próprios mapas municipais⁴⁵. Essa tarefa teve o acompanhamento técnico de todo o efetivo do IBGE e de outros órgãos estaduais. Em março de 1940, tal empreitada foi totalmente concluída⁴⁶. Igualmente importante foi a elaboração da carta do Brasil ao milionésimo, que exigiu uma série de levantamentos, e, para tanto, o CNG lançou a Campanha das Coordenadas Geográficas Municipais.

Deve-se salientar, novamente, que, antes do início dessa Campanha, Peluso participava como delegado por Santa Catarina das Assembleias do CNG, no Rio de Janeiro. Em 9 de outubro de 1937, foi criado no estado o diretório Regional do CNG, sendo escolhidos,

⁴⁵ O município que não efetuasse essa tarefa estava sujeito à perda de sua autonomia.

⁴⁶ Foram elaborados os mapas de 1574 municípios, sendo mais da metade na escala de 1:100 000 (RBG, Ano II, nº 1, jan./mar. 1940).

o Dr. Artur da Costa Filho como presidente; o Engenheiro José Nicolau Born, como secretário e Victor Peluso Jr., como vogal. Nesse período, este iniciou seus contatos com os principais expoentes do Conselho, Fábio Macedo Soares Guimarães⁴⁷, Lúcio de Castro Soares⁴⁸, J. Veríssimo da Costa Pereira⁴⁹ e outros. No dia 15 de julho de 1939, em sessão ordinária da Assembleia do CNG, houve eleição de representantes para compor algumas Comissões Técnicas Permanentes daquele Conselho. Uma das Comissões, a de Cartografia, ficou assim constituída: Presidente Eng^o Gerson de Faria Alvim; Relatores Eng^o Fábio de Macedo Soares Guimarães; *Eng^o Vítor Peluso Júnior*; Eng^o Valdemar Lefèvre e Eng^o Paulo Torcápio Ferreira⁵⁰. A participação de Peluso nessa Comissão Técnica foi importante, aproximando-o, dentre outros, de Fábio de Macedo Soares Guimarães, figura de grande destaque no CNG e no IBGE.

Não demorou muito para Peluso ser convidado a participar de reuniões com a Direção do CNG, nas quais eram examinados e discutidos trabalhos e pesquisas. “Entrei, assim, em contato com os geógrafos do conselho, entusiasmando-me pela Geografia, que passei a estudar com afinco” (PELUSO JR., 1986, p. 94). Esse

⁴⁷ Fábio de Macedo Soares Guimarães (1906-1979) era Engenheiro Civil formado pela Politécnica do Rio de Janeiro (1928), licenciado em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia (1940). Pós-graduado nos EUA (1945-46) e pela Escola Superior de Guerra (1950). Foi Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, Chefe da 2ª Expedição geográfica ao Planalto Central para a localização da nova Capital do Brasil. Professor de Geografia da PUC/RJ (1943-1973) e da Faculdade Nacional de Filosofia (1973-79), tendo lecionado também no Instituto Rio Branco e no Instituto Santa Úrsula (Miguel Alves de Lima. Onde Está a Geografia na FIBGE. Revista Geo-Paisagem (on-line) ano 4, nº 7, 2005. www.feth.ggf.br/fibge.htm, acesso em 04 dez 2007).

⁴⁸ Lúcio de Castro Soares (1906-1986) “geógrafo brasileiro especializado em estudos regionais da Amazônia. Foi um dos primeiros alunos do curso de Geografia organizado por Pierre Deffontaines no Rio de Janeiro, foi contratado pelo IBGE em 1940, em 1945 vai para a Universidade de Chicago estudar Geografia Regional. Dedicou-se aos estudos regionais da região norte do Brasil com ênfase nos recursos minerais e na hidrografia amazônica. Na década de 1970, trabalhou em cargos de alta direção no IBGE até sua aposentadoria” (ALMEIDA, 2000, p. 131).

⁴⁹ José Veríssimo da Costa Pereira (1904-1955). Foi pesquisador do IBGE e do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), além de professor da Universidade do Brasil e da Faculdade Fluminense de Filosofia. Fez Pós-graduação em Geografia nos EUA nas universidades de Wisconsin e Northwestern (ALMEIDA, op. cit).

⁵⁰ RBG, ano II, nº 1, janeiro de 1940, p. 122.

relacionamento com os influentes geógrafos brasileiros, daquele momento, acabou sendo um fator extremamente importante para o desenvolvimento intelectual de Peluso como geógrafo, principalmente, por ser o CNG/IBGE um dos embriões de desenvolvimento e incentivo à pesquisa sistemática em geografia no país, ao lado da USP, ou seja, era *locus* de desenvolvimento da comunidade dos geógrafos.

Também nesses contatos com o CNG, Peluso conheceu o professor Delgado de Carvalho⁵¹, que “via nele, pela sua capacidade de observação da realidade catarinense, um geógrafo em ‘dimensão natural’ e lhe fazia indicações de leituras, como também J. Veríssimo da Costa Pereira” (MAMIGONIAN, op.cit., p. 11). Assim, apesar da distância, Peluso soube tirar o máximo de proveito das reuniões do CNG das quais participava. Afinal, os laços criados com os influentes intelectuais desse Conselho não se restringiam ao sentimento de camaradagem, mas, antes de tudo, foram conquistados graças às suas qualidades de pensador.

1.7 A participação de Peluso na Campanha das Coordenadas Geográficas

A Lei Geográfica do Estado Novo passou a ser responsabilidade do CNG/IBGE que, entre outras, lançou a Campanha das Coordenadas Geográficas das Sedes Municipais. Essa campanha, iniciada em 1939, ficou sob responsabilidade do engenheiro Allyrio Huguene de Mattos, chefe do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, o qual recebera autorização expressa do Presidente da República.

⁵¹ Filho de diplomata brasileiro, Carlos A. Delgado de Carvalho nasceu e foi criado na França, estudou Ciência Política, formando-se na Universidade de Paris (1908), e pós-graduando-se na London School of Economics (1919). Veio ao país pela primeira vez em 1906; encantado com as dimensões e a diversidade deste território, optou por estudar sua geografia e sua história, principalmente por “estar chocado com o total desconhecimento, no Brasil, daquilo que poderia ser considerado um estudo geográfico científico”. Introduziu aqui as idéias fundamentais da escola francesa de geografia. Seus trabalhos, porém, não apresentam uma filiação rígida a esses fundamentos, pois nos seus textos também revelam traços da geografia alemã e da norte-americana. Sobre Delgado de Carvalho pode-se consultar, entre outros, Bernardes (1982), Andrade (1989), Ferraz (1995), Machado (2001), Silva (2001).

O Conselho deliberou fazer a Campanha das Coordenadas Geográficas com dois objetivos principais: um, o enriquecimento da rede de pontos de posição exata, astronômicamente determinada; outro, a obtenção de elementos de referência geográfica que permitam o aproveitamento, na carta geral, dos mapas municipais que as prefeituras preparam para entregar até 31 de dezembro (*RBG*, ano II, nº 1, p. 112, jan. 1940.)

Para dar início a essa Campanha, foi necessário preparar os engenheiros que seriam responsáveis pelos levantamentos efetuados em cada estado, uma vez que esse tipo de trabalho requer um elevado grau de especialização, a qual a maior parte dos profissionais habilitados não estava acostumada. A preparação se deu com um curso organizado pelo CNG, no Rio de Janeiro, sob a direção do Professor Allyrio de Matos, Catedrático de Geodésia e Astronomia, da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil.

O Diretório regulou a organização do curso e, refletindo a natureza mesma do Conselho, como sistema coordenador de atividades, deu preferência aos engenheiros das administrações estaduais que fossem designados pelos Governos respectivos, com a condição de, se habilitados no curso, ficarem à disposição do Instituto, servindo exclusivamente na Campanha das Coordenadas (*Idem*).

Peluso, em conjunto com mais quatorze engenheiros de outros estados, participou desse curso, realizado em julho de 1939, ficando então habilitado para participar da Campanha. Os primeiros levantamentos efetuados ocorreram em janeiro de 1940, sendo ideia do CNG terminar essa primeira fase de levantamentos ainda naquele ano. Logo ficou claro que aquele prazo era muito restrito, tendo sido os levantamentos estendidos até o final de 1941 e posteriormente, a

1942 e 1943, para abranger outras cidades e vilas do país. O alongamento do prazo fez-se necessário em razão das dificuldades decorrentes, sobretudo, das condições atmosféricas.

Ficava, às vezes, dois ou três meses em lugarejos ou em barracas no mato para conseguir duas ou três noites de observação astronômica. Em média, cada coordenada levava de um a dois meses para ser determinada. Somente no inverno era possível adiantar os trabalhos, nas frias noites estreladas, ocasião em que conseguia determinar duas coordenadas em uma semana (PELUSO JR., 1986, p. 95).

Outro fator que pode ter contribuído para o atraso no cronograma da Campanha pode ter relação com uma segunda atividade atribuída aos engenheiros em campo, pois os trabalhos destes, na realidade, não se restringiam somente às observações dos astros, visto que foram também incumbidos de estudos e levantamentos das regiões percorridas, englobando aspectos fisiográficos e da geografia humana, como também da coleta de amostras de rochas⁵². Tal incumbência permitiu a Peluso um aprimoramento na qualidade das observações, que logo se transformariam em uma série de estudos apresentados em Congressos ou em textos de revistas especializadas.

É possível recuperar parcialmente o roteiro seguido por Peluso quando executava o levantamento das coordenadas geográficas, em Santa Catarina, graças a algumas apresentações parciais dos resultados dessa campanha na Revista Brasileira de Geografia. Por isso, sabe-se que durante o ano de 1940, esteve em Bom Retiro, Lages e Rio do Sul (janeiro); Caçador e Curitiba (abril); Chapecó e Concórdia (maio); Campos Novos (junho); Mafra; Porto União; São Bento do Sul (julho); (entre agosto e setembro, encontrava-se em Florianópolis auxiliando a comissão da organização e participando do IX Congresso Brasileiro de Geografia), Jaraguá do Sul (setembro), pelo que consta o último levantamento do ano. No ano de 1941, levantou Palhoça (janeiro);

⁵² RBG, ano II, nº 2, abril 1940.

Tijucas (março); Itajaí e Blumenau (abril); Joinville (maio); Tubarão (junho). Peluso levantou ainda as coordenadas de outras localidades do território catarinense: no entanto, não foi possível identificar os locais e data, com exceção de levantamentos realizados em Araranguá, em agosto de 1943 e São Joaquim, em 1942 e 1943, segundo testemunho no artigo “Paisagens Catarinenses” (PELUSO JR., 1991a, p. 88 e 95).

Essa Campanha foi, sem dúvida, uma grande escola de geografia para Peluso.

Percorri o Estado de Santa Catarina em todos os sentidos. Viajando de ônibus, de caminhão, em lombo de mula, em carro de boi ou em canoas através de rios encachoeirados, conheci bem a nossa terra. Quando ia ao Rio de Janeiro prestar contas do serviço executado, adquiria livros e freqüentava a biblioteca do Conselho (PELUSO JR., 1986, p. 94).

Além disso, durante os longos períodos em que esperava as condições atmosféricas propícias para efetuar os levantamentos, aproveitou para estudar e familiarizar-se com a geografia científica, pois,

a bagagem com que viajava compreendia também dois caixotes de livros de Geografia”. Assim, “o estudo auxiliou-me a suportar as longas esperas. Sentia-me, então, capaz de realizar pesquisas e redigir trabalhos (PELUSO JR., 1986, p. 95).

Após efetuar os levantamentos, a Campanha entrou na fase de cálculos definitivos e de outros trabalhos de gabinete, realizados nos anos de 1943 e 1944, tempo em que Peluso continuou à disposição do CNG.

1.8 O Departamento Estadual de Geografia e Cartografia (DEGC)

Durante o IX Congresso Brasileiro de Geografia⁵³, realizado em Florianópolis, no ano de 1940, o Interventor Estadual, Nereu Ramos, assinou decreto instituindo o Serviço Geográfico Estadual, anexo à Diretoria de Terras e Colonização, a qual passou a denominar-se Diretoria de Geografia e Terras. Em 1943, Nereu Ramos assinou o Decreto-Lei nº 941, criando o Departamento Estadual de Geografia e Geologia (DEGG): para tal o serviço de Geografia foi desvinculado da Diretoria de Terras. O novo órgão não foi, porém, instalado de imediato. No ano de 1945, com o fim da disposição ao CNG, Peluso retorna às atividades no estado sendo nomeado chefe da Secção de Geografia, que ainda se encontrava atrelada à Diretoria de Terras e, nesse mesmo ano, o Interventor Nereu Ramos convidou Peluso para dirigir o DEGG.

Quando este órgão foi instalado, em 1946, foram extintos a Diretoria de Terras e o Departamento Estadual de Estatística (DEE), sendo Peluso o responsável pela instalação e estruturação da nova diretoria. O quadro funcional do DEGG foi preenchido por escriturários e topógrafos do Departamento de Terras e desenhistas do Departamento de Estatística⁵⁴. No entanto, o setor de geologia nunca chegou a ser instalado, razão pela qual, durante o governo do Interventor Federal Udo Deeke, por meio do Decreto-Lei nº 240, de 14 de outubro de 1946, ocorre nova reorganização do DEGG, que muda definitivamente de nome, tornando-se Departamento Estadual de Geografia e Cartografia (DEGC), sendo Peluso, no dia 29 daquele mês e ano, nomeado oficialmente seu Diretor⁵⁵.

A ideia de Peluso, para esse novo Departamento, era a de estudar a geografia catarinense sob todos os seus aspectos e organizar, sob bases científicas, a cartografia municipal (triangulação, nivelamento, taqueometria, etc.): além disso, pretendia que “sobre as plantas executadas fossem projetadas, por

⁵³ Acerca desse Congresso vejam-se mais detalhes no capítulo 3.

⁵⁴ O quadro funcional inicial do DEGG contava com um diretor, três topógrafos, seis cartógrafos, um oficial administrativo, quatro extra-numerários e um porteiro (RBG, out./dez. 1945).

⁵⁵ RBG, abr./jun. 1940, RBG, jul./set. 1943, e Livro 18, Assentamentos, Governo do Estado de Santa Catarina, p. 446.

especialistas, as obras de urbanismo necessárias ao progresso destas”,⁵⁶.

O Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, como passou a ser chamado, absorveu-me. Confesso que tinha amor pelo danado. E como não ter? Imagine um órgão técnico sem rotina, cuja atividade dependia, exclusivamente, do que o diretor quisesse fazer! Pena que os recursos fossem minguados! Trabalhei bastante, com gosto, com paixão (PELUSO JR., 1970).

Durante sua gestão, Peluso preocupou-se, apesar da falta de recursos, em equipar o Departamento com uma importante biblioteca⁵⁷, ao mesmo tempo aparelhando o setor de cartografia. Por acreditar que “sem publicação nenhum serviço de natureza científica sobrevive” (PELUSO JR., 1986, p. 102), criou o Boletim Geográfico Estadual, similar ao que era produzido nacionalmente pelo CNG, com a finalidade de estimular e divulgar os estudos geográficos. Em decorrência das dificuldades encontradas para publicação, adquiriu uma impressora *multilith*, que anos mais tarde serviu para impressão do pioneiro Atlas do Estado de Santa Catarina⁵⁸. Outra dificuldade, na publicação do B.G., foi a de encontrar colaboradores, por esse motivo, foram publicados apenas cinco números regulares e três avulsos, contendo textos do próprio Peluso e de outros dois funcionários do Departamento, Wilmar Dias e Carlos Büchele Júnior⁵⁹. “O recurso para imprimir o Boletim e os desenhos feitos

⁵⁶ RBG, Noticiário, ano VII, nº 4, out./dez. de 1945, p.127.

⁵⁷ Segundo Mamigonian (1991), nesse empreendimento, Peluso foi assessorado por Fábio Macedo Soares Guimarães e Orlando Valverde.

⁵⁸ Segundo Monteiro (1987, p. 113), que nos anos 1950 trabalhou na execução do Atlas quando lecionava na Faculdade Catarinense de Filosofia, “é necessário lembrar que o Atlas foi obra inteiramente elaborada, inclusive impressa no DEGC. Sob os cuidados do Sr. Antônio do Espírito Santo, operando milagres numa já antiga máquina impressora Multilith, foram produzidos primorosos cartogramas a cores que não fazem má figura face as impressões sofisticadas de hoje contratadas em grandes firmas especializadas, pelos atlas estaduais”.

⁵⁹ Wilmar Orlando Dias () Bacharel em Direito. Foi professor de geografia do Instituto de Educação e Cartógrafo do DEGC. Eleito suplente de Deputado Estadual

diretamente na chapa mostravam a pobreza de recursos, mas o esforço foi bem recebido, tanto em Santa Catarina como em todo o país “(PELUSO JR., 1986, p.102).

Infelizmente, depois da saída de Peluso do DEGC, em 1953, o projeto foi abandonado. Porém, sua administração foi bastante positiva, pois, mesmo lutando contra a falta de recursos, equipou e aparelhou o Departamento, tornando-o um dos mais importantes órgãos do gênero no país. Ainda no período em que esteve à frente desse Departamento, por intermédio do convênio existente entre o CNG e o governo norte-americano, cursou especialização em geodésia, no *Coast and Geodetic Survey* (Washington DC), de fevereiro a dezembro de 1949.

Além dos trabalhos de gabinete, acompanhei as turmas de triangulação e de nivelamento através do país. Depois de dez meses de estudos e prática voltei, para ter o desgosto de não poder aplicar a técnica em que me especializara. O trabalho geodésico é caro, e o Conselho Nacional de Geografia não dispunha de recursos para auxiliar a iniciativa estadual (Ibd., p. 96).

chegou a exercer o mandato (1951-54), e suplente de Deputado Federal, exercendo mandato (1959-62). Em 1952, participou do XVII Congresso Internacional de Geografia integrando a delegação especial da AGB. Esse evento tinha como objetivo a comemoração dos cem anos da American Geographical Society. A pedido da Assembleia Legislativa Estadual, observou as condições de existência e funcionamento das universidades americanas, para trazer subsídios ao exame e discussão para o estabelecimento da Universidade de Santa Catarina (Governo de Santa Catarina. *Homens Ilustres de Santa Catarina*. Florianópolis: Empresa Publicitária Catarinense, 1959).

Carlos Büchele Jr. (1910-), natural de São Francisco do Sul (SC), engenheiro-geógrafo, formado pelo Instituto Politécnico de Florianópolis (1928) e bacharel em Geografia pela Faculdade Catarinense de Filosofia (1958). Foi residente-engenheiro do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem; engenheiro de minas de carvão no sul do estado. Na década de 1940, ingressa no DEGC, assumindo a Direção logo após a saída de Peluso desse órgão (1953). Durante sua gestão foram elaborados os Atlas de Santa Catarina (1955 e 1958), pioneiros entre os estados brasileiros (Governo de Santa Catarina. *Homens Ilustres de Santa Catarina*. Florianópolis: Empresa Publicitária Catarinense, 1959).

1.9 A Vida Acadêmica

A criação de uma Universidade no Estado de Santa Catarina fazia parte do ideal de José Boiteux desde as primeiras décadas do século XX. O Instituto Politécnico (1917) e a Faculdade de Direito (1932) eram embriões desse ideal. Entretanto, devido às mais variadas condições, tais planos foram constantemente adiados. Além da Faculdade de Direito, Florianópolis passou a contar, em 1948, com a Faculdade de Odontologia, o que era mais um passo em direção à almejada Universidade. No início dos anos 1950, o governador Irineu Bornhausen, de tendência desenvolvimentista⁶⁰, mostrou-se favorável à consolidação do projeto universitário. O primeiro passo em tal direção deveria ser a criação de uma Faculdade de Filosofia, em função das exigências legais do Ministério da Educação⁶¹.

Como aponta Silveira (2004), o estabelecimento de uma Faculdade Estadual de Filosofia em Santa Catarina apresentava-se sob duplo aspecto: a formação de professores e a criação de uma Universidade no Estado. O grande idealizador e articulador desse projeto foi o professor Henrique da Silva Fontes, que possuía larga experiência tanto no magistério como na administração escolar em todos os níveis⁶². Enquanto organizava a futura Faculdade, o

⁶⁰ Sobre o “desenvolvimentismo” em Santa Catarina, ver capítulo 5, e consulte-se Silveira (2004) e Goularti Filho (2007).

⁶¹ A partir de 1931, as escolas superiores passaram a ser tuteladas pelo MEC (estatuto das universidades criado com a Reforma Francisco Campos). Caberia às universidades a formação de professores, principalmente, por meio das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Assim, a USP surge com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1934) e a Universidade do Brasil, com a criação da Faculdade Nacional de Filosofia (1939). Em 1945, esse estatuto foi reformulado (Decreto 8457 de 26/12/1945) flexibilizando as exigências legais. Desse momento em diante as universidades poderiam ser criadas “a partir da reunião de três institutos de ensino superior, com o diferencial de que dois desses institutos deveriam estar dentre os de Filosofia (e não mais Ciências e Letras), Direito, Medicina, Engenharia, e o terceiro ficaria a critério da Instituição” (SILVEIRA, 2004, p. 49).

⁶² Henrique da Silva Fontes (1885-1966) nasceu na cidade de Itajaí (SC). Bacharel em Ciências e Letras (1906), Bacharel em Ciência Jurídicas e Sociais (1927), devotou a vida ao ensino e a literatura. Lecionou no Ginásio Catarinense (1910-1917), na Escola Normal Catarinense (1911-1918), na Faculdade de Direito de Santa

professor Fontes acreditava poder contar com profissionais locais para a composição das cátedras. Assim, entre outros, ele convidou Victor Peluso Júnior para fazer parte do corpo docente do curso de geografia. Este agradeceu o convite, mas não o aceitou, pois se considerava inapto pelo fato de não ter a devida graduação na matéria.

No ano de 1955, tiveram início as atividades docentes da Faculdade Catarinense de Filosofia, que contava inicialmente com os cursos de História, Geografia, Letras e Pedagogia. Em uma atitude espantosa para muitos, Peluso ingressa, em 1957, como aluno regular no curso de Geografia, formando-se em 1960.

Por força de sua convicção e de sua formação moral, em que era discutível o seu título de engenheiro-geógrafo, obtido no velho Instituto Politécnico, não se sentiu diminuído, como tantos outros o fizeram, em ingressar na novel Faculdade Catarinense de Filosofia [...] Ingressando no então Curso de Geografia, quando já possuía credenciais para ser seu professor, dedicou-se humildemente às atividades discentes, cumprindo-as, momento a momento, com o mesmo devotamento com que havia cumprido tarefas maiores da administração pública (PIAZZA, 1979, p. 5).

Catarina (1932-1960) e na Faculdade Catarinense de Filosofia (1955-1960). Participou da fundação das Faculdades de Direito (1932) e Filosofia (1951) de Santa Catarina. Foi também um dos fundadores da Academia Catarinense de Letras (1921). Exerceu os cargos de Diretor de Instrução Pública (1919-1929), Secretário de Viação e Obras Públicas (1926-1930), de Juiz Federal Substituto (1929-1934), Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (1934-1966), Diretor da Faculdade de Direito de Santa Catarina (1933-1938). Em 1937, toma posse como Desembargador no Tribunal de apelação (atual Tribunal de Justiça). Pertenceu à Academia Catarinense de Letras e, na década de 1920, produziu uma série de livros de ensino elementar, conhecidos como “As cartilhas de leitura da série Fontes”. Sua produção literária abrange uma série de biografias de catarinenses ilustres e os livros *Digressões Antropônicas* (1951) e a trilogia *Pensamentos, Palavras e Obras* (1962) (SILVEIRA, op.cit.; GOMES, 1990).

Durante a graduação foi aluno de geógrafos que mais tarde tomariam expressão nacional, como Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro e Armén Mamigonian. Paulo de Araújo Lago, que também foi seu professor, conta:

A primeira vez que vi o professor Peluso, mas com o qual não troquei sequer um cumprimento, foi nos meados da década de 50, quando se realizava o I Congresso Brasileiro de Geógrafos, em Ribeirão Preto. Ele representando o Governo de Santa Catarina, perfilava ao lado dos grandes geógrafos que constituíam, para nós, estudantes do Rio de Janeiro, um punhado de bibliografia “ao vivo”. Pela primeira vez também conhecia Aroldo de Azevedo, Pascoale Petrone, Ary França, Aziz Ab’Saber, João José Bigarella, Ruy Osório de Freitas, Odilon Nogueira de Mattos e muitos outros. [...] Lembro-me do professor Peluso, de terno escuro, com um porte que lhe daria fácil o título de o mais bem vestido do Congresso. [...] Ao chegar a Santa Catarina, em 1958, convidado pelo professor João Dias da Silveira, organizador do Departamento de Geografia da Faculdade Catarinense de Filosofia, [...] encontro, nada mais nada menos, sentado num tosco banco da esburacada dependência em que ficava a sala de Geografia do Brasil, o mesmo bem trajado geógrafo mas, como aluno, de carro oficial e motorista de boné. Era o titular do plano de Obras e Equipamentos, durante a interrompida gestão de Jorge Lacerda. [...] Senti um terrível frio na espinha, um quase medo e uma vontade de arrumar as malas, de retorno à terra natal. Era, sem dúvida, constrangedor, para um principiante, ministrar aulas para veterano geógrafo. Imediatamente, confessei meu receio ao Professor Carlos Augusto Figueiredo Monteiro que me animou a seguir em frente. Falou-me que, apesar de ser um geógrafo competente, o professor Peluso se punha como um curioso, atento aos mínimos

detalhes das aulas. De fato, em pouco tempo acostumei-me à idéia de que o professor Peluso era “meu aluno”. E, passei a comportar-me como professor, sentindo, todavia, um alívio quando o curso foi encerrado (LAGO, 1979, p. 11).

Esse testemunho demonstra a modéstia de Peluso, aliás, uma, entre as suas muitas qualidades.

Naquele tempo, o curso de Geografia da Faculdade Catarinense de Filosofia oferecia apenas a opção de bacharelado. Somente em 1960, com a implantação das cadeiras de didática, o curso passou a contar também com licenciatura plena em geografia. Peluso se inscreveu nessas disciplinas, fazendo parte, então, da primeira turma de licenciados da FCF, formada em 1961⁶³. Os diplomas dessa habilitação só foram reconhecidos pelo MEC, em 1965, ou seja, somente após a Universidade Federal de Santa Catarina ter encampado a FCF.

Em abril de 1960, Peluso fora nomeado Auxiliar de Ensino da FCF; entretanto, em 1962, com a federalização e a reunião das faculdades existentes (direito, odontologia, filosofia, ciências econômicas e farmácia) que deram origem à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Peluso torna-se Instrutor de Ensino da cadeira de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). No ano seguinte, assume a cadeira de Geografia Regional, conforme Portaria nº 18/63, de 12 de março. De 1965 a 1974, foi professor titular da disciplina de Economia Social, da Faculdade de Serviço Social (FSS) e de 1968 a 1979, professor titular da FFCL. Foi também professor de Estudos de Problemas Brasileiros na FSS e professor de Geografia da População na FFCL. Em setembro de 1974, apresentou a tese de Livre-Docência em Ciências Humanas (UFSC), denominada “A Classificação Funcional das Cidades e sua Evolução”, na qual aplicava o método de exigências mínimas, de Ullman e Dacey, ao estudo da evolução das funções urbanas e classificação funcional das cidades do estado de

⁶³ Segundo Silveira (2004), a disciplina de didática era comum a todos os cursos da Faculdade, havendo separação apenas com a cadeira de didática especial, a qual apresentava pedagogia específica para cada curso.

Santa Catarina. A Livre-docência foi homologada no dia 8 de dezembro de 1976, com a média de 9,62⁶⁴. Essa Livre-docência, feita na UFSC, tinha caráter promocional, enquanto o Ministério da Educação e Cultura a reconhecia como Doutorado.

Além disso, entre os anos de 1971 a 1975, coordenou o Contrato, assinado entre a UFSC e Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) para execução de estudos relativos à formulação de alternativas para o estabelecimento da política de desenvolvimento urbano para o estado de Santa Catarina. Integrou também o corpo docente do Curso de Especialização em Geografia do Desenvolvimento (1974), organizado pelo Departamento de Geociências da UFSC, lecionando a disciplina de Geografia da População.

Organizou e presidiu o 1º Simpósio de Colonização e Povoamento, ocorrido em 1975, em Florianópolis, no qual palestrou sobre “O Que Santa Catarina deve à Colonização”. Em 1979, aos setenta anos de idade, foi aposentado compulsoriamente. Em consequência da sua intensa dedicação e como reconhecimento pela qualidade dos serviços prestados à Universidade Federal de Santa Catarina, por mais de vinte anos, Peluso recebeu, em 1983, o título de Professor Emérito.

Ao se aposentar da Universidade, passou a se dedicar ao cargo de Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), para o qual fora eleito em 1971. Antes disso, em 1968, houve um desmoronamento na “Casa de Santa Catarina”, exatamente na parte ocupada pelo IHGSC. O acervo ficou abandonado por um tempo, deteriorando-se. Somente com a posse de uma nova Diretoria, tendo como Presidente, Walter F. Piazza e Secretário, Theobaldo C. Jamundá, instalou-se a sede do Instituto no oitavo andar do Edifício Zahia (PIAZZA, 1996). Durante toda a sua gestão, (1971-1991), Peluso procurou reestruturar a instituição que passava por tantos problemas. A partir de 1979, restituiu a publicação da revista do Instituto (3ª fase), não editada desde 1944.

A administração de Peluso, em articulação com os consociados e deputados Salomão Ribas Júnior e Cid César de Almeida Pedroso conseguiu, em projeto-de-lei encaminhado à

⁶⁴ As suas notas foram: didática 8,7; títulos 10,0; prova escrita 9,9; defesa de tese 9,9.

Assembleia Legislativa, em 1986, que o Instituto ocupasse novo espaço, na ala esquerda do Palácio Cruz e Souza. Em 1989, por proposição do Deputado Salomão Ribas Júnior, foi incluída na Constituição do Estado um dispositivo: artigo 173, parágrafo único, item IV onde se declara “concessão de apoio administrativo, técnico e financeiro às entidades culturais municipais e privadas, em especial à Academia Catarinense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina” (PIAZZA, op. cit., p. 59). Com isso, a instituição saiu de uma pequena sala do edifício Daux, primeiro para o Centro Integrado de Cultura (CIC), depois para a atual sala no Palácio Cruz e Souza. Em 1984, procurando imprimir uma característica mais científica à instituição, reformula seus estatutos, tornando mais ágeis os procedimentos e pondo fim aos cerimoniais dos tempos passados.

O geógrafo buscou, do mesmo modo, alargar as relações com as congêneres nacionais e internacionais (principalmente com Portugal, Açores e países do Prata), ao mesmo tempo em que dinamizava o calendário cultural e buscava modernizar seus quadros com uma campanha para adesão de novos associados.

A 27 de setembro de 1991, devido a seu estado de saúde, Peluso declinou de sua reeleição, indicando Walter F. Piazza como substituto. Na Sessão Solene do IHGSC, em 22 de novembro de 1991, em homenagem prestada à Victor Antônio Peluso Júnior, pelos serviços prestados ao Instituto, o Embaixador Licurgo Costa fez a seguinte saudação: “Sua presidência foi uma constante lição de bondade, dignidade, sabedoria, compreensão e respeito à opinião dos seus pares. Seus exemplos nunca serão deslembrados aqui”. Nessa mesma sessão, Victor Antônio Peluso Júnior foi empossado Presidente Perpétuo, cargo que só havia sido conferido uma vez, ao Professor Henrique Fontes.

Aos 80 anos parece a todos que a vida se resume em recordar, em falar do passado. Não é assim. Tenho sonhos. Tenho ambição. Passei grande parte da vida viajando; meu sonho é viajar através do território do nosso Estado estudando esta gente maravilhosa que enriquece e alegra a terra catarinense. Nada me encanta tanto quanto analisar um povoado, uma fazenda, sentir a vida coletiva através das

atividades do povo. Já fiz isto muitas vezes, mas quero fazer mais. Este é o meu sonho mais querido, objeto de devaneios que se mostram nos preparativos que faço para isto. [...] Completei oitenta anos. Não me volto para o passado. Ele foi vivido e dele guardo belas recordações. As horas felizes vejo nos olhos da minha esposa, minha companheira de mais de meio século, e no carinho dos meus filhos e netos. Minha vista está dirigida para o futuro, para atividades, para o trabalho. Contarei para este futuro, com o calor da amizade de vocês. Comovido, digo a todos e a cada um: muito obrigado (PELUSO, 1991c).

Além das atividades do IHGSC, Victor Peluso foi ainda Conselheiro de Cultura no Conselho Estadual de Cultura (1973-77)⁶⁵, e tomou posse, em 24 de novembro de 1970, na Academia Catarinense de Letras, assumindo a Cadeira de nº 20, na vaga de Fulvio Aducci.

1.10 Produção científica

O conjunto de transformações pelas quais passou o país, nos anos de 1930, foi, sem dúvida, o mais intenso de toda a sua história. A economia sofria diante das crises do setor agrícola para exportação, enquanto se intensificava o processo de industrialização e urbanização e crescia o intervencionismo estatal. Na área social, ao mesmo tempo em que o ensino superior se expandia, consolidavam-se os trabalhadores urbanos, operários, técnicos industriais, pessoal administrativo do setor público e privado. Na política, paralelamente às revoltas militares e ao declínio das oligarquias agrárias, surgem novos partidos políticos e cresce o aparelho estatal. Na cultura, são criadas as Universidades e desenvolve-se a indústria editorial.

Esse período em que Getúlio Vargas ascende ao poder e a geografia científica institucionaliza-se no Brasil, coincide com o

⁶⁵ Decreto Estadual /P/4155/73/SEC

início das atividades profissionais e intelectuais de Peluso, cuja trajetória guarda uma íntima relação com as mudanças na conjuntura nacional, o que leva a uma análise de suas atividades com base nesses diferentes momentos da vida nacional. Assim, a primeira fase, caracterizada por sua participação na Campanha das Coordenadas Geográficas, estende-se de 1940 a 1945, período durante o qual ele produziu os seguintes trabalhos: “O Vale do Rio Itajaí do Oeste” (1940); “Rio do Sul” (1942); “Lages, a Rainha da Serra” (1942); “A Criação da Capitania da Ilha de Santa Catarina” (1944) e “O Estudo Geográfico dos Limites Municipais” (1944).

Na segunda fase, de 1946 a 1953, período em que exerceu o cargo de Diretor do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia (DEGC), desenvolveu os seguintes estudos: “Paisagens Catarinenses” (1947/48); “Duas Vilas no Estado de Santa Catarina” (1948); “A Vila de Ituporanga” (1947/48); “A Mudança da Capital do Estado” (1947); “A Estrada de Rodagem de Florianópolis ao Peperi-Guaçu” (1948); “Geografia e Folclore” (1951); “Geografia Aérea de Joinville” (1951); “Efemérides de 1952 e sua Significação Geográfica” (1952); “O Estreito do Rio Uruguai” (1953); “O Relevo do Estado de Santa Catarina” (1953); “Tradição e Plano Urbano, Cidades Portuguesas e Alemãs no Estado de Santa Catarina” (1953).

Em 1948, ocorreu, em Florianópolis, o Primeiro Congresso de História Catarinense. Este evento, de iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, fora idealizado por Oswaldo Rodrigues Cabral⁶⁶ e Henrique da Silva Fontes, então Presidente desse Instituto⁶⁷. “Além do Congresso em si, o evento

⁶⁶ Oswaldo Rodrigues Cabral (1903-1978) era natural de Laguna (SC). Iniciou a vida profissional como Professor Primário em Joinville (1922). Formado em Medicina (1929), foi médico do Hospital Municipal de Joinville (1930-36); Diretor da Assistência Municipal de Florianópolis (1936-45). Lecionou medicina-legal na Faculdade de Direito (1952); Antropologia, na Faculdade Catarinense de Filosofia (1955) e História, na UFSC. Exerceu, também, cargo político, sendo Deputado suplente convocado (1947-50) e Deputado Estadual (1951-55). Presidiu a Assembleia Legislativa do Estado (1954) (Piazza, 1994). Contudo, O. Cabral é reconhecido por suas pesquisas e trabalhos sobre a história catarinense.

⁶⁷ Corrêa (2003) aponta O. Cabral e H. Fontes como as alavancas daquele Primeiro Congresso de História Catarinense: no entanto, o próprio Cabral enaltece também a importância da participação de Carlos da Costa Pereira, Diretor da Biblioteca Pública do Estado de SC, como “o braço direito de Henrique Fontes, porque era

contou com uma exposição histórica, geográfica e folclórica organizada sob direção de Victor Antônio Peluso Jr.” (CORRÊA, 2003, p. 199). Nesse encontro, Peluso apresentou quatro trabalhos: “Costa da Serra”; “Esboço Geográfico de Santa Catarina”; “Santa Catarina Colonial”; “A Fazenda do Cedro”. Ao todo foram apresentados 85 trabalhos que deveriam ser publicados posteriormente nos Anais do Congresso; entretanto, só foi publicado o 2º Volume, com 608 páginas, compreendendo os trabalhos das seções de História Geral Catarinense, História Demográfica e Política e Colonização Insulana. Segundo Corrêa (op. cit.), os restantes 75 trabalhos acabaram perdidos num incêndio ocorrido na Imprensa Oficial do Estado, onde estavam os originais a serem publicados. Dos quatro trabalhos de Peluso, apenas o da Fazenda do Cedro e Santa Catarina Colonial são conhecidos, pois foram publicados posteriormente. Os outros, inéditos, o fogo destruiu e, pelo visto, não havia cópias deles.

A terceira fase, entre 1953 e 1960, é marcada por suas funções como Secretário de Estado, respondendo como titular pela pasta da Agricultura (1953-56) e interinamente, pelas Secretarias de Viação e Obras Públicas (1954), da Fazenda (1958), da Educação (1958) e, por fim, novamente como titular, agora como Secretário do Plano de Obras e Equipamentos (1957-60).

Durante esse período, por causa das exigências dessas funções, praticamente não produziu nenhum texto científico. Isso não significou, contudo, isolamento diante da comunidade dos geógrafos, pois foi, inclusive, Presidente da Comissão Nacional do Brasil, da União Geográfica Internacional (UGI), de 1956 a 1966. Na condição de Presidente, participou do XVIII Congresso Internacional de Geografia, no Rio de Janeiro⁶⁸, em 1956, e do XIX Congresso Internacional de Geografia, em Estocolmo, Suécia, em 1960. Ainda nesse período, como representante do Estado de Santa Catarina na

extremamente organizado, o que este não era, mas ambos assaz meticolosos” (CABRAL apud PEREIRA, 1976, p. 16).

⁶⁸ Faltando poucos dias para a realização do Congresso no Rio de Janeiro, o então Presidente da Comissão Nacional, Aroldo de Azevedo, devido a desentendimentos com membros da comissão, decidiu renunciar, sendo Peluso escolhido para substituí-lo. Segundo Pedro P. Geiger (informação verbal), Aroldo de Azevedo se demitiu por questão de vaidade, após desentendimento com Hilgard O. Sternberg, também membro da Comissão Organizadora daquele Congresso.

Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, atuou para que a comissão contratasse, com a Associação dos Geógrafos Brasileiros, o levantamento de que resultou a obra “Condições Geográficas e Aspectos Geoeconômicos da Bacia Paraná-Uruguai” (PELUSO JÚNIOR, 1984, p.8).

Em 1961, aposentou-se do funcionalismo público do Estado⁶⁹, mas sua vida profissional toma outra direção, pois, ao concluir a graduação em Geografia, na Faculdade Catarinense de Filosofia (1960), tornou-se professor da recém-criada Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A partir daí, iniciou outra fase de produção científica, escrevendo nova série de textos geográficos: “Latifúndios e Minifúndios no Estado de Santa Catarina” (1962); “Aspectos da População e da Imigração no Estado de Santa Catarina” (1970); “Urbanização em Santa Catarina” (1973); “Problemas Demográficos em Santa Catarina” (1974); “Simpósio sobre Colonização Italiana em Santa Catarina” (1975); “A Evolução Urbana em Santa Catarina” (1979); “A Cidade de Gaspar” (1979); “A Colonização Alemã na Área Fronteira da Ilha de Santa Catarina” (1980); “O Crescimento Populacional de Florianópolis e Suas Repercussões no Plano e na Estrutura da Cidade” (1980); “A Evolução da Cidade de Chapecó” (1982); “A Identidade Catarinense” (1985); “A Reconquista Pacífica da Unidade Nacional” (1985); “Relevo do Estado de Santa Catarina” (1985); “Lages de 1940 a 1990” (1991); “O Espaço Físico de Santa Catarina” (1991); “Notas sobre os Italianos em Florianópolis” (1991).

Como já citado, de 1971 a 1974, foi Diretor do Projeto Sudesul, para a formulação de alternativas para o estabelecimento de política de desenvolvimento urbano para o estado. É dessa época também o seu trabalho de Livre-Docência, “Classificação Funcional

⁶⁹ Essa relativa precoce aposentadoria se deu em virtude das mudanças ocorridas na política do Estado. Após oito anos de domínio estadual da UDN, partido ao qual Peluso era filiado, o poder passa novamente ao PSD, partido comandado pela família Ramos. Acontece que Peluso, em 1953, era filiado ao PSD e, naquele ano, ele assumiu a Secretaria da Agricultura, atendendo ao convite do Governador Irineu Bornhausen (UDN). Esse ato foi considerado traição, por Nereu Ramos e pelo PSD. Com os Ramos novamente no poder, em 1961, não havia mais espaço para Peluso nos escalões mais elevados do funcionalismo público estadual. Assim, sua aposentadoria foi uma forma de eximir-se de possíveis retaliações por parte dos Ramos e do PSD. (Informação verbal fornecida, em novembro de 2007, por Marília Peluso, filha de Victor A. Peluso Júnior).

das Cidades e sua Evolução” (1974), defendido em 1976 em conjunto com o Doutorado em Ciências Humanas, pela UFSC. Em 1979, aposentou-se desta instituição, mas seguiu auxiliando o Departamento de Geociências atuando na Pós-Graduação. Naquele momento, com mais tempo, passou a se dedicar integralmente às atividades da Presidência do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, cargo que manteve até sua morte, em 1994.

Ao longo desses períodos, percebe-se a relação existente entre as atividades profissionais e a produção científica, predispondo-o ao enfoque de determinadas temáticas. Tal fato, entretanto, não pode ser considerado como única determinação, pois é necessário, ainda, levar em conta as condições internas da ciência geográfica (brasileira e/ou mundial), bem como as mudanças estruturais nos nível local, nacional e internacional, ocorridas durante sua trajetória intelectual, questões que serão abordadas em conjunto com a análise dos seus textos mais significativos, nos capítulos terceiro, quarto e quinto.

Peluso não seguiu a tendência “natural”, entre os engenheiros que passaram à condição de geógrafos, de inclinar-se aos estudos em geografia física.

A própria formação técnica dos engenheiros, que em seu curso superior estudavam astronomia, topografia e geologia econômica, levava-os a, fazendo geografia, valorizar mais os elementos físicos que os elementos humanos. Por sua vez, o recrutamento de estudantes para as Faculdades de Filosofia, em seus cursos de geografia e história, faria com que a maioria dos candidatos viesse da área humanística, com melhor formação nas ciências do homem, porque dificilmente um aluno de maior propensão para a matemática e a física optaria por um curso de geografia ligado ao de história. Daí a afluência para estes cursos, de bacharéis em direito ou de estudantes que na ausência de cursos de geografia e história se dirigiam para as Faculdades de Direito (ANDRADE, 1989, p. 129).

Constatam-se, na produção intelectual de Peluso Jr., poucos estudos nessa direção, exceção feita aos dois bons trabalhos sobre o relevo catarinense (1953 e 1985) e a outro sobre o espaço físico de Santa Catarina (1991) que, apesar da qualidade, representam pequena parcela do total de sua produção científica.

Esse catarinense soube driblar as adversidades e inserir-se no rol dos pioneiros que desenvolveram estudos científicos de Geografia Regional e Urbana no Brasil. Devido ao amor e carinho por sua terra, fez de Santa Catarina seu objeto de estudo. Sem dúvida, suas atividades profissionais contribuíram para esse fim, pois lhe possibilitaram percorrer o Estado de ponta a ponta.

Como ele próprio ressalta, foi sua dedicação séria aos estudos bibliográficos que lhe deu condições para driblar as dificuldades impostas pela distância de Florianópolis dos dois principais centros de produção geográfica, São Paulo e Rio de Janeiro, por algum tempo, os únicos núcleos de pesquisa sistemática em geografia no Brasil. Sem dúvida, essa dedicação aos estudos foi importante, ainda mais se for considerado o caráter inicialmente autodidata de suas pesquisas.

2 O PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO DA GEOGRAFIA NO BRASIL

Ao analisar a trajetória de Peluso como geógrafo, observa-se, prontamente, que ela ocorre embutida na própria gênese da geografia institucional brasileira. Esse paralelismo é perpassado pelos mesmos “denominadores comuns”, ou seja, pelas ligações com a estrutura estatal e as necessidades daí decorrentes (desenvolvimento institucional, burocratização, racionalização, etc.), que atribuíram um novo papel do intelectual diante da nação, da sociedade e do estado, e, também, pelas novas definições teóricas e metodológicas para o desenvolvimento da ciência geográfica no país, instigadas pela nova atribuição conferida ao estado em prol do desenvolvimento econômico e da decorrente necessidade de criar subsídios para melhor entender os problemas e entraves criados pelos desequilíbrios regionais. Portanto, antes de iniciar a análise da obra de Peluso, é imprescindível apresentar alguns aspectos do desenvolvimento da geografia no Brasil e o seu respectivo processo de institucionalização, ocorrido durante a primeira década do século XX.

A geografia, como ciência moderna, só pode ser reconhecida, como tal, após a sistematização empreendida pelo geógrafo alemão Carl Ritter, no século XIX. Durante os séculos XVI e XVII, o conhecimento geográfico restringiu-se, principalmente, ao desenvolvimento da geografia matemática e da cartografia, refletindo na melhoria da qualidade das descrições efetuadas durante o século XVIII. Somente no século XIX, com o desenvolvimento das ciências naturais e das novas formas de pensar a realidade, proporcionadas pela filosofia, é que a geografia científica passou a ter seu pleno desenvolvimento.

O conhecimento do mundo disperso e fragmentado, acumulado nas mais diferentes narrativas e descrições, pode então ser sistematizado. Conseqüentemente, antes do século XIX, não se pode falar em geografia-ciência na Europa, muito menos no Brasil. Não obstante, isso não significa a ausência de levantamentos geográficos sobre o território brasileiro, antes desse século. Durante

os séculos XVI, XVII e XVIII, o Brasil foi objeto de inúmeras descrições realizadas por viajantes e cronistas de diferentes nacionalidades, bem como por administradores coloniais em seus relatórios oficiais. Contudo, a característica desses testemunhos é a de que “os fatos geográficos nelas aparecem isolados sem o estudo de sua gênese e estrutura” (PEREIRA, 1955, p. 319).

Durante o século XVI, além de algumas narrativas de viajantes, pode-se destacar, por apresentar informações de interesse geográfico, o **Tratado Descritivo do Brasil** (1587), elaborado por Gabriel Soares de Souza, que discorre sobre o clima, a fauna e a flora, abrangendo também aspectos culturais de algumas tribos indígenas, que de acordo com Pereira (1955), em muitos aspectos superando a **Corografia Brasileira**, de Aires de Casal. No século XVII a produção mais significativa ficou a cargo dos holandeses os quais, durante a ocupação (1625-1654), elaboraram vários mapas, fizeram observações etnográficas e desenvolveram estudos de botânica e zoologia.

Os bandeirantes igualmente foram responsáveis por algumas descrições e mapeamentos, mas nada de grande vulto. Com o fim da união entre as coroas portuguesa e espanhola (século XVIII), acirraram-se as disputas territoriais na América do Sul pelas definições dos seus limites. Coube aos jesuítas, durante o segundo quartel desse século, a tarefa de levantar latitudes e produzir mapas da colônia. Desses levantamentos surgiu a primeira carta oficial do Brasil, *Mapa dos Confinos do Brasil com as Terras de Espanha na América Meridional* (1749), que serviu de subsídio ao *Tratado de Madri* (1750) (GONÇALVES, 1995). Todavia, desse período, o trabalho mais importante foi elaborado por André João Antonil (1711) **Cultura e Opulência do Brasil**, onde esse autor apresenta testemunho da história da economia colonial, principalmente da produção açucareira e da mineração do ouro e com passagens menores, não menos interessantes, dedicadas à criação de gado e à lavoura do tabaco.

A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil (1808) trouxe novo impulso para a colônia. Foram criados o Arquivo Militar e a Imprensa Régia (1808), possibilitando a execução e impressão dos levantamentos cartográficos no país. Porém, a primeira instituição criada em solo brasileiro com o intuito de desenvolver algum tipo de ciência foi a Real Academia Militar, fundada em 1810.

Essa Academia sofreu, em 1874, mudança de nome, passando a se chamar Escola Politécnica, assumindo caráter civil. Em 1937, foi integrada à Universidade do Brasil com o nome de Escola Nacional de Engenharia, para depois, em 1964, transformar-se no Departamento de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (VIEIRA, 1979).

Em 1817, foi editado **Corografia Brasilica**, do padre Manuel Aires de Casal, que acompanhara a corte de D. João VI na fuga para o Brasil. Por esse trabalho, Aires de Casal foi considerado por St. Hilaire o pai da geografia brasileira. Apesar de o estudo apresentar todos os acidentes geográficos brasileiros conhecidos até aquele momento, não passava de uma grande compilação, um trabalho exclusivamente de gabinete, “sem veleidade alguma de explicação ou interpretação destituído inteiramente de espírito crítico” (PRADO JR., 1975, p. 175). Contudo, essa foi a primeira obra que procurou tratar o Brasil de forma geral e integrada, servindo aqui, por bom tempo, de modelo de estudo geográfico. Caio Prado Jr. chama a atenção para o fato de que a **Corografia Brasilica** seguia os preceitos da geografia clássica⁷⁰, e sua influência como modelo, durante o período imperial, seria uma das responsáveis pelo atraso brasileiro nas assimilações da geografia científica moderna, principalmente daquela elaborada na Alemanha durante o século XIX⁷¹.

Após a Independência torna-se inevitável o investimento em atividades ligadas ao desenvolvimento do conhecimento e das artes. Apesar disso, durante o primeiro período imperial pouco foi o incentivo, em tal direção, em razão do ajustamento estrutural político e econômico⁷². Durante a regência, foi criado no Rio de Janeiro, em

⁷⁰ Clássica no sentido de uma geografia antiga, no estilo Ptolomeu, Estrabão, etc., e não como entendido por Mendoza et al (1982) ou Andrade (2006) que delimitam o período clássico entre o final do século XIX e 1946, período esse denominado de tradicional por Moraes (1981).

⁷¹ Segundo Prado Jr. (1975, p.178), outro fator de atraso da assimilação da geografia científica estava ligado ao apego dos intelectuais brasileiros aos autores franceses, lembrando que “a geografia francesa encontrava-se, no século XIX, incipiente em relação à geografia alemã”.

⁷² Após a independência, os comerciantes portugueses passam gradativamente a perder terreno para os comerciantes nacionais, pois, com o esgotamento da economia colonial o país passa por reajustamentos junto ao centro do sistema. Aos poucos, consolida-se uma nova dinâmica externa e interna na economia

1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), considerado a primeira agremiação nacional de incentivo à pesquisa⁷³. O IHGB, contando com subsídios do erário, estipulou prêmios para monografias sobre a periodização da história do Brasil que tivessem efetiva qualidade, ao mesmo tempo em que passou a divulgar conhecimento por intermédio de uma revista (1839). Tal medida incentivou a produção de um número expressivo de trabalhos, inclusive de pesquisadores estrangeiros.

Apesar de tal esforço, por um longo tempo a pesquisa brasileira continuaria a ser diletante, sem o mínimo de rigor científico, alheia, em grande parte, aos avanços teóricos e metodológicos das ciências. Por isso, o IHGB não pode ser considerado o principal incentivador e divulgador da geografia científica no Brasil, pois esta só começou a ser introduzida efetivamente no país nos dois últimos lustros do século XIX. Um pouco contrário a essa ideia, Pereira (1955) afirma que, apesar das limitações, o IHGB muito fez em prol da geografia no Brasil. Por outro lado, Prado Jr. (1975, p.178) acredita que esse Instituto e seus congêneres estaduais, até o início do século XX, apesar de serem “os únicos nominalmente voltados à geografia, nunca se ocuparam seriamente do assunto”.

A sociedade patriarcal, em seus três séculos de domínio, não deu oportunidade ao estudo e à análise da realidade brasileira, de forma sistematizada, comprometendo instituições, a não ser da parte de alguns estudiosos que escreveram livros marcantes, mas que

impulsionada pelo café, ou seja, ocorrem modificações nas relações de produção que, segundo I. Rangel, permitem à oligarquia cafeeira consolidar-se como a classe política hegemônica, tendo como sócios menores os “novos” comerciantes (Cf. PEREIRA, 1999, p. 55-60).

⁷³ Um caso interessante, que marcou o início do IHGB, foi o debate acerca da periodização da história do Brasil entre o General José Inácio de Abreu e Lima e Francisco Adolfo de Varnhagen, que culminou no texto deste último: “Réplica apologética de um escritor caluniado e juízo final de um plagiário difamador que se intitula General”. HÖRNER, Erik. **O Fazer-se da Historiografia Brasileira: uma introdução**. In: Revista Digital Klepsidra, nº 7, abr./maio 2001, disponível em: www.Klepsidra.net/klepsidra7/historiografia.html. Acesso em 25 jun. 2006.

trabalharam isolados uns dos outros (ANDRADE, 1994, p. 67).

Para Schwarcz (1993), a principal função do IHGB era a de unificar a produção vinculada à interpretação oficial, podendo verificarem-se diferenças, a partir de 1889, com a mudança do regime. Essa autora aponta ao mesmo tempo à discrepância entre a produção historiográfica, 45% do total de trabalhos apresentados, e a geográfica, que juntamente com a geológica, representava apenas 18% dos textos publicados pelo instituto. Além disso, salienta que grande parte dos textos geográficos trata de questões de demarcação de limites territoriais, isso demonstra o papel específico desses trabalhos no contexto da época, em que havia muitos litígios a serem resolvidos.

Conforme Pereira (1955, p. 364), o problema foi o Brasil entrar no século XX com “a mentalidade da Colônia e o predomínio da cultura livresca do Império”. Um fator de “atraso”, sem dúvida, era a ausência de Universidades, verdadeiros centros de pesquisa por tradição, bem como de outros modelos de instituições com caráter científico, pois até o início do período republicano existiam poucas escolas de nível superior.

Da mesma forma, também era raríssimo o investimento em pesquisas científicas no país, tanto por parte de capitais privados, como do estado. Assim, a questão não se restringia necessariamente à falta de recursos humanos, mas era derivada da estrutura social brasileira, centrada no latifúndio, primeiro escravista e depois feudal, gestora de uma sociedade inovadora em alguns sentidos, mas culturalmente atrasada.

2.1 O Desenvolvimento da Geografia Científica no Brasil

A ciência geográfica no Brasil, durante o século XIX, pouco evoluiu, o que, no entanto, não significa considerar que o conhecimento da geografia do país, nesse período, tenha sido medíocre. Além de algumas contribuições de autores isolados, devem ser considerados os levantamentos realizados por pesquisadores estrangeiros, geralmente naturalistas, que, baseados no conhecimento científico, promoveram um levantamento mais

sistemático e organizado da flora, fauna, geologia, relevo, clima, hidrografia, população, costumes, produção, etc., criando assim uma base para as posteriores análises de outros cientistas, de militares e dos administradores nacionais.

Da visita de Ludwig Eschwege ao Brasil, surgiu “Pluto Brasiliensis” (1833) que é uma significativa tentativa de sistematização do relevo brasileiro. Entre 1815 e 1820, esteve no país o naturalista alemão Maximiliano (príncipe de Wied-Neuwied) que, na publicação “Viagem ao Brasil”, apresenta importante contribuição à biogeografia, executada segundo a metodologia de A. Humboldt. Os alemães Johann Baptist Spix e Karl Friedrich Philipp von Martius permaneceram no Brasil de 1817 a 1820; suas observações foram apresentadas ao público na **Viagem ao Brasil** (1823) que, entre outras considerações, procura explicar e correlacionar a geografia física aos aspectos biológicos. O austríaco, Johann Emmanuel Pohl, nos dois volumes de **Viagem ao Interior do Brasil** (1832), distingue a narrativa pitoresca da rigorosamente científica, esta figurando principalmente em longos apêndices. Entre os anos de 1817 e 1822, esteve no país o botânico francês Auguste de Sait-Hilaire, espírito metucioso e metódico, publicou 26 trabalhos sobre o Brasil, sendo 18 deles de interesse para a geografia. Ao contrário de outros pesquisadores, procurou grafar corretamente a toponímia, sobretudo a de origem tupi, ao mesmo tempo, apresentando uma introdução histórica de cada uma das províncias visitadas, apoiado sempre nas melhores fontes possíveis.

Outro francês que contribuiu para o conhecimento geográfico e etnográfico do Brasil foi Alcides d’Orbigny, cujas observações encontram-se nos sete volumes da **Viagem na América Meridional**, publicados entre 1834 e 1847. Além desses pesquisadores, cabe salientar o aparecimento da importante síntese sobre o Brasil, “Das Kaisertum Brasilien”, realizada por John C. Guts-Muths, ex-professor de C. Ritter, baseada em Aires de Casal e nos escritos dos estrangeiros; a obra foi publicada na Alemanha como parte de uma Geografia Universal, em 1827. Esse livro era desconhecido no Brasil, portanto, não apresentou nenhuma influência sobre o movimento geográfico brasileiro (PEREIRA, op. cit).

A partir de 1848 avolumam-se as expedições científicas e com elas as publicações sobre o Brasil, como **Viagens pelo**

Amazonas e Rio Negro (1853), de Alfredo Russel Wallace e **O Naturalista no Rio Amazonas** (1859), de Henry Bates. Somam-se a elas as expedições de P. D. R. Spruce (1849-55), William Chandless (1861 e 1869), ambas também sobre os rios da Amazônia; as de J. J. Tschudi (1866) e Richard Burton (1867), de características mais gerais; e a de Bartholomé Bossi que publicou, em 1864, **Viagem Pitoresca pelos Rios Paraná, Paraguai, São Lourenço, Cuiabá e Arinos**. Nos anos de 1865 e 1866 estiveram no Brasil vários cientistas patrocinados pelo milionário norteamericano Nataniel Thayer, entre eles, Louis Agassiz, Charles Fredeik Hartt e Oreste Saint-John. O principal objetivo da “Expedição Thayer” era estudar os depósitos originados por ação glaciária e pesquisar a fauna ictiológica brasileira. No entanto, as melhores pesquisas de interesse geográfico ficaram por conta de Charles Hartt, publicadas em Boston na obra, **Geologia e Geografia Física do Brasil** (1870). Este cientista voltou ao nosso país, em 1870, como integrante da Expedição Morgan (1870-72), que contou, entre outros, com a participação de dois jovens estudantes universitários: Orville Derby e John Casper Branner, que tempos depois, teriam importante destaque no desenvolvimento da geologia e geografia física no Brasil (PEREIRA, op. cit.).

Outra importante contribuição para a geografia brasileira, desse período, foi o texto **Handbuch der Geographie und Statistik des Kaiserreichs Brasilien** (1871), de J. E. Wappaus, traduzido por J. Capistrano de Abreu, em 1884, e publicado em edição condensada com o título de **Geographia Physica do Brasil**. Foi Capistrano de Abreu quem também traduziu **Das Wissen der Gegerwart** (1885), de A. W. Sellin. Sob o título **Geographia Geral do Brasil** (1889), o livro apresentava informações, do ponto de vista geográfico, sobre o estado geral do Brasil às vésperas da República. Por fim, destaca-se a **Nouvelle Géographie Universelle** (1894), de Elisée Reclus, cuja parte referente ao Brasil foi traduzida, em 1900, com o título de “Estados Unidos do Brasil”. Apresentando novidades metodológicas, Reclus fez uma descrição do país baseada na divisão em grandes regiões naturais (PEREIRA, op. cit.).

Durante o Segundo Império, no ano de 1883, a geografia brasileira recebe um reforço com a criação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ). Essa Sociedade, espelhada em similares europeias, foi criada com o intuito de incentivar os estudos

de geografia do Brasil, por meio da divulgação e do apoio às expedições e viagens de estudos por todo o país⁷⁴. Levando-se em consideração que a maior parte dos sócios fundadores pertencia ao extrato dos fazendeiros, dos grandes comerciantes, dos políticos e dos militares, conclui-se que a necessidade de melhor entender o território brasileiro não se restringia apenas às questões científicas e culturais, derivando, igualmente, de fins militares e econômicos⁷⁵.

A geografia científica, nesse ínterim, começa a ser levada em consideração⁷⁶ e, mesmo não sendo constante nas arguições dos debates e das reuniões ocorridas durante a primeira década de existência da agremiação, acaba infiltrando-se, permitindo assim um aumento do *status* científico da disciplina; principalmente depois de 1893, ano em que o geógrafo francês Elisée Reclus visitou a Sociedade proferindo palestra⁷⁷.

O Brasil, no final do século XIX, foi marcado pela abolição da escravatura e pelo início da República. A falta de uma compreensão mais abrangente do contexto socioeconômico, no qual

⁷⁴ Apesar de a criação dessa sociedade contar com os mesmos objetivos de suas congêneres europeias (intercâmbio científico, incentivo à exploração e difusão do conhecimento geográfico), é necessário apontar a existência de uma diferença crucial entre as principais Sociedades Geográficas Europeias e a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro: enquanto esta é criada com o intuito de melhor conhecer as características geográficas do Brasil, aquelas, fortemente subsidiadas pelos governos de seus países, procuraram também levantar os recursos da África, América Latina e Ásia, ou seja, serviram como instrumento do expansionismo colonial europeu.

⁷⁵ Com o fim gradual da escravidão, parte dos capitais começa a ser direcionado para as cidades. Os latifundiários passam a residir em centros urbanos, ao mesmo tempo crescem os setores econômicos citadinos. Nesse contexto, surgem novas necessidades, entre elas, o maior conhecimento da realidade e das necessidades da nação.

⁷⁶ Coincidência, ou não, no ano seguinte ao da fundação da SGRJ, é editada a tradução, feita por Capistrano de Abreu, da *Geografia Física do Brasil*, de J. E. Wappaenus.

⁷⁷ Deve ter sido interessante a passagem de Reclus naquela Sociedade; um anarquista, um revolucionário, diante de uma plateia variada, composta, em grande parte, por pessoas ligadas a setores reacionários da sociedade brasileira. Outra questão a ser frisada é a de que apesar de francês, Reclus foi criado na Alemanha, onde estudou geografia, sendo inclusive aluno de C. Ritter, ou seja, expressava uma geografia fortemente influenciada pelos alemães e não por franceses, pois, somente anos depois, por intermédio de Vidal de La Blache, a geografia francesa atingiria sua plena maturidade (Cf. CLAVAL, 1974; MENDOZA, 1982).

se enquadravam a Abolição e a República, limitava as análises dos pensadores da época. Estes perceberam que a abolição significava o fim do Império, porém, sem saber as reais razões desse truísmo.

Foi a partir dos anos 1930 que os analistas passaram a melhor compreender as relações sociais e econômicas do período imperial e da primeira república. Em sua maioria, as análises começaram a ser fundamentadas por uma visão dialética (Caio Prado Jr., Sérgio Buarque, Gilberto Freire, etc.). Tempos depois, a realidade torna-se mais bem compreendida, devido ao volume de estudos sociais sobre o país. Numa nova perspectiva, Ignácio Rangel afirma que

[...] a circulação do capital num regime caracterizado pela escravidão, em geral, e, especialmente, por uma escravidão de tipo novo, isto é, igualmente capitalista, tende a ser muito mais intensa que nos países do feudalismo, mesmo que se trate de um feudalismo igualmente capitalista, como surgido na América, na forma de latifúndio. Ora, a circulação intensa do capital cria condições propícias ao aparecimento de formas unitárias, ao passo que a ausência dessa circulação conduz ao exclusivismo regional que, entre nós, encontrou expressão no *federalismo*. [...] O fato é que os outros países latino-americanos tenderam espontaneamente para a república federal, [...] ao passo que o Brasil se fez monárquico e unitário. Como contraprova, temos o fato de que quando o Brasil, por sua vez, se tornou latifundiário, com a abolição da servidão, tornou-se, igualmente, republicano e federalista (RANGEL, 1999, p. 53).

A economia agrário-exportadora de base latifundiária, concentrada, sobretudo, em São Paulo, pouco interesse tinha pelo resto do país: o exclusivismo regional fazia com que os estados da federação mantivessem os olhos voltados apenas para si. Schwarcz (1993), usando como exemplo o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, aponta o fato de que, com a República

e o fim da hegemonia sobre o resto do país, se consolida uma aliança entre conservadorismo político e regionalismo, afetando diretamente a interpretação historiográfica. Por isso,

na Primeira República a oligarquia agrário-exportadora não tinha maiores preocupações com a análise da realidade brasileira; procurava desenvolver apenas nas universidades, o ensino profissionalizante, a formação de técnicos em direito, em engenharia, em ciências da saúde. Os estudos filosóficos e sociais e a preocupação com as ciências ditas exatas ficaram colocadas de lado (ANDRADE, 1994, p. 66).

Conforme Zuzmann (1997), tanto o IHGB como a SGRJ tiveram papel fundamental na construção de uma “identidade nacional”. A “cultura de evolução”, inserida entre os ideólogos do caráter nacional brasileiro, permitia justificar a inferioridade, não só pelo viés das raças, mas também pela teoria dos estágios culturais (LEITE apud MOTA, 1980), sendo mais uma assimilação teórica estrangeira na tentativa de explicar a imagem real que, no entanto, não era aquela do “espelho europeu”.

Nesse contexto, tanto o IHGB quanto a SGRJ apresentavam poucas condições para o desenvolvimento da pesquisa sistemática em geografia. Os estudos geográficos de base científica eram esparsos e desconexos, sendo as teorias ratzelianas sobre a evolução dos povos e a concepção orgânica do Estado as mais difundidas naquele fim de século. Por outro lado, o parco grau de cientificidade nas duas instituições permitia o incentivo exagerado de uma geografia corológica, na qual a nomenclatura (o lugar matematicamente fixado e cartograficamente representado) e a simples enumeração (posição, configuração, limites, acidentes naturais, nomes de cidades, etc.) possuíam lugar de destaque.

Todavia, aos poucos a SGRJ teria um papel destacado para o desenvolvimento da geografia no Brasil, principalmente, quando, por iniciativa de seu Secretário, o catarinense José Boiteux, passa a promover os Congressos Nacionais de Geografia, sendo o primeiro realizado, em 1909, na cidade do Rio de Janeiro. Com isso, durante a primeira República, a SGRJ foi a principal articuladora e divulgadora

da geografia brasileira, apesar da série de dificuldades contextuais na execução de tal tarefa⁷⁸.

Em 1941, a agremiação mudou o nome para Sociedade Brasileira de Geografia e, durante a gestão do Embaixador José Carlos de Macedo Soares⁷⁹, em 1945, teve seu estatuto reformulado, principalmente, para acabar com o continuísmo das diretorias e tentar descentralizar a instituição por meio da criação de filiais nos outros estados brasileiros. Nesse mesmo período, a Sociedade passou a ser preterida pelos geógrafos⁸⁰, sendo, a partir de então, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), que por sinal também passou por reformulações nesse ano de 1945, a grande aglutinadora da geografia nacional brasileira.

2.2 A Geografia Brasileira e a Primeira República

Como já destacado, a primeira república nasce em um período recessivo da economia mundial (1873-96)⁸¹: contudo, tornou-se beneficiária da conjuntura econômica favorável das duas primeiras décadas do século XX. Por outro lado, o sistema federativo implantado e o seu consequente exclusivismo regional não impediram o desenvolvimento das ciências no país, a despeito do número restrito de instituições voltadas para tal fim. A transformação do latifúndio escravista em latifúndio feudal, ocorrida no Brasil, acarretou mudanças sociais. O regime monárquico escravista, de característica unitária, foi substituído pela república federativa que buscava a autonomia regional. A modificação das relações de produção nas unidades produtivas rurais, com o fim da mão-de-obra escrava, concorreu para reforçar a reivindicação de autonomia regional, sendo a Proclamação da República a consolidação dessa

⁷⁸ Mais detalhes sobre os Congressos da SGRJ encontram-se no capítulo 3.

⁷⁹ José Carlos de Macedo Soares (1883-1968) nasceu em São Paulo. Bacharel em Direito (1905). Foi Secretário do Interior e Justiça do Estado de São Paulo (1930), Deputado Federal por São Paulo (1933), Ministro das Relações Exteriores (1934/37), Interventor Federal de São Paulo (1945/47), Ministro das Relações Exteriores (1955). Foi o artífice da criação do CNG e do IBGE, tornando-se o primeiro Presidente desse Instituto (1936 a 1951), presidiu também a Sociedade Brasileira de Geografia (1945).

⁸⁰ Segundo Monteiro (1980), nos anos quarenta do século XX, os adeptos da nova geografia denominavam a SBG de Veneranda.

⁸¹ Ver item 1.1

proposta. Com isso, o governo passou a criar os mecanismos necessários para o melhor desempenho da economia latifundiária feudal, entre eles, o de estimular o exclusivismo regional (PEREIRA, 1997).

Entre a última década do século XIX, e as primeiras do século XX, dois nomes foram importantes para a história do pensamento geográfico no Brasil: Capistrano de Abreu⁸² e Euclides da Cunha⁸³. Aquele, reconhecido principalmente pelas contribuições na renovação metodológica da história no Brasil, foi um dos principais responsáveis pela difusão das teorias ratzelianas no país; enquanto este escreveu obras literárias apoiadas no pensamento científico.

Em sua obra magistral, *Os Sertões* (1902), Euclides da Cunha demonstra uma sólida base geográfica, levando J. Veríssimo a afirmar ter ela “precedido ao conceito lablachiano de gêneros de vida, aparecido em 1911, bem como os princípios metodológicos de geografia humana formulados por Demangeon, em 1947”

⁸² João Capistrano de Abreu (1853-1927) nasceu em Maranguape (CE). Em 1869 viajou para Recife onde cursou Humanidades. Em 1875, mudou-se para o Rio de Janeiro, trabalhando como caixeiro da editora Garnier. Em 1879, foi nomeado oficial da Biblioteca Nacional. Lecionou Corografia e História do Brasil no Colégio Pedro II. Dedicou-se ao estudo da História Colonial Brasileira, elaborando uma teoria da literatura nacional, tendo por base os conceitos de clima, terra e raça, reproduzindo os clichês típicos do colonialismo europeu acerca dos trópicos, invertendo, todavia, o mito pré-romântico do “bom selvagem”. www.cervantesvirtual.com/portafbn/biografias/capistrano_abreu/index.shtml, acesso em 18 out. 2007.

⁸³ Euclides da Cunha (1866-1909) nasceu na cidade de Cantagalo (RJ). Ingressou na Escola Politécnica e um ano e meio depois, na Escola Militar da Praia Vermelha. Foi expulso do exército por ato de rebeldia, devido às suas convicções republicanas. Instaurada a República, é reintegrado ao exército com promoção e transferido para a Escola Superior de Guerra, onde, após período de formação, recebe a patente de 1º tenente e o título de Bacharel em matemática, ciências físicas e naturais. Em 1893, fez estágio de engenheiro na Estrada de Ferro Central do Brasil. Em 1897, escreveu dois artigos sobre Canudos que lhe valeram convite do jornal Estado de São Paulo como correspondente direto do conflito. Em 1902, publica *Os Sertões*, em 1903 é eleito para a Academia Brasileira de Letras e, em 1904, foi nomeado Chefe da Comissão mista brasileiro-peruana de reconhecimento do Alto Purus. Durante o ano de 1905, percorreu a Amazônia em toda a sua extensão. Em 1907, foi aprovado em concurso para o Colégio Pedro II. Teve um fim trágico, foi assassinado pelo amante de sua esposa. www.wikipedia.org/wiki/euclides_da_cunha Acesso em 18 out. 2007.

(PEREIRA, 1955, p. 381)⁸⁴ ou ainda, conforme Lamego (2007a), essa obra apresenta uma divisão sintética seguindo o plano de E. Réclus. Além desse livro, escreveu vários textos de caráter geográfico publicados em jornais da época, bem como organizou e desenhou mapas. Em *À Margem da História* (1909), discorreu sobre a Amazônia, região que conheceu bem ao realizar trabalhos na função de engenheiro, denunciando a exploração a que estavam submetidos os seringueiros. Escreveu também uma monografia sobre o rio Purus, fazendo aportes à teoria de Morris Davis sobre o ciclo vital dos rios, o que demonstrava seu conhecimento acerca das teorias geográficas modernas (Ibidem)⁸⁵.

Com o novo regime republicano e a autonomia dos Estados, várias funções, antes realizadas pelo governo central, passaram ao âmbito estadual. Além dos serviços tradicionais, como saúde, educação, segurança, etc., surgem necessidades ligadas ao controle efetivo dos estados brasileiros sobre os seus territórios. Para execução de tais funções, os Estados passam a criar órgãos específicos de levantamento sistemático de dados populacionais, econômicos, fiscais, etc., entre eles as Comissões Geográfica e Geológica de São Paulo e Minas Gerais e, no nordeste, o Instituto Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Ocorre também a urgência no levantamento das potencialidades e, principalmente, de se colocar isso tudo sobre uma base cartográfica.

O Estado de São Paulo já possuía a sua Comissão Geográfica e Geológica, desde 1866; Minas Gerais cria a sua Comissão Geográfica e Geológica em 1891, extinta em 1899 e recriada em 1921, com outra denominação e novas funções e que, mais tarde, passa a ser o “Departamento Geográfico” do estado mineiro. Outro órgão de extrema importância científica foi o IFOCS, criado em 1909, substituindo as Comissões, surgidas no ano de 1902, para combate sistemático das secas. Ele manteve seus estudos concentrados sobre a região nordeste, contando, para tanto, com os nomes de grandes cientistas estrangeiros, como Albert Löfgren, Philipp von Luetzelburg, Roderic Crandal, Horace Williams, dentre

⁸⁴ Segundo Lia Osório Machado (2001), para as análises geográficas em **Os Sertões**, Euclides da Cunha foi assessorado por Orville Derby (geologia e fisiografia) e Teodoro Sampaio (geografia e história territorial).

⁸⁵ Veja-se também, de J. V. C. Pereira, artigo sobre Euclides da Cunha na secção “Vultos da Geografia Brasileira”, in RBG, ano 2, n° 2, abr./jun. de 1940.

outros (PEREIRA, op.cit.). A importância dessas Comissões para a geografia brasileira, bem como a de outros órgãos assemelhados, reside no fato de elas passarem a elaborar sistematicamente levantamentos e pesquisas de caráter técnico-científico, especialmente nas áreas de cartografia, geologia, meteorologia, geodésia, solos, vegetação, população, etc., ou seja, conhecimentos indispensáveis para a elaboração de sínteses geográficas.

O período desde a criação da Comissão Geológica do Império (1875) até a instituição do Conselho Nacional de Geografia (1937) foi, de fato, um período de construção e montagem de peças que viriam compor a complexa engrenagem, transmissora de movimentos e força à moderna pesquisa geográfica (PEREIRA, 1955, p. 374).

Não foi por acaso que algumas das mais importantes figuras para o desenvolvimento do pensamento geográfico brasileiro pertenceram aos quadros funcionais dessas Comissões. Como exemplos expressivos, pode-se fazer referência ao baiano Teodoro Sampaio,⁸⁶ que trabalhou na Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, e ao próprio Euclides da Cunha, que participou da

⁸⁶ Teodoro Fernandes Sampaio (1855-1937) nasceu em uma fazenda em Santo Amaro da Purificação. Filho de um padre e uma escrava, nunca foi escravo por seu pai ser branco. Foi levado pelo pai para o Rio de Janeiro, onde estudou no Colégio São Salvador, depois cursou engenharia no Colégio Central, formando-se em 1877. Trabalhou como professor de matemática e desenhista do Museu Nacional, juntando dinheiro suficiente para comprar a alforria de seus três irmãos e a liberdade de sua mãe. Além de engenheiro, foi geógrafo, historiador, cartógrafo, tupinólogo e deputado federal pela bancada baiana. Fez parte da comissão que criou a Escola Politécnica de São Paulo. Chefiou o Serviço de Água e Esgoto de São Paulo e elaborou o plano para a Cidade Nova, hoje bairro da Pituba, em Salvador. Em 1894, foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e, em 1922, presidiu a congêneres baiana. Principais obras: O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina (1906), O Tupí na Geografia Nacional (1901), Atlas dos Estados Unidos do Brasil (1908), Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil (1922), História da Fundação da Cidade de Salvador (Póstumo) www.wikipedia.org/wiki/TeodoroSampaio, acesso 18 out. 2007 e folder da Exposição Theodoro Sampaio, o sábio negro entre os brancos, organizada pelo Museu AfroBrasil, apresentada no Pavilhão Padre Manoel da Nóbrega (SP), em fev. 2008.

Comissão Mista Brasil-Peru de Reconhecimento do Alto Purus. Além desses dois, outra figura que contribuiu enormemente para a geografia do Brasil foi o Marechal Cândido Rondon⁸⁷. Ao ser escolhido, em 1907, para chefiar a Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, Rondon “realizou uma das mais soberbas obras de exploração geográfica no globo terrestre” (Ibid., 376). As expedições de Rondon passaram também a ter caráter científico devido ao grande número de cientistas que faziam questão de acompanhá-lo (geólogos, botânicos, zoólogos, etnógrafos, linguistas, etc.). Os seus ideais positivistas possibilitaram o convívio harmonioso com os índios; porém, seu receio sobre o futuro deles, levava-o a exigir que cada tribo pacificada ficasse sob proteção do exército e, depois, sob proteção do Estado. Em 1926 dizia Rondon:

Sertões onde nunca pisou homem civilizado já figuram nos registros públicos como pertencentes aos cidadãos A ou B; mais tarde ou mais cedo, conforme lhes soprar o vento dos interesses pessoais, esses proprietários expelirão dali os índios que, por uma inversão monstruosa dos fatos, da razão e da moral, serão considerados e tratados como se fossem

⁸⁷ Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958) nasceu em Mato Grosso. Em 1881, ingressou na Escola Militar (RJ), onde concluiu o bacharelado em Ciências Físicas e Matemáticas, sendo promovido a Tenente. Por influência de Benjamim Constant, torna-se professor de Astronomia, Mecânica Racional e Matemática Superior. Em 1892, casa-se com Francisca Xavier com quem teria um filho e seis filhas. No ano de 1898, ingressa na Igreja da religião da Humanidade (positivista). A partir de 1901, começa a pacificar os índios. Em 1906, estabelece as ligações telegráficas de Corumbá e Cuiabá com o Paraguai. Em 1910, é nomeado 1º Diretor do Serviço de Proteção aos Índios. Acompanha e orienta o ex-presidente americano Theodore Roosevelt em expedição ao Amazonas em 1913. Em 1914, recebe o prêmio Livingstone da Sociedade Geográfica de Nova York. Em 1918, começa a levantar a carta do Mato Grosso. Em 1919, é nomeado Diretor de Engenharia do Exército. De 1927 a 1930, inspeciona toda a fronteira brasileira desde as Guianas até a Argentina. Com a Revolução de 1930, pede demissão do Serviço de Proteção aos Índios. Em 1938, promove a paz entre a Colômbia e o Peru que disputavam o território de Letícia. Em 1939, reassume a Direção do Serviço de Proteção aos Índios. Em 1952, propõe a fundação do Parque Indígena do Xingu. Em 1953, inaugura o Museu do Índio e, em 1955, o Congresso Nacional promove-o a Marechal e dá o nome de Rondônia ao antigo Território de Guaporé. SILVA, Fernando. Correia da *Cândido Rondon*. www.vidaslusofonas.pt/candido_rondon.htm, acesso em 03 jun.2008.

eles os intrusos salteadores e ladrões. (SILVA, F. C. da. *Cândido Rondon*, Disponível em: www.vidaslusofonas.pt/candido_rondon.htm. Acesso em 18 jun. 2007).

Entre os anos de 1910 e 1930, alguns pesquisadores destacaram-se por apresentarem obras de grande sentido geográfico. É o caso de Roquete Pinto⁸⁸, que escreveu *Rondônia* (1916); Raimundo Lopes⁸⁹, com *O Torrão Maranhense* (1916); Agamenon Magalhães⁹⁰, *O Nordeste Brasileiro* (1922); e o mais expressivo de todos, Delgado de Carvalho, que escreveu e publicou exclusivamente estudos sobre geografia: *Le Brésil Meridional* (1910), *Geografia do Brasil* (escrito em 1913, mas só publicado em 1923), *Météorologie de Brésil* (1917), *Physiografia do Brasil* (1923), *Introdução à Geografia Política* (1925) e *Metodologia do Ensino Geográfico* (1925). Além desses estudos, escreveu ainda vários artigos em

⁸⁸ Edgar Roquette-Pinto (1884-1954), médico legista, antropólogo, etnólogo, professor e ensaísta brasileiro. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, da Academia Brasileira de Ciências, da Associação Brasileira de Antropologia, da Academia Nacional de Medicina e Membro da Academia Brasileira de Letras (cadeira nº 17). Foi também um dos fundadores do Partido Socialista. Em 1923, tentou convencer o Governo a adquirir uma rádio, porém, sem sucesso. Pouco depois, conseguiu angariar fundos com a Academia Brasileira de Ciências e formou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Dirigida por ele, essa Rádio manteve o cunho educativo. Em 1936, a Rádio foi doada para o Ministério da Educação, tornando-se a Rádio MEC. www.wikipedia.org/wiki/roquettepinto, acesso 28 nov. 2007.

⁸⁹ Raimundo Lopes (1894-1941), natural do Maranhão, em seu primeiro e principal livro *Torrão Maranhense* (1916) aplicou princípios da geografia moderna, harmonizando ideias antagônicas como as de Reclus e DeMartonne. Em 1925, ingressou como professor substituto de arqueologia e etnografia, no Museu Nacional. Durante a década de 1930, ensinou geografia pela Rádio MEC. Após sua prematura morte, suas rádio aulas foram coletadas por seu irmão e publicadas com o título de Antropogeografia. www.wikipedia.org/wiki/raimundo_lopes. Acesso 28 nov. 2007.

⁹⁰ Agamenon Sérgio de Godói Magalhães (1893-1952), pernambucano, professor de Direito e Geografia. Foi Deputado Estadual (1918), Deputado Federal (1924/28/32/45), Governador (1937 e 1950) e Ministro do Trabalho e Justiça. Em 1942, fez concurso para professor catedrático do ginásio pernambucano, apresentando a tese “O Nordeste Brasileiro”. www.wikipedia.org/wiki/agamenon-magalhaes, acesso 28 nov. 2007. Segundo Barros (2008), Agamenon Magalhães publicou essa monografia regional (*Nordeste*), originalmente, em 1922.

revistas e jornais. Outro intelectual da época, que contava com grande espírito geográfico, foi Everardo Backheuser⁹¹, um grande interessado em geografia, especialmente, pela área física (geologia) e política (geopolítica). Organizou, em conjunto com Delgado de Carvalho, um curso sobre a Estrutura Geopolítica do Brasil (1925). Essa dupla de intelectuais participou da fundação da Associação Brasileira de Educação (1924), organização que buscava, por intermédio de princípios liberais, a modernização educacional. Backheuser publicou, entre outros, *A Faixa Litorânea do Brasil* (1918), *A Estrutura Política do Brasil: notas prévias* (1926) e *A Geopolítica Geral e do Brasil* (1952); escreveu ainda muitos artigos para jornais e, principalmente, para revistas científicas, sendo o mais conhecido *A Nova Concepção da Geografia*, escrito em 1926. Além disso, teve um dos capítulos do seu livro, *A estrutura Política do Brasil*, publicado na *Zeitschrift Für Geopolitik*, de Berlim, com o título de *Das Politische Konglomerat Brasilie*, o que lhe garantiu prestígio internacional. Além desses, não se pode deixar de fazer referência a Fernando Raja Gabaglia⁹², professor de geografia do Colégio Pedro II, um dos mais ativos participantes do movimento de renovação e difusão da geografia brasileira, durante a primeira metade do século XX. Seu objetivo principal era fundar a "nova escola" de geografia. Partidário da geografia como ciência natural, a partir de 1930, desenvolve estudos em defesa dessa ciência, sempre procurando demonstrar a utilidade da geografia como construtora e instrumentalizadora do Estado.

Fernando Raja Gabaglia em conjunto com Backheuser e Delgado de Carvalho constituíram a Comissão Pedagógica do Curso

⁹¹ Everardo Adolpho Backheuser (1879-1951) formado em engenharia e ciências políticas, professor de Mineralogia e Geologia da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e de Direito Comparado da Universidade Católica do Rio. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Ciências e Vice-Presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. www.wikipedia.org/wiki/everardobackheuser. Acesso 18 out. 2007.

⁹² Fernando Raja Gabaglia (1895-1954) ingressou no Colégio Pedro II, em 1917, defendendo tese sobre as fronteiras brasileiras. Foi Secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro e consultor do IBGE. Colaborou na formação do curso de geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). www.wikipedia.org/wiki/fernandorajagabaglia, acesso 28 nov. 2007. Almeida (2000) apresenta outras datas de nascimento e morte de F. Raja Gabaglia (1886-1965).

Superior Livre de Geografia, patrocinado pela SGRJ, efetuado nos anos de 1926 e 1927; curso destinado aos professores primários que, depois de cursar dois semestres, recebiam diploma de Laureado em Geografia e Ciências Correlatas.

O período da Primeira República (1889/1930) coincide, em grande medida, com a difusão, no Brasil, do conhecimento geográfico sobre base científica. O desenvolvimento da geografia no Brasil foi peculiar se confrontado com as principais escolas geográficas desse período - França, Alemanha e EUA. Enquanto nestes países a geografia desenvolveu-se de forma mais autônoma, tentando buscar um caminho próprio, no Brasil, a precariedade das instituições ligadas à geografia e a sua pouca articulação na direção do desenvolvimento da pesquisa sistemática, permitia aos intelectuais brasileiros uma assimilação generalizada das ideias, inclusive mesclando teorias díspares, gerando um pensamento geográfico variegado⁹³. Na realidade existiam três perspectivas, ou três caminhos, para os “geógrafos” do país seguirem, à medida que a antropogeografia ratzeliana, vítima de concepção mal definida que a relacionava diretamente ao determinismo ambiental, definha sob severas críticas. Por outro lado, havia uma resistência às inovações, principalmente no âmbito do ensino da disciplina. O professorado mantinha-se preso à antiga geografia mnemônica, aquela que obrigava a decorar os nomes de rios, montanhas, países, capitais, etc. Tanto no IHGB, como na SGRJ, mantinha-se certa resistência às inovações da geografia científica.

Diante desse quadro, a geografia brasileira, nas primeiras décadas do século XX, empenhou-se numa dupla tarefa: a busca de uma direção comum entre as proposições das variadas escolas de geografia, ao mesmo tempo sobrepondo-se à geografia antiga, que resistia no âmbito escolar e nas antigas instituições. Essa dupla missão da geografia brasileira, durante esse período, gerou um dinamismo próprio, ruim por um lado, porque provocava certo atraso na assimilação de novas ideias, mas benéfico em outros sentidos, principalmente por ter preparado a base para o desenvolvimento da geografia científico-institucional vindoura.

⁹³ Alguns preferem usar o termo *híbrido*, para definir essa mistura de teorias e/ou metodologias adotadas pela geografia brasileira, porém, evita-se usá-lo, pois o vocábulo ainda carece de maior precisão explicativa.

Por isso, enquanto as escolas de geografia alemã (Hettner), francesa (La Blache) e americana (Sauer), com epicentro fundamentado no âmbito das universidades, buscavam a superação ao ambientalismo (determinismo geográfico), a embrionária geografia científica brasileira, presente principalmente no Colégio Pedro II, IHGB e SGRJ, procurava pensar o Brasil pela ótica do ambientalismo, modo de pensar também de grande parte da elite intelectual do país. Lia O. Machado (2001) desenvolve a hipótese de que a influência da obra de F. Ratzel, no pensamento intelectual brasileiro, foi extremamente importante, pela sua eficácia contra as ideias de determinismo racial, oriundas das teorias do darwinismo social e, especialmente, pelo que ela chama de “inovadora heurística geográfica proposta pela antropogeografia”.

O holismo ambiental de Ratzel englobava e *subordinava* seu oposto, o componente individual/étnico, situando-o, ademais, em territórios delimitados e não num mundo abstrato, sem fronteiras. Este último sentido é que faz do pensamento ratzeliano um pensamento contextual [...], fortemente comprometido com a idéia de estado nacional (MACHADO, 2001, p. 20).

Como bem percebido pela autora, a abordagem ratzeliana circunscrevia o objeto de estudo da geografia ao Estado, permitindo à pesquisa desenvolver-se indutivamente e de forma particular, desatrelando-a metodologicamente das amarras generalizantes e deterministas das teorias evolucionistas em voga naquele momento. Dessa forma, os intelectuais brasileiros encontraram no interior do próprio paradigma científico, por intermédio de ideias ligadas à contingência e ao excepcionalismo, uma solução para contornar a determinação das teorias que apontavam o problema da miscigenação como fator de atraso da sociedade⁹⁴. Na realidade, o paradigma evolucionista, base do pensamento científico positivista,

⁹⁴ Principalmente porque eram as teorias deterministas raciais que ajudavam a comprovar certo atraso, ou condenavam a mistura racial no país (SCHWARCZ, 2000, p. 137).

havia possibilitado a articulação de sistematizações universalistas e integradoras do conhecimento geográfico, durante o século XIX, porém, ele acabou entrando em conflito com a realidade empírica, na medida em que as observações iam se tornando mais numerosas e rigorosas cientificamente.

Deve-se reconhecer que a maior parte dos intelectuais brasileiros, em finais do século XIX e início do século XX, comungava uma corrente filosófica que, apesar de agregar várias teorias, possuía alguns denominadores comuns, tais como: espírito científico, privilégio à metodologia indutiva e histórica, ideologia política liberal, etc. Essa corrente que M. Reale (1984) denominou de “Iluminismo Científico”, não abdicou de alguns princípios positivistas (crença nos poderes da ciência e do trabalho), contudo também não se manteve presa à ortodoxia e à Religião da Humanidade (igreja positivista)⁹⁵.

2.3 A fase Científico-Institucional

As primeiras tentativas na direção da constituição de Universidades no Brasil ocorreram no último quartel do século XIX. Não obstante, tais iniciativas sofreram, durante os anos 1880, forte campanha contrária efetuada pelos positivistas. Políticos e intelectuais, ligados a tal linha, tinham receio de que a formação dessas instituições acabasse permitindo a tutela do estado sobre o ensino superior (PECAUT, 1990), por isso, houve certo atraso na constituição e fundação das universidades brasileiras.

A legitimação científica da geografia no Brasil, antes do aparecimento dos cursos superiores, seguia a estratégia de vinculação ao conjunto das ciências naturais. Tal vinculação servia, principalmente, ao propósito de utilizar a geografia nas escolas para

⁹⁵ Segundo M. Reale (1984), a influência de A. Comte no Brasil não ocorreu da mesma forma entre os intelectuais, os militares e a igreja positivista, principalmente pelas dificuldades relativas à ortodoxia da igreja que, entre outras coisas, pregava que o positivista não poderia ter emprego público. Assim, militares e políticos automaticamente estariam excluídos da igreja, o que levou muitos deles ao rompimento com a religião, mas não com o positivismo. Entretanto, a simbologia positivista foi marcante nas representações nacionais da bandeira, dos hinos, dos lemas, etc.

a difusão e conscientização de uma identidade social e territorial nacional. O grande interesse pelo estudo das paisagens e das regiões nos estudos geográficos brasileiros, durante os anos 1930 e 1940, seguia, em grande medida, as diretrizes de tal apelo.

Pode-se afirmar que a institucionalização da geografia, na década de 1930, quando da criação da Universidade de São Paulo, da Universidade do Distrito Federal e do IBGE, foi um divisor de águas no desenvolvimento do pensamento geográfico brasileiro. No entanto, a tendência generalizante que procurou transformar esse processo em um modelo interpretativo do desenvolvimento das ciências humanas acarretou certos exageros, entre eles, o mais comum foi o de caracterizar a fase pré-institucional como não científica, em detrimento de uma fase pós-institucional científica, isto é, antes se produziam textos temáticos, depois se produz ciência (LAMOUNIER, 1990). Tal questionamento não é uma tentativa de diminuir ou mesmo dirimir a importância das instituições de ensino e pesquisa para o desenvolvimento da geografia brasileira, mas de reforçar a crença na existência de uma geografia científica, e de qualidade, antes mesmo da fundação das Universidades e do IBGE. Abreu (2006) reforça essa ideia com a afirmação de que, ao se querer fixar o nascimento da geografia científica brasileira em meados da década de 1930, se encobre a luta desempenhada por Delgado de Carvalho, o verdadeiro introdutor da escola francesa no país.

Com efeito, se é em 1910, data da publicação de *Lê Brésil Meridional*, que as idéias lablanchianas são introduzidas no Brasil (1910), serão nos 20 ou 25 anos subseqüentes que Delgado irá travar uma verdadeira guerra contra o ensino descritivo e enciclopédico então reinante nas escolas de nível elementar e médio do país. Datam desse período, por exemplo, sua ação efetiva no Rio de Janeiro para mudar o currículo do Colégio Pedro II, considerado colégio-padrão; suas intervenções em diversas sociedades científicas, entre as quais a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; a publicação de compêndios escolares (1913) e, principalmente, a publicação de uma importante obra metodológica em que revela estar a par do

que de mais recente havia em termos de teoria e métodos geográficos (1925) (ABREU in: SALGUEIRO, 2006, p. 131).

Contudo, não se pode perder de vista que, a partir daquele novo momento, o desenvolvimento da pesquisa passou a ganhar maior velocidade, principalmente, devido à criação de cursos superiores, à vinda de professores estrangeiros e à introdução da pesquisa de campo, fatores que muito influenciaram a geografia brasileira a se concentrar sobre o modelo francês.

Outro ponto indiscutível é o de que as diferentes fases de desenvolvimento da geografia brasileira não iniciam, nem terminam, de forma abrupta, ou seja, por rupturas radicais, mas como resultantes de um processo - não de um fato - por isso, essas delimitações temporais são sempre relativas (ANDRADE, 2006).

Como se pode constatar existiam algumas instituições nas quais se debatia e se fazia geografia; todavia, a diferença crucial entre essas instituições e as que surgiram pós-1930 residia no fato de que, enquanto as antigas instituições mantinham laços tênues entre si, baseados na participação individual de um ou de outro personagem, as novas passaram a manter fortes laços interinstitucionais, permitindo um maior intercâmbio técnico e científico entre elas e com outras instituições nacionais e internacionais. Além disso, ocorre uma ampliação dos meios de informação, como, por exemplo, o do setor tipográfico, permitindo um maior acesso e uma maior velocidade na divulgação do conhecimento por intermédio de livros, revistas e boletins⁹⁶, e até mesmo pelo rádio⁹⁷, reforçando ainda mais as reais possibilidades de desenvolvimento generalizado das ciências no país.

Durante a década de 1930, o amplexo estrutural, capitaneado pelo desenvolvimento das forças produtivas e por novas relações de produção, gerou um processo global de redefinição econômica, que

⁹⁶ Nos anos 1930 e 1940, ocorre um crescimento da indústria do livro impulsionado pela substituição de importações, de forma geral, ao mesmo tempo, o tipo de literatura importada muda para uma tendência ao padrão norte-americano (CÂNDIDO apud MICELI, 1979).

⁹⁷ Como, por exemplo, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, depois transformada em Rádio MEC.

teve repercussão nas diferentes escalas espaciais (mundial, nacional, regional e local)⁹⁸. As origens desse processo remontam ao século XIX, mas seu epicentro situa-se nos anos 1930, entre a quebra da Bolsa de Nova Iorque e a Segunda Guerra Mundial. Nesse período, a economia capitalista encontrava-se sob os efeitos da fase B do 3º Kondratieff, ou seja, a fase recessiva do ciclo de longa duração. Internamente o país sentia também os efeitos das flutuações cíclicas de ondas curtas, conhecidas como juglarianos⁹⁹.

Em tal conjuntura recessiva, o capitalismo passou a necessitar, de forma efetiva, da ajuda intervencionista do Estado (RANGEL, 1985)¹⁰⁰. No Brasil, a revolução de 1930 significava o meio de efetivação do intervencionismo estatal em todas as esferas, social, política, e, sobretudo, econômica, agora não apenas pontualmente, como ocorrera durante a primeira República, mas de forma ampla e geral.

A crise no centro do sistema ocasionou a queda abrupta das exportações brasileiras centradas em produtos agrícolas (café, açúcar, borracha, etc.). Os capitais internos ociosos não poderiam ser investidos na produção agrícola, principalmente no café, o setor mais afetado nesse contexto. A acumulação só poderia seguir na direção da indústria como postulado satisfatório para sua reprodução ampliada. Caberia então ao Estado brasileiro garantir os pressupostos que assegurassem a rentabilidade do setor, tornando-o sustentáculo de altas taxas de lucro. O problema consistia em inverter o sentido da

⁹⁸ Que se convencionou chamar de Capitalismo Monopolista de Estado.

⁹⁹ Os ciclos juglarianos possuem duração mais curta, em média, cinco anos na fase ascendente e cinco na descendente. Os ciclos médios servem, teoricamente, para explicar que durante um primeiro período, ao longo de suas flutuações, é gerada mais procura do que oferta, ocorrendo então expansão de todo o sistema; em um segundo período, as inversões provocam em longo prazo mais oferta do que procura, pois ocorre uma tendência à imobilidade durante a depressão que impede a capacidade de reajuste automático (RANGEL, 1999).

¹⁰⁰ “Desde a Independência, o poder do Estado brasileiro é exercido por uma coalizão de duas classes, que refletem o estágio de desenvolvimento das forças produtivas do País. [...] Em cada dualidade, o poder é exercido por uma classe que compunha a dualidade anterior, e por outra emergente ao poder. Esta última, entretanto, não surge por acaso, mas como dissidência da classe hegemônica anterior que é apeada do poder como consequência da última crise do Ciclo Longo. Toda vez que a economia mundial é confrontada com a fase ‘b’ do Ciclo Longo, a sociedade brasileira é confrontada, também, com um desafio que exige dela mudança de regime ou, como tornou-se agora moda dizer, de modelo” (RANGEL, 1985, p. 25).

acumulação, pois, ao pôr em prática um novo modelo, colocava-se em xeque a natural “vocação agrícola” do país, assentada em mais de quatrocentos anos de experiência, ou seja, contrapondo-se industrialismo ao agrarismo, em uma sociedade que nasceu e se desenvolveu fundamentada no latifúndio.

O interessante é que a revolução de 30, que trouxe ao poder a classe latifundiária, por mais contraditória que possa parecer, acabou desenvolvendo uma política preocupada em criar as condições necessárias para a acumulação industrial. Isso comprova que as crises econômica, social e política da Primeira República foram resultantes do desenvolvimento das forças produtivas e de conflitos nas relações de produção. Para Rangel (1999), a revolução de 30 colocou no poder aqueles que durante a 2ª Dualidade faziam parte da classe subalterna, isto é, os latifundiários feudais ligados ao polo interno da economia.

Apesar da íntima relação existente entre os grandes comerciantes import/export e os “Barões do Café”, durante a Primeira República, a hegemonia dos primeiros configurava-se por meio da relação dialética entre o capital financeiro internacional, o comércio export-import, os cafeicultores e o governo. Essa relação materializava-se nas ações praticadas pelo Governo, sendo a política cambial da República Velha uma das mais importantes nesse sentido e o ponto nodal de discórdia dentro da própria classe dominante. Essa política cambial resultava dos problemas de queda da receita do Governo e na manutenção de um equivalente geral centrado na libra-ouro (OLIVEIRA, 1989).

Com o fim da escravidão, parte da população rural passou a exercer atividade de subsistência, e o pouco excedente produzido acaba servindo como meio de troca por produtos básicos de consumo (sal, querosene, vestuário, calçados, etc.) de origem industrial. A busca para satisfazer as necessidades da população intensifica a divisão social do trabalho dentro do país, sobretudo, na direção da indústria. Porém, a acumulação de capital nesses setores de realização interna encontrava-se atrelada à política cambial, que, por sua vez, era determinada pelas oscilações na demanda internacional do café.

As contradições inerentes a esse processo levaram os latifundiários, ligados ao mercado interno, pecuaristas, usineiros do açúcar, algodoeiros, etc., ao rompimento do “Pacto Oligárquico” ou

“Política dos Governadores”, firmado durante o governo Campos Salles. Chegando ao poder, eles necessitaram do apoio da nascente burguesia industrial, que se tornava o sócio menor, ou seja, a classe subalterna da 3ª Dualidade (RANGEL, op. cit.). Essa composição de forças se consubstanciava na dependência, de ambas as classes, ao mercado interno. Por isso, a “revolução” contou inicialmente com o apoio dos latifundiários do Rio Grande do Sul e de alguns Estados do Nordeste, *lócus* de produção para o mercado interno e os que mais sofreram com o exclusivismo das políticas “café com leite”. Como a base capitalista de acumulação ainda era muito frágil, acabaram surgindo formas *sui generes* de acumulação, ligadas à conjugação entre o moderno e o arcaico, ou, como diria Trotski, desenvolvimento desigual e combinado¹⁰¹. Um grande exemplo era a legislação trabalhista, criada durante o Governo Vargas, que refletia o pacto entre a burguesia industrial e a oligarquia agrária, pois, por não ser extensiva aos trabalhadores rurais, permitia a manutenção da estrutura latifundiária, que, com o tempo, se mostrou vantajosa para a acumulação industrial. Além disso, a legislação trabalhista permitiu à nascente burguesia uma aproximação às classes trabalhadoras, o que serviria futuramente para “liquidar politicamente as antigas classes proprietárias rurais” (OLIVEIRA, 1988, p.40).

Como se pode ver, o período em questão foi marcado por modificações nas relações de produção e pelo avanço das forças produtivas, tanto no centro do sistema capitalista, como no próprio país. Essas transformações, inerentes ao desenvolvimento do capitalismo, tanto no centro, quanto aqui, acabaram expressando-se por meio de profundas tensões que, durante a década de 1930, se materializaram de forma conflituosa.

No Brasil, por exemplo, a Revolta Constitucionalista de São Paulo (1932), a Intentona Comunista (1935)¹⁰² e o Estado Novo

¹⁰¹ A dualidade, entre o atrasado e o moderno, não é uma peculiaridade apenas daquele momento, nem exclusivamente brasileira; contudo, a composição entre as classes hegemônicas e subalternas contribuiu para ela se tornar uma constante na vida econômica do país.

¹⁰² Em 1935, com incentivo do PCB, foi criada no Brasil a Aliança Nacional Libertadora, movimento político radicalmente oposto à Ação Integralista Nacional, criada em 1932. Em julho de 1935, Luis Carlos Prestes, capitão do exército, lançou manifesto de apoio a ANL, o que levou Vargas a decretar a ilegalidade do movimento e prender seus líderes. Diante desse fato, inicia-se o plano de uma

(1937) representaram insatisfações e anseios das novas e das velhas classes sociais. Desses episódios, dois são significativos para o desenvolvimento da ciência geográfica no Brasil: a Revolta Constitucionalista e suas consequências para o surgimento da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, em São Paulo; e o Estado Novo, pela criação do Conselho Nacional de Geografia e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Rio de Janeiro.

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, os paulistas sentiram-se aliados da condução dos destinos da nação. A “revolução de 32” era a tentativa dos dirigentes desse estado em retomar seus “desígnios”. A derrota frustrou a elite paulista que, em reação, passou a centrar seus interesses na formação intelectual de novos quadros dirigentes. A implantação de tal projeto requeria, entre outras medidas, a universalização do ensino por meio da formação de docentes para o nível médio e superior, e serviria também para a educação das elites dirigentes. O processo de renovação e formação de quadros políticos e culturais ficaria a cargo do ensino superior, tendo como centro irradiador a Universidade¹⁰³.

Em 1933, um grupo de empresários, políticos e jornalistas, encabeçado pelo industrial Roberto Simonsen, fundou a Escola Livre de Sociologia (ELS). A presença de importantes representantes da burguesia industrial, nesse acontecimento, demonstrava o caráter modernizante da proposta, principalmente, por essa não partir de quadros originalmente ligados à oligarquia cafeeira. Inicialmente, essa Escola procurou espelhar-se no quadro teórico-metodológico da sociologia funcionalista norte-americana (MOTA, 1980).

No ano seguinte, com o apoio do grupo Mesquita (jornal o Estado de São Paulo), é criada a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL), surgindo, então, o primeiro curso de História e Geografia do país. A união dessa faculdade às outras existentes,

revolução “nacional-popular” contra o autoritarismo, as oligarquias e o imperialismo, apoiado inclusive pela URSS, mas logo reprimido pelo governo Vargas, que decretou estado de sítio e levou para a prisão muitos dos envolvidos, entre eles, Luis Carlos Prestes. Esse episódio passou a ser chamado, de forma pejorativa, de Intentona Comunista, pelas cúpulas militares (Cf. FAUSTO, 1983).

¹⁰³ Não foi a primeira vez que uma universidade foi criada por reação de uma determinada sociedade aos fatores externos. Um exemplo é a Universidade de Berlim, criada como reação ao projeto expansionista napoleônico (Cf. PEREIRA, 1989).

Sociologia, Medicina, Direito, Escola Politécnica, deu origem à Universidade de São Paulo (USP). A nova Universidade passou a contratar professores estrangeiros em grande quantidade, especialmente, alemães, ingleses, austríacos, franceses e norte-americanos, visando à formação de quadros técnicos, especializados nas diversas ciências. Porém, enquanto a Escola de Sociologia optou por um modelo de ensino e pesquisa de inspiração norte-americana, a FFCL, inspirada no modelo universitário francês, trouxe ao Brasil professores de história e geografia provenientes daquele meio universitário, alguns já consagrados e outros que logo acabariam se tornando, entre eles: Fernad Braudel, Levi Strauss, Pierre Monbeig, etc. Esse modelo adotado marcou e determinou fortemente o desenvolvimento da história e da geografia no Brasil.

De forma geral, a USP, como parte do projeto político da elite paulista, procurou manter distância do projeto nacional-populista de Vargas, afastando-se inclusive do trabalhismo dos anos 1950, ao mesmo tempo em que procurava identificar todo tipo de nacionalismo com a ditadura de direita (AZEVEDO, 1980). Assim, seu desenvolvimentismo baseava-se em princípios liberais centrados na escola, procurando garantir a difusão universal e livre do ensino, sendo o seu afastamento das práticas populistas "o tributo pago por uma universidade asséptica, laboriosa e penetrada até o âmago dos ideais do rigor acadêmico" (AZEVEDO, 1980).

O curso de História e Geografia passou a contar com docentes estrangeiros, entre eles a ilustre presença do francês Pierre Defontaines¹⁰⁴, responsável pela cátedra de Geografia Humana. Esse professor, já experiente, procura desenvolver uma dinâmica semelhante à encontrada nos cursos de geografia das universidades francesas (geografia regional, estudo das paisagens e trabalhos de campo). Ao mesmo tempo, cria a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), com o intuito de ampliar o foro de debates da geografia no Brasil. Em algumas reuniões, realizadas em sua casa na Avenida Angélica, Deffontaines, o geólogo Luiz Flores de Moraes

¹⁰⁴ Pierre Deffontaines (1894-1978), geógrafo francês, formou-se em Direito (1916) e História e Geografia (1918). Foi discípulo de Jean Brunhes, um dos mais influentes geógrafos franceses da primeira metade do século XX. Foi professor fundador da USP e da UDF. Teve participação direta na formação do CNG/IBGE e na iniciativa da publicação da Revista Brasileira de Geografia. Permaneceu no Brasil de 1934 até 1939 (BERNARDES, 1982).

Rego, o engenheiro Agenor Machado, o Dr. Rubens Borba de Morais e o escritor Caio Prado Júnior discutiram a necessidade da criação de uma associação que contasse com “reuniões periódicas, em que houvesse comunicações científicas, seguidas de discussões, em que fossem preparadas excursões e, caso fosse possível, que mantivessem uma publicação regular”¹⁰⁵. Assim sendo, inspirada na *Association de Géographes Français*, foi fundada, em 7 de setembro de 1934, a Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Entretanto, a passagem de Deffontaines na USP foi rápida, pois, em 1935, transfere-se para o Rio de Janeiro para organizar o curso de História e Geografia da recém-criada Universidade do Distrito Federal (UDF/RJ). A cátedra vaga é ocupada por outro francês, Pierre Monbeig¹⁰⁶; no entanto, este é mais jovem e vem ao Brasil com o intuito de desenvolver sua tese de doutorado. Apesar da menor experiência, Monbeig substitui Deffontaines de forma marcante, mostrando competência profissional. Eivado de novas ideias, Monbeig conferiu à geografia uspiana características dinâmicas que permitiram ao curso sua inegável qualidade e superioridade. Entre essas características, a mais instigante foi a de apoiar os alunos no desenvolvimento de teses, permitindo em pouco tempo a formação de um número expressivo de geógrafos altamente qualificados, tanto para atividades técnicas, como para o ensino médio e superior.

Com a partida de Deffontaines, o encarregado de organizar as reuniões bimestrais da AGB passou a ser o secretário Caio Prado Júnior, que conseguiu também publicar a revista *Geografia*, em 1935, a primeira revista no país a tratar exclusivamente de geografia científica; entretanto, devido às dificuldades, deixou de ser publicada no ano seguinte. Em 1936, assume a presidência da associação o

¹⁰⁵ RBG, ano III, nº 1, jan./mar. 1941, p. 179.

¹⁰⁶ Pierre Monbeig (1908-1984) formou-se em geografia pela Universidade de Paris (1929). Foi professor do Lycée Malherbe de Caen (1931-34). Chega ao Brasil, em 1935, para lecionar geografia física e humana na USP. Foi ativo militante da AGB, sendo seu Presidente até 1946, participando também como Consultor do CNG. Em 1938, deixa a cadeira de geografia física, dedicando-se integralmente à de geografia humana. Volta à França, em 1946. Em 1950, recebe o título de *Docteur ès Lettres*, com a tese *Pionniers et Planteurs de l'État de São Paulo*, que obteve, em 1951, o prêmio da melhor tese da *Fondation Nationale des Sciences Politiques* da França (SALGUEIRO, 2006).

professor P. Monbeig, cargo ocupado até 1946, quando de seu retorno à França. A AGB conheceu um rápido desenvolvimento nesse período, contando, em 1940, com quase cem associados. Segundo Mamigonian (1991), como as palestras e comunicações na associação eram constantes, a liberdade intelectual era muito superior à propiciada pela USP, permitindo uma maior criatividade e uma maior diversidade de opiniões¹⁰⁷. Em 1945, o estatuto da associação é reformulado e suas reuniões, tomando um novo sentido, passam a ser anuais. O primeiro encontro, dessa “nova fase”, ocorre em janeiro de 1946, na cidade de Lorena (SP)¹⁰⁸. A partir daí, a AGB passa a buscar uma abrangência nacional, contando, aos poucos, com núcleos regionais e locais espalhados por vários estados brasileiros.

Em 1935, por iniciativa do então Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal, Anízio Teixeira¹⁰⁹, foi criada a Universidade do Distrito Federal (UDF). Mantida pela prefeitura do Rio de Janeiro, na gestão do Prefeito Pedro Ernesto, essa universidade teve como primeiro Reitor Júlio Afrânio Peixoto. Desde

¹⁰⁷ A RBG nº 1 (1941) apresentou uma lista dos trabalhos apresentados nas sessões da AGB, durante os anos de 1935 e 1936. Entre eles estão as comunicações de Caio Prado Jr., Glycon de Paiva, Rubens Borba de Moraes, Alice P. Canabrava, João Dias da Silveira, Claude Levi-Strauss, Pierre Monbeig, Josué de Castro, Emanuel de Martonne.

¹⁰⁸ A 2ª Assembleia Geral da AGB foi realizada em Lorena (SP) de 21 a 27 de janeiro de 1946. Os temas de preferência para apresentação dos trabalhos foram: (a) Relevo do Brasil (problemas regionais); (b) Clima do Brasil (estudos regionais); (c) Geografia da população brasileira (aspectos regionais); (d) cidades brasileiras (monografias); (e) geografia da produção econômica brasileira (problemas regionais); (f) monografias regionais (RBG, ano VII, nº 4, out./dez. 1945). Nota-se, nesses temas, a preocupação, exclusivista com o estudo regional, consequência direta do fortalecimento das proposições da escola francesa de geografia.

¹⁰⁹ Anízio Teixeira (1900-1971) nasceu em Caeté (BA). Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais (1922). Aos 24 anos, foi nomeado Inspetor de Ensino do Estado da Bahia. Em 1928, na Universidade de Colúmbia (NY), conheceu o pedagogo John Dewey, do qual se tornou discípulo. Foi Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal (1931-35); Conselheiro da ONU para Educação, Ciência e Cultura (1946); Secretário de Educação da Bahia (1947-51); Primeiro Secretário-Geral da Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (1951); Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1952-64); idealizador e Reitor da UNB (1963), afastado no golpe de 64. Foi ainda professor das Universidades de Colúmbia e Califórnia (1964) e consultor da FGV (1966). Sua morte é seguida de mistério, pois seu corpo foi encontrado no fosso de elevador, em um prédio no Rio de Janeiro, no auge da repressão da ditadura militar. www.wikipedia.org/wiki/anizioteixeira.

a sua fundação, a UDF esteve em confronto com alguns setores do Governo. Em primeiro lugar, por não seguir os estatutos preconizados pela reforma Francisco Campos que legislava sobre as universidades brasileiras, principalmente, no que dizia respeito à subordinação ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Em segundo, por estar pautada sobre uma política educacional liberal (Carneiro Leão, Fernando de Azevedo e Anízio Teixeira)¹¹⁰ conflitante ao projeto conservador dos católicos (Alceu de Amoroso Lima¹¹¹ e Francisco Campos¹¹²).

Com a implantação do Estado Novo (1937), ocorre uma aproximação do governo com a igreja, aumentando consideravelmente a força política dos católicos ativos. Por influência destes, foi instituída, em 1937, a Universidade do Brasil (UB), sendo sua criação efetivada em 20 de janeiro de 1939. Porém,

¹¹⁰ Em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, encabeçado por Anízio Teixeira, propõe, entre outras, a implantação da escola pública universal, gratuita e leiga, ao mesmo tempo, posicionando-se contra a subvenção do estado às escolas religiosas (Cf. ADAS, 2006).

¹¹¹ Alceu Amoroso Lima (1893-1983) nasceu no Rio de Janeiro. Foi crítico literário, professor, pensador, escritor e líder católico. Escrevia sob o pseudônimo de Tristão de Ataíde. Formado em Direito (1913), foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, em 1935. Em 1932, fundou o Instituto Católico de Estudos Superiores. Foi Diretor do Centro Don Vital e da revista A Ordem, representante brasileiro no Concílio Vaticano II, fundador da PUC/RJ (1941), Reitor da Faculdade Nacional de Filosofia (FNF) e da Pontifícia Universidade Católica e membro do Conselho Nacional de Educação. Lecionou Literatura Brasileira na FNF e na PUC/RJ. Durante a ditadura militar pós-64, criticava duramente a censura e as arbitrariedades do regime, em suas colunas no Jornal do Brasil e na Folha de São Paulo. www.academia.org.br, acesso em 31 mar. 2008.

¹¹² Francisco Luís da Silva Campos (1891-1968), advogado e jurista. Com a posse de Getúlio Vargas, em 1930, assumiu o recém-criado Ministério da Educação e Saúde. Promoveu a reforma do ensino secundário e universitário no país, deixando o Ministério, em 1932. No ano seguinte foi nomeado Consultor Geral da República. Em 1935, foi nomeado Secretário de Educação do Distrito Federal, em substituição a Anísio Teixeira, acusado de envolvimento no levante armado contra o Governo Federal. No novo cargo, extinguiu a Universidade do Distrito Federal, criando a Universidade do Brasil. Em 1937, com o Estado Novo, foi encarregado por Vargas de elaborar a nova Constituição do país – essa de caráter corporativista e pela proeminência do Poder Central sobre os Estados e do Poder Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário. Em 1964, participou da conspiração contra João Goulart. Após a implantação do regime militar colaborou na elaboração do AI-1, do AI-2 e da Constituição de 1967. Faleceu no ano seguinte. Cf. www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes-htm/1005_4.asp. Acesso em 24 out. 2006.

parcelas conservadoras do governo mostravam-se cada vez mais descontentes com os rumos seguidos pela Universidade do Distrito Federal, principalmente por ela contar com um corpo docente progressista, entre os quais figuravam Sérgio Buarque de Holanda, Afonso Arinos, Josué de Castro, Gilberto Freyre, Mário de Andrade, Afrânio Peixoto, Anízio Teixeira, etc. Um dos principais articuladores do grupo católico era Alceu Amoroso Lima que mantinha constantes ataques à pessoa e às ideias de Anízio Teixeira¹¹³, bem como à estrutura da UDF. Em articulação com o então Ministro da Educação Gustavo Capanema, Amoroso Lima conseguiu convencer o governo ao fechamento daquela Universidade, em 1939.

A Universidade do Brasil contava no início apenas com a Faculdade Nacional de Filosofia. A função de Reitor dessa nova Universidade coube a Alceu Amoroso Lima, que se “encarregou de vigiar de perto o ‘espírito correto’ dos professores contratados, inclusive dos solicitados à França” (PÉCAUT, 1990, p. 68). Com isso, verifica-se uma modificação na estrutura universitária do Rio de Janeiro que, inicialmente liberal, sucumbe à doutrina autoritária personificada pelo Estado Novo.

O primeiro curso regular de Geografia no Rio de Janeiro surgiu junto à UDF, em 1935. Atendendo a diversos pedidos, Pierre Deffontaines transfere-se de São Paulo, onde se estabelecera no ano anterior para organizar o curso de História e Geografia da USP, para o Rio de Janeiro a fim de organizar o curso na recém-criada UDF. A grande intenção da nova universidade foi de aproveitar a maior experiência desse geógrafo francês para a organização do seu curso de geografia. Utilizando-se da mesma dinâmica empreendida durante sua estada na USP, Deffontaines cria o primeiro núcleo da AGB no Rio de Janeiro (1936)¹¹⁴, desenvolve um centro de estudos geográficos (CEG) com os seus alunos geógrafos e participa ativamente da constituição do CNG e do IBGE. Foi dele a iniciativa da publicação da Revista Brasileira de Geografia (RBG - 1939),

¹¹³ Em 1935, Anízio Teixeira foi acusado por seus inimigos de participar da Intentona Comunista. Perseguido pelo governo, refugiou-se em fazendas de familiares e amigos no interior da Bahia, até 1945.

¹¹⁴ No começo, a AGB Rio era frequentada por Miguel Alves de Lima, Pierre Deffontaines, Orlando Valverde, Cristóvão Leite de Castro, Fábio M. S. Guimarães, Antônio J. de Matos Mussi, entre outros (ADAS, 2007).

periódico científico em circulação até hoje. Todavia, com o início das hostilidades na Europa, que desembocariam na Segunda Grande Guerra, Deffontaines volta à França, no início de 1939. Nesse mesmo ano, chega ao Brasil, em substituição a Deffontaines, o professor Francis Ruellan¹¹⁵, outro dinâmico e excelente professor. Ruellan logo se tornaria responsável pela intensificação do intercâmbio entre a Universidade e o IBGE¹¹⁶. Além desses, outro professor francês na UDF, Philippe Arbos¹¹⁷, docente da Escola de Economia e Direito, deu aulas de geografia urbana e escreveu, em 1938, um estudo sobre a cidade de Petrópolis (RJ). Em seu curso, apresentava as etapas metodológicas a serem seguidas para o estudo de geografia urbana: sítio, posição, evolução histórica, fisionomia, estrutura, funções urbanas e raio de ação da cidade. Essa metodologia foi utilizada por alguns geógrafos brasileiros em seus primeiros estudos de geografia urbana, sendo O. Valverde, que foi aluno de Arbos, um desses exemplos¹¹⁸. Também lecionaram no curso de Geografia da UDF/UB os professores Delgado de Carvalho e Josué de Castro, dois ícones da Geografia brasileira. Durante a existência da UDF, ocorreu o ingresso de quatro turmas no Curso de Geografia: 1935; 1936; 1937 e 1938. Quando a Universidade foi extinta, no início de 1939, os alunos dos cursos de humanas foram automaticamente transferidos para a nova Faculdade Nacional de Filosofia.

¹¹⁵ Francis Ruellan (1894-1975) nasceu na cidade de Rennes, França. Apesar de ser considerado um geógrafo completo, sua especialidade era a Geomorfologia. Substituiu P. Deffontaines no comando da geografia da Universidade do Brasil. Estudou geografia nas Universidades de Rennes, Strasbourg e Paris onde obteve sua “agregation” (licenciatura) e seu doutorado. Em 1939, já renomado professor universitário, foi mobilizado pelo Estado-Maior do exército francês e, em 1940, foi enviado como adido militar para o Rio de Janeiro. Em decorrência da invasão alemã na França, em 1941, aceita o cargo de professor de Geografia da FNF, assumindo conjuntamente o cargo de consultor científico do CNG. Retornou à França em 1956 (ALMEIDA, 2000, p. 125).

¹¹⁶ Essa parceria entre a Universidade e o IBGE permitiu o surgimento de geógrafos de renome como Orlando Valverde, Pedro Pinchas Geiger, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Lysia Bernardes, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, Speridião Faisol, etc.

¹¹⁷ Philippe Arbos (não foi possível encontrar registros biográficos desse professor).

¹¹⁸ Veja-se, por exemplo, o texto Dois Ensaios de Geografia Urbana: Pirapora e Lapa (RBG nº 4, ano VI, out./dez., 1944).

Como anteriormente assinalado, a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, foi o episódio marcante da longa fase depressiva da economia capitalista mundial, iniciada nos primeiros anos dessa década (fase “b” do 3º Kondratieff). Diante da crise, o Brasil reage promovendo profundas mudanças estruturais, que propiciam um novo arranjo na estrutura de poder (3ª Dualidade). Ascende ao poder a classe dos latifundiários regionais em composição com a nascente burguesia industrial, agora os sócios menores, porém, ainda politicamente imaturos (RANGEL, 1981). Pelo lado econômico, devido à recessão, ocorre uma restrição das importações, pondo-se internamente em marcha um vigoroso processo de substituição de importações, empreendido graças à expansão industrial interna (PEREIRA, 1997). A política do governo revolucionário de 1930, que assume um caráter industrializante e nacionalista, busca o controle efetivo da nação por intermédio de um Estado centralizado. Para tanto, era necessário enfraquecer os poderes locais e regionais dissidentes, ou transformar tal poder em força aliada. Foi por esse motivo que a questão regional no país passou a ser uma questão de “estado”. A crise do liberalismo, modelo seguido pela República Velha, deu lugar ao intervencionismo estatal. Como observa Ianni (1979), essas ações não eram preestabelecidas, mas resposta do Estado às pressões sociais, políticas e econômicas, enquanto a via prussiana (modernização conservadora), adotada pelo governo Vargas, criava uma falsa ideia da participação das classes sociais no desenvolvimento do país.

O pensamento autoritário encontra campo fértil para florescer neste contexto de culto ao Estado forte. Um destes teóricos, Oliveira Vianna, bastante influenciado pelos ideais nacionalistas dos regimes nazi-fascistas, defendia a criação de um Estado corporativo, como forma de assegurar o predomínio e a influência do poder estatal em dois sentidos: por um lado, porque possibilitaria a integração política dos diferentes grupos sociais, sob um mecanismo de participação controlada pelo Estado; de outro lado, porque o fortalecimento do Poder Executivo agiria como poderoso instrumento de subordinação dos interesses regionais e locais

ao interesse maior da coletividade, representada pelo Poder Central (PENHA, 1993, p. 53).

Todavia, para tal fim, foi estabelecido, em 1937, o Estado Novo, que, entre outras medidas, fechou o Congresso Nacional e outorgou nova Constituição que dava poderes ilimitados ao Presidente Getúlio Vargas. Sodré (1987) afirma que Vargas, sem romper com o latifúndio e o imperialismo, conseguiu alavancar a acumulação à custa do salário, graças ao “pacto populista”, ao qual os partidos e sindicatos mantinham-se cooptados pelo poder central.

Contudo, para pôr todo esse processo em marcha, foi necessário criar mecanismos de centralização político-administrativa, como a nomeação de interventores estaduais e a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), e mecanismos de centralização econômica, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento industrial e a consolidação do mercado interno. Esses mecanismos de centralização buscavam uma necessária integração do espaço brasileiro, extremamente regionalizado pelas práticas da República Velha, que levaram à elaboração de uma política territorial.

Nesse contexto, a geografia se apresentou como uma das ciências com maior potencial de levantamento das condições e das diferenciações regionais do território brasileiro. A base geográfica, sobreposta à base estatística, foi o mecanismo encontrado pelo governo para o levantamento das potencialidades oferecidas pela diversidade regional do país (PENHA, 1993).

A criação do Conselho Nacional de Estatística (1936) e do Conselho Nacional de Geografia (1937), órgãos deliberativos e opinativos, propiciava o desenvolvimento da base técnica para o desenvolvimento dos diagnósticos soci-espaciais. No entanto, por se tratar de órgãos que tinham sua base de conhecimento apoiada sob a ótica de ciências diferentes, necessitavam de algum parâmetro mediador, entre a geografia e a estatística. Assim, foi criado, por meio do Decreto nº 218, de 26 de janeiro de 1938, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cuja principal função seria o ordenamento do quadro político-territorial com vistas ao fortalecimento do Estado Nacional.

A atuação do IBGE foi norteada para o levantamento e sistematização de informações do quadro territorial a fim de atender a administração pública em seus aspectos jurídicos (legislação); tributário (impostos, controle orçamentário de verbas públicas); pleitos eleitorais e expansão de riquezas públicas federais (demarcação de terras devolutas, mensuração de riquezas naturais e construção da infra-estrutura) (PENHA, op. cit., p. 65).

Para efetivação dessa tarefa, era necessário um aporte de característica científica, refletindo a relação criada pelo novo papel dos intelectuais junto ao estado e à constituição da nação brasileira. Segundo Adas (2007), os geógrafos acabaram colaborando com a tática do Governo Central de exercer seu poder com base em uma divisão territorial díspar, utilizando-se, para tanto, da prática de estudos regionais coadunados ao conceito de gêneros de vida que propiciava uma naturalização da divisão regional, ou seja, transportando os problemas regionais da esfera do social para a esfera do natural.

Para a geografia brasileira, o IBGE significou uma aproximação ao utilitarismo, o que seria um diferencial, tendo em vista que essa disciplina, no país, esteve sempre ligada à cultura “livresca”, ao conhecimento geral, servindo mais à ilustração das elites e menos ao aproveitamento pelo Estado Brasileiro das vantagens de um melhor conhecimento geográfico da nação.

A geografia brasileira, durante a década de 1930, foi fortemente influenciada pela França; entretanto, com a segunda grande guerra, todas as ligações nesse sentido, feitas por intermédio da UGI, foram interrompidas, mantendo-se apenas a influência dos professores franceses que aqui permaneceram durante esse período¹¹⁹. Por outro lado, com o ingresso do Brasil na guerra, ao

¹¹⁹ As ligações com a geografia francesa só seriam retomadas em 1947 quando um grupo de cinco geógrafos do IBGE (Miguel Alves de Lima, Pedro P. Geiger, Elza Keller, Miriam Mesquita e Hédio Xavier César) foi escolhido por F. Ruellan, para fazer pós-graduação na França.

lado dos aliados, ocorre uma aproximação aos EUA e, por conseguinte, da geografia brasileira à americana¹²⁰. Em 1942, Jorge Zarur¹²¹ foi se aperfeiçoar nos EUA onde, no ano seguinte, se graduou como Master of Arts. Nesse período, ocorre uma articulação entre o CNG e autoridades norte-americanas no sentido de um intercâmbio que possibilitasse o aperfeiçoamento de geógrafos brasileiros, principalmente na área de geografia regional e de trabalho de campo (ALMEIDA, 2000). Em 1944, o Secretário-Geral do CNG, Cristóvão Leite de Castro¹²² discursando na 4ª Assembleia Anual do “American Congress of Surveying and Mapping” afirma que:

até há pouco tempo, a influência da escola européia nos trabalhos geográficos era quase absoluta, quanto ao material e quanto aos métodos. Hoje, graças à atuação do CNG, já se manifesta a influência americana que tem a meritória vantagem de dar à Geografia sentido de utilidade, fazê-la instrumento de pesquisa que a administração aproveite imediatamente nas suas multiformes aplicações (RBG. Rio de Janeiro: IBGE, nº 2, p. 302, Abr./Jun. 1944).

Por conta disso, em 1945, cinco geógrafos do IBGE foram aos EUA para se aperfeiçoar em pesquisa de campo e planejamento

¹²⁰ A geografia norte-americana possuía um forte caráter utilitarista, no qual a pesquisa encontrava-se, geralmente, associada às necessidades administrativas do estado. Assim, ocorria uma grande interação entre as universidades, o governo e os grupos econômicos.

¹²¹ Jorge Zarur (1916-1957) fez bacharelado no Colégio Pedro II (1929-1934) onde foi aluno de F. Raja Gabaglia e Delgado Carvalho. Participou da primeira turma de geografia da UDF. Pioneiro da criação do IBGE, ingressando em 1939. Em 1943, cursou pós-graduação nos EUA. Lecionou no Colégio Pedro II, na Universidade Católica e na Universidade do Brasil (ALMEIDA, 2000).

¹²² Cristóvão Leite de Castro (1904-2002), formado em engenharia civil (1928). Ingressou no Ministério da Agricultura, em 1933, fazendo parte da turma que criou a seção de Estatística Territorial, ao lado de Fábio Macedo Soares Guimarães, Miguel Alves de Lima, Jorge Zarur, Orlando Valverde e sob a chefia de Juarez Távora. Em 1934, a seção de Estatística Territorial foi transferida para o Instituto Nacional de Estatística, tornando-se o embrião do CNG, instalado em 1937. Foi Secretário-Geral do CNG desde a sua criação até 1950.

regional: Fábio M. S. Guimarães e O. Valverde (Wisconsin); Lúcio de Castro Soares e Lindalvo B. dos Santos (Chicago); José V. da Costa Pereira (Northwestern). Esse contato com os EUA proporcionou também a vinda de importantes geógrafos ao Brasil, como foi o caso de Leo Waibel¹²³ (1946-50), de Clarence F. Jones¹²⁴ (1948) e de Preston E. James (1949)¹²⁵, os quais, durante o tempo em que estiveram no país fizeram pesquisas e treinaram técnicos do IBGE¹²⁶.

Essa nova perspectiva passou a influenciar vários estudos de geografia no país. O paradigma regional francês, no entanto, manteve-se por muito tempo soberano na condução dos estudos geográficos, principalmente, por ser a metodologia que melhor se adaptava às necessidades governamentais de análise empírica do conjunto regional brasileiro. Tais condições aparecem refletidas no conjunto da obra Ibgiana da década de 1940, sendo um dos

¹²³ Leo Waibel (Alemanha) (1888-1951), formado em Ciências Naturais (1911), durante a década de 1920 enveredou pela Geografia e no início dos anos 1930 passou a se dedicar à Geografia Agrária. Foi professor nas Universidades de Colônia (1920/21), Kiel (1922/29) e Bonn (1929/37). Proibido de lecionar na Alemanha, pelo regime nazista, foi para os EUA trabalhar com pesquisa na American Geographical Society, na Universidade John Hopkins, na Universidade de Wisconsin e no “Projeto N”, em Washington. Desenvolveu a maior parte de seus estudos fora da Alemanha. Em 1946, veio ao Brasil, por intermédio do CNG, trabalhando como assessor técnico desse Conselho. Aqui seus temas preferidos foram a colonização e o uso das terras na agricultura. Em 1950, retornou aos EUA e, pouco depois, em 1951, volta à Alemanha, falecendo quatro semanas após a sua chegada. Seu principal discípulo no Brasil foi Orlando Valverde. (ETGES, 2000).

¹²⁴ Clarence Fielden Jones (1893-1991). PhD (1923) foi professor de geografia da Universidade de Siracuse. Esteve no Brasil a convite do CNG para prestar assessoria, em 1948. <http://oz.plymouth.Edu/~gof/paper.doc>, acesso em 26 mar. 2008.

¹²⁵ Preston Everett James (1899-1986) foi professor de Geografia e Chefe do Departamento de Geografia da Universidade de Siracuse. Fez bacharelado e mestrado em Harvard e doutorou-se em Filosofia pela Universidade de Clark. Foi professor visitante na Universidade do Brasil e na Universidade de Edinburgh. Foi Presidente da Associação dos Geógrafos Americanos. Viajou muito pela América Latina e Europa, tendo residido por mais de cinco anos na América Latina. Seu livro mais importante é *Latin America*, autorizada interpretação de problemas econômicos, sociais e políticos da região (JAMES et al, 1970).

¹²⁶ No caso de Leo Waibel deve-se lembrar que era um geógrafo alemão, formado na Alemanha, portanto, expressava a geografia da escola alemã. Em sua passagem pelo Brasil, trabalhou sempre com um pequeno e seletivo grupo de geógrafos do IBGE, entre eles Orlando Valverde e Fábio M. S. Guimarães.

exemplos mais significativos a Divisão Regional do Brasil, proposta por Fábio M. S. Guimarães (1940) e a divisão do país em regiões fisiográficas, adotada pelo IBGE, em 1942.

2.4 A Geografia em Santa Catarina

Relevando-se algumas diferenças temporais e de escala, pode-se dizer que o desenvolvimento da geografia em Santa Catarina seguiu o mesmo caminho do ocorrido no Brasil e, mais especificamente, no Rio de Janeiro. As semelhanças podem ser constatadas ao se observar a cronologia dos estudos geográficos em Santa Catarina, pois apresentam as mesmas fases do conjunto do país.

Conforme Mira (2001), a evolução dos estudos geográficos em Santa Catarina caracteriza-se por quatro fases distintas: (1) – Fase dos Cronistas, Viajantes e Exploradores - entre os séculos XVI ao XIX, quando foram feitas várias narrativas onde aparecem alguns dados geográficos. (2) – Fase dos Relatórios Administrativos e Especializados, Ensaio de Naturalistas e Ensaístas - esta fase apresenta estudos desde o século XVI até o século XX: porém, a partir do início do século XIX, as pesquisas buscam explicações científicas, como, por exemplo, os trabalhos de *Saint-Hilaire* (1816-1817) e, entre outros, os relatórios de funcionários do governo, muitos extrapolando as questões administrativas e apresentando aspectos geográficos, como é o caso dos relatórios do Governador da Capitânia *João Alberto de Miranda Ribeiro* (1793-1800) e de *Paulo José Miguel de Brito* (1811 a 1816). A autora também destaca, nesta fase, os estudos do *Padre Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva – Arcipreste Paiva*, a Notícia sobre a Colônia Alemã de São Pedro d'Alcântara (1849) e Notícia Geral da Província de Santa Catarina (1876); o de *Joaquim Norberto de Souza e Silva*, Investigações sobre os Recenseamentos da População Geral do Império (1870) e o do francês *H. Rey*, Contribuições à Geografia Médica: a Ilha de Santa Catarina. Ainda conforme Mira (op. cit.), esses estudos iam além da enumeração e descrição, apresentando comparações, explicações, discutindo problemas e sugestões. (3) – Fase do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Criado, em 1896, por iniciativa de José Boiteux¹²⁷, esse Instituto procurava auxiliar o governo estadual a melhor compreender a realidade física e cultural de Santa Catarina, praticamente desconhecida, composta por diversas ilhas socioeconômicas. Não obstante, um dos principais objetivos da agremiação em seus primeiros anos de vida foi o de auxiliar tecnicamente no processo de litígio entre Santa Catarina e Paraná, que disputavam judicialmente uma grande área do meio-oeste, que ficou conhecida como Contestado¹²⁸. Nessa fase devem ser destacados os trabalhos de *José Boiteux* (1916), *Dicionário Histórico e Geográfico de Santa Catarina*; *José Viera da Rosa* (1905) - Corografia de Santa Catarina; *Jacinto A. de Mattos* - Colonização do Estado de Santa Catarina (1917) e *Laércio Caldeira de Andrade* - Introdução à História do Comércio Catarinense (1920). Além desses, cabe citar alguns textos publicados na revista do IHGSC, em sua primeira fase (1902-1920), *Arquivo do Conselho Ultramarino* - “Descrição da Ilha de Santa Catharina” (1902); *George Anson* - “A

¹²⁷ Sobre José Boiteux consulte-se Bahia (1994) e sobre o IHGSC, Correa (1997).

¹²⁸ Parte do atual centro-oeste catarinense foi palco da Guerra do Contestado (1912-1916), originada em conflitos sociais que envolviam, principalmente, a questão da posse de terras. Essa região era disputada pelos Estados de Santa Catarina e Paraná, após uma ação judicial (contestado) impetrada por Santa Catarina contra o Paraná, em 1900. Área ocupada por mais de quarenta mil habitantes, insurgidos contra os desmandos governamentais e de grandes latifundiários, por consequência da instalação da Southern Brazil Lumber e Colonization na localidade de Calmon (1908), da questão de terras da Fazenda Irani e da Cia. Frigorífica e Pastoril, da escrituração de glebas de terras devolutas do Contestado para a EFSPRG, da disputa pela exploração dos ervais – concessões do estado e municípios e também pela venda suspeita de terras do Estado para especuladores. Os revoltosos chegaram a controlar uma área de 28 mil quilômetros quadrados. Após algumas vitórias contra as tropas do governo, passaram a ser combatidos por oito mil homens do exército que usou avião (pela primeira vez com propósito militar na América Latina, apesar de esse ter sido usado apenas uma vez para reconhecimento aéreo, vindo a cair e matar seu piloto quando iniciava a segunda incursão de reconhecimento) e metralhadoras, terminando em massacre e rendição dos revoltosos, em agosto de 1916. No dia 20 de outubro daquele ano, foi assinado o acordo de limites Paraná-Santa Catarina. Em setembro de 1917, foram criados os municípios de Mafra (SC), Cruzeiro e Porto União (PR). Em 1918, foi reiniciada a colonização no centro-oeste catarinense por empresas particulares. http://wikipédia.org/wiki/guerra_do_contestado, acesso em 27 maio 2008. Veja também, Auras (1984) e Cabral (1979).

Ilha de Santa Catharina” (1919), *Alfredo Malan* – “O Passo do Goyo-Em (1918); *Jean Mawe* – “Voyages dans l’ Interieur du Brésil”, Santa Catharina (1919); *Francisco de Souza de Menezes* – “Um Manuscripto: Extracto da Ilha de Santa Catharina, seu continente e demais partes dependentes daquele governo” (1902); *Ismael da Rocha* – “Caldas da Imperatriz” (1916-17-18); (4) - Fase do DEGC e da Faculdade Catarinense de Filosofia, Ciências e Letras.

* * *

O intuito deste segundo capítulo foi o de destacar aspectos importantes acerca do contexto no qual o pensamento científico de Victor Antônio Peluso Júnior acabou sendo forjado. Como se poderá perceber, mais à frente, as oportunidades desse período tão dinâmico da história do pensamento científico brasileiro, situado em torno dos anos 1930, foram decisivas e calaram fundo na formação intelectual de Peluso, possibilitando uma sólida base para o desenvolvimento futuro de seus estudos.

A partir daqui, a preocupação é demonstrar que o protagonista desta tese não foi apenas um mero espectador dos acontecimentos, mas um entre aqueles importantes personagens que contribuíram para o desenvolvimento da ciência geográfica no Brasil.

3 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA TRAJETÓRIA DE PELUSO JR. - PRIMEIRA FASE (1940-1945)

Lembrando o que foi assinalado no final do primeiro capítulo, a produção científica de Peluso é fortemente influenciada, portanto diferenciada, segundo fases relacionadas às suas atividades profissionais. Os textos da primeira fase foram escritos durante o período em que ele esteve envolvido com a Campanha das Coordenadas Geográficas de 1939 a 1944. Aproveitando os longos períodos necessários ao levantamento de cada coordenada, utilizava esse tempo com leituras, seguindo as indicações bibliográficas de profissionais ligados ao CNG. Por outro lado, as andanças e o tempo de permanência em cada lugar, para conseguir auferir as coordenadas dos mais diversos municípios do Estado de Santa Catarina, favoreciam o levantamento de dados, entrevistas e a observação empírica indispensáveis ao desenvolvimento de monografias geográficas.

Antes de iniciar a análise dos textos de Peluso, cabe ressaltar que serão destacados os mais significativos, enquanto alguns de menor expressão receberão somente um rápido comentário. Além disso, a análise de cada fase de sua produção intelectual será precedida por uma descrição do contexto da época com o intuito de demonstrar a relação entre a produção desse autor, sua vida profissional e o desenvolvimento da ciência geográfica no país.

3.1 O IXº Congresso Brasileiro de Geografia

Antes de tudo é preciso discutir um marco da geografia brasileira, pouco explorado pelos estudiosos. Trata-se do IX Congresso Brasileiro de Geografia (CBG), realizado na cidade de Florianópolis (SC), em setembro de 1940¹²⁹. O encontro foi

¹²⁹ São poucas as referências acerca desse congresso, excetuando-se algumas rápidas citações em alguns textos. O único estudo específico sobre o assunto é a

importante em diversos sentidos, podendo ser considerado como um “divisor de águas” no desenvolvimento da geografia nacional. Mesmo sabendo das dificuldades de usar um fato, ou um acontecimento pontual, para delimitar rupturas na história das ciências, é possível atestar, sem prejuízo para a análise, que o IX CBG serviu de veículo para efetivar um rompimento no desenvolvimento do pensamento geográfico brasileiro¹³⁰.

Para esse evento realizado em Florianópolis, pode ser atribuído o mesmo status explicativo, imputado por Muller (1969) e Monteiro (1980), ao XVII Congresso Internacional de Geografia patrocinado pela UGI, realizado no Rio de Janeiro, em 1956, considerado como o momento em que a geografia brasileira atingiu maturidade científica, bem como ao III Encontro Nacional de Geógrafos da AGB, sediado em Fortaleza, em 1978, por representar uma nova tendência científica apoiada em uma ruptura teórico-metodológica profunda. Partindo dessa premissa, o encontro de 1940 pode ser equiparado a esses dois marcos consagrados pela historiografia da ciência geográfica brasileira, pois ali se solidificou o apelo daqueles que a tempos vinham lutando para dotar a geografia brasileira de um caráter científico.

Em Florianópolis, o grupo paulista, sob a orientação de Pierre Monbeig, teve uma atuação científica ímpar, servindo de arautos da nova ciência e fiscalizando com severidade exigida a ação dos falsos profetas que, sem ter a necessária formação e vocação científicas, quiseram se guindar à posição de líderes. Em Florianópolis, os paulistas deram o primeiro passo na direção da Geografia Urbana moderna e fizeram, à custa de exemplos sugestivos, a boa propaganda da Geografia de campo (AB’SABER, 1960, p. 75).

comunicação de Pereira (2007) apresentada no VII Encontro Nacional da ANPEGE; porém, longe de ser considerado um estudo profundo sobre o tema.

¹³⁰ Como apontado no primeiro capítulo, deve-se ter em mente que as rupturas sempre se apresentam de forma relativa, mas, como salienta Geiger (1988, p. 60), “[...] as abordagens que se apresentam hoje como alternativas antagônicas são muito eficazes quando se fundem num enfoque dialético, que permite ver no episódio o ponto de encontro de várias determinações”.

As diretrizes apresentadas no IX CBG foram seguidas e ampliadas nos dois certames seguintes da Sociedade Brasileira de Geografia, X CBG (1944), no Rio de Janeiro, e XI CBG (1954), em Porto Alegre.

No Rio de Janeiro, continuaram a obra iniciada em Santa Catarina, posto que debaixo de uma atuação mais discreta, sendo substituídos pelos seus bons colegas cariocas na árdua tarefa de reeducar os enciclopédicos e rabugentos mentores da velha “geografia”. E, finalmente, em Porto Alegre, quando por um desses incríveis eventos, toda uma instituição técnico-científica do governo brasileiro prestigiava um congresso de organização arcaica e obsoleta, um pequenino grupo de geógrafos paulistas, fiéis aos seus princípios metodológicos e científicos, soube recolocar os problemas, consolidar o prestígio de seu campo científico e demonstrar, com energia e educação, os seus princípios e propósitos. Historicamente, o Congresso Brasileiro de Geografia de Porto Alegre foi o *canto do cisne* da velha e retrógrada geografia em nosso país, ainda realizado em ambiente solene e festivo, sem ódios e ressentimentos insuperáveis (AB’ SABER, 1960, p. 75-76).

Nesse sentido, constata-se a importância do IX CBG como precursor dos encontros de geografia com caráter eminentemente científico e alicerçado pelas novas instituições técnico-científicas. São vários os fatores que confirmam isso, entre eles: o conteúdo, a quantidade e a qualidade dos trabalhos apresentados, além do surgimento de um foro diferenciado de debates permeado por disputas e inovações. Na realidade, o encontro foi marcado pelo choque entre a geografia moderna lablachiana e a antiga geografia da nomenclatura.

O importante para a Geografia Brasileira naquele conclave foi o primeiro encontro dos jovens geógrafos dos dois grupos da AGB (de São Paulo e do Rio) com os velhos adeptos da Geografia de nomenclatura, da “veneranda” Sociedade Brasileira de Geografia. [...] Como essa moçada perturbou a velharia, é difícil de descrever! Pela primeira vez, em lugar de palmas e comentários laudatórios, aqueles senhores passaram a ouvir críticas inflamadas, ironias e propostas de recusa dos seus trabalhos. Este choque de idéias reproduzia no Brasil, aliás, o que havia ocorrido no princípio do século na velha Société de Géographie de Paris, entre os geógrafos tradicionais e os jovens grupos então liderados por Emmanuel De Martonne e P. Vidal de La Blache (VALVERDE, 1992, p. 121).

Devido ao contexto, o evento contou com a presença de ilustres figuras das ciências, da política e da sociedade, em geral. A Mesa Diretora dos Trabalhos foi assim composta: Presidente – Ministro Bernardino José de Souza; Vice-Presidente – Ministro João Severiano da Fonseca Hermes; Secretário-Geral – Eng^o Cristóvão Leite de Castro; 1^o Secretário – Dr. Manuel Carvalho Barroso; 2^o Secretário – Eng^o Benedito Quintino dos Santos. Além dos dois ministros que compunham a mesa diretora, também esteve presente no encontro o Ministro Matoso Maia Forte, como componente da 8^a Comissão (monografias regionais). O comparecimento de pessoal ligado ao alto escalão do governo, além de demonstrar o grande valor de que se revestiu o congresso, atestava a importância assumida pela ciência geográfica, como instrumento de estado para análise da realidade territorial brasileira.

Os Congressos Brasileiros de Geografia vinham sendo organizados pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, desde o ano de 1909. Depois de ter participado, em Genebra, do IX Congresso Internacional de Geografia (1908), o catarinense José A. Boiteux, então secretário da SGRJ, idealizou a organização de congressos nacionais de geografia. A ideia era organizar encontros

anuais, durante a “Semana da Pátria”. Todavia, apenas os três primeiros certames ocorreram anualmente, Rio de Janeiro (1909), São Paulo (1910) e Curitiba (1911); a partir daí os seguintes não apresentaram regularidade: Recife (1915), Salvador (1916) Belo Horizonte (1919), Paraíba do Norte (1922) e Vitória (1926). Desses oito primeiros congressos, apenas o primeiro, no Rio de Janeiro (1909) e o quinto, na Bahia (1916), tiveram relativa importância, pelo número de adesões e de trabalhos apresentados.

O encontro de 1909, contando com o apoio do governo federal e revestido de grandiosa pompa, apresentou número expressivo de inscritos (557) e de teses apresentadas (108). Da mesma forma, o encontro da Bahia, que recebeu apoio do governo desse estado, contou com grande número de inscritos (1057) e de trabalhos (111). No entanto, os certames de São Paulo (1910), Curitiba (1911), Recife (1915), Belo Horizonte (1919), Paraíba do Norte (1922) e Vitória (1926) tiveram pouca expressão, tanto pelo número de inscritos, como pelo de trabalhos apresentados, em decorrência da falta de apoio governamental e/ou da pouca estrutura dos Institutos histórico-geográficos locais, aos quais geralmente cabia a organização dos encontros.

Os congressos foram interrompidos durante os anos 1930, por causa da conturbada situação política do país, a qual inibia a organização de eventos de determinado vulto. Além disso, a organização dos congressos de geografia perdeu um de seus principais articuladores, José A. Boiteux, falecido em 1934. Com a morte de Boiteux, encerrou-se um ciclo na história dos congressos nacionais de geografia, que só seriam retomados em 1940, porém, revestidos de uma nova roupagem institucional e com características mais científicas. Em 1941, no intuito de crescer nacionalmente, a SGRJ mudou seu nome para Sociedade Brasileira de Geografia (SBG). Com essa nova denominação realizou ainda os Congressos do Rio de Janeiro (1944) e de Porto Alegre (1954).

A importância do IX CBG começou a se esboçar tempos antes de sua realização. Ao contrário dos congressos anteriores, promovidos pela SGRJ, esse contou com patrocínio institucional, graças à Resolução nº 42 do CNG, de 7 de julho de 1939, que deliberou apoiar a realização de Congressos trienais. Esse apoio foi fundamental para o desenvolvimento do certame, pois proporcionou não só a disponibilidade de verbas por intermédio do IBGE, como

ainda abriu as portas para a participação e o apoio de inúmeras outras instituições públicas que acabaram contribuindo de diferentes formas - cedendo pessoal e/ou materiais, custeando a viagem de delegações, etc. Além disso, o CNG, por intermédio da Revista Brasileira de Geografia (RBG), periódico que, apesar de se encontrar em seu primeiro ano de existência, já se consagrava como uma das principais publicações científicas do país, efetuou um amplo processo de divulgação do congresso. Esse processo começou na revista nº 4, de outubro de 1939, quando foi publicado o Regulamento e o Programa das teses oficialmente recomendadas, e seguiu, nos números posteriores, apresentando uma série de noticiários sobre as ocorrências relacionadas aos preparativos do encontro. Por intermédio desses noticiários, observa-se o empenho do Presidente da Comissão Organizadora, o então Ministro do Tribunal de Contas da União, Bernardino José de Souza¹³¹, na propaganda do evento. Saindo em cruzada nacional de divulgação, o Ministro visitou instituições, personalidades, empresários, políticos, autoridades, etc., em vários estados brasileiros, tornando-se um dos principais responsáveis pela grandiosidade e pelo sucesso do IX CBG.

Realizando várias conferências e reuniões, teve ocasião de encarecer o alto significado dos congressos nacionais de geografia, salientando a valiosa contribuição que trazem para o conhecimento científico dos problemas geográficos dos países e a sua inestimável importância social na aproximação entre si dos grupos humanos de um povo pelo melhor

¹³¹ Bernardino José de Souza (1884-1949), sergipano, bacharel em Direito (1904), folclorista, professor secundário de história e geografia. Exerceu carreira política na Bahia (Deputado e Secretário do Interior) e na Capital Federal (Ministro do Tribunal de Contas da União). Durante o magistério, produziu amplo material didático: *Limites do Brasil* (1911); *Corografia do Piauí* (1912); *Por Mares e Terras* (1913); *A Ciência Geográfica* (1913); *O Município de Abadia* (1922). Em 1928, fez Palestras em São Paulo e Minas Gerais sobre as condições geográficas da Bahia. Além disso, escreveu *Nomenclatura Geográfica Peculiar ao Brasil* (1910), *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil* (1937) e *O Ciclo do Carro de Boi no Brasil*, póstumo (1958). Atuou nos Congressos de Geografia desde seu início, representando o IHG e o Governo da Bahia. www.infonet.com.br/luisantonioabarreto/ler.asp Acesso em 02 jun. 2008.

conhecimento do território pátrio. Apresentando o programa do Congresso, relatando e tecendo comentários sobre as teses das suas secções, pondo em relevo a importância dos trabalhos apresentados pelos congressistas, como preciosas contribuições para o estudo da geografia brasileira, o senhor presidente expunha as bases do próximo e grandioso conclave, sua origem e sua finalidade. Salientando o apoio que o Congresso terá do Governo Federal, o que constitui expectativa de pleno sucesso, concluía sempre fazendo caloroso apelo aos governos estaduais, as instituições culturais, ao magistério e à classe universitária, no sentido de cooperarem junto às comissões organizadora e executiva, para o melhor êxito do Congresso, uma vez que o seu objetivo é servir ao Brasil (RBG, RJ. IBGE, jan./1940, ano II, nº 1, p. 100).

A magnitude do congresso pode ser medida pelo número de adesões (2137), pelo número de teses recebidas pela Comissão Organizadora (215), destas, 152 foram aceitas para publicação nos anais do encontro, e, também, pelo número de congressistas vindos de outros estados (mais de duzentos)¹³². Estiveram presentes as principais figuras da geografia brasileira, como Delgado de Carvalho, Pierre Monbeig, Orlando Valverde, Jorge Zarur, Aroldo de Azevedo, Raimundo Lopes¹³³, etc. A importância das pessoas e das instituições para o êxito desse congresso foi decisiva, inclusive após a sua realização, haja vista a posterior publicação dos anais, ocorrida entre 1941 e 1944, abrangendo cinco volumes com mais de 3.500 páginas, totalmente financiados pelo CNG. O evento contou com a contribuição científica de destacadas figuras de renome nacional e internacional, tais como: Marechal Rondon, Gilberto Freire e Roger

¹³² Segundo “Ecos do IX Congresso Brasileiro de Geografia”, Revista Brasileira de Geografia, ano II, nº 4, out./1940, p. 623.

¹³³ Virgílio C. Filho afirma que, durante esse Congresso, Raimundo Lopes sofreu o primeiro ataque da doença que o levaria à morte no ano seguinte (Vultos da Geografia Brasileira, RBG, RJ, IBGE, 1948, nº 3, p. 441-442).

Bastide. Recebeu igualmente a contribuição científica de instituições: o Ministério das Relações Exteriores, junto à Comissão de Cartografia e Geografia Matemática, expôs a “Demarcação da linha geodésica Apaporis-Tabatinga e a Coletânea de Coordenadas Geográficas”; o Serviço de Proteção ao Índio exibiu estudo “Sobre as causas determinantes da diminuição das populações indígenas do Brasil”; o Clube de Engenharia do Rio de Janeiro trouxe o “Estudo Sobre Portos, Viação e Fontes de Energia”, exposto junto à Comissão de Geografia Econômica; enquanto a FFCL (USP) apresentou um conjunto de comunicações reunidas sob o título “Contribuição Para o Estudo dos Centros Urbanos Brasileiros”, e a Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo trouxe as teses de quatorze alunos sintetizadas no trabalho “Duas Riquezas de São Paulo: Café e Algodão”.

O Encontro de 1940 não se distanciou dos anteriores apenas no tempo, mas, principalmente, no conteúdo. Como era de iniciativa da SGRJ, a direção da organização procurou manter a tradicional estrutura formal, com os trabalhos distribuídos em comissões temáticas: Secção A – Geografia Matemática e Cartografia; Secção B – Geografia Física; Secção C – Biogeografia; Secção D – Geografia Humana; Secção E – Geografia Econômica; Secção F – Explorações Geográficas e Geografia Histórica; Secção G – Metodologia Geográfica, Regras e Nomenclatura; Secção H – Monografias Regionais.

Nota-se, entretanto, a falta de uma secção referente à Geografia Política e Social, existente nos congressos anteriores, suprimida nesse, provavelmente, por questões contextuais, pois, de um lado, havia a guerra na Europa, e qualquer manifestação no seu sentido geopolítico poderia tornar-se ofensiva aos professores europeus que estivessem participando do evento; de outro, porque a geografia científica que se desenvolvia no país seguia a orientação francesa, extremamente crítica em relação à geopolítica¹³⁴. Além disso, o Brasil encontrava-se sob a ditadura do Estado Novo, influenciando a organização do IX CBG e reduzindo a possibilidade de debates políticos durante o encontro.

¹³⁴ Pereira (2007, p. 7) ressalta que a geografia francesa preconizava: “Domínios ambíguos, quando não perigosos, deveriam ser descartados, no processo de conformação disciplinar”.

Não obstante, assuntos de interesse do Estado, naquele momento, foram incluídos, entre eles a questão do controle de territórios de fronteira e a nacionalização da população. Pereira (op. cit., p. 8) lança suspeita para o fato de que o Vale do Itajaí não tenha sido escolhido por acaso para apresentação da nova modalidade de investigação científica apresentada no congresso - o trabalho de campo -, pois se tratava de uma região de colonização alemã que mantinha forte os aspectos culturais de sua origem, conseqüentemente, um dos alvos principais do programa de nacionalização que o Governo Vargas pretendia iniciar. Além disso, o próprio congresso foi alvo de propaganda nazista.

A 2ª Guerra Mundial estava deflagrada. A França já havia caído. A propaganda nazista lavrava no Sul do Brasil. Na exposição de mapas, anexa ao Congresso, organizada pelo CNG, o cônsul alemão depositou um grande caixote, com livros de propaganda nazista, para serem distribuídos à tarde. No horário de almoço, com o recinto da exposição fechado, furtivo o caixote, auxiliado por alguns colegas do CNG, e o joguei no mar (VALVERDE, op. cit., p. 121).

Como se pode verificar, a semelhança em relação aos antigos congressos de geografia restringiu-se mais à forma e à pompa, enquanto os temas e a escolha dos componentes das comissões foram basicamente influenciados pela nova geografia institucionalizada. Por isso, diferentemente dos congressos anteriores, a apreciação e o julgamento dos trabalhos foram executados somente pelas comissões técnicas e não mais pelas assembleias plenárias, pois, segundo os organizadores, aquelas “estariam mais aptas a estudar os problemas científicos”, cabendo a estas apenas a votação dos pareceres (RBG nº 4, ano II, 1940, p. 625).

Segundo Pereira (2007), a relação entre a velha geografia (SGRJ) e a nova (IBGE), permeou o evento mediante de um nacionalismo consoante com os anseios do regime centralizador e autoritário do Estado Brasileiro.

Os rumos do encontro foram ditados pela geografia humana de cunho acadêmico, que se mostrou soberana e influente, preconizando as apresentações e os debates. Isso pode ser percebido inclusive nas moções apresentadas pelas Comissões Técnicas: a Geografia Humana sugeriu a inclusão de uma secção de Geografia Urbana no próximo congresso¹³⁵; a Geografia Econômica solicitou que, nos futuros congressos, as teses versassem unicamente sobre geografia; a Geografia Metodológica propôs a organização de roteiros e planos de excursões de caráter científico nos estados, especialmente para estudos geográficos de interesse geral do país, e pediu também, ao Ministro da Educação, o retorno do ensino de geografia e corografia nos cursos secundários.

Foi feita uma solicitação em plenária para inclusão do texto “A Formação das Ilhas de Búzios”, de Euclides da Cunha, nos anais do congresso, moção aplaudida em pé pelos participantes em plenário. Contudo, a mais polêmica de todas foi, sem dúvida, uma das moções apresentadas pela 7ª Comissão Técnica (Metodologia Geográfica)¹³⁶, que preconizava separar, nas Faculdades de Filosofia, o curso de geografia do de história. A ideia partiu do professor Jorge Zarur que a colocou em discussão junto àquela comissão da qual era membro.

Após longo debate interno na comissão e depois de chamar o professor Pierre Monbeig (que pertencia à comissão de geografia humana) para expressar o seu ponto de vista, o qual foi contrário a tal pedido, a 7ª Comissão deliberou pela apresentação da moção à

¹³⁵ Nos anos seguintes, foram feitos vários pedidos, por geógrafos e outros especialistas, para a inclusão da geografia urbana nas comissões técnicas do X Congresso Brasileiro de Geografia. Entretanto, tal inclusão não aconteceu, sendo sugerido, pela comissão organizadora do X Encontro, que figurasse entre os temas prediletos “o estudo da posição e do espaço do núcleo formador da cidade e do seu primitivo desenvolvimento, bem como da orientação e do cenário geográfico (elementos fisiográficos e topográficos, quais o clima, o relevo, a vegetação, as águas, etc.)” (RAJA GABAGLIA, 1943, p. 6) Contudo, foram respeitadas as moções do IX CBG que pediam a inclusão no X CBG das comissões de geografia das calamidades e a de geografia médica. O XI CBG (Porto Alegre-1954), o último encontro dessa natureza organizado pela Sociedade Brasileira de Geografia, também não apresentou uma comissão de geografia urbana, mas, em compensação, foram suprimidas, a geografia médica e a geografia das calamidades, substituídas pela geografia política e didática da geografia.

¹³⁶ Essa comissão tinha como Presidente o prof. Delgado de Carvalho e como 2º Secretário Orlando Valverde.

plenária do encontro. Na sessão plenária, Monbeig voltou a defender sua posição, alegando que um assunto tão importante, “a ligação entre o ensino da Geografia e História nos cursos de ensino superior do Brasil”, não deveria ser deliberado com precipitação. A posição do presidente da mesa, Ministro Bernardino José de Souza, apesar dos insistentes apelos do professor Zarur, foi a seguinte:

Seria indelicadeza da minha parte, se não orientasse a digna Assembléia, proporcionando-lhe oportunidade de atender ao pedido desse ilustre mestre. Trata-se, apenas, de um reexame. De nova discussão pode surgir a luz. Como disse, não há aqui idéias preconcebidas. Estou certo, mesmo, de que – ou o ilustrado Prof. Jorge Zarur, do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, tais sejam as razões que mais calmamente o Prof. Pierre Monbeig apresente, ou o próprio Pierre Monbeig, diante dos novos argumentos aduzidos pelo colega Prof. Jorge Zarur, - um dos dois retirará sua moção, para fim de só aparecer uma em nossos anais. De fato, são teses inteiramente opostas, e o Congresso só poderá aprovar uma delas. É uma questão de alta importância cultural. Devemos portanto, atender ao apelo do sr. Pierre Monbeig, em homenagem à sua cultura e à colaboração que traz para os nossos trabalhos. (*Palmas*). (SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1944, p. 133).

Assim, em homenagem à cultura do nobre professor estrangeiro, foi decidida uma questão importante, ao se levar em conta as possíveis implicações existentes por trás daquelas duas propostas¹³⁷. Esse fato, aparentemente de pouca relevância, esconde

¹³⁷ A proposta de separação dos cursos de História e Geografia nas Faculdades de Filosofia voltou a ser apresentada por J. Zarur, no ano seguinte, à Assembleia Geral do CNG, sendo novamente rejeitada em plenário. Não obstante, em 1943, o CNG acabou dando parecer favorável à separação dos cursos. Em resposta, P. Monbeig escreveu o opúsculo *Estudos Geográficos*, publicado na seção “Comentários” do Boletim Geográfico nº 11, de fevereiro de 1944. Nesse texto, Monbeig enfatiza o

um significado mais amplo. Segundo J. Zarur, sua defesa em prol da proposta separatista baseava-se na necessidade de preparar professores secundários especializados em cada uma das disciplinas e, de acordo com Peluso (1986), preparar os geógrafos para o trabalho em planejamento regional. Porém, deve ser lembrado que essa separação dos cursos de Geografia e História era uma tendência oriunda das universidades norte-americanas¹³⁸. Além disso, Zarur poderia, do mesmo modo, ter sido influenciado pela fórmula utilizada na Universidade do Distrito Federal, recém-extinta (1939), na qual os cursos de História e Geografia, embora pertencendo à mesma seção, haviam sido implantados e se desenvolviam separadamente¹³⁹. Por outro lado, a proposta unitária, defendida por Monbeig, seguia a tendência da geografia universitária francesa. Esse embate, no fundo, derivava de consequências ligadas a questões metodológicas, portanto, também epistemológicas, demonstrando, na realidade, a forma como foi estruturando-se a geografia brasileira em torno da proposta da escola francesa, que acabaria impondo-se e reinando praticamente soberana durante um determinado período.

A repercussão do IX CBG pode ser atestada por intermédio da Revista Brasileira de Geografia que, por longo tempo após o encontro, sob o título de “Ecos do IX Congresso Brasileiro de Geografia”, apresentou os principais acontecimentos ocorridos durante o evento. Em Conferência proferida em uma das sessões do Congresso, Delgado de Carvalho resumiu de forma emocionada os principais objetivos do certame.

verdadeiro papel das Faculdades de Filosofia, que era o de formar professores para o ensino secundário e pesquisadores, sendo completamente contrário à formação técnica, por isso, assinalando a importância na formação cultural histórica desses novos professores.

¹³⁸ Cabe lembrar que J. Zarur foi um dos pioneiros da geografia brasileira a cursar pós-graduação nos EUA (1942); portanto, mesmo antes de ir estudar nos EUA, ele poderia estar sendo influenciado por ideias oriundas daquela escola geográfica.

¹³⁹ Interessante notar que, enquanto a UDF havia sido criada com os cursos separados em sessões de Geografia e História, a UB, que tomou seu lugar, juntou novamente os dois cursos, da mesma forma como ocorria na USP. Machado (2002) assinala que quando a UDF foi criada estava prevista a existência de cinco seções: Ciências Econômicas, Ciências Sociais; Ciências Geográfica e Histórica; Ciências Jurídicas e Ciências Políticas e da Administração. Porém, só chegaram a ser implantadas a seção de Ciências Sociais e a de Geografia e História.

Muito ainda nos resta a fazer e, por isso, é auspicioso o fato da reunião do IX Congresso Brasileiro de Geografia. Representa, para nós, uma congregação de esforços, um exame de consciência nacional, uma meditação sobre nossas realidades e as nossas possibilidades, uma oportunidade única para nos entendermos e traçarmos um plano para o futuro (RBG, RJ: IBGE, abr./jun. 1941, nº 2, p. 430).

3.2 – Os Primeiros Estudos Geográficos de Peluso Júnior

A estreia de Peluso, na comunidade geográfica, ocorreu no Congresso de Florianópolis, com a apresentação do estudo *O Vale do Rio Itajaí do Oeste*, junto à Oitava Comissão Técnica – Monografias Regionais, Estudos Especiais da Corografia Catarinense e da Cidade de Florianópolis. Essa comissão foi presidida pelo Desembargador Henrique da Silva Fontes, contando com a presença dos relatores: Dr. Arquimino Teixeira; Dr. José Boen; Dr. Álvaro Maia; Alm. Henrique Boiteux; Sr. Américo de Oliveira Amaral; Dr. Ildenfonso da Silva Dias; Dr. Luiz Bezerra Trindade; Prof. Valter Spalding; Eng. Gérson de Faria Alvim; Min. Matoso Maia Forte; Eng. Germano Petersen; Cap. Olímpio Tavares e Profa. Helena Brenner.

A sistemática de análise para a aprovação dos trabalhos inscritos no congresso seguia uma determinada ordem. Primeiro, o texto era lido por um dos membros da comissão e recebia um parecer por parte desse relator. Depois, o parecer era alvo de exame e discussão por toda a comissão; por fim, as indicações das comissões passavam por aprovação em plenário. Em nenhum outro Congresso Brasileiro de Geografia houve tantas teses reprovadas (63).

O trabalho de Peluso foi aceito com o seguinte parecer:

A tese acima apresentada a êste 9º Congresso de Geografia, reunido nesta cidade, Capital do Estado, pelo Snr. Vítor Antônio Peluso Júnior, depois de lida com atenção, é no meu entender uma monografia que muito merece, porque seu autor, com verdadeiro espírito de observador

não deixou de, depois de estudar todos acidentes geográficos do vale do Itajaí do Oeste, estudando o valor de suas terras agrárias, historia a marcha da população que para êle se encaminhou, deslocando pouco a pouco os nossos tapijaras que lhe haviam aberto caminho, composta de alienígenas que no emprêgo de outros métodos de cultura e de orientação diferente, deram vida àquela terra virgem. Estuda a espécie com clareza e com muitas fotografias a sua memória, modelo, em seu gênero.

É no meu parecer, uma preciosa contribuição para o perfeito conhecimento de uma zona que uma vez que a Estrada de Ferro Santa Catarina a ligue à cidade de Curitiba se converterá em um dos esteios de nossa riqueza. No meu entender merece aprovação.

Sala da 8ª Comissão, 11 de Setembro de 1940.

Henrique Boiteux¹⁴⁰ - Relator

(IX CBG, 1940, p. 477).

Pode-se perguntar por que Peluso escolheu essa região como primeiro estudo? Como se sabe, os levantamentos da Campanha das Coordenadas Geográficas, iniciadas em janeiro de 1940, obrigavam-no a permanecer meses seguidos longe do lar. Sua esposa, com filho pequeno, optou, nesse período, por residir na casa dos pais, na cidade de Rio do Sul, centro regional do vale do rio Itajaí do Oeste. Com isso, de tempos em tempos, Peluso retornava a Rio do Sul para visitar a família, momentos em que, provavelmente, pôde fazer novos levantamentos empíricos e estatísticos daquela região. Deve-se ter em conta, também, que ele passou algum tempo, entre janeiro e abril de 1940, nessa cidade, fazendo o levantamento das coordenadas geográficas do município. Além disso, quando exercia a função de Diretor do Departamento de Terras e Colonização do Estado¹⁴¹

¹⁴⁰ O Almirante Henrique Boiteux era irmão de José Boiteux.

¹⁴¹ Maiores detalhes encontram-se no subitem 1.5 – O início da Vida Profissional: A Diretoria de Terras e Colonização.

(1935-38), passou um bom tempo na região, mediando conflitos de terras entre posseiros e as companhias de colonização. Isso leva a crer que grande parte dos levantamentos e observações possa ter sido realizada anos antes da apresentação do estudo¹⁴².

No entanto, entre as razões que levaram Victor Peluso a escolher essa área como primeiro estudo pode ter havido uma de caráter político. Lembrando alguns fatos já relacionados anteriormente (nota 26), o alto vale do rio Itajaí vinha sendo palco de discórdia entre posseiros e a Sociedade Hanseática de Colonização. Existia uma cláusula no contrato com essa Sociedade que proibia a venda de terras aos brasileiros. Entretanto, grande parte dessas terras havia sido ocupada por descendentes de imigrantes de nacionalidade brasileira. Assim sendo, juridicamente esses posseiros não poderiam receber títulos delas.

Depois de requerimentos e protestos o Governo do Estado resolveu equiparar os brasileiros descendentes de estrangeiros, a estrangeiros, e assim com direito a se localizarem na colônia. As colônias tinham, já localizados nas terras que adquiriam, posseiros-agricultores que descendiam dos primitivos povoadores vicentistas e açorianos que subiram o vale, vivendo de lavouras de subsistência e da caça. O problema foi resolvido, em grande parte, com doação, pelos colonizadores, de lotes para cada família de posseiro em lugares determinados. Outros, porém, não aceitaram acordo, cada um exigindo centenas de hectares para suas lavouras de subsistência. [...] A colonização prosseguiu somente depois de resolvidas as questões com os posseiros – escrituras gratuitas de lotes para uns, e indenizações em dinheiro para outros (Manuscrito inédito, p. 39).

¹⁴² Coincidentemente, mais adiante, verifica-se que seu segundo estudo é uma monografia estatístico-descritiva do município de Rio do Sul.

Coincidência, ou não, um dos primeiros mapas elaborados pelo Departamento Estadual de Estatística e Publicidade foi o da região do vale do rio Itajaí do Oeste, isso em 1937¹⁴³.

Indaga-se, ainda, por que uma descrição regional? Ora, esse tipo de estudo representava o modelo preconizado pela geografia lablachiana, exatamente aquela que começava a ser desenvolvida no país. Além disso, num estudo regional fica mais evidente a unidade da geografia, pois “nele melhor aparecem as ligações entre o meio físico e os gêneros de vida” (MONBEIG & SILVEIRA, 1944, p. 349).

Sendo o método exclusivamente indutivo, o trabalho de campo é a fonte do conhecimento e esta foi a origem da grande contribuição da escola vidalina no Brasil; desenvolve a mentalização detalhada do mapa do Brasil. Valorizando o estudo das técnicas empregadas na utilização dos recursos, precursora no emprego do método antropológico, difundiu a informação sobre diversos aspectos do modo de vida das populações, segundo lugares e regiões (GEIGER, 1988, p. 70).

De modo geral, *O Vale do Rio Itajaí D'Oeste* segue a metodologia de um estudo regional conforme aquela escola, ou seja, primeiro uma análise do meio físico, para, em seguida, sobrepor os dados humanos e finalizando com a análise das atividades econômicas (ANDRADE, 1989).

[...] A região é agora entendida como o resultado de um longo processo de transformação da paisagem natural em paisagem cultural. O arranjo dos campos, o sistema agrícola e o habitat rural, mas também

¹⁴³ Esse mapa, apresentando em minúcias a bacia do Alto Vale do Itajaí, foi o primeiro trabalho do então iniciante cartógrafo Waldir Fausto Gil (1918-2008), que alguns anos depois faria parte da equipe fundadora do DEGC. O trabalho cartográfico de Waldir Gil foi de extrema importância para o Estado de Santa Catarina, com destaque especial na participação do pioneiro Atlas Estadual (1957).

o dialeto e os costumes estão, entre outros, constituindo um conjunto integrado de traços culturais que definem um GÊNERO DE VIDA (CORRÊA, 1997, p. 185).

Buscando aproximar-se de tais ditames, Peluso procurou demonstrar como a formação dessa região derivava da relação entre posseiros e colonos, descrevendo, para isso, o processo de ocupação daquela área. Seguindo essa linha, abre o texto apresentando a personalidade da região, que ali, segundo o autor, “reside na mediocridade da natureza, do homem e da sociedade” (PELUSO, 1944, p. 452). De forma clássica, descreve primeiro os aspectos físicos, para depois inserir os aspectos humanos. Um pouco diferente dos trabalhos de inspiração lablachiana, Peluso restringiu a parte física, basicamente, à nomenclatura, referindo-se apenas aos principais acidentes geográficos, sendo a morfologia praticamente negligenciada.

A parca descrição da geografia física do vale do Itajaí do Oeste refletia, talvez, o pouco conhecimento do autor sobre o assunto, aliás, algo muito comum nos trabalhos geográficos brasileiros daquela época. Entretanto, isso poderia ter sido contornado caso existissem estudos, de tal ordem, dessa região, que muito auxiliariam na síntese. Nesse mesmo congresso, os professores Pierre Monbeig e João Dias da Silveira apontam para esse problema.

O pesquisador de Geografia no Brasil conta sempre com outras dificuldades, além das próprias de sua disciplina. Poucas são as regiões que estão razoavelmente levantadas topograficamente; muito pouco, quase nada, se tem quanto a dados metereológicos; os recenseamentos botânicos e zoológicos são falhos, os solos mal conhecidos, a geologia ainda não desceu aos pormenores de que necessita o geógrafo; as estatísticas sobre a população e produção, nem sempre completas para a Geografia, são recentes e não esclarecem a evolução de fatos importantes; pouquíssimas são as cartas e “croquis” das diversas regiões e

dos diversos fenômenos físicos, demográficos e econômicos. Junte-se a tudo isso a grande extensão e as dificuldades de transporte e se verão, aproximadamente, os embaraços com que conta o pesquisador entre nós (MÓNBEIG & SILVEIRA, 1944, p. 349).

A falta de uma análise e descrição mais aprofundada acerca do quadro físico, nesse trabalho, colocava Peluso no mesmo nível da maior parte dos geógrafos brasileiros da época. Diante dessa realidade, seu estudo não se encontrava em situação superior, nem inferior, ao da grande maioria dos trabalhos apresentados nesse congresso.

Por outro lado, chama a atenção o fato de o trabalho não apresentar referências bibliográficas, decorrência, talvez, da inexperiência do autor na formulação de textos científicos, ou quem sabe, da tentativa de dar um cunho totalmente descritivo ao estudo. Todavia, cabe lembrar que a falta de citação fora prática comum entre os intelectuais brasileiros até finais dos anos 1930¹⁴⁴, inclusive daqueles que vinham militando por uma geografia de caráter científico, por exemplo, Delgado de Carvalho e Everardo Backheuser¹⁴⁵. Entretanto, em outros trabalhos publicados nos Anais do IX CBG, como, *Didática Moderna da Geografia*, da Professora Dinara de Vicenzi Azevedo Leite ou *Paquetá*, de Hilgard O' Reilly Stenberg, encontra-se a referência bibliográfica direta. Por outro lado, os vários trabalhos apresentados pelos paulistas, liderados por P. Monbeig¹⁴⁶, também não apresentam citação direta; porém, a

¹⁴⁴ Segundo Machado (2001), tal prática, refletindo o ambiente cultural pouco denso, ao descontextualizar as ideias, permitia misturar entre si teorias formuladas em momentos diferentes, bem como teorias díspares e/ou contraditórias. Da mesma forma, Nicolas-O (1981), fazendo referência a Vidal de La Blache, afirma que era um costume entre os historiadores não indicar todas as suas fontes.

¹⁴⁵ Machado (op.cit.) pressupõe também que Delgado de Carvalho e Everardo Backheuser usaram dessa prática, de falta de citação, como estratégia na defesa de um projeto de institucionalização da geografia que buscava mais adeptos e menos inimigos, garantindo-lhes ao mesmo tempo uma determinada proteção sociopolítica no meio intelectual da época.

¹⁴⁶ Faziam parte desse grupo: João Dias da Silveira, Alice Pifer Canabrava, Antonieta de Paula Sousa, Maria Aparecida Pantoja, Maria da Conceição Vicente Carvalho, Odilon Nogueira de Matos, Raul de Andrade e Silva, Sálvio de Almeida

bibliografia utilizada aparece no final do texto. Apesar de tal consideração não parecer de grande significado, ela permite, a princípio, diferenciar o produto da geografia sistemática, de cunho acadêmico, da geografia autodidata e, principalmente, daquelas puramente diletantes.

Em sua análise, Peluso apresenta os “gêneros de vida” da região sem fazer aportes diretos a esse conceito¹⁴⁷, valendo-se, ao mesmo tempo, de ideias ligadas à territorialidade, geralmente, atribuídas à geografia alemã de inspiração ratzeliana. Ora, se a análise do autor baseava-se na ideia de gêneros de vida, contudo, sem se reportar diretamente ao conceito, presume-se que tenha sido influenciado por estudos que seguiam nessa mesma direção.

Sabe-se que nas semanas em que Peluso participava das Assembleias do CNG, ou quando ia apresentar os relatórios dos levantamentos das Coordenadas Geográficas no Rio de Janeiro, “estava sempre em contato com Fábio Macedo Soares Guimarães, Lúcio de Castro Soares, Veríssimo da Costa Pereira e outros, examinando trabalhos e discutindo pesquisas” (PELUSO, 1986, p. 94). Nesse ambiente, conheceu também o Professor Delgado de Carvalho, que animava seu entusiasmo (Idem). Entretanto, a ausência de fontes impedia a identificação exata das leituras que lhe eram recomendadas pelos ilustres membros do CNG, e, principalmente, quais as que serviram de base para a execução desse primeiro estudo. Mesmo assim, a falta de citação e o autodidatismo não significam necessariamente a inexistência de cientificidade no estudo.

Está patente no “Vale do Itajaí do Oeste” a imbricação entre a descrição empírica, extraída diretamente da observação em campo e a análise histórica; aliás, uma prática geográfica introduzida no país por Delgado de Carvalho e que vinha sendo propagada, de forma mais efetiva, por intermédio dos professores franceses que vieram lecionar no país. Esse “historicismo”, na geografia francesa, resultava de uma reação (funcionalista) contra a perspectiva

Azevedo, Nice de Magalhães Lecocq, Renato Silveira Mendes e Aroldo de Azevedo.

¹⁴⁷ Apesar de não definir o conceito, a análise do texto permite verificar como a ideia de Peluso, a esse respeito, segue a forma lablachiana, na qual os *gêneros de vida* são formas ativas de adaptação do grupo humano ao meio geográfico baseado em um determinado conjunto de técnicas (M. SORRE, in: MEGALE, 1984).

evolucionista encontrada, principalmente, nos estudos da escola alemã de geografia com suas interpretações monistas e unilineares da história. Com isso, criava-se uma nova dinâmica para os estudos de determinadas unidades da superfície terrestre (regiões) que apresentassem diferenças históricas, sociais e espaciais (MENDOZA et al., 1982).

Nesse ponto, começam a aparecer algumas das qualidades de Peluso como pesquisador, entre elas, a perspicácia nas observações, o que Andrade (2006) chama de olho clínico do geógrafo, e a utilização de inquéritos diretos. Por meio destes, constatou, por exemplo, a aglomeração e/ou a dispersão dos posseiros, resultantes de suas necessidades defensivas, à medida que adentravam nas “terras virgens” ocupadas pelos indígenas.

Na época dos primeiros encontros com os selvagens, os posseiros viviam em aldeias, que não abandonavam senão em grupos. Nas casas permaneciam homens em número suficiente para enfrentar qualquer ataque. Desaparecidos os bugres, o processo agrícola a que se entregam os posseiros faz com que as edificações se distanciem. Eles necessitam, de grandes áreas para suas lavouras. Onde 10 famílias de colonos podem prosperar, o posseiro mal consegue seu sustento (PELUSO, 1944, p. 468).

Outra consideração importante relaciona-se aos dados estatísticos. Peluso colocou os números populacionais censitários sob suspeita, por se tratar de estimativas apoiadas no antigo recenseamento de 1920, que não levavam em consideração as correntes migratórias mais recentes. Percebendo que ao multiplicar o número de habitações (6.403), declaradas na estatística municipal da cidade de Rio do Sul (centro da região), por uma média de 6,8 habitantes em cada construção¹⁴⁸, a população deveria contar com 43.540 habitantes, diferente dos 21.962 habitantes, segundo informava o Departamento Estadual de Estatística. Com isso, ele conseguiu estimar um número muito mais próximo da realidade,

¹⁴⁸ Média de moradores por habitação naquela época.

pois, segundo os dados do Censo de 1940, que só começaram a ser publicados em 1942, o município de Rio do Sul contava com uma população de 51.650 habitantes.

Como ressaltou o parecer do relator, o ponto forte desse estudo é a boa descrição sobre o povoamento da região, pois, ao historiar a marcha da ocupação, o texto permite compreender as mútuas relações entre gêneros de vida distintos, bem como as formas de apropriação do espaço daí resultantes, sempre na visão da relação direta entre o homem e o meio.

O posseiro, para quem o direito está na ocupação, cultiva a terra segundo os mesmos processos da primitiva colonização portuguesa. Possuidor de terras virgens, não adquiriu o hábito de trabalho sistemático. Queima o mato, planta, e ali volta somente na colheita. Outra queimada lhe dará oportunidade para nova plantação sem os incômodos de virar a terra. A lavoura é pequena. Sua economia oscila, entre caça e a agricultura. Não faz melhoramentos nas terras que possui, pois espera sempre vende-la quando a colonização lhe chegar na vizinhança (PELUSO, 1944, p. 466).

A citação anterior serve igualmente para demonstrar como o pensamento de Peluso, seguindo o preceito básico do conceito de gêneros de vida, procura evidenciar que, em um mesmo meio natural, se desenvolvem modos de vida diferentes, devido à forma como cada grupo se organiza, pois “dessa tensão entre homem e natureza, permeada pela técnica, resultam gêneros de vida diversos” (DANTAS, 2005, p. 41). Em outro sentido, notam-se algumas imprecisões, pois, em primeiro lugar, a coivara não é uma herança cultural portuguesa - era na realidade uma prática de indígenas da região -; em segundo, a agricultura sistemática daqueles colonos encontrava-se muito distante da praticada na Alemanha e/ou na Itália, no século XIX, época em que teve início a imigração para o Brasil. Esse segundo aspecto foi percebido por Peluso que não procurou compreendê-lo, muito menos explicá-lo, contentando-se em relacionar tais contradições às condições topográficas e orgânicas do

solo. Restringe a questão da policultura ao caráter previdente do colono, sem fazer relações com os sistemas de cultivo (rotação de terras, rotação de culturas, etc). Alguns anos mais tarde, o geógrafo alemão Leo Waibel, ao fazer um estudo no sul do Brasil, constatou a diversidade de sistemas de cultivo entre os descendentes de colonos alemães, bem como do sistema de produção em relação ao mercado¹⁴⁹. Nesse estudo, Waibel, em primeiro lugar, ressalta o papel das companhias particulares de colonização e o papel político do estado brasileiro que, ao não interferir, garantia grandes lucros àquelas empresas exploradoras. Em segundo, chama a atenção para os tipos e formas de culturas agrícolas, relacionando-os às características do solo.

Ao contrário do geógrafo alemão, Peluso evitou (propositalmente ou não) qualquer tipo de referência ao papel das empresas no desenvolvimento da colonização¹⁵⁰. Ao mesmo tempo, pouco se preocupou com as relações entre as condições do solo e os sistemas de cultivo, descrevendo apenas algumas condições naturais (várzea x chapadas) com os tipos de cultivo. É claro que não se pode fazer uma comparação entre esse iniciante pesquisador (autodidata) e o experiente e ilustre mestre alemão; entretanto, percebe-se, mesmo em estudos posteriores, um fraco relacionamento com a geografia agrária, mesmo quando, anos mais tarde, tornou-se Secretário da Agricultura do Estado de Santa Catarina.

Em outro trecho, por meio de uma leitura mais atenta, verifica-se que suas colocações aproximavam-no da tendência sociológica, moderna na época, contrária às ideias de superioridade racial, principalmente, oriunda de H. Spencer, muito em voga nas primeiras décadas do século XX.

¹⁴⁹ Princípios da Colonização Europeia no Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, nº 2, ano XI, abril/junho, 1949.

¹⁵⁰ Voltando a ressaltar (nota 26), o nacionalismo na ditadura Vargas atingiu as empresas de colonização estrangeiras. Com o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha, durante a 2ª Guerra Mundial, em 1942, os bens e as instruções da Sociedade Colonizadora Hanseática passaram a ser administrados pelo Governo Federal. A liquidação total dessa Sociedade só aconteceu no ano de 1962, em Ibirama (sede no Brasil) e, em 1964, na cidade de Hamburgo (sede na Alemanha) (RICHTER, 1992).

Estudando-se a vida desses posseiros verifica-se que essa miséria não chega à extensão que aparenta. Essa população não tem as necessidades e exigências dos colonos, cujo padrão de vida a estes foi transmitido por seus ascendentes. A pequena lavoura e a caça lhes suprem do que necessitam para a vida. Quando chega a sentir a mesma necessidade, tornam-se bons lavradores, adquirem dos legítimos proprietários as terras que ocupam, e prosperam da mesma forma que lavradores de origem italiana ou alemã (PELUSO, 1944, p.466).

Na realidade, Peluso partiu de uma constatação empírica. Ele, porém, não teria dado tanta ênfase ao fato caso não estivesse apoiado em alguma ideia adquirida entre as várias leituras que lhe foram recomendadas por geógrafos e outros intelectuais do CNG. Contudo, não é fácil afirmar se essa ideia partia da crítica ao determinismo racial ou se era consoante à outra questão, o apelo da geografia francesa à contingência, ou ao que se convencionou chamar de “possibilismo”¹⁵¹.

¹⁵¹ O termo possibilismo, desenvolvido e utilizado pelo historiador Lucien Febvre, no início dos anos 1920, tinha como objetivo contrapor as ideias deterministas, buscando, mesmo que de forma indireta, atingir o mestre alemão Ratzel. No entanto, a crítica antideterminista de Febvre dialoga diretamente com as ideias desenvolvidas no livro *Influence of Geographie Environment* da geógrafa norte-americana Ellen Semple, ex-aluna de Ratzel (Cf. FEBVRE, 1925, p. 227-228) por isso ele diz: “Em ningún lugar hallamos necesidades; posibilidades, en todas partes. Esto es colocar al hombre, dueño de las posibilidades, árbitro de su empleo en el primer plano por una inversión que se hace necesaria: el hombre y no la Tierra, ni las influencias del clima ni las condiciones determinantes de los lugares” (FEBVRE, op. cit., p. 315). Segundo Nicolas-O (1981), Vidal desenvolveu sua geografia num constante diálogo entre a geografia alemã (C. Ritter e A. Humboldt) e a filosofia francesa (A. Courmout e E. Levasseur); nos alemães buscou o método, dos franceses, extraiu a ideia de contingência. Contudo, a maior preocupação, primeiro de Vidal, depois de Febvre, estava relacionada às críticas da sociologia (Durkheim) quanto à tendência de a geografia estudar as influências do solo sobre a sociedade. Contra essa crítica “Febvre acabou afirmando que ‘o geógrafo parte do solo e não da sociedade’, mas sem pretender que ‘este solo seja causa’ da sociedade, como quis Ratzel” (BERNARDES, 1982, p. 399).

O ponto central do possibilismo é a diferença a ser feita entre fator e condição geográfica. Os elementos do meio natural, na verdade, não são “fatores”, não são eles que “produzem” os resultados independentes do momento histórico. São “condições” que pesam ora mais ora menos poderosamente pautando os resultados de outras forças, estas sim, originárias da ação humana (BERNARDES, 1982, p. 397).

A leitura do texto sugere, a princípio, certa indiferença de Peluso em face da “ecologia” e do desenvolvimento econômico, o que poderia sugerir, num primeiro momento, ser esse um sinal da busca por uma pretensa neutralidade científica, ou, quem sabe, um ainda incipiente desenvolvimento do conteúdo intelectual. Isso ao se considerar que abordagens de cunho socioeconômico e/ou ecológico já vinham sendo discutidas no seio da comunidade geográfica da época como, por exemplo, a de Pierre Deffontaines, sobre a devastação da floresta amazônica.

A fertilidade do campo depende da mata, o cultivador não utiliza outros adubos além das cinzas das árvores; o esterco é desconhecido, tanto mais que o gado é raro; essas zonas quentes e úmidas lhe são muito impróprias [...] Um campo começa por um corte praticado no princípio da estação seca. Após algumas semanas de secagem antes da estação chuvosa, põe-se fogo na ramagem. O incêndio se detém na borda da mata em pé, excessivamente úmida e verdejante para poder queimar; é sempre necessário que o homem prepare o leito do incêndio; é o trabalho mais penoso da cultura, que no Brasil denominam “derrubada”. O Campo não é aberto pelo arado, conquista-se a machado. Só então está constituído, está “aberto”. Triste campo, cheio de tocos de árvores, calcinado, coberto por uma terra de cinza pulverulenta e fumegante, com algumas

grandes árvores, de raízes enegrecidas pelo fogo, emergindo sós para contemplar essa paisagem de desolação. O campo começa por uma devastação, em seguida, fazem-se as semeaduras, grão por grão num pequeno buraco cavado por meio de um bastão pontudo, que é muitas vezes o único instrumento aratório; nenhum gesto do semeador, nenhum sulco removendo a terra (DEFFONTAINES, 1949, p. 231-232).¹⁵²

Ou as de Preston James, acerca da prática destrutiva dos desbravadores no sul do Brasil.

Estes homens praticam neste momento a pior forma de exploração destrutiva. Grande quantidade de valiosas madeiras foi cortada e queimada para dar lugar a culturas de milho de subsistência precária. A potassa das cinzas da madeira teve como efeito matar as bactérias do solo de modo que, em pouco tempo, se perdeu a riqueza acumulada pela natureza durante séculos. A produção diminui depois do primeiro ano e o desbravador acha fácil mudar-se para novas derrubadas, abandonando as velhas ao junco nativo, conhecido como *taquaral*. As casas são sem conforto, construídas facilmente com material à mão e também abandonadas com facilidade. Os campos apenas mostram relações caóticas para com o solo, pois as derrubadas são encontradas no fundo dos vales, nas encostas dos morros ou no alto dos espigões sem nenhuma idéia de uso racional ou permanente (JAMES, 1939, p. 75).

É difícil acreditar que Peluso não tenha lido os dois textos citados, ambos publicados no Brasil, antes de 1940. Portanto, ou

¹⁵² Esse texto foi publicado originalmente, em 1936, na Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

negligenciou as ideias ali expostas, ou achou que as características da ocupação do alto vale do Itajaí eram muito diferentes dessas. Não obstante, pouco tempo depois, com respeito às florestas catarinenses, ele afirmaria que “a destruição das matas por vezes passa dos limites a desejar, violada por numerosos inimigos tanto mais ferozes quanto melhor providos tecnicamente dos elementos que a civilização fornece” (PELUSO, 1944d, p. 393). Tal passagem demonstra que havia por sua parte uma preocupação em relação à espoliação da natureza; porém, não aparece explícito, naquele momento, se a preocupação é com a sustentabilidade econômica ou simplesmente conservacionista. Por outro lado, enaltece as qualidades do colono, em contraposição às serrarias.

O colono não é um destruidor. Conhece o valor da madeira, e às árvores abate somente quando obrigado. Procura, sempre, conservar um trecho da floresta. Onde não lança a semente, deixa a mata, de cuja conservação cuida como da casa que edifica e da estrada que transporta seus produtos. Para o colono a floresta representa a lenha, e quando não se viu a necessidade de derrubar as essências de valor, ela representa importante reserva econômica que lhe poderá amparar no ano de má colheita, ou lhe servirá para comprar um lote onde seu filho irá constituir família. O sonho de sua vida é prolongar-se no amanhã do solo na geração que lhe deve o ser. O desmatamento não atingiu, assim, à importância que seria de esperar com o povoamento atraído pela valorização da madeira desde 1933. Em todo vale do Itajaí do Oeste a floresta domina 80% de seu território (Ibid., p. 458).

Para o autor, ao que parece, o que determinava a marcha dos acontecimentos, na região, era o espírito cauteloso do colono em contraposição à perversidade do regime mercantil. Tudo indica que o principal intuito do estudo era o de apenas descrever o modo de vida regional, sem se preocupar em explicá-lo à luz de condicionantes econômicas, resultado, quem sabe, da influência direta de uma

análise que buscava antes de tudo descrever o gênero de vida e a relação entre o homem e o ambiente.

Deixando essas suposições de lado, nota-se, no estudo, a preocupação em abordar, de forma profunda, a mobilidade da população ou, mais especificamente, as correntes de ocupação, ideia básica em qualquer estudo de análise regional, principalmente, naqueles da escola francesa. Nesse item, Peluso ressalta o caráter desbravador do posseiro, formador de uma espécie de *front* colonizador. Cabia aos posseiros o aprofundamento nos territórios selvagens ocupados por indígenas, desalojando-os. Com isso, os colonos, aos poucos, iam subindo o vale do rio Itajaí do Oeste, acompanhando de perto e estimulando o movimento dos posseiros.

O crescimento da colônia fez os colonos cobiçarem as terras dos sertanejos, “posseiros”, como eles mesmos se denominavam. Estes, recebendo pequena indenização pela morada e “benfeitorias” (por essa palavra designavam as derrubadas desorientadas, cercas, etc.), mudavam-se para uns quilômetros acima. Empurrados pelos colonos, os sertanejos foram subindo o rio Itajaí até a região ocupada pelos selvagens. Não eram, porém, inexperientes nas lutas contra aquele inimigo. Conheciam também os segredos da floresta. Os bugres se viram obrigados a ceder o território aos invasores. Atrás dos posseiros vieram os colonos subindo o rio, comprando as posses, e os sertanejos foram galgando o curso do Itajaí do Oeste (PELUSO, 1944, p. 463).

O estudo aponta, da mesma forma, para uma nova corrente de povoamento, surgida acima daquela onde estavam localizados os posseiros, ou seja, a que descia do planalto em direção ao vale do rio Itajaí do Oeste, tratando-se de um movimento migratório oriundo de parte da população que fora expulsa ou fugira da região do Contestado¹⁵³.

¹⁵³ Sobre o Contestado ver última nota do capítulo 2.

Deve-se ressaltar que os aportes à história permitiram ao autor desenvolver um estudo no qual o processo aparece, em determinadas passagens, como ponto chave para a execução de uma síntese regional, demonstrando, nas entrelinhas, que Peluso conhecia as propostas preconizadas por Carl Ritter, no século XIX, desenvolvidas posteriormente por muitos geógrafos nas primeiras décadas do século XX, ideias que no Brasil vinham sendo difundidas e utilizadas, sobretudo, por Delgado de Carvalho, Fernando Raja Gabaglia e Everardo Backheuser.

Sendo assim, a análise das relações homem-natureza sob base histórica permitiu ao autor descrever a gênese dos gêneros de vida, sem ficar, todavia, restrito apenas a isso, já que salienta também alguns aspectos socioeconômicos que permitiram uma descrição mais qualificada das etapas de povoamento da região.

O prolongamento da Estrada de Ferro Santa Catarina, subindo a Serra do Mar atingindo parte do vale do Itajaí do Oeste, tornou possível a exploração da madeira em larga escala. Às florestas atiraram-se os colonos. Elas passaram a ser o motivo da colonização. O lavrador pobre, que não obtivera ainda recursos para a compra de um lote de terras, tornou-se proprietário com a venda da floresta nas terras que adquiria. A golpe de machado caíram os cedros, as canelas, e surgiram os colonos que às florestas tudo deviam (PELUSO, 1944, p. 457).

Em determinados aspectos, o estudo segue uma tendência mais inovadora, por exemplo, ao perceber algumas modificações nas relações entre o campo e a cidade.

As administrações municipais, sofrendo sempre a subordinação da cidade ao campo, empregavam todos os recursos do município para facilitar, com boas estradas, o desenvolvimento do colono. Todo o dinheiro que corria na praça provinha dele. O interesse dos moradores urbanos era o progresso do colono. Atualmente, a situação se modifica. Já

o movimento da sede, devido ao funcionalismo e algumas indústrias que, aproveitando a matéria-prima que lhe dá o colono, mantém operários que vivem na cidade, tem origem nela própria. Perto, outros povoados se formaram. Às antigas funções de servir somente aos colonos são assumidas por estes. A cidade vai evoluindo, surgindo em seu meio as atividades que antes eram encontradas exclusivamente em Blumenau, sede do município de que outrora fazia parte. O comércio dos povoados e vilas centraliza-se em Rio do Sul. A população sente-se mais independente do campo. Somente indiretamente lhe é subordinada. E as administrações locais iniciam os melhoramentos urbanos, servindo também a população que exige a reprodução do que havia nos centros populosos de onde veio (PELUSO, 1944, p.472).

Perceba-se que, sem se aprofundar, Peluso descreve o processo de crescimento das cidades da região segundo a função urbana, no estilo dos estudos regionais da época. Na realidade, essa função urbana tem relação direta com o desenvolvimento capitalista, mas ele não procurou referenciar melhor esse desenvolvimento. Contudo, a sua preocupação em apresentar aspectos significativos da atividade urbana, em um estudo regional, pode indicar um primeiro sinal de inclinação ao estudo de geografia urbana, a qual, em breve, passaria a se dedicar.

Outro aspecto interessante no estudo foi a inserção de várias fotografias (trinta ao todo), no corpo do texto, prática ainda pouco comum no país - como lembrou o parecer do relator - mas bastante difundida na França, sob o apelo de Vidal de La Blache. No entanto, as fotos ali não aparecem com as características da iconografia prescrita pelo geógrafo francês, isto é, elas são mais ilustrativas do que explicativas¹⁵⁴.

¹⁵⁴ A proposta iconográfica de La Blache era assim caracterizada: (1) preferência pelas fotografias, em vez das gravuras e desenhos; (2) disposição das imagens em pares ou trios para dar-lhes sentido por meio da sua proximidade na paginação; (3)

Por fim, pode-se dizer que a apresentação do texto, dividida em vários tópicos (aspecto físico, superfície, a floresta, o homem, a conquista, o sertanejo, correntes de povoamento, etc.), lembra de certa forma as propostas normativas para a realização das monografias estatístico-descritivas municipais incentivadas pelo CNE e CNG a partir de 1937. Lembrando que essa proposição seguia um modelo com uma sequência iniciada pela localização, seguida pela abordagem dos aspectos físicos para, só depois vir, a se preocupar com o homem.

Não por acaso, exatamente esse modelo monográfico, prescrito por aqueles conselhos, foi a fórmula seguida por Peluso em seu segundo estudo, a monografia estatístico-descritiva *Rio do Sul*, publicada em 1942. Esse estudo foi resultante de um convite feito, por parte do Diretor-Geral do Departamento Estadual de Estatística, Virgílio Gualberto, para compor uma série de monografias que foram publicadas por esse departamento, entre elas: Blumenau (1939) de José Ferreira da Silva; Palhoça (1940), de José Lupércio Lopes; São Francisco do Sul (1941), de Arnaldo S. Tiago; Canoinhas (1941), de Osmar Romão da Silva; Jaraguá do Sul (1941) de autoria da Prefeitura Municipal; São Joaquim (1941), de Enedino Batista Ribeiro; Biguassú (1941) de José Nicolau Born e a de Florianópolis (1942), de Lourival Câmara¹⁵⁵. Todas seguiam o padrão exigido pela

relacionar as imagens com comentários diretos. (MENDIBIL in: SALGUEIRO, 2006).

¹⁵⁵ Osmar Romão da Silva, 1º Tenente da força policial do Estado; José Nicolau Born, engenheiro-geógrafo formado pelo Instituto Politécnico de Florianópolis, assumiu a Direção da Diretoria de Terras e Colonização quando Peluso ficou à disposição do CNG, em 1939; Lourival Câmara (1911-1973), natural de São José (SC). Lecionou matemática, português e estatística em escolas catarinenses. cursou Agronomia (MG) e Pós-Graduação em Tecnologia de Amostragem e Estatística do Trabalho (EUA). Ingressou no IBGE em 1936, chegando ao cargo de Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística. Em Santa Catarina foi Diretor-Geral do Departamento Estadual de Estatística (Boletim do IHGSC, ano XIII, nº 135, ago. 2009); Enedino Batista Ribeiro, formado em Bioquímica e Farmácia (RJ), historiador autodidata, foi deputado estadual (1950-55) e professor universitário, sendo autor de vários estudos locais; José Lupércio Lopes, autodidata e sócio correspondente do IHGSC; Arnaldo S. Thiago, escritor e membro da Academia Catarinense de Letras, sócio correspondente da SBG, onde apresentou, em 1943,

Resolução nº 57, de 17 de julho de 1937, ditado pela Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística. Segundo esse padrão, na monografia deveriam constar os seguintes itens:

Índice

- Capítulo I - Posição, configuração, confrontações e limites.
Capítulo II - Divisão, superfície e população.
Capítulo III - Origem do povoamento. Evolução social e política.
Capítulo IV - A sede municipal.

Situação física

- Capítulo V - Aspecto e relevo do solo.
Capítulo VI - Hidrografia.
Capítulo VII - Clima.

Situação econômica

- Capítulo VIII - Riquezas naturais.
Capítulo IX - Lavoura e criação.
Capítulo X - Indústrias.
Capítulo XI - Comunicações e transportes.
Capítulo XII - Crédito e previdência.
Capítulo XIII - Propriedade territorial.
Capítulo XIV - Comércio.

Situação social

- Capítulo XV - Condições nosológicas e recursos sanitários.
Capítulo XVI - Melhoramentos urbanos.

Situação cultural

- Capítulo XVII - Ensino público e particular.
Capítulo XVIII - Imprensa, bibliotecas, museus, monumentos históricos e artísticos.
Capítulo XIX - Teatros e cinematógrafos.
Capítulo XX - Assistência pública e privada.

Paisagens Meridionais, publicado pela IOESC (1944), texto descritivo sem grande velocidade científica; José Ferreira da Silva, prefeito de Blumenau naquele período.

Capítulo XXI - Criminalidade e suicídios.

Capítulo XXII - Associações.

Capítulo XXIII – Religiões.

Situação administrativa e política

Capítulo XXIV - Governo e administração.

Capítulo XXV - Finanças públicas.

Capítulo XXVI - Polícia e repressão.

Capítulo XXVII – Justiça.

Capítulo XXVIII – Defesa nacional.

Peluso afirma no prefácio que o trabalho foi elaborado no breve período em que esteve determinando as coordenadas geográficas de Rio do Sul, ou seja, em abril de 1940 (segundo informes da RBG). Todavia, nele se encontram estatísticas do ano de 1940 e que só começaram a ser publicadas em 1942, o que permite imaginar ter sido o trabalho concluído pouco antes de sua publicação. Por outro lado, pode-se perceber que alguns levantamentos serviram também de base para o estudo anterior (*O Vale do Itajaí do Oeste*), por consequência, esses dois estudos são basicamente os resultados de uma mesma pesquisa. Cabe ressaltar, que, em comparação com às outras monografias municipais citadas, essa apresenta maiores detalhes no que tange aos aspectos históricos e da colonização, entretanto, nada de muito superior.

Como mencionado anteriormente, Peluso escreveu essa monografia a pedido da direção do DEE, que buscava atender ao esforço nacional dos CNE e CNG de incentivo à elaboração do maior número possível de estudos dessa natureza. Ele também pode ter sido influenciado por alguns trabalhos apresentados no IX CBG, como *Sugestões para a Organização de Esquema-Tipo de Monografias Municipais*, do professor Honório Silvestre, do Colégio Pedro II e *Esquema-Tipo de uma Monografia Municipal*, do Diretório Municipal de Geografia, de Niterói. Algumas das sugestões apresentadas nesses dois estudos foram realmente empregadas por Peluso em um outro trabalho, por sinal um dos mais interessantes dessa fase, sobre a cidade de Lages.

3.3 Os Concursos Anuais de Monografias Municipais

No dia 21 de julho de 1941, durante a 4ª Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia, foi adotada a Resolução nº 88, que instituía o concurso anual de monografias referentes a aspectos da Geografia Municipal, visando

[...] principalmente promover a colaboração de geógrafos e estudiosos estranhos aos quadros do C.N.G. na pesquisa geográfica de todas comunidades brasileiras e ainda contribuir para maior êxito dos Congressos Brasileiros de Geografia (RBG, RJ: IBGE, out./dez. 1941, nº 4, p. 889).

A ideia era incentivar a produção geográfica nacional, de preferência fora do âmbito geográfico institucionalizado governamental. Apesar de ser um concurso de iniciativa do CNG, é necessário lembrar que o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), no início dos anos 1940, incentivou os concursos de monografias em vários âmbitos e instituições. O projeto político-ideológico do Estado Novo, com uma política centralizada no homem, em oposição ao caráter abstrato do liberalismo, encara a questão social como o grande mal brasileiro.

O renascimento humanista no autoritarismo, olvidado pelo liberalismo, buscava conhecer o homem concreto. Essa ideia, no Estado Novo, é reforçada pela revista *Cultura e Política* do DIP, que tinha como objetivo retratar o homem comum. Por isso, esse departamento incentivou os concursos monográficos, por exemplo, o concurso de romances e peças do Ministério do Trabalho e Indústria e Comércio, que teve como vencedor um dos raros romances operários de São Paulo, o livro *Pedro Maneta* (Cf. BASTOS, 2006).

Com esse concurso, o CNG buscava desenvolver e promover a ciência geográfica e a sua pesquisa, evitando-se a participação de profissionais ligados diretamente aos seus quadros. O objetivo era excluir os geógrafos e outros profissionais já gabaritados que, em sua maioria, encontravam-se na direção ou no conselho técnico desse

órgão. Assim, estavam automaticamente excluídos P. Monbeig, Delgado de Carvalho, O. Valverde, J. Zarur, Fábio M. S. Guimarães, J. V. Pereira, Christovam L. de Castro, F. Raja Gabaglia, e outros. As bases do concurso apontavam, em primeiro lugar, para a necessidade de a monografia ou do estudo tratar de qualquer assunto da Geografia Municipal; em segundo, que ela deveria “ter cunho geográfico, ocupando-se exclusivamente da documentação, da descrição ou das considerações de ordem geográfica do assunto territorial focalizado” (RBG. RJ: IBGE, out.-dez. de 1941, nº 4, p. 122).

Foram estipulados prêmios aos autores das monografias classificadas de acordo com a seguinte tabela: “um primeiro prêmio de 1:000\$000, dez segundos prêmios de 500\$000, vinte terceiros prêmios de 200\$000, cinquenta quartos prêmios de 100\$000, cem quintos prêmios de recebimento de todas as publicações editadas pelo Conselho durante 1942, duzentos sextos prêmios de recebimento dos números da Revista Brasileira de Geografia referentes a 1942” (Ibd., p.123).

Ao Conselho também ficaria reservado o direito de publicar e de apresentar as melhores monografias ao X Congresso Brasileiro de Geografia, a ser realizado¹⁵⁶.

A propaganda do concurso feita pela RBG, pelos Diretórios Regionais, Estaduais e Municipais de Geografia, resultou na inscrição de 154 trabalhos, estando representados quatorze estados. Contudo, ao verificar os trabalhos apresentados no primeiro concurso, percebe-se a pouca participação dos paulistas (4) e dos cariocas/fluminenses (6), proporcionalmente a dos mineiros (60), baianos (30) e piauienses (10). As razões de tais diferenças são desconhecidas, ainda mais ao se levar em consideração a promessa feita pelo Centro de Estudos da Sociedade Brasileira de Estatística do Estado de São Paulo (CESBE) ao CNG de “tomar a seu cargo a

¹⁵⁶ Lembrando que o Xº Congresso era para ser realizado na cidade de Belém do Pará, em 1943, mas foi transferido para o Rio de Janeiro, em 1944.

elaboração de várias monografias locais” (RBG nº 4, out./dez. de 1941, p. 123). Uma suposição seria a de que houve certo tolhimento ao meio universitário paulista e carioca.

Em relação aos paulistas, que vinham produzindo grande número de teses de geografia urbana, pode-se pensar que grande parte dessas teses já havia sido publicada e/ou apresentada no IX CBG e nas revistas do Arquivo Municipal de São Paulo¹⁵⁷, perdendo assim o caráter de estudos inéditos e coibindo a participação deles no concurso. No entanto, isso não explica, de forma satisfatória, o pouco interesse de participação dos paulistas. Por outro lado, é possível que a maior participação dos mineiros, baianos, piauienses e pernambucanos estivesse ligada a uma propaganda mais efetiva dos Diretórios Regionais do CNG nesses estados.

Nesse primeiro concurso, o primeiro prêmio coube a Victor Antônio Peluso Júnior com a monografia *Lajes*¹⁵⁸, *a Rainha da Serra*. Com isso, além do prêmio de 1:000\$000, o trabalho tinha assegurada a sua publicação nos anais do X CBG que ocorreria no Rio de Janeiro, em 1944. Devido ao grande sucesso, o CNG resolveu dar continuidade a esses concursos anuais, realizando-os até 1946.

A qualidade do estudo sobre Lages foi atestada não somente pela vitória nesse concurso, pois, durante a realização do X CBG, foi instituído o prêmio José Boiteux, que conferia medalha às melhores teses apresentadas, sendo ali conferida medalha de ouro a Alberto Ribeiro Lamego – *O Homem e a Restinga*, enquanto as medalhas de prata foram para os trabalhos de V. A. Peluso Jr. – *Lajes, a Rainha da Serra*; Samuel Benchimol – *O Cearense na Amazônia* e Jaime Cortesão – *A Cartografia e os Fundamentos Pré-Históricos da Nação Brasileira*. Foram conferidas ainda mais cinco medalhas de bronze para outros autores. Note-se que, quando da realização do Xº Congresso, já haviam sido efetuados três concursos nacionais de monografias municipais (1942/43/44); neles, foram apresentados 208 trabalhos, aos quais foram acrescentados mais 165 outros apresentados, totalizando 373 trabalhos. Todavia, entre os medalhistas do prêmio José Boiteux, apenas o estudo de Peluso era originário desses

¹⁵⁷ Em face das dificuldades de publicação de textos, Pierre Monbeig, inteligentemente, conseguiu um espaço para divulgação dos seus estudos e de seus alunos na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, durante os primeiros anos da década de 1940.

¹⁵⁸ Naquela época Lages era grafado com J.

concursos, ou seja, entre todos os trabalhos apresentados nos concursos efetuados pelo CNG, *Lajes, a Rainha da Serra*, sem dúvida, pode ser considerado o melhor deles, e o segundo melhor entre todos os apresentados no X Congresso¹⁵⁹. Por outro lado, as considerações a respeito da influência do DIP, no incentivo aos concursos de monografias, anteriormente assinaladas, podem ter algum significado quando se observa que a monografia de Peluso faz referência, mesmo que de forma pouco direta, às questões sociais entre a cidade e o campo, ao apresentar Lages como cidade de fazendeiros. Assim, naquele tempo, a monografia poderia ter tido importância científica e, quem sabe, alguma conotação político-ideológica.

Não obstante, o que mais impressiona é a evolução apresentada por Peluso em um período de tempo tão curto, isto é, entre o trabalho do Vale do Rio Itajaí do Oeste (1940) e o de Lages (1942). Tudo indica que, com uma metodologia definida, disciplina e dedicação séria aos estudos ele conseguiu desenvolver, sobremaneira, sua capacidade intelectual, o que refletiu qualitativamente nas suas pesquisas. Tal possibilidade de evolução autodidata só foi possível porque a geografia brasileira, influenciada pelos franceses, “fez do trabalho de campo, do contato direto com a observação, uma atividade não apenas fundamental de pesquisa, com também de aprendizado” (ABREU, 2006, p. 132). Além disso, pode-se notar, pelas citações no texto, que a região e a cidade de Lages contavam, naquele momento, com alguns estudos sobre sua natureza e história, ou seja, havia fontes bibliográficas de pesquisa que serviram de amparo às descrições e às sínteses do autor, enquanto que, para os trabalhos anteriores da região de Rio do Sul, havia uma carência de fontes bibliográficas básicas.

Como o estudo de Lages, iniciava ele na linha da geografia urbana, em um momento em que a geografia se consolidava no país. É importante lançar um olhar sobre o desenvolvimento específico desse ramo disciplinar, com o intuito de, em seguida, analisar o texto de Victor Peluso à luz da produção e da metodologia daquele tempo.

¹⁵⁹ Apesar de o trabalho de Lamego ser muito superior em número de páginas (209), uma análise imparcial mais profunda permite observar, em relação ao estudo de Lages, uma inferioridade metodológica. Lamego faz uso constante de autores mais antigos como Reclus e Ratzel e suas análises apresentam um forte conteúdo histórico, porém, nem sempre relacionados diretamente às condições geográficas.

Nice Lecocq Müller (1969) dividiu a evolução da geografia urbana no Brasil em pelo menos três fases distintas. Uma fase pioneira (até 1940), uma de desenvolvimento (1940-1955) e uma de afirmação (1956 em diante).

A fase pioneira ficou caracterizada pela produção de especialistas estrangeiros, primeiro, por estudos mais gerais, como os de E. Reclus com sua *Nouvelle Géographie Universelle* (1894), B. Brandt, com a *Kulturgeographie vom Brasilien* (1926) e P. Denis, com “Amérique du Sud” na coleção *Geographie Universelle*, de La Blache e Gallois (1927). Em seguida, aparecem alguns estudos mais particulares, A. Agache, em 1930, e O. Quelle, em 1931, ambos sobre o Rio de Janeiro; P. James, em 1931, em análise comparativa entre Belo Horizonte e Ouro Preto e, em 1933, entre Rio de Janeiro e São Paulo. Somam-se a esses os artigos de P. Deffontaines, sobre Sorocaba, de 1935, Rio de Janeiro, de 1937 e 1939 e o de São Paulo, de 1939, além dos esboços monográficos de P. Arbos, sobre Petrópolis, de 1938 e de S. Endress sobre Blumenau, publicado em 1938. P. Deffontaines escreveu ainda dois artigos, em 1938, um sobre as relações entre as cidades e sua região e outro sobre a origem e evolução da rede urbana no Brasil.

Durante essa fase, dois intelectuais brasileiros contribuíram com estudos urbanos: R. B. Moraes que, em 1935, estudou os embriões urbanos paulistas até fins do século XVIII e Caio Prado Júnior que elaborou trabalho sobre a influência da posição de São Paulo na sua origem e desenvolvimento.

A fase do desenvolvimento (1940-1955) foi alavancada pelo próprio crescimento da geografia no país, graças à formação de geógrafos nas Faculdades de Filosofia de São Paulo e Rio de Janeiro, à ação do CNG e ao desenvolvimento da AGB. No entanto, Müller salienta que o grande influenciador foi P. Monbeig, com a sistematização metodológica apresentada em seu artigo *O Estudo Monográfico das Cidades* (1941). Vale lembrar que Monbeig, antes da publicação desse artigo, orientara um grupo significativo de trabalhos de geografia urbana, apresentados no IX CBG, em Florianópolis.

Merece ser destacado também o interesse que a geografia urbana começava a despertar nos meios científicos brasileiros

daquela época. Em um *inquérito geográfico*¹⁶⁰ a pedido do CNG, com fins de consubstanciar o IX CBG, Gilberto Freire discorreu resumidamente sobre a questão metodológica da geografia urbana. Nesse texto, o autor salientou o interesse dos sociólogos de Chicago sobre o tema (E. W. Burgess, R. D. Mackenzie e R. E. Park) e a utilização aqui no Brasil do método de pesquisa de área. Freire fez menção também aos estudos alemães, principalmente aqueles ligados à paisagem cultural (*landschaft*), aproveitando para lembrar que o rigor do particularismo objetivista poderia, pelo excesso, levar a uma desumanização das ciências humanas. Ressaltou ainda que os estudos urbanos no país estavam sendo desenvolvidos por sociólogos americanos e por mestres franceses de geografia humana, bem como por orientandos e alunos. Apontou o método utilizado pelo geógrafo francês Levainville, na monografia sobre Rouen (1913), como um dos mais seguros no estudo da geografia urbana¹⁶¹. Freire terminou pedindo ao CNG que “empreendesse a organização e a publicação – ou estimulasse – de uma série de monografias sobre cidades brasileiras” (FREIRE in: RBG. RJ: IBGE, abr.-jun. de 1941, nº 2, p. 408).

Contudo, as propostas metodológicas apresentadas por Freire não tiveram alcance mais profundo no meio geográfico, pelo menos naquele momento. As ideias da “Escola de Chicago”, desenvolvidas nos anos 1920, pouca penetração tiveram na geografia urbana brasileira, pelo menos até os anos 1960 quando assumiram um novo *status* com o “quantativismo”. Em menor medida, mas também servindo de referência para muitos estudiosos, aparece o conceito de “paisagem cultural”, de origem anglo-saxônica (*landschaft e landscape*).

Entretanto, como já apontado, o que prevaleceu no Brasil, de forma geral, foi a da orientação francesa em quase todas as

¹⁶⁰ Os chamados “Altos Inquéritos de Cultura Geográfica”, promovidos pelo Diretório Central do CNG, inquiriam os representantes das Comissões Técnicas desse Conselho sobre determinados temas geográficos. Os representantes apresentavam então pareceres, em resposta aos inquéritos promovidos. Alguns desses pareceres foram apresentados ao IX CBG, entre eles os de Gilberto Freire, Gen. Cândido Rondon e Delgado de Carvalho. Vários desses inquéritos foram publicados nos primeiros números da Revista Brasileira de Geografia.

¹⁶¹ Apesar dessa importante citação, não se conhece nenhum estudo brasileiro de geografia urbana que faça referência àquele autor e à sua metodologia.

especializações da geografia. O método utilizado pelos estudiosos da geografia urbana no Brasil apoiava-se, principalmente, nas indicações dos mestres franceses que aqui lecionavam (Pierre Monbeig, Pierre Deffontaines e Philippe Arbos) que, por sua vez, faziam referências constantes a Vidal de La Blache, Jean Brunhes, Camille Vallaux e Pierre Lavedan.

Esse modelo, inspirado na geografia francesa, começava a se tornar hegemônico no país, principalmente pela influência de P. Monbeig. Para este professor, a geografia física, ciência natural, distinguia-se da geografia humana, ciência social, preferindo, portanto, dar maior ênfase em seus estudos aos aspectos sociais, por conta de suas convicções humanistas (ANDRADE, 1994).

Para Müller, a terceira fase foi a da afirmação (1956-1969), caracterizada por uma variedade maior de temas urbanos, na qual ganhavam ênfase os estudos referentes à centralidade urbana, ao fato urbano e às classificações. Durante esse período, ocorre um grande apelo ao método de M. Rochefort de hierarquização de cidades com base no setor terciário.

Lages, a Rainha da Serra foi escrito no início da segunda fase de desenvolvimento da geografia urbana no Brasil. Esse estudo foi dividido em cinco capítulos: Ilha Humana – o quadro geográfico; Evolução urbana – elementos de formação e progressão; A Cidade e o Plano; Função Urbana – cidade residencial e Vida Urbana. Por meio desse índice, percebe-se nitidamente a influência francesa, para os quais uma monografia urbana deveria privilegiar o estudo da posição da cidade, da evolução urbana e da função urbana.

Pierre Monbeig, no texto *O Estudo geográfico das Cidades*, condensou as ideias sobre o urbano, extraídas de várias fontes. O estudo urbano deveria ter cunho idiográfico¹⁶², ou seja, privilegiando o particular e único. As etapas metodológicas, sítio, posição, a evolução histórica, a fisionomia e estrutura, as funções urbanas e o raio de ação da cidade seriam direcionados à observação e obtenção dos dados para elaboração de cada etapa da monografia (ABREU, 2006). Assim, “a monografia geográfica da cidade permanece fiel ao

¹⁶² Esse caráter era extremamente acentuado por Monbeig, talvez na tentativa de afastar os geógrafos da tendência nomotética da ecologia humana, que vinha sendo difundida pelo professor Donald Pierson, da Escola Livre de Sociologia de São Paulo (Cf. ABREU, 2006).

método geográfico e a seu princípio, que é o estudo das relações das sociedades com o meio natural no passado e no presente” (MONBEIG, 1943, p. 9). Essas recomendações foram acatadas e desenvolvidas por Peluso no estudo de Lages. Por outro lado, ao evitar fazer considerações teóricas e/ou de caráter filosófico, além de mantê-lo fiel à perspectiva francesa, atendia também a uma regra constante nas bases do concurso do CNG:

A monografia ou estudo deverá ter cunho geográfico, ocupando-se exclusivamente da documentação, da descrição ou das considerações de ordem geográfica do assunto territorial focalizado. Não deverão ser incluídas considerações históricas, filosóficas pessoais ou de outra ordem, que não dêem sentido geográfico à explanação do assunto da monografia, a qual deverá tratar, diretamente, sem rodeios, do tema escolhido (RBG, RJ: IBGE, out./dez de 1941, nº 4, p. 890).

Com isso, tolhia-se qualquer tentativa de discussão epistemológica por parte dos concorrentes, expurgando, pelo menos nos trabalhos que participavam daquele concurso, a discussão de teorias e filosofias, o que, pelo contrário, era prática comum entre a intelectualidade brasileira do período pré-institucional e, sobretudo, da geografia nos Institutos Históricos e Geográficos e na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Essa ausência de discussões teóricas nas análises geográficas ocorria também nas sessões plenárias dos congressos da SGRJ, bem como nas assembleias do CNG.

Uma rápida olhada sobre algumas das moções apresentadas no IX e no X CBG, é suficiente para se verificar o apelo enfático no sentido de que os trabalhos apresentados nos congressos versassem exclusivamente sobre geografia, ao mesmo tempo, que evitem discussões filosóficas. Tais moções partiam de pessoas ou grupos ligados às novas instituições (universidades, CNG/IBGE, AGB). Essas considerações, a princípio de pouca relevância, se aprofundadas, são pistas extremamente importantes para um melhor entendimento da história do pensamento geográfico brasileiro. Esse período da história da geografia urbana brasileira, assinalado por

Müller (1969) (que segue o da geografia brasileira, de forma geral) como o período de afirmação, não se consolidou de forma harmônica entre as partes envolvidas, como já destacadas no segundo capítulo. Caso se recorra a Thomas Kuhn, um dos mais importantes pensadores da história das ciências, verifica-se que

a história sugere que a estrada para um consenso estável na pesquisa é extraordinariamente árdua. Contudo a história sugere igualmente algumas razões para as dificuldades encontradas ao longo desse caminho. Na ausência de um paradigma¹⁶³ ou de algum candidato a paradigma, todos os fatos que possivelmente são pertinentes ao desenvolvimento de determinada ciência têm a probabilidade de parecerem igualmente relevantes. Como consequência disso, as primeiras coletas de fatos se aproximam muito mais de uma atividade ao acaso do que daquelas que o desenvolvimento subsequente da ciência torna familiar (KUHN, 1990, p. 35).

Monteiro (1980), apesar de não gostar do esquema kuhniano, partiu dele para apontar as dificuldades, no país, de consenso paradigmático entre os diferentes ramos da geografia, usando, como exemplos, a teoria davisiana na geomorfologia, a de Sorre na climatologia e a passagem da abordagem funcional interna à teoria locacional, nos estudos urbanos. Com isso, pode-se afirmar que as discussões durante o IX CBG ocorreram pelo choque de ideias de paradigmas divergentes, em um momento de transição entre uma “velha” e uma “nova” geografia, nesse caso, a transição entre a fase pré-institucional e a fase institucional da geografia brasileira. Por isso, os primeiros momentos desse período institucional seriam conturbados pela necessidade de afirmação paradigmática, isto é, de uma consolidação teórico/metodológico que, segundo Kuhn, levam a um período de ciência normal.

¹⁶³ “Considero ‘paradigmas’ as realizações científicas universalmente conhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 1990, p. 13).

A ciência normal não tem como objetivo trazer à tona novas espécies de fenômeno; na verdade, aqueles que não se ajustam aos limites do paradigma freqüentemente nem são vistos. Os cientistas também não estão constantemente procurando inventar novas teorias; freqüentemente mostram-se intolerantes com aquelas inventadas por outros. Em vez disso, a pesquisa científica normal está dirigida para a articulação daqueles fenômenos e teorias já fornecidos pelo paradigma (IBD, p. 44).

Assim sendo, pode-se dizer que o trabalho dos geógrafos das novas instituições, em um primeiro momento, foi o de guardiões do novo paradigma, ou seja, o de consolidar a utilização generalizada da metodologia francesa, principalmente no que concerne à geografia humana, que pregava a utilização do método indutivo e tendo o trabalho de campo como fonte de conhecimento (GEIGER, 1988). Nessa metodologia o objeto de estudo contempla a relação homem/meio e os conceitos daí derivados, sendo o principal de todos o de “gêneros de vida”.

No primeiro capítulo, subdividido em aspectos físicos, fundação e colonização, Peluso procurou relacionar a gênese do município de Lages com o meio natural e com o quadro histórico. Inicia apresentando as características naturais, no estilo das monografias geográficas francesas¹⁶⁴, procurando demonstrar que a individualidade da região natural¹⁶⁵, ou seja, “a situação elevada do planalto, sua caracterização de pequenas montanhas e colinas, aliadas

¹⁶⁴ Uma das razões da geografia francesa apresentar primeiro os aspectos físicos seria a de se contrapor ao método sociológico, ou seja, o geógrafo parte do solo e não da sociedade, resultado, conforme Bernardes (1982a), da conhecida polêmica entre Vidal de La Blache e Emile Durkheim sobre os limites científicos entre a geografia e a sociologia.

¹⁶⁵ Nesse caso, Peluso demonstra, de forma clara, seu entendimento acerca da noção de região, lembrando que Delgado de Carvalho, no tratado *A Metodologia do Ensino Geográfico* (1925) havia apresentado a diferença entre região elementar (divisão territorial que levava em consideração apenas um fenômeno) e região complexa (área onde são superpostas diversas regiões elementares) (Cf. Adas, 2007).

ao clima temperado e aos campos e florestas compostos de associações mistas em que domina a araucária” (PELUSO, 1991b, p. 34), coincide com a da região histórica (economia pecuária). Com isso, busca, por intermédio da relação entre condições geográficas e contingências históricas, definir o meio geográfico da cidade de Lages. Para tanto, procura demonstrar que a relação entre a natureza e o homem é importante, pois a localização sobre uma bacia sedimentar teve forte influência sobre a cidade, tanto para o traçado das ruas principais, assentadas sobre os divisores de águas, como para a evolução da casa urbana (p. 37). A seguir, descreve a gênese de Lages, que foi criada em 1766, pela bandeira colonizadora de Antônio Correia Pinto de Macedo, em decorrência da necessidade militar de garantir a única via de comunicação entre São Paulo e Viamão. Resume a colonização de Lages sobre três fatores: a necessidade militar, o desafoço dos excedentes populacionais dos domínios rurais paulistas e o crescimento da economia pecuária. Para essa síntese, Peluso recorreu, em relação à necessidade militar, a Lucas Boiteux (*Notas para a História Catarinense*), Vidal Ramos (*Notas sobre a Fundação de Lages*) e Manuel Coelho Rodrigues (*Questões de Limites*), relativamente ao desafoço populacional a Oliveira Viana (*Evolução do Povo Brasileiro*); e, para a análise da economia pecuária, a Roberto Simonsen (*História Econômica do Brasil*).

A descrição da região por meio da relação entre região natural e região histórica demonstra a vinculação de Peluso ao pensamento lablachiano, o qual afirma “existir uma base geográfica no desenvolvimento histórico de um povo” (DANTAS, 2005, p. 49), aliás, pensamento extraído da geografia alemã (Carl Ritter), buscando, porém, dirimir a característica de determinação, substituindo-a pela da possibilidade¹⁶⁶. No final do primeiro capítulo, Peluso diz que “o isolamento moldou o caráter do homem do planalto, e sua evolução social deve ser olhada através dos problemas criados pelo isolamento e pelo pastoreio” (1991b, p. 55). Essa afirmação aparece no texto de forma quase isolada, acenando levemente para a questão econômica. Sabendo-se que essa ideia é básica do pensamento de Oliveira Viana, verifica-se uma

¹⁶⁶ Sobre o pensamento geográfico de Paul Vidal de La Blache veja-se, por exemplo, Nicolas-O, 1981.

aproximação de Peluso com o pensamento social, contudo, sem ter procurado explicar ou desenvolver tal linha de raciocínio. Essa falta de explicação poderia ser decorrente de três fatores: primeiro, por se tratar de um assunto delicado que envolveria a classe dominante de Lages; em segundo, porque demonstra sua fidelidade aos ditames de Monbeig.

Muito provavelmente, certos leitores, em particular os que seriam tentados pelo estudo de uma grande cidade, julgarão que esta interpretação do que deve ser a monografia geográfica urbana invade amplamente os domínios históricos, econômicos ou sociológicos, e, admitindo voluntariamente que a realidade é efetivamente complexa, se entrincheirão por trás da impossibilidade e do perigo de tudo abordar. Espero, contudo, ter assinalado suficientemente que **não se trata de recolher fatos sociológicos e raciocinar sobre eles como sociólogo**: também não sugiro que se proceda como historiador; repeti várias vezes que a parte de trabalhos que cabe ao geógrafo é a de dar uma interpretação geográfica dos fatos históricos, sociológicos ou econômicos (MONBEIG, 1943, p. 28, grifo meu).

Terceiro, pois buscava mais entender do que explicar os fatos, seguindo uma das principais características da visão possibilista, conforme Barros (2008), o chamado historicismo esclarecido. Além disso, deve-se levar em consideração que Peluso procurava seguir a ideia, lablachiana, de que “na maioria dos casos, o meio físico não atua diretamente sobre o indivíduo, mas através do gênero de vida” (M. SORRE. In: MEGALE, 1984, p. 104).

Levando-se em conta as considerações de Monbeig, pode-se dizer, em resumo, que o primeiro capítulo descreve a posição e o sítio, ou, melhor dizendo, é “o estudo de situação e da posição geral da cidade em relação a um vasto conjunto regional, sobretudo topográfico, e o estudo do local urbano, o estudo da situação, mas desta vez local e não mais regional” (MONBEIG, 1943, p. 10-11).

Contudo a pesquisa não se resume a analisar a natureza de forma descolada do homem, mas sim buscando demonstrar como os homens tiraram partido dos elementos geográficos, segundo as épocas.

Obedecendo às etapas metodológicas preconizadas por P. Lavedan e reforçadas por Monbeig¹⁶⁷, Peluso procurou levantar os fatores históricos e geográficos que explicassem a formação e o crescimento de Lages. Sem descuidar para não se afastar do objetivo maior, o de analisar as relações do homem com o meio, tratou de descrever detalhadamente os tipos de habitações, sua evolução material e técnica, salientando a subordinação aos meios de transporte para a obtenção dos mais diferentes materiais, principalmente da cal originária do litoral. Outro aspecto observado foi o das habitações não levarem em consideração o fator climático, ou seja, eram construídas sem orientação solar e/ou sem buscar a proteção dos fortes ventos invernais. Estabelece, ainda, relações entre o desenvolvimento das ruas e praças e o traçado do relevo, sendo as depressões “responsáveis pela existência de algumas praças e pelas irregularidades no plano de Lages” (p. 70).

Na descrição da evolução da vida urbana, como também em relação com a pecuária, procurou seguir a mesma postura, porém, como antes ressaltado, apresenta o “isolamento” como o aspecto social relevante¹⁶⁸, o qual, em conjunto com o gênero de vida, predispõe a cidade à sua caracterização singular. Não obstante, Peluso percebeu a distância que separava o modo de vida daquele

¹⁶⁷ Foi o historiador Camille Jullian quem fez, originalmente, a distinção entre elementos de formação e progressão de uma cidade, e, segundo Monbeig, deve-se a Lavedan a inversão da fórmula de La Blache que dizia: “a natureza prepara o local e o homem organiza-o de modo a lhe permitir corresponder aos seus desejos e necessidades”, substituindo-a por “o homem escolhe e depois utiliza o local preparado pela natureza” (MONBEIG, 1943, p. 8).

¹⁶⁸ Ideia central do pensamento de Oliveira Vianna, apesar do seu cunho sociológico, poderia ser usada sem entrar em confronto com o “paradigma” francês, pois suas características antropogeográficas coadunam-se com o objeto dessa escola, a relação homem-meio. Lembrando, a teoria de O. Vianna procurava um meio termo entre o determinismo de Ratzel e o possibilismo de La Blache na tentativa de demonstrar que “no Brasil, a luta para a transformação da sociedade era contra as *forças centrífugas*, representadas pelos fatores geográficos e suas conseqüências históricas, o ‘paroquialismo’ e o ‘localismo’” (MACHADO, 2000, p. 27, grifos e aspas no original).

momento (1940) com o de cinquenta anos antes, bem como as diferentes influências do passado e das novas relações abertas pela evolução dos meios de comunicação e transportes na vida urbana de Lages. Em consequência disso, pergunta: “até que ponto seu gênero de vida era pastoril, agrícola ou urbano?” Pois, ao gênero pastoril faltava o nomadismo e “os campos quase infinitos que favorecem a vida errante” (p. 72). Em compensação, argumenta existir uma fase seminômade, sazonal, devido aos rigores do inverno, quando as atividades no latifúndio ficavam praticamente paralisadas, períodos em que o fazendeiro participava, de forma mais efetiva, da vida urbana.

Além disso, ele ressalta que o “ilhamento” do fazendeiro lageano permitiu o desenvolvimento de um tipo característico diferente do rio-grandense.

Enquanto no vizinho Estado do Rio Grande do Sul, o estancieiro foi arrastado pelas guerras que se desenvolveram no extremo sul do país, o fazendeiro de Lages conservou-se isolado, individualista, nunca forçado à união para sua defesa, nada mais vendo senão seus interesses individuais. As lutas em que os lageanos tomaram parte, na Guerra dos Farrapos e na Revolução de 1893, não decorreram do espírito belicoso da população, mais de sua localização na rota de expansão daqueles movimentos revolucionários. Criou-se o fazendeiro dentro do ambiente simples que a ilha humana permitia. Suas vestes e habitações eram de acordo com a pobreza que acompanha o regime pastoril (p. 75-76).

Essas ideias aproximam-se daquela apresentada por O. Vianna, no livro *Populações Meridionais do Brasil*.

O gaúcho é um produto histórico de três fatores principais: O habitat dos pampas, o regime pastoril e as guerras platinas. Este tipo, específico, social que é o pastor riograndense, cuja psicologia é particularíssima,

especialmente no seu aspecto político
(VIANNA, 1938, p. XXI)

Note-se na passagem anterior a utilização do princípio das combinações físicas (habitat), biológicas (regime pastoril) e humanas (guerras)¹⁶⁹, que vinham sendo desenvolvidas por geógrafos franceses, servindo de base para explicar a formação de um tipo social característico, o gaúcho. Por outro lado, repara-se que Peluso não faz referência às diferenças ambientais entre o pampa e as áreas de campo do planalto meridional, onde se encontrava Lages, muito menos sobre a questão das charqueadas.

Apesar disso, apresenta um novo viés na análise, inserindo outro tipo de relações humanas, as guerras platinas, contudo, utilizando primeiramente o seu aspecto psicológico, como ressaltado por O. Vianna. O uso de noções da psicologia, inclusive da psicanálise, foi muito comum na época, principalmente por parte de autores ligados à sociologia e/ou antropologia que utilizavam o método funcionalista¹⁷⁰. Esse método, como muitos outros, surgiu no bojo das críticas antipositivistas do final do século XIX e início do XX e que, entre outras coisas, assinalava que, “destacado um traço da cultura material ou espiritual de um grupo étnico, o investigador procurará estudar a função daquele traço no grupo, para a compreensão da natureza da cultura total” (RBG. RJ: IBGE, jul./set. 1942, nº 3, p. 675.).

Com os olhos de hoje, poder-se-ia argumentar que tanto fazendeiros lageanos, como rio-grandenses, teriam suas características determinadas pela mesma formação social. Todavia, deve-se levar em consideração que a análise deveria seguir alguns pressupostos básicos da geografia regional de inspiração lablachiana.

¹⁶⁹ Veja-se, por exemplo, Cholley, A. Observações de Alguns Pontos de Vista Geográficos. In: Boletim Geográfico nº 179 e 180, RJ: IBGE, 1964 e Mamigonian, A. A Escola Francesa de Geografia. *Cadernos Geográficos*, nº 6. Florianópolis: Deptº de Geografia/UFSC, maio 2003.

¹⁷⁰ Segundo Salgueiro (2006), essa psicologia regional era convocada para explicar a relação entre a terra e o homem, seguindo a linha brunhesiana, com quem Deffontaines havia trabalhado, e foi divulgada, fortemente no país, pelas análises apresentadas na seção “Tipos e Aspectos do Brasil” da Revista Brasileira de Geografia das décadas de 1940 e 1950.

Assim, a busca pelo particular, muitas vezes, ofuscava aspectos condicionantes mais gerais. Peluso, ao apresentar a região de Lages como uma ilha humana, não faz distinção entre o latifúndio da campanha gaúcha em relação ao do planalto gaúcho e catarinense. Segundo Pereira & Vieira (2007), enquanto a campanha gaúcha desenvolveu, relativamente, uma precoce atividade pecuária, potencializada pela economia das charqueadas, o planalto meridional teve sua ocupação obstaculizada, por um determinado tempo, devido às dificuldades de acesso e à presença das matas.

Essa ocupação tardia, em relação ao pampa gaúcho, gerou uma estrutura mais pobre pela quase inexistência da economia charqueadora. Como se pode ver, tais aspectos não foram levados em consideração por Peluso, talvez pela forte influência do então “paradigma regional”, baseado no método indutivo, em que a compreensão dos fatos só pode fazer-se de dentro (CAPEL, 1981). Mesmo assim, ainda é possível argumentar que nem o indutivismo, nem o funcionalismo seriam empecilhos para a análise seguir noutra direção. Uma probabilidade seria a de Peluso ter se fixado mais, nesse caso, nos aspectos psicológicos, muito valorizados na época, sobretudo como forma de contrapor a contingência diante do ao exagero determinista. Por outro lado, se ele procurava demonstrar as ligações entre o grupo humano e a região natural, isso tinha como objetivo, em primeiro lugar, descrever o gênero de vida.

Quanto aos dados apresentados, devido à carência de estatísticas, Peluso foi obrigado a deduzir o crescimento populacional da cidade com base no número de habitações constantes nos arquivos municipais, da mesma forma como já havia feito no trabalho sobre o Vale do Itajaí do Oeste, aliás, fórmula também preconizada no texto de Monbeig. Com isso, as suas estimativas populacionais apontam o crescimento, de 784 habitantes, em 1877, para 8.667, em 1940¹⁷¹.

Em relação ao emprego, ele lançou mão de um inquérito pessoal, realizado pessoalmente, em toda a cidade, que permitiu a elaboração de determinados quadros circunscritos a cada quarteirão. Esses quadros permitiram verificar que a zona alta era a mais

¹⁷¹ Em 1940, a população total do município de Lages era de 53.697 habitantes, enquanto a área do município totalizava 9.906 km². Hoje Lages tem cerca de 161000 habitantes e uma área de 2.644 km².

valorizada, ocupada pelas classes abastadas, enquanto as baixadas eram ocupadas pelos operários, e os bairros centrais apresentavam mistura das mais variadas classes. Segundo Monbeig (1943), esses levantamentos interessam por sua distribuição, como fato de ocupação do solo, não por ser um fato social que o geógrafo não sabe e não precisa estudar¹⁷².

No capítulo seguinte, são examinadas as várias funções urbanas encontradas no município. A mais importante, segundo o autor, é a função residencial, devido, principalmente, à origem de servir de residência aos fazendeiros do planalto.

Tudo em Lages mostra a importância da indústria pastoril. Nas reuniões sociais, são as famílias de fazendeiros que mais se sobressaem. Entre as casas mais luxuosas, são as propriedades de fazendeiros as que se impõem. Quem percorrer os cafés da cidade, verifica, se prestar atenção às conversas, que a grande maioria dos circundantes discute sobre gado. Todos entendem dos problemas relativos aos rebanhos, ou, pelo menos, tem prazer em mostrar que os conhecem (p.115).

A essa função residencial somou-se a função administrativa que conferia ares de desenvolvimento à cidade, pois, desde o início do século, Lages vinha recebendo unidades dos mais diversos serviços públicos estaduais e federais. Entre as funções administrativas, Peluso chama a atenção para o fato de que o dirigente do município é normalmente um fazendeiro, reforçando a classificação atribuída por ele de cidade de fazendeiros. Mesmo parecendo judiciosa, tal consideração não foi feita em sentido pejorativo. O tom mais social do que econômico, dessa afirmação, provavelmente resultou de observação empírica, ainda dos tempos em que viveu na cidade, exercendo a função de Inspetor de Terras. Por outro lado, deve-se lembrar que desde jovem Peluso tinha

¹⁷² Lembrando que a preocupação de Monbeig era proteger o paradigma francês, na geografia brasileira, dos ditames da sociologia urbana da Escola de Chicago, difundida no curso de Sociologia da USP.

conhecimento da existência das classes sociais no campo e nas cidades, em razão de leituras das obras de Marx, Engels e Rosa Luxemburgo que, de acordo com Mamigonian (1991), tiveram influência na sua visão de pesquisador. Diante do fato de o interventor do Estado de Santa Catarina, Nereu Ramos, ser um desses fazendeiros de Lages, afirmar que aquela era uma cidade de fazendeiros exigia certa dose de atrevimento e/ou coragem, principalmente por esse estudo ter sido apresentado em um concurso de abrangência nacional.

Outra função descrita é a religiosa, a qual Monbeig enfatizava como sendo espiritual. Por intermédio de leituras de jornais de Lages, do início do século (*O Cruzeiro do Sul*), Peluso mostra que tal função não advinha da religiosidade da população local, mas da situação da cidade como centro regional. Por isso, Lages possuía poucas igrejas; no entanto, por ser sede da Diocese, detinha uma Majestosa Catedral, convento, colégios mantidos pelas ordens religiosas e o hospital administrado pelas irmãs da Divina Providência, todos agrupados em zona de grande relevo. São citadas também as funções escolar e hospitalar, porém, sem grande destaque.

Em comparação com as outras funções, Peluso percebeu que a comercial e a industrial detinham menor importância, exatamente por se tratar, segundo ele, de uma cidade de fazendeiros.

Os fazendeiros, ao tornarem a cidade seu lugar de residência, deram margem a que nela se realizassem transações de compra e venda de animais. Desde os primeiros tempos de existência do agrupamento urbano, Lages aproximou comprador e vendedor. Aí, porém, para sua função nesse comércio. As outras fases de transação realizam-se nas fazendas.

[...] A verdadeira função comercial de Lages é, portanto, local. O comércio de Lages limita-se a adquirir artigos de outras regiões e vendê-los à população urbana (p. 124-125).

A participação das indústrias na economia lageana, na época, era medíocre. Centro de uma região pecuária, de enormes rebanhos, tal matéria-prima era pouco aproveitada, contando Lages com uma

única charqueada, de produção reduzida, que carneava cerca de oitocentas reses por ano. Segundo Peluso, a implantação e o desenvolvimento da indústria do charque foram barrados por dois problemas, o alto custo do transporte e a sazonalidade da matéria-prima, pois ocorria um período de quase meio ano de inanição, por causa do inverno, quando o frio reduz os pastos e o gado emagrece.

Novamente, deve-se destacar a questão da gênese da economia pecuária do planalto catarinense, que parece não ter sido levada em conta pelo autor. Ao apontar, por exemplo, a sazonalidade como empecilho ao desenvolvimento de charqueadas, ele parece não levar em consideração que tal fato ocorria também no extremo sul do país, onde, porém, se encontrava grande concentração dessa atividade.

Assim, parte de sua análise fica obstaculizada pela perspectiva de cunho tão particularista. O mesmo se pode dizer da questão do desenvolvimento comercial, que para ele é barrada pela internalização das transações comerciais de animais nas fazendas, sem se referir à questão de que em áreas de latifúndios de criação, a densidade demográfica é extremamente baixa e o consumo reduzido. Não obstante, tais limitações não lhe impediram de fazer considerações bastante originais.

Em relação às outras atividades industriais, observa que quase todas eram de âmbito local, em sua maioria compostas de pequenas oficinas de móveis, funilarias, sapatarias, ferrarias, etc. Por outro lado, ressalta o entusiasmo da população pela implantação de uma nova indústria, a de pasta mecânica para fabricação de papel. Hoje se sabe que aquele entusiasmo acabou sendo correspondido, pois a região se tornou uma grande produtora nacional de papel e celulose. Apesar de ter previsto problemas para a expansão dessa indústria.

Destruída a mata, vai apresentar-se ao industrial essa questão: será mais vantajoso fazer o replantio e aguardar os longos anos que decorrerem até o aproveitamento do pinheiro cultivado, ou entregar a terra aos lavradores que por ela oferecem bons preços? A terra vendida será o sinal de que a indústria acabará por falta de matéria-prima. O replantio indicará, por sua vez, a lentidão da marcha evolutiva de Lages,

pois que a conservação de grandes florestas será negação de expansão do povoamento (p. 127).

A questão levantada por Peluso merece uma análise pormenorizada. Suas considerações provinham, sem dúvida, do conhecimento dos problemas que costumavam ocorrer com a exploração madeireira. Partindo de exemplos do próprio Estado de Santa Catarina, onde, primeiro no Vale do Itajaí e depois no Oeste, a destruição das florestas, sem a devida reposição com vista ao futuro, extinguiu completamente aquela atividade, vislumbrava, num horizonte próximo, os mesmos problemas para a atividade que se instalava na região de Lages.

No entanto, não poderia adivinhar que no planalto lageano, ao contrário das outras regiões onde ocorreu exploração madeireira, aquela economia geraria um modelo mais complexo de atividades ligadas à extração da madeira, como fábricas de caixas, esquadrias, marcenarias, laminados, compensados, etc. (GOULARTI FILHO, 2007), possibilitadas pelo possível consumo de matéria-prima gerada em grandes empreendimentos de reflorestamentos florestais, sobretudo, de espécies exóticas de crescimento mais rápido (*pinus elliotii*, eucalipto, etc.), que permitiram o desenvolvimento e a manutenção da atividade madeireira na região.

Por outro lado, Peluso havia verificado que, em sua gênese, a indústria de papel aparecia como empreendimento constituído por capitais locais. No entanto, o forte da atividade madeireira na região acabou se constituindo pela entrada de capitais forâneos. Todavia, como referido, ele não poderia adivinhar o futuro e, ao que parece, não era realmente sua intenção; contudo, é importante notar que suas observações demonstravam estar atento às questões vindouras.

Atualmente, o município de Lages conta com uma população superior aos 160.000 habitantes, com um setor terciário de relativa importância no contexto estadual e um setor secundário apresentando um forte processo de diversificação, como indústria de confecções, metal-mecânica, etc. O município passou a ser um importante polo de produção de peças automotivas e de implementos agrícolas, apesar da indústria madeireira e de papel-papelão ainda serem as principais atividades em quantidade de trabalho e capitais.

O texto igualmente faz referência à limitada função bancária, derivada da pequena participação do capital local. De acordo com ele, apesar de abastados, a fortuna dos fazendeiros consiste em terras e gado, o que explicaria o reduzido capital circulante. Esse fato Peluso poderia ter cruzado com outros aspectos da economia, como assinalado, o que permitiria mostrar as relações com o baixo desenvolvimento comercial, por ele observado. Aliás, a partir de constatação similar, I. Rangel (1999) explica que, com o fim da escravidão, a conseqüente diminuição da circulação de capital transformou o latifúndio escravista em feudal.

Contudo, deve-se considerar que a análise de Peluso buscava, antes de tudo, examinar empiricamente o objeto, que, no caso, estava parcialmente restrito à paisagem. Por isso, ficava difícil traçar relações de âmbito mais geral, como, por exemplo, o papel da pecuária lageana em relação à pecuária do sul do continente e ao desenvolvimento do comércio internacional de carnes¹⁷³. Mesmo assim, o mais importante não é o que ele deixou de observar, mas o que e o como foi examinado.

Em resumo, Peluso procurou mostrar que, entre as várias funções urbanas, as mais importantes não são as de caráter eminentemente econômico. Assim, as possibilidades de emprego são bastante limitadas, pois mesmo na principal atividade econômica regional, a pecuária, a necessidade de mão-de-obra é pequena e sazonal. Verificou ainda que o trabalhador braçal representava a maior porcentagem da população urbana, sendo seus elementos, em grande parte, pertencentes à raça negra ou mestiça. Com isso,

o nível de vida dessa classe é bastante baixo e oferece contrastes impressionantes com o meio em que vive. O rebanho de gado vacum é numeroso, mas nem assim as crianças tomam leite regularmente. As tropas de gado destinadas às populações do litoral descem do planalto diariamente, mas a carne não figura como base da alimentação da classe pobre de

¹⁷³ Lembrando que a interpretação clássica de região, naquele momento, exigia a descrição para dentro, para as peculiaridades, para o particular; portanto, o geógrafo deveria se preocupar menos com as relações inter-regionais.

Lages. O regime alimentar baseia-se no feijão e no milho (p. 135).

Note-se, mais uma vez, como as ideias do autor tendiam para uma linha humanista, mantendo-se, todavia, nos limites estreitos entre o que era definido como análise geográfica e o que se entendia como análise sociológica.

Peluso apresenta, na página 141, o que ele chama de mapa ecológico da distribuição da população de Lages conforme as profissões, seguindo a linha proposta por Monbeig.

A demarcação entre os fatos geográficos, sociológicos ou econômicos raramente é fácil, principalmente quando o objeto da pesquisa é um aglomerado urbano; nestas condições será absurdo pretender exigir que o pesquisador se detenha diante de fronteiras teóricas e universitárias. O que pode limitar o campo de estudo parece-me provir sobretudo das diferenças de métodos aplicados ao estudo de fenômenos diferentes: o geógrafo levantará os mapas da distribuição das densidades, das raças ou das **profissões** no interior da cidade e procurará explicá-los; tais mapas serão indispensáveis ao sociólogo que os completará por outros que representarão fenômenos puramente sociais (MONBEIG, 1943, p. 9, grifo meu).

A ideia de mostrar a distribuição da população por classes de trabalhadores tem sentido geográfico, não obstante, como o próprio título sugere, o “mapa ecológico” ser uma perspectiva muito utilizada pela “escola de ecologia humana de Chicago” que procurou mostrar “tudo que era possível conseguir desse emprego, exatamente em matéria de inquéritos urbanos” (MONBEIG, op. cit., p. 9). Tal constatação se faz importante, pois mostra como o autor encontrava-se focado nas considerações de Monbeig, a ponto de elaborar um

“mapa ecológico¹⁷⁴”, no sentido empregado pela sociologia urbana norte-americana; aquela que levava em consideração a ideia de círculos concêntricos a partir do centro da cidade.

Nesse aspecto, pode-se perceber a estreita ligação entre o autor e a moderna metodologia geográfica, permitindo considerar essa monografia como precursora da nova linha metodológica. Não foi por qualquer razão ela ter sido a vencedora do 1º concurso de Monografias Municipais do CNG, bem como ter recebido a medalha de prata do X CBG. A descrição e a análise das funções urbanas somadas às das atividades sociais e recreativas e à circulação viária urbana buscavam, em certo sentido, mostrar a cidade em movimento, pois “é a cidade, no seu aspecto e na sua vida que o geógrafo procura descrever e explicar” (MONBEIG, 1943, p. 18).

Abreu (1994, p. 30) afirmou que os estudos urbanos da década de 1940, “embora seguindo o método monbeigiano, não se estruturaram necessariamente como monografia, isto é, não deram atenção igual a todas as fases de análise propostas pelo mestre”. No entanto, ele dá destaque especial ao estudo de Peluso sobre Lages, dizendo ser este um “estudo de fôlego, bastante original, difícil de ser enquadrado em classificações” (Idem). Entretanto, uma análise pormenorizada demonstra, nesse estudo, que Peluso seguiu, em grande parte, as fases propostas no “Estudo Geográfico das Cidades”, o que permite então classificá-la como uma monografia, aliás, uma das mais completas da época, apresentando, em toda a plenitude, a metodologia característica da geografia científica francesa, oriunda das propostas de La Blache, Brunhes, Blanchard, etc., sintetizadas nos textos de Monbeig e Lavedan.

Fazendo comparação com outros estudos urbanos efetuados no país nos anos de 1940, esse foi, sem dúvida, um dos mais importantes, devido à densidade, à metodologia empregada e, principalmente, à qualidade da descrição e das análises. Ainda mais se for levado em consideração que a maior parte dos estudos efetuados naquela década não foi estruturada como monografias, restringindo as suas análises principalmente aos gêneros de vida (ABREU, op. cit.).

Se Peluso pertencesse, naquele momento, a alguma das instituições do eixo Rio-São Paulo (IBGE, UB, USP), teria recebido

¹⁷⁴ Mapa de uso do solo urbano.

provavelmente um reconhecimento maior e, sem dúvida, veria seu trabalho publicado em algum periódico especializado ou, até mesmo, em uma publicação especial por parte do IBGE, como foram, por exemplo, os trabalhos de A. Lamego. Infelizmente, sabe-se que havia uma política determinante para publicação de artigos na *Revista Brasileira de Geografia*. Para o IBGE, como um órgão governamental, era muito melhor apresentar um simples texto, como, por exemplo, “Goiânia, uma cidade criada”, de Aroldo de Azevedo (RBG nº 1, jan./mar. de 1941), que não passava de um relatório de viagem, porém, com um conteúdo politicamente mais importante, ou seja, “a marcha para o oeste”¹⁷⁵, ou, o de Orlando Valverde, “Dois Ensaios de Geografia Urbana: Pirapora e Lapa” (RBG Nº 4, out./dez. de 1944). Ambos não deixam de ter o seu valor, contudo, como o próprio nome diz, trata-se de ensaios que apresentam apenas alguns aspectos de uma verdadeira monografia e, diferente do estudo de Lages, evitando abordagem de conteúdo social ¹⁷⁶. Não obstante, a política de publicação da RBG deve ser compreendida à luz de um contexto mais amplo.

Tratava-se, pois, de mobilizar novas capacidades técnicas a serviço de um governo empenhado na centralização do poder, num país até então essencialmente agrário, extremamente segmentado num arquipélago econômico. Para fomentar a ideologia nacional, romper obstáculos à integração espacial, à centralização e a modernização seria necessário um discurso

¹⁷⁵ A campanha “Marcha para o Oeste” surgiu junto às reformas para o programa do Estado Novo (1937). Buscava-se substituir a ideia, preconizada por um velho clichê, não tão verdadeiro assim, da herança portuguesa de andar como caranguejos, que vivem apenas no litoral. Na verdade estava em jogo a efetiva integração nacional, povoando as áreas desertas a Oeste de todo o país, garantindo inclusive um aumento da população nas áreas de fronteira. Além disso, havia a necessidade de exploração dos recursos naturais espalhados pelo vasto território desocupado (Cf. VELHO, 1976).

¹⁷⁶ Os exemplos apresentados não servem para uma comparação de conteúdo e/ou de metodologia, por não se tratar de estudos mais completos, como o de Peluso. A comparação tem apenas o intuito de indagar sobre a questão da política de publicação na RBG. Mas, mesmo se comparado aos estudos efetuados pelos alunos de Monbeig, apresentados no IX CBG (1940), o estudo de Lages se mostra superior em todos os sentidos.

descritivo, a mensuração, o controle do território e, também, dividir para reinar, a divisão regional. Não é por acaso que os primeiros números da *Revista Brasileira de Geografia* iniciam duas séries de artigos: a de Pierre Deffontaines (1939), descrevendo a dimensão continental do Brasil e dando o tom da nova Geografia acadêmica que estava sendo introduzida, a linha vidalina, onde a moldura do quadro natural comanda a organização das atividades humanas; e a de Moacyr F. Silva (1939), focalizando a Geografia dos transportes, o instrumento da integração espacial (GEIGER, 1988, p. 62-63).

Levando-se em conta que a RBG em conjunto com o Boletim Geográfico, ambas publicações do IBGE, detinham o controle de grande parte da capacidade de divulgação da ciência geográfica na esfera nacional, portanto, o seu conteúdo deveria seguir, em grande medida, a ideologia do estado. Isso não significava, necessariamente, perda de qualidade, mas imprimia um caráter balizador com respeito ao que deveria ser apresentado aos apreciadores dessa ciência. Assim, estudos interessantes podem ter deixado de ser publicados nas revistas do IBGE, como, por exemplo, os estudos monográficos efetuados pelos orientandos de Monbeig, na USP. Também é provável que estudiosos de outros estados, fora do eixo São Paulo-Rio de Janeiro, tenham merecido pouca atenção por parte da “elite dos geógrafos” (IBGE/USP). Há vários exemplos, sendo os mais ilustrativos os de Josué de Castro e Milton Santos, só reconhecidos nacionalmente depois de alcançarem sucesso no exterior, condição expressa por Monteiro (1980) como o olvido e a ignorância sistemática das posições internas.

Na realidade, todas essas considerações são importantes, no sentido de mostrar que o estudo *Lages, a Rainha da Serra* não deve ser qualificado apenas por sua dupla premiação (concurso de monografias e X CBG), mas também por aquilo que parece ser o mais importante: sua contribuição à ciência geográfica nacional em virtude do pioneirismo metodológico, expresso em sua totalidade nesse texto, ou dizendo de outra forma, no desenvolvimento de uma

monografia urbana completa baseada nos preceitos da “escola francesa”, que acabara de receber no país uma sistematização por parte de Pierre Monbeig. Além disso, observa-se no estudo como a qualidade de algumas análises é consequência direta da utilização de referenciais de excelente casta (O. Vianna, R. Simonsen, G. de Paiva, etc.), que permitiram o desenvolvimento de sínteses interessantes, pioneiras entre os estudos de geografia urbana no país. Cabe lembrar, que as referências a Oliveira Vianna e Roberto Simonsen, apresentadas no texto, muito provavelmente, podem ter sido provenientes de indicações de geógrafos do CNG e/ou de leituras de autores que as utilizavam, como, por exemplo, de Alberto R. Lamago, em *O Homem e o Brejo* (1944), ou de Lourival Câmara, em *Estrangeiros em Santa Catarina* (1940), pois ambos fazem referências àqueles autores, não sendo muito fácil encontrar outros estudos geográficos daquela época, que citem Simonsen e Vianna.

Contudo, deve se levar em conta que o trabalho de Lamago, apesar de apresentado no IX CBG, foi publicado só em 1944, quando ficaram prontos os anais desse congresso. Por outro lado, o estudo de Câmara foi publicado em 1940, em Florianópolis, sendo, pois, de fácil acesso para Peluso. Com isso se quer lembrar que Peluso não recebia influência apenas de pensadores do Rio e São Paulo, mas também do círculo de intelectuais catarinenses. Esse fato não pode e não deve ser menosprezado, ainda mais quando se sabe que desde 1930 ele era sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, instituição que, ao lado da Academia Catarinense de Letras, congregava grande parte da intelectualidade catarinense.

Entendendo bem as restrições feitas por Monbeig, relativamente à utilização de fontes não geográficas, Peluso foi buscar na história, sociologia e economia fundamentos para melhor compreender o significado daquela “paisagem urbana”. Sendo assim, o estudo merece ser considerado pioneiro, em vários sentidos, inclusive ao classificar e tratar Lages, de forma direta, como uma cidade de fazendeiros.

3.4 Outros estudos significativos dessa fase de produção intelectual

Os cinco anos à disposição do CNG proporcionaram-lhe tempo e viagens que o puseram em contato com várias realidades e

paisagens, fatores importantes, os quais foram aproveitados para treinar e desenvolver seu conhecimento científico. Assim, além dos três textos já analisados, outros três foram produzidos no primeiro lustro da década de 1940.

O estudo de Lages, por ter vencido o concurso de monografias, tinha sua publicação garantida nos anais do X CBG, todavia, Peluso apresentou outro trabalho inédito naquele certame, *Ponte Alta – Uma Vila no Planalto de Lages, no Estado de Santa Catarina*. De pretensão e dimensão mais modesta, mas seguindo basicamente as diretrizes metodológicas monbeguianas, como havia feito no estudo de Lages, objetivou, no entanto, desenvolver um estudo sem pretensões de caráter monográfico, apresentando a vila de Ponte Alta, como resultado de modificações sociais que vinham ocorrendo naquele momento e que possibilitavam o aparecimento de um novo gênero de vida nessa região. Por isso, esse trabalho pode ser enquadrado no mesmo tipo de outros produzidos naquela década que, apesar de seguirem basicamente as propostas monbeguianas, não se estruturavam como monografias e sim como estudos de gêneros de vida, como, por exemplo, os de Orlando Valverde (1944), sobre Pirapora e Lapa; de Aroldo de Azevedo (1946), sobre Juazeiro e Petrolina; de Nice L. Muller (1949), sobre a vila de Icapara, no litoral sul paulista e de Carlos F. Silva (1949), sobre Atibaia (ABREU, 1994).

A tese de Peluso gravita em torno das condições geradas pela inserção da lavoura numa região predominantemente pastoril. Com base em suas sempre atentas observações, percebe que,

a lavoura, outrora subordinada à economia pastoril, vive, atualmente, sua vida própria, trazendo, contudo, os males que lhe acarretam os séculos de sujeição às fazendas de criação: culturas inadequadas ao meio; processos agrícolas antiquados e organização deficiente que mostra o curto período de independência que desfruta (PELUSO, 1991b, p. 159).

Interessante notar como ele vai descrevendo o lugar, buscando o objetivo principal do estudo, ou seja, descrever e explicar

as relações entre o homem e o meio, gestoras de um determinado modo de vida. Isso se constata, de forma clara, na citação anterior quando aponta o problema da agricultura, recentemente inserida, restringir-se à falta de intimidade entre o homem e a terra, expresso na inadequação das técnicas e no tipo de agricultura implantada.

Um pouco diferente do trabalho anterior, a posição geográfica aparece destacada, buscando explicar o particular com base na teoria generalista ratzeliana de posição.

Para Ratzel, é a posição geográfica, compreendida como grandeza e forma do território, a que se aliam os conceitos de conformidade entre a terra e o homem e o de reciprocidade de influências de povos vizinhos, que constitui o mais importante entre os componentes dos fatos geográficos que interessam à vida dos povos. Estabelecido para grandes cenários, o conceito da posição geográfica não perde sua fecundidade quando aplicado em relação aos quadros restritos de determinada região (IBD, p. 163).

Essa questão torna-se relevante caso se pensar em termos da maior influência da escola francesa de geografia no Brasil. Enquanto para Ratzel o fator mais importante para o estudo das cidades é sua posição/situação (*Lage*), ou seja, pensada em relação aos mais diferentes aspectos naturais, sociais e históricos, na proposta lablachiana, o estudo geográfico das cidades deveria tomar por base o seu sítio, sendo a cidade “um palco de demonstração da superioridade da ‘vontade humana’ sobre o jugo ambiental” (ABREU, 1994, p. 23). Isso pode levar a pensar que Peluso recebeu alguma orientação direta, ou de referência, de alguém com maior intimidade com a obra ratzeliana, pois, mesmo que tenha mergulhado na *Geografia dell'uomo*, não seria tão fácil pinçar dali aquela citação acerca do conceito de posição, apresentada de forma muito bem sintetizada no estudo de Ponte Alta. Ou, quem sabe, trouxe o conceito de leituras de geógrafos franceses, como C. Vallaux que, entre outros, discutia as propostas ratzelianas em seus estudos.

Cita também, nesse texto, o geógrafo americano Preston James, no que diz respeito às conceituações de florestas mistas e solos empobrecidos sob floresta de coníferas, provando que sua orientação bibliográfica provinha de um ambiente eclético, a par também das novidades advindas da escola de geografia norte-americana. A título de suposição, vale lembrar que a maioria dos membros do CNG possuía característica de erudição e ecletismo, no entanto, um dos mais ecléticos, naquele tempo, era J. Veríssimo da Costa Pereira, profundo conhecedor das obras de Ratzel e de outros geógrafos alemães, franceses e americanos, com quem Peluso mantinha um bom relacionamento desde as primeiras assembleias desse Conselho. Por isso, estima-se que grande parte das fontes bibliográficas utilizadas por Peluso, nesses primeiros estudos, possa ter sido indicada por J. Veríssimo.

Peluso assinala que uma parcela dos excedentes populacionais, gerados no seio dos latifúndios (normalmente agregados) devido ao fracionamento das terras por herança ou venda, passou a comprar ou arrendar terras não utilizadas pela pecuária (normalmente matas ou várzeas), com o intuito de desenvolver algum tipo de atividade agrícola. Lembra que grande parte desses novos produtores já possuía algum contato com a lavoura, pois uma de suas obrigações, como agregado de fazenda era ajudar a produzir parte dos alimentos destinados ao consumo interno dos latifúndios.

Assim, enquanto nos latifúndios ocorria uma dispersão das habitações imposta pelo sistema pastoril, em algumas áreas começavam a surgir ilhas de maior densidade de população formadas por agricultores em pequenas propriedades. Ponte Alta era uma dessas ilhas. No entanto, o texto ressalta que não se trata de “frente pioneira”, como nos moldes apresentados por P. Monbeig, em *Ensaio de Geografia Humana Brasileira* (1940), pois, ao contrário do que acontecia naquela, esses agricultores “são egressos dos campos pastoris que sofrem a transição para a agricultura, onde procuram encontrar o bem-estar que lhes negam as fazendas de criação ora decadentes” (PELUSO, op. cit. , p. 165).

Nessa passagem, ficam evidentes as limitações da análise sobre aquela realidade. Parece que, em certa medida, a paisagem e a região assumem o mesmo aspecto, portanto, as correlações feitas pelo autor acabam restritas a certo número de particularidades. Assim, por exemplo, não ocorre uma tentativa de entendimento da

desagregação do latifúndio, segundo ele, decadente. Tal fato fica restrito à partilha das terras por herança ou venda, não há correlação entre o novo papel do latifúndio diante do ao desenvolvimento capitalista pós-1930 e do processo de desenvolvimento industrial, amplamente sentido na região já no início dos anos 1940.

Não aparece nenhuma afirmação sobre a relação entre a ocupação das áreas de mata e o desenvolvimento da atividade madeireira, reforçando a ideia de que a análise ficou limitada apenas à observação da área estudada, visto que ocorria naquele momento uma grande procura pela araucária em todo o planalto meridional. Não obstante, parte da culpa pela restrição da análise, como já assinalado na análise do texto sobre Lages, pode ser atribuída às limitações do método regional de caráter eminentemente empírico, que muitas vezes afastava o observador das proposições de caráter mais generalizante.

Na continuação, são apresentados os aspectos populacionais. Na área urbana e suburbana, o número de habitantes era apenas de 264. Número reduzido ao se pensar nos dias atuais; contudo, numa região onde a principal atividade, a pecuária, necessitava de pouca mão-de-obra, executada em extensos latifúndios, esses quistos populacionais eram muito significativos. Peluso percebeu tratar-se de áreas onde a população levava uma vida semiurbana que, no entanto, necessitaria de estímulos econômicos externos para seu desenvolvimento. No caso de Ponte Alta, ele ressalta tratar-se de uma agricultura praticamente de subsistência, semelhante à praticada no interior dos latifúndios. Porém, é de se estranhar não ter descrito, de forma mais profunda, as formas de arrendamento de terras, assinalado por ele, que justificaria, ou não, a presença de embrião da pequena produção mercantil. Contudo, assinala que a terra era de baixa qualidade para o desenvolvimento de uma agricultura comercial, e o mercado reduzido, pois Lages, a cidade mais próxima (30 km), contava naquela época com pouco mais de 8.000 habitantes no perímetro urbano; além disso, as estradas para atingir outros mercados eram precárias ou inexistentes¹⁷⁷.

Peluso observou que a principal função da vila de Ponte Alta era residencial, “nascida pela tradição da população conjugada com a

¹⁷⁷ Atualmente a população do município de Ponte Alta é de cerca de 5.000 habitantes, enquanto Lages ultrapassa os 160.000 habitantes.

função escolar” (p. 168), sendo o comércio uma função subalterna. Entretanto, é interessante verificar as razões sociais indicadas por ele.

É que a agricultura do planalto deve ser estudada tendo-se em consideração sua origem no latifúndio pastoril. O fazendeiro possuía diversas habitações temporárias, ficando nos “postos” à medida que trabalhava o gado nas invernadas. A residência onde ficava a família e terminava sua velhice era ponto onde desfrutava maiores comodidades no campo, na povoação perto da propriedade ou ainda na cidade. Quando foi para a lavoura levou os mesmos hábitos, uma vez que para ela transportou os mesmos processos agrícolas usados na fazenda. Uma exigência juntou-se a essa tradição: a educação da prole. O criador abastado, quando não fixa residência na cidade, manda a ela seus filhos fazerem os estudos, ou os educa no lar com professores particulares. Perdido o antigo nível, decaído a simples lavrador, não se esquece da necessidade de instruir os filhos (p. 168).

Assim, as condições econômicas empurravam as pessoas a um novo gênero de vida, contudo, sem a ocorrência de modificação de certos costumes sociais então enraizados.

Por último, o trabalho contempla a descrição das habitações, pois “é o elemento que com mais intensidade exhibe a relação entre o homem e o meio ambiente” (p. 171). O material utilizado é a madeira (araucária) abundante na região, e o desenho é típico das casas sertanejas, duas águas com telhas de lascas de pinheiro e oitão (ângulo da cobertura junto à fachada) voltado para a fachada lateral, o que permitia aumentos do tipo “puxado”, nos fundos. Todavia, encontram-se, em pequeno número, casas com arquitetura diferente, como *bungalows* de canela e telhas de barro ou prédios de varanda e oitão abatido típico das zonas de colonização alemã.

Na conclusão, Peluso declara que a vila de Ponte Alta está localizada numa área onde se encontram as piores terras para a

lavoura, ou seja, não são as condições do solo que concorrem para a concentração habitacional. A “contingência geográfica”, segundo ele, só começa a agir com a decadência das fazendas e a expulsão dos agregados.

A falta de trabalho nas fazendas e nas pouquíssimas cidades do planalto serrano obrigou esses agregados a procurarem as florestas para ali constituírem suas pequenas lavouras, porquanto essas áreas eram pouco exploradas pelos latifúndios, devido à pior qualidade dos solos e às dificuldades para exploração da madeira, haja vista o baixo preço e a falta de transporte. Entretanto, ele não destacou que essa realidade vinha mudando.

Interessante salientar, com base em Abreu (1994), que os mais importantes estudos franceses de geografia urbana, apresentados por volta da década de 1910, sob a influência de Vidal de La Blache, enfatizavam enormemente o conceito de sítio urbano, sendo em sua maioria estudo de cidades localizadas em sítios desfavoráveis, como atestam os trabalhos realizados sobre Friburgo (Girardin, 1909/10), Grenoble (Blanchard, 1911), Lille e Nancy (Blanchard, 1914/15), Lausanne (Biermann, 1916), Annecy (Blanchard, 1916), Bourdeaux (Blanchard 1917) e Marselha (Blanchard, 1918; Rambert, 1919).

Era a vitória humana sobre o meio natural, a contingência tornando-se realidade, ou seja, a expressão concreta de um *possibilismo*. Não obstante, e ainda por se tratar de uma pequena vila, Peluso, apoiado em citação direta de La Blache sobre a importância dos estímulos exteriores na marcha do progresso do homem, afirma que

transformado em agricultor, o homem do planalto conserva seus rotineiros processos agrícolas. É imprescindível, assim, o aparecimento de excitante externo, seja ele espontâneo, como a industrialização da riqueza florestal, capaz de criar, no próprio núcleo semi-urbano, um mercado consumidor que melhor remunere o trabalho e favoreça a exploração racional da terra, ou oficial, como medidas do governo tendentes a introduzir, na região, nova técnica agrícola, que faça do lavrador vencido pelo ambiente um agricultor

adiantado que regenere, no trabalho da gleba, ao nível abastado dos fazendeiros do passado, transformando a vila residencial em centro de comércio (p. 175).

Como se pode notar, as ideias convergiam, forte e diretamente, às concepções conceituais e metodológicas da geografia francesa de base lablachiana. A citação anterior demonstra a preocupação do autor em levantar um rol de possibilidades para o desenvolvimento daquela vila, caso ela seguisse mantendo o mesmo gênero de vida (agricultura). Não foi sem razão que Fábio de Macedo Soares Guimarães, relator do trabalho no X CBG, assinalou que, apesar de sucinto, é um trabalho interessante e feito com muito boa técnica, demonstrando o autor estar bastante identificado com a moderna metodologia geográfica. Diz, ainda, que é um tipo de monografia quase inédita no Brasil e que merece ter sua difusão como estímulo para o aprofundamento dos pesquisadores brasileiros do meio rural (p. 176). Tudo isso reforçando aquilo que se tem ressaltado, as qualidades intelectuais de Peluso, ainda mais em se tratando de um pesquisador autodidata.

Durante esse primeiro lustro da década de 1940, houve tempo ainda para desenvolver mais dois estudos. Um mais extenso, intitulado *A Criação da Capitania da Ilha de Santa Catarina*, publicado na Revista do IHGSC, no 2º semestre de 1944, outro, *O Estudo Geográfico dos Limites Municipais*, publicado no Boletim Geográfico do IBGE, nº 17, em agosto de 1944.

Em “A Criação da Capitania da Ilha de Santa Catarina”, procurou apresentar alguns aspectos importantes da formação social sob o ponto de vista geográfico. Na introdução, argumenta que a utilização da história pela geografia humana não significa invasão do campo de estudo daquela disciplina, mas se justifica pela necessidade de melhor se compreender a geografia do presente. Por isso, em seguida, faz alguns comentários acerca do método, baseando-se em regras geográficas desenvolvidas pelos franceses Jean Brunhes e Camille Vallaux, sobre o estudo dos Estados, que levavam em consideração as fronteiras, as estradas que garantiam os laços

políticos, a posição da capital e das principais cidades e suas ligações com o poder¹⁷⁸.

Desse modo, procura se manter fiel às determinações metodológicas da escola francesa. Mesmo quando analisa a questão da posição, ponto central na análise ratzeliana, faz referência ao geógrafo alemão apenas por intermédio de citação de Camille Vallaux, o qual, segundo o autor, procurou “retificar as teorias do geógrafo teuto, afastando o que considerava ser produto do pangermanismo a que Ratzel favorecia, conservando as idéias sobre a ‘posição’ completando-as pelo que chamou de ‘diferenciação’” (PELUSO, 1944 b, p. 112). Com base nesse conceito, apontou uma primeira diferenciação, no litoral catarinense, oriunda da variação da qualidade do solo agricultável, de lugar para lugar, por toda a extensão da costa, responsável pela geração, durante os séculos XVI, XVII e parte do XVIII, de uma localidade mais próspera – São Francisco do Sul –, uma miserável – Desterro – e uma não tão próspera e nem tão miserável – Laguna –, onde se alojavam as autoridades e que servia de porta de entrada para se chegar às fazendas de criação da campanha gaúcha.

Seguindo a teoria de C. Vallaux, de que os Estados nascem nas regiões melhor diferenciadas devido à guerra, Peluso procura relacionar o processo de formação do sul do Brasil e as características elementares da coroa portuguesa às questões limítrofes de sua colônia com as colônias espanholas. Verifica, com base em R. Simonsen, que muitas das disputas ocorridas na bacia do Prata, envolvendo Portugal e Espanha, foram derivadas de disputas econômicas (comércio do couro). No entanto, não houve nessa fundação, o estímulo econômico da valorização do couro, como refere Roberto Simonsen, visto ser a procura desse artigo relacionada à exploração das minas auríferas, que ainda não se destacavam por essa época (p. 119). Essas colocações serviram para ilustrar uma conceituação mais elaborada de C. Vallaux na qual se contrastava a diferenciação ativa da diferenciação passiva.

¹⁷⁸ Entre esses dois geógrafos, foi C. Vallaux o principal responsável em desenvolver estudos de geopolítica, na França. Essa empreitada exigia duplo foco, atacar as ideias ratzelianas baseadas no expansionismo dos estados, ao mesmo tempo em que fazia a defesa do colonialismo francês.

Essa conceituação permitiu a Peluso reforçar a ideia, de cunho histórico, de ter sido a Ilha de Santa Catarina, a despeito da menor população e do menor desenvolvimento econômico que as duas outras localidades (Laguna e S. Francisco), escolhida para instalação de uma capitania no século XVIII, durante a luta pela imposição dos limites portugueses ao sul, devido às melhores condições de sua profunda e recortada baía. Ou seja, enquanto Laguna possuía dificuldades quanto ao acesso e atracação das embarcações, isto é, forte diferenciação passiva, Desterro, com o livre acesso e a profundidade de suas baías, apresentava no litoral sul importante diferenciação ativa.

Apesar de aplicar a ideia de diferenciações como se fosse um método, percebe-se, na verdade, tratar-se apenas de uma conceituação que procura dirimir as implicações do determinismo ambiental. Isso fica patente na parte dedicada em repelir o determinismo econômico, que encerra com a seguinte citação de Vallaux: “Não é exato que a formação das sociedades políticas esteja subordinada ao trabalho econômico, e que os pontos de união com o solo não existam senão graças a este trabalho” (p. 109).

Tem-se a impressão de que Peluso, aliás, exatamente como vinham fazendo os franceses, procurou transformar o determinismo ambiental, em face ao determinismo econômico, em um “possibilismo”. Seja como for, não cabe aqui a crítica, uma vez que o importante é salientar que a utilização feita por Peluso da metodologia e da conceituação desenvolvida pela geografia francesa (lablachiana) recebia os mesmos cuidados (nesse caso com respeito à contingência) apresentados pelos geógrafos franceses (Vallaux, Brunhes, L. Febvre, etc.) em seus trabalhos. Isso demonstra sua preocupação em evitar seguir o modelo de forma mecânica, para tanto, procurando utilizá-lo em seu amplexo, mas dentro dos limites impostos por aquela hermenêutica.

As ligações pessoais de Peluso com a cidade de Rio do Sul, já apontadas no primeiro capítulo, levaram-no também a desenvolver “O Estudo Geográfico dos Limites Municipais”, publicado no Boletim Geográfico nº 17, de agosto de 1944. Considerando-se as dificuldades existentes no país, naquela época, para a publicação de trabalhos científicos, supõe-se que a publicação desse texto ocorreu, não tanto pela qualidade e profundidade do trabalho, mas por sua temática. Pois o CNG e o IBGE haviam criado, naquela época, várias

campanhas para desenvolver estudos e pesquisas sobre as cidades, incluindo aí a questão dos limites municipais. Era de interesse dos governos estaduais e, muito mais, do governo federal, uma maior compreensão da realidade dos municípios brasileiros, ainda mais levando-se em consideração a existência de numerosos casos de litígios intermunicipais naquele tempo.

O texto procura demonstrar que o aspecto geográfico, na questão dos limites municipais, surge da união entre elementos humanos e a terra, ou seja, calcado em aspectos relacionados aos gêneros de vida. Por isso, tais limites podem recuar ou avançar dependendo de relações específicas apresentadas em cada lugar individualmente. Ele procura corroborar tais afirmações à medida que vai descrevendo os limites de Rio do Sul com os municípios vizinhos: Canoinhas, Itaiópolis, Ibirama, Indaial, Brusque e Bom Retiro. O melhor exemplo das indagações do autor acerca das imbricações entre os limites municipais e os gêneros de vida aparece na seguinte parte de seu texto:

A população de origem paulista em Canoinhas, sem tradição agrícola, entregou-se à exploração florestal, parando onde terminou a erva-mate. Ao ciclo da erva sucedeu o da madeira, e é ainda na floresta que ela encontra ambiente para seu gênero de vida. Os imigrantes da colônia Lucena, fundada nas últimas décadas do século XIX no planalto permiano, entregaram-se também, no ciclo da erva-mate, à indústria extrativa. Terminada esta, voltaram à sua tradição de lavradores, lançando-se por onde encontravam terras apropriadas à agricultura. Enquanto a população de Canoinhas, na exploração da madeira, aglomerava-se perto do rio Iguaçu, por onde passa a estrada de ferro que conduz ao porto o produto do seu trabalho; a de Itaiópolis seguiu caminho inverso, vindo para o sul, para o vale do rio Itajaí do Norte [...] com melhores solos, freqüentemente beneficiados pela presença de calcáreos, e disputados pelos lavradores que foram encontrar, na serra do Mirador, os que subiam, em sentido oposto, os afluentes do

Itajaí-Açu, em Rio do Sul (PELUSO, 1944c, p. 615).

Nessa passagem, nota-se bem a convergência dos aspectos ambientais e das necessidades que formam o gênero de vida. Lembrando as argumentações da escola francesa de geografia, que por intermédio da crítica ao determinismo ambiental procuravam atingir Ratzel, o fantasma desse determinismo poderia ser afastado, bastando pensar que essas populações, em casos adversos, poderiam optar por modificações técnicas no seu sistema produtivo ou, então, por uma mudança radical de gênero de vida.

Com isso, verifica-se que as imbricações referentes ao “possibilismo”, nos termos como foi apresentado por Lucien Febvre, encontravam-se embutidas, mesmo que apenas de forma latente, no receituário conceitual e metodológico apropriado por Peluso à geografia francesa. Em todos os textos até agora mencionados, percebe-se o cuidado na utilização e no significado dos conceitos.

Da mesma forma, a busca por uma melhor adequação do método (empírico-descritivo) às regras impostas pelo modo de pensar a geografia conforme a escola francesa fez de Peluso um importante difusor dessas propostas no Brasil. Sem se preocupar em discutir ou contestar a metodologia, simplesmente procurando utilizá-la de forma “imparcial”, em estudos de caso, desenvolveu alguns dos melhores trabalhos de geografia da primeira metade dos anos 1940, superior inclusive a muitos estudos produzidos no âmbito da USP, da UB e do IBGE, nesse mesmo período.

Além de ter apresentado dois trabalhos ao X CBG, Peluso, à frente de uma comissão, organizou, durante esse congresso no Rio de Janeiro, a exposição de dez painéis sobre a geografia de Santa Catarina¹⁷⁹. A exposição foi ilustrada com mapas, fotos e antigos mapas confeccionados no século XIX, apresentando quadros sobre o clima, vegetação, destruição das florestas, população, ilhas, costa, relevo, hidrografia, o rio e o homem, cidades de colina, planalto pastoril, transposições da Serra Geral e, por último, obras públicas e

¹⁷⁹ A exposição foi sugerida pelo então Presidente do IHGSC, Henrique Fontes, sendo iniciativa do Governo do Estado. O interventor do Estado, Nereu Ramos, designou uma comissão organizadora composta por José Nicolau Born, Aroldo Caldeira e Victor Peluso.

a função geográfica. Os mapas temáticos foram executados pelos cartógrafos do próprio estado, entre eles José Baião, Milton Lehmkuhl, B. Fernandez e Valdir Gil. Essa exposição foi muito elogiada pelos participantes do encontro, recebendo da Revista Brasileira de Geografia o espaço de mais de dez páginas (RBG nº 3, jul./set. de 1944, p. 84-95), escritas pelo próprio Peluso, onde foram resumidos os principais aspectos da exposição.

Um fato curioso foi o oeste catarinense ter sido excluído da exposição, pois, em 1943, havia sido criado o território de Iguaçú, extinto, depois, em 1946. Assim, no quadro sobre o território e a população, o município de Chapecó não aparece, o que diminuía em quase 15.000 km² a área do Estado. Da mesma forma que havia feito em outros textos, Peluso procurou ressaltar, nesse painel, as características do povoamento relacionadas ao gênero de vida.

A comparação entre as rotas seguidas pelas correntes assim formadas e a maneira de se expandir da população de origem portuguesa, mostra que se tratava de homens de gêneros de vida diversos. Os primeiros povoadores, no litoral, entregaram-se à pesca, tratando subsidiariamente da lavoura, razão porque se adensaram junto às praias. No planalto foi a pecuária que ditou a expansão, assim se explicando o motivo de se evitar os rios, domínio da floresta, e preferir as regiões de campo. As correntes saídas das colônias de imigrantes europeus, constituídas por lavradores, procuraram justamente os vales dos rios por aí encontrarem solos florestais favoráveis à agricultura (PELUSO, 1944d, p. 86).

Na passagem anterior, a síntese da ocupação do Estado de Santa Catarina faz lembrar a ideia de “combinações” de Cholley, referidas anteriormente. Apenas lembrando que o geógrafo francês, nessa época, apenas começava a apresentar suas primeiras considerações acerca desse tema, junto ao círculo de geógrafos franceses e nas revistas *Annales de Géographie* e *L'Information*

*Géographique*¹⁸⁰. No entanto, Peluso não trata as “combinações” como método, muito menos como objeto de estudo, como buscava apresentar Cholley. Provavelmente, a ideia de combinações, apresentada de forma sutil nos primeiros estudos do autor, seria proveniente de leituras de textos de La Blache e J. Brunhes, que desde o início do século XX já apresentavam tal perspectiva, ou, ainda, das indagações de Delgado de Carvalho com respeito ao conceito de “regiões naturais máximas”, no qual primeiro se fazia um estudo analítico individualizado dos principais fatores geográficos (solo, clima, vegetação, topografia, etc.), para depois mostrar as principais inter-relações desses fatores geográficos, que são os responsáveis pela formação da paisagem (DELGADO DE CARVALHO, 1944).

Em outra parte da descrição do painel apresentado no Rio de Janeiro, ele enfatiza a influência do meio sobre a paisagem geográfica.

A comparação entre a casa na praia de Araranguá e as que estão na vila de Garopaba focaliza, porém, notável diversidade na maneira das populações se dedicarem ao mesmo gênero de vida. Em Garopaba encontram-se construções acessórias para a guarda de embarcações, que largam da enseada para o alto mar, essas não são vistas na praia de Araranguá, costa retilínea sem abrigo, na qual a altura das ondas não permite o uso de canoas (IBD., p. 88).

Essa mesma consideração foi feita um pouco mais tarde, em um outro estudo, “Paisagens Catarinenses”, apresentado no Iº Congresso Catarinense de História e publicado, em partes, no Boletim Geográfico do DEGC, entre 1947 e 1948. Por isso, tal consideração será, mais adiante, alvo de análise pormenorizada.

¹⁸⁰ Ver, por exemplo, Cholley (1964). Da mesma forma Pierre Gourou, em Conferência pronunciada em 13 de junho de 1948, na sede do CNG, afirmava que “é no estudo das relações que se manifesta a originalidade da geografia” (RBG n° 2, abr./jun. 1948, p. 135).

Na exposição do X CBG os assuntos apresentados pela equipe catarinense foram alvo de grande interesse, pois as descrições eram acompanhadas por fotografias, ilustrando bem o conteúdo e seguindo as diretrizes do objeto de estudo proposto, ou seja, a paisagem geográfica.

* * *

Como se pode verificar, o período entre 1940 e 1945 foi extremamente profícuo para o desenvolvimento dos estudos de Peluso. Aproveitando bem o tempo livre, oportunizado pela participação na Campanha das Coordenadas Geográficas, estudou as obras de vários geógrafos, principalmente franceses, extraíndo dessas leituras metodologias e conceitos que lhe permitiram escrever textos de temáticas essenciais. No entanto, o maior apego à escola francesa não era um resultado aleatório, mas fruto da tendência que passou a predominar no país a partir de meados dos anos 1930.

Como assinalado, as universidades brasileiras USP e UDF (depois UB) receberam continuamente professores das missões francesas, ciosos em divulgar e desenvolver a escola geográfica francesa no Brasil. Isso foi benéfico em muitos sentidos, já que passou a permitir, em conjunto com os novos órgãos e instituições, o desenvolvimento em larga escala de estudos geográficos do território brasileiro sobre base científica definida.

Os primeiros textos escritos por Peluso representam a quase totalidade dos estudos de geografia humana de Santa Catarina, realizados naquela época, dentro de padrões científicos. Por intermédio deles, o território catarinense passou a ser visto com um novo olhar geográfico e, por se tratarem de estudos básicos, constituíram-se também em importante fonte de análise, tanto por parte do governo, como de outros interessados, em geral. Esses estudos lhe credenciaram organizar e dirigir o futuro Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, pois, naquele momento, ninguém mais gabaritado do que ele para assumir tal tarefa.

Ao que tudo indica, o Interventor Nereu Ramos não teve dúvida ao convidar Peluso, em 1945, para a tarefa de organizar e a comandar o DEGC¹⁸¹, não somente pelo que havia feito à frente da

¹⁸¹ Para maiores detalhes sobre esse Departamento, ver seção 1.8.

Diretoria de Terras, mas, principalmente, pelo respeito e admiração conquistados, junto aos membros do CNG, IBGE, USP, SGRJ, IHGSC, etc., quando de seu envolvimento com esses órgãos, como também pelo reflexo positivo de seus estudos junto à sociedade geográfica brasileira.

4 PRODUÇÃO CIENTÍFICA – 2ª FASE (1946-1953)

A segunda fase da produção intelectual de Peluso coincide com o período no qual o país passou a sentir o impacto das transformações político-sociais decorrentes do processo instituído pós-1930. Com o fim da ditadura Vargas e dos “braços de ferro” do Estado Novo, inicia-se um período com um pouco mais de liberdade. No nível político surge uma reestruturação dos partidos, respira-se um pouco de democracia, apesar do destino da nação continuar nas mãos dos mesmos protagonistas da “revolução de 1930”. O “populismo” que, segundo Fausto (1983), marca o novo tipo de relação entre o poder estatal e a classe operária, continua firme, devido ao seu principal instrumento, o Ministério do Trabalho, criado em 1930, que permitiu ao poder não só reconhecer a existência da classe operária, como também controlá-la.

Os Estados prosseguem governados por interventores¹⁸² até as eleições, em 1947. No caso de Santa Catarina, o interventor Nereu Ramos deixa o governo, em 1945, assumindo primeiro Luiz Gallotti (1945-46) e depois Udo Deeke (1947), este natural de Blumenau¹⁸³.

A economia brasileira encontrava-se fortalecida pelo intervencionismo na cafeicultura e na indústria, esta recebendo maior

¹⁸² O principal motivo para o governo revolucionário ter utilizado o expediente de Interventores Federais nos Estados foi o de subordinar as oligarquias ao Poder Central. Com isso, “coronéis, barões, etc.” perderam o controle político nos Estados, não obstante, continuarem subsistindo como força local (cf. FAUSTO, 1983).

¹⁸³ Durante o governo de Nereu Ramos, ocorreu no Estado de Santa Catarina uma intensa campanha de nacionalização da população de origem estrangeira. O trabalho não foi fácil, principalmente nas regiões de colonização alemã, onde havia uma rede escolar autônoma que resistia às políticas nacionalizantes do Estado Novo. A língua estrangeira passou a ser proibida em público, os colégios só poderiam ter professores com o pleno domínio da língua portuguesa, o que levou ao fechamento de várias escolas. Quando o Brasil rompe relações diplomáticas com a Alemanha, em 1942, o quadro recrudescer, ocorrendo nacionalização de empresas germânicas. Com o fim da ditadura, Nereu Ramos, espertamente, escolhe um descendente alemão, o blumenauense Udo Deeke, procurando com isso, dirimir os atos repressores, realizados durante a nacionalização, pensando em contabilizar votos daquela população para as eleições que ocorreriam em 1947 (Cf. CAMPOS, 2006).

atenção por parte do poder público. Esse fato permitiu o desenvolvimento de um modelo de substituição de importações diferente do que vinha ocorrendo até aquele momento.

O controle físico das importações, tornado possível pelo controle do mercado de divisas pelo Estado, nos anos 30, ao mesmo tempo em que dificultava ou pelo menos encarecia as importações de bens de consumo, liberava (e barateava) divisas para a importação de bens de equipamento necessários à industrialização das atividades supridoras, principalmente, dos bens que haviam tido suas importações proibidas ou encarecidas (RANGEL, 1985, p. 23).

Esse desenvolvimento industrial, então dirigido, seria beneficiário de uma conjuntura internacional favorável, instalada após a 2ª Guerra Mundial, representando a fase ascendente do 4º ciclo longo de Kondratieff. Santa Catarina, que vinha crescendo economicamente em função da sua inserção junto à economia nacional, capitaneada pelo processo industrial paulistano, começa a sofrer modificações na sua estrutura econômica, principalmente, a partir de 1945. Joinville, no litoral norte, apresenta rápido crescimento industrial, impulsionado pelo setor metal-mecânico; enquanto isso, no planalto, surge a indústria de papel e celulose; já no sul, desenvolvem-se as cerâmicas (GOULARTI FILHO, 2007). Esse desenvolvimento econômico é traduzido espacialmente pelo aumento significativo da urbanização e dos fluxos inter-regionais.

Cada vez mais, no país, o poder público sente a necessidade de estudos que contemplem os aspectos urbanos e regionais; para tanto, cria órgãos que auxiliem nessa tarefa.

Apesar das privações decorrentes do conflito mundial, houve, no Brasil, nessa época, principalmente em favor de minorias participantes do aumento de concentração da renda e da especulação, notável progresso material, e este requeria pesquisas geográficas, geológicas, econômicas, etc. por isso, a

estruturação da Geografia se operou de maneira tão rápida, neste país, que foi o primeiro, no mundo, ao que eu saiba, a realizar sistematicamente pesquisas geográficas com vista ao desenvolvimento, desvinculadas de ambiente universitário. Era necessário e urgente conhecer as potencialidades de nosso território, a fim de transformar os recursos em riquezas, pela exportação ou pela industrialização (infelizmente, em geral, sob o domínio de capitais estrangeiros), e no mais breve prazo possível (OLIVEIRA, 2008, p. 365).

Em Santa Catarina, tal necessidade deu origem ao Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, criado por decreto pelo Governo Estadual, em 1945, e instalado formalmente, em 1946, sob a direção de Victor A. Peluso Júnior.

Enquanto isso, a geografia brasileira, a partir da segunda metade da década de 1940, começa a receber influência também da escola geográfica americana. No final dos anos 1930, em passagem pelo Brasil, Preston James abre espaço para o início de tratativas sobre possíveis intercâmbios entre a geografia brasileira e a norte-americana. Por intermédio do CNG, estreitam-se laços com aquelas congêneres, entre elas a American Geographical Society e a National Planning Association (Washington), permitindo a alguns geógrafos do CNG cursar especialização nas universidades americanas: J. Zarur (1942) – Washington; Fábio M. S. Guimarães e Orlando Valverde (1945) – Wisconsin; Lindalvo dos Santos e Lucio de Castro Soares (1945) – Chicago; José V. C. Pereira (1945) – Northwestern (PENHA, 1993). Vale lembrar que o próprio Peluso foi beneficiado com esse intercâmbio Brasil-EUA, fazendo especialização na área de geodésia, na cidade de Washington, em 1949. Esse intercâmbio rendeu também a vinda de importantes geógrafos ao Brasil, durante a segunda metade da década de 1940, entre eles, Preston James, Clarence Jones e Leo Waibel.

Em 1944, J. Zarur publica um artigo no qual apresentava as concepções teórico-metodológicas da geografia norte-americana (Geografia: ciência moderna ao serviço do homem, RBG nº 3,

jul./set. 1944, p. 316-326), salientando principalmente o caráter utilitário em que se revestia a geografia dos EUA.

A partir daquele momento, a geografia no Brasil passou a contar com outro conjunto teórico-metodológico que, sem se impor de forma excludente, diante de outras proposições, permitiu a abertura de um leque de novas possibilidades instrumentais e metodológicas convergentes ao objeto maior, ou seja, à síntese regional (BERNARDES, 1982b). Essas novas proposições pressupunham uma maior ligação da geografia com a economia, visando às perspectivas do planejamento regional, pois,

de forma geral pode-se admitir que a escola geográfica francesa, apesar das divergências que naturalmente existiam entre os seus principais mestres, caracterizou-se por acentuada preocupação regionalista, por uma orientação ideográfica, por uma posição política conservadora, encoberta por uma neutralidade científica, e por dar grande importância à descrição, embora não menosprezasse a explicação. Profundamente ligada à universidade, à formação cultural, teve de se transformar para se adaptar às novas condições criadas pela segunda guerra mundial, quando o geógrafo foi chamado a participar da reconstrução, do planejamento; teve de depender menos da análise do homem/meio e dar maior importância ao papel da indústria e das cidades na produção e na reorganização do espaço (ANDRADE, 2006, p. 117).

Em tal grau, no Brasil, os geógrafos buscavam munção metodológica para enfrentar as novas condições impostas diante dos novos objetivos. O IBGE e seus braços estaduais, departamentos estaduais de geografia, estatística e/ou outros órgãos técnicos assemelhados foram os principais responsáveis pela introdução e divulgação das novas técnicas de interpretação e análise do território nacional. Esses órgãos, pelo seu caráter pragmático, tornaram-se importantes núcleos de pesquisa sistemática e aplicada, proporcionando a elaboração de estudos por parte de pesquisadores

de todos os estados brasileiros. Por outro lado, a geografia universitária, restrita à UB e USP, ou seja, ao eixo Rio-São Paulo, mantinha posição de relativa distância ao pragmatismo. Desse modo, o grande *front* de luta e de união entre os geógrafos das mais diversas instituições passou a ser a Associação dos Geógrafos Brasileiros, que manteve atuação destacada, principalmente, junto às universidades, por intermédio de suas reuniões locais e encontros nacionais.

No período em que dirigiu o DEGC (1946-53), Peluso buscou impulsionar estudos sobre o território catarinense que abrangessem os mais diferentes aspectos, mas sempre dentro de determinadas diretrizes metodológicas. Na tentativa de aumentar a divulgação dos resultados obtidos nesses estudos, criou o Boletim Geográfico do DEGC. Empreitada difícil, devido à baixa dotação orçamentária e aos elevados custos de edição cobrados pelas pouquíssimas gráficas locais. Lutando contra esses fatores, conseguiu adquirir uma máquina Multilith 50, com a qual pôde iniciar a edição desse boletim.

O problema posterior foi o de conseguir estudos de geografia de Santa Catarina, elaborados com base em critérios científicos e que oferecessem condições de serem publicados por essa revista. Por consequência, só foram publicados alguns números, com trabalhos seus, de Wilmar Dias e Carlos Büchele Jr., todos eles funcionários do DEGC. Com essa impressora, foram produzidos também vários mapas e alguns dicionários corográficos dos municípios catarinenses, em que eram apresentados os principais dados estatísticos e a nomenclatura dos “acidentes geográficos”, sempre finalizados com um mapa produzido por cartógrafos do DEGC.

Apesar de sucintos, a ideia de Peluso era publicar os dicionários de todos os municípios catarinenses, para depois reunir tudo em um único e grande dicionário corográfico catarinense. No entanto, apesar do esforço, não foi possível concretizar tal desejo, pois o empreendimento não dependia apenas dele, mas, principalmente, da boa vontade dos municípios em fornecer os dados necessários, o que dificilmente ocorreu.

Essa segunda fase de sua produção intelectual representa outro interessante grupo de estudos, a maior parte publicada na revista do DEGC. Desse conjunto, merecem destaques, por sua profundidade, metodologia e pioneirismo, quatro importantes estudos: “Paisagens Catarinenses” (1947-48); “A Vila de

Ituporanga” (1948-49); “O Relevo do Estado de Santa Catarina” (1952) e “Tradição e Plano Urbano: Cidades Portuguesas e Alemãs no Estado de Santa Catarina” (1953).

Enquanto a primeira fase produtiva pode ser considerada uma fase experimental, na qual se percebe a tendência do autor em manter-se rigidamente dentro dos limites metodológicos, a segunda fase representa etapa de amadurecimento intelectual, manifesto pela forma em que passa a dedicar maior atenção às considerações acerca das teorias e conceitos utilizados. Enquanto nos primeiros textos, a parte teórica e conceitual era basicamente citada e rigidamente seguida, nos textos dessa nova fase aparece uma preocupação maior em relação à metodologia, como, por exemplo, as referências ao conceito de habitat, no texto “Paisagens Catarinenses” e, principalmente, no estudo sobre Ituporanga.

Nota-se, do mesmo modo, nesses textos, um aumento na utilização de bibliografia em língua inglesa, como também referências a pensadores de outras áreas de conhecimento. Tais proposições são indicações claras da influência (ecclética) do ambiente intelectual do CNG do IBGE e do círculo intelectual catarinense sobre as ideias desse autor. Além disso, percebeu que uma leitura restrita apenas aos geógrafos impedia que as observações chegassem a um melhor nível explicativo, dificultando o entendimento causal e a construção de uma ampla síntese.

Como o principal objetivo da geografia, principalmente de orientação francesa, era explicar a relação entre o homem e o ambiente físico, muitos dos aspectos sociais acabavam sendo menosprezados. Em função disso, Peluso buscou, então, na sociologia norte-americana elementos que levassem a um melhor entendimento da realidade observada, principalmente no tocante à questão do habitat rural.

Assim, encontram-se nos textos referências à J. H. Kolb e E. S. Brunner – **Rural Life in Recent Social Trends in the United States** (1934); D. Sanderson – **Rural Sociology and Rural Social Organization** (1942); T. L. Smith – **Sociologia da Vida Rural** (1944); R. M. Mac Iver – **Comunidade** (1944) e Kimbal Young – **Sociology** (1942), dos quais extraiu a noção de grupos territoriais (vizinhança, comunidade rural, comunidade primária, etc.).

Apesar da utilização de referencial de outras escolas de pensamento, Peluso manteve seus estudos atrelados à espinha dorsal

da geografia francesa, ou seja, em relação aos gêneros de vida, à vida regional, às influências do meio na formação do habitat, etc. A observação continuou sendo o ponto de partida enquanto as particularidades mantinham o fio condutor, pois dessas se extraem aquilo que melhor caracteriza cada região, como ele mesmo ressalta:

A diversidade de ambientes físicos e humanos, com que continuamente nos deparamos, levaram-nos a interpretá-los. Semelhante trabalho tem sido executado à margem da principal atividade a que nos dedicamos, e ao apresentá-lo, pretendemos oferecer pequenos estudos de detalhe, capazes de levar a generalizações justas sobre a terra catarinense (PELUSO, 1991a, p. 70).

Nessa passagem, percebe-se claramente o plano que guiava o geógrafo. Os estudos de casos tinham como principal finalidade servirem de base para futuras generalizações do território catarinense. Peluso conhecia bem os limites impostos pela precariedade e/ou quase inexistência de estudos de geografia de Santa Catarina. Na ausência de tais pesquisas, passou a produzir intensamente pequenos e médios estudos tópicos, com a intenção de conhecer cada vez melhor o espaço do seu estado. É, sem dúvida, o principal responsável pelo grande desenvolvimento alcançado pela geografia em Santa Catarina, atualmente reconhecida, em âmbito nacional, como um polo fértil sobre tal matéria.

4.1 Paisagens Catarinenses

Um dos principais textos do geógrafo analisa duas áreas diferentes, a Lagoinha, no litoral sul e algumas fazendas, no planalto de São Joaquim, entre elas a Fazenda do Cedro. Esse estudo segue a tendência dos anteriores, mantendo-se, em muitos aspectos, dentro da linha francesa, porém, utilizando uma metodologia que privilegia e tem como ponto de partida o conceito de “paisagem geográfica”. O conceito de paisagem geográfica foi muito utilizado por geógrafos da “escola norte-americana”, especialmente, pelos seguidores da linha de Carl Sauer, apoiado no conceito de “paisagem cultural”. Além

disso, Peluso procurou demonstrar as relações dos indivíduos com o seu habitat, ou seja, com seu modo de vida, buscando relacioná-lo, em primeiro lugar, ao gênero de vida específico encontrado em cada um desses lugares.

Com base no conceito de habitat elaborado pelo geógrafo francês A. Demangeon, procurou relacionar algumas particularidades locais ao âmbito mais geral da evolução do povoamento, considerando principalmente a ideia que dirime a influência do ambiente natural em detrimento de uma maior valorização dos aspectos sociais, visto que, “as formas do habitat, segundo esse geógrafo, evoluem com o estado da propriedade, o regime de exploração, a densidade da população e, de maneira mais geral, com as fases da economia geral” (PELUSO, 1991a, p. 151).

O estudo começa afirmando que é a visão em conjunto dos elementos que permite a ideia de paisagem, podendo essa ser apreciada em pelo menos três formas, “o gozo da natureza, o conceito artístico e a análise científica” (PELUSO, 1991a, p. 67). Enquanto a primeira concentra-se em pormenores (cores, odores, sentimentos, etc.) e a segunda, na paisagem como arte, a terceira, ou seja, a análise científica, procura decompor os elementos da paisagem (clima, vegetação, geologia, etc.) para estudá-los separadamente, ou, como faz a geografia, apreciá-la em conjunto. Tal colocação é interessante, pois se apresenta, literalmente, de forma muito semelhante à exposta por Cholley, em 1948, que assim se pronuncia a respeito:

Preliminarmente, podemos dizer que as combinações estudadas por essas ciências (*físicas*) tem estrutura menos complexa que aquelas de que cuida a geografia. Além do mais, a atitude dessas ciências é muito diversa; elas se esforçam em decompor as combinações em seus elementos mais simples, para depois, considera-los separadamente, enquanto a geografia, por sua vez, toma a própria combinação como objeto de seu estudo (CHOLLEY, 1964, p. 139 – grifo meu).

Como referido anteriormente, mas necessário ressaltar novamente, Peluso escreveu esse texto em 1947, ou seja, antes das

considerações de Cholley, expostas no periódico *L' Information Géographique*, em 1948, levando supor que ele se apropriou dessa ideia, ou por leitura direta de La Blache, que havia se expressado sobre as combinações, nos *Annales de Géographie*, em 1913.

Pode-se dizer, generalizando esta anotação, que a Geografia, inspirando-se como as ciências vizinhas na idéia de unidade terrestre, tem por missão especial procurar como as leis físicas ou biológicas, que regem o globo se combinam e se modificam aplicando-se às diversas partes da superfície. Ela segue em suas combinações e suas interferências. A terra lhe oferece, para isso, um campo quase inesgotável de observações e de experiências. Ela tem como objetivo estudar as expressões mutáveis que revestem, conforme os lugares, a fisionomia da Terra.[...] A diversidade dos elementos a considerar também se encontra no domínio dos seres vivos. [...] Tudo indica também, à medida que se avança no exame e na análise das faunas regionais, o seu caráter heterogêneo. As migrações, cujo sentido e datas nos escapam freqüentemente, misturaram as tribos de seres vivos, compreendendo também os homens e é de seus resíduos que se formaram os ocupantes sobre as diversas regiões, onde eles puderam concentrar-se. [...] A análise desses elementos, o estudo de suas relações e de suas **combinações** compõem a trama de toda a pesquisa geográfica (LA BLACHE, 1982, p.38-39, grifo meu).

Ou, por intermédio de algum outro autor que houvesse apresentado o sentido das combinações, segundo La Blache (Brunhes, Demangeon, Deffontaines, Delgado de Carvalho, etc.).

Por outro lado, posiciona-se contra a conceituação “telescópica” de Camille Vallaux, a qual afirma que a paisagem deve ser vista do alto e à grande distância. Para tanto, usa as críticas de Preston James e Robert Platt, contrárias aquele tipo de visão, pois,

segundo Peluso, o olhar a grande distância acaba impedindo de se ver detalhes importantes para a compreensão geográfica. Contudo, ressalta a postura de muitos geógrafos que veem o estudo da paisagem como essencial, entre eles Pierre Deffontaines e Paul W. Bryant, este colocando o elemento humano como ponto de partida em uma análise paisagística, expressando assim a ideia de paisagem cultural. Entretanto, Peluso prefere a definição da paisagem geográfica como “o estudo de um território, restrito ou vasto, observado e interpretado segundo os princípios gerais da Geografia” (p. 69), acrescentando a afirmação de La Blache, de que “a paisagem é uma visão do conjunto obtida de várias perspectivas do ambiente físico, vista através dos interesses humanos” (p. 70). Com isso, aproxima seu objetivo ao de Robert Platt¹⁸⁴ em “Latin America”, ressaltando seguir, em geral, as orientações desse ilustre geógrafo, porém, sem usar o mesmo conceito, em razão da profundidade científica implicada, preferindo então empregar o termo “paisagens”, uma vez que as divergências no método desse estudo deixam plena liberdade na marcha a seguir e na profundidade a atingir” (p. 70).

Consciente de que a paisagem geográfica mantém restrito o quadro apenas às particularidades locais, abre um segundo capítulo para descrever aspectos naturais e humanos do Estado de Santa Catarina. Inicia apontando a falta de estudos geomorfológicos do território catarinense, o que impede fazer referência às regiões fisiográficas. Dessa forma, apresenta as regiões naturais com base no estabelecido pelo CNG, em 13 de julho de 1945, que dividia o estado em Litoral de S. Francisco do Sul, Vale do Itajaí, Litoral de Florianópolis, Litoral do Cabo de Santa Marta, Campos de Lages, Planalto de Canoinhas, Região de Joaçaba e Região de Chapecó.

Enquanto no primeiro capítulo apresenta questões conceituais e metodológicas, no segundo, busca uma base contextual mais geral. Mas, é só no terceiro capítulo que aparecem as análises

¹⁸⁴ Robert Swanton Platt (1891-1964) nasceu em Columbus–Ohio. Graduado pela Yale (1914), ingressou no Departamento de Geografia da Universidade de Chicago, em 1918, sendo seu professor até 1959. (Viajou sete vezes para o Caribe e América Latina, entre 1922 e 1941, detendo-se de dois a seis meses em cada temporada). <http://ead.lib.uchicago.edu/view> (acesso em 21 mar 2009). Segundo Taaffe & Gauthier (1973), Platt foi pioneiro no uso da perspectiva espacial na pesquisa geográfica.

tópicas, iniciadas com o estudo de um pequeno povoado, a Lagoinha, que “é sem dúvida, um aglomerado insignificante, mas como toda comunidade ligada a seu quadro geográfico, não deixa de mostrar interessantes relações com o ambiente” (PELUSO, 1991a, p. 83), ou seja, conduz a análise na linha então apregoada como o objeto da geografia (homem-meio).

A primeira parte do estudo, dedicada a Lagoinha, foi dividida em: a praia de Araranguá (que trata dos aspectos da formação dessa parte do litoral catarinense); povoado e ambiente físico; vida econômica e social; a casa (onde procura mostrar as relações dessa com o ambiente); e por fim uma conclusão geral.

Começa então assinalando a principal característica do litoral sul catarinense, sua formação arenosa retilínea, que permite o trânsito de grande número de veículos, em sua maioria fazendo o percurso entre Florianópolis e Porto Alegre. Usa o conceito de costa de dispersão, apresentado por C. Vallaux¹⁸⁵, para definir esse trecho litorâneo. Na parte seguinte, sobre o povoado e o ambiente físico, tece relações entre as dunas, os ventos e a vegetação, que, em sua combinação, criaram um local propício ao habitat humano, dentro de uma região relativamente inóspita, encravada entre uma área de dunas móveis, signatária de todos os problemas decorrentes de tal ocupação. Nesse lugar a única possibilidade de sustento é o mar, que, por suas características, não permite pesca embarcada, ficando seus pescadores sujeitos à pesca de praia. No entanto, esse tipo de pesca é pouco produtivo, limitando assim suas perspectivas de prosperidade. Para ele, o foco principal da análise sobre aquele local deve ser

¹⁸⁵ Esse tipo de ideia, com respeito à influência do traçado litorâneo sobre a ocupação humana, teve origem em C. Ritter, que, depois de sua morte, acabou extensamente criticado por O. Peschel. Por outro lado, Ratzel saiu em defesa de Ritter, contra essas críticas. Segundo Ratzel, Peschel criticou Ritter injustamente, principalmente, por não entendê-lo. Essa passagem é interessante, pois se verifica ali o distanciamento de Ratzel em relação ao “determinismo ambiental”, então defendido por Peschel e inclusive por Reclus, segundo o próprio Ratzel (Cf. MORAES, 1990, p. 46-53). Os geógrafos franceses, do primeiro quartel do século XX, ao procurar desenvolver uma geopolítica própria, retomaram essas discussões, buscando, entretanto, afastá-las dos efeitos perniciosos do determinismo que, segundo eles, encontrava-se enraizado nas propostas ratzelianas. Acerca das ideias de Ritter veja-se, por exemplo, Carl Ritter, “La organización del espacio em la superficie del globo y su funcion em el desarrollo histórico”, in: MENDOZA et. Al, 1982).

concentrado no “fator que a leva a aceitar o minguido resultado dessa pescaria” (p. 88).

Nesse ponto, passa a retratar a vida econômica e social da população, concentrada em uma pesca de subsistência, que, em alguns momentos, possibilita a comercialização de algum excedente junto aos agricultores da planície interior. Esse pouco excedente permite a aquisição de alguns produtos de primeira necessidade, mas, pela sua condição de miséria, as casas comerciais da planície não lhes dão crédito, sendo as compras efetuadas sempre em dinheiro.

A base da alimentação nessa localidade é o peixe e a farinha de mandioca. Para a farinha, os pescadores arrendam terras e plantam mandioca, pagando o uso da terra com parte da colheita e o engenho com parte da farinha. Inquirindo os moradores, Peluso percebeu tratar-se de descendentes dos antigos povoadores do litoral catarinense (açorianos e vicentistas) que, devido aos problemas relativos à questão agrária, acabaram perdendo suas posses de terras. Os problemas agrários se deviam ao contínuo parcelamento das terras, principalmente por questões de herança que os levavam ao arrendamento de outras terras, e, pelo costume, de praticar uma agricultura tradicionalmente baseada na mandioca, na qual parte da colheita fica destinada ao arrendamento e outra parte ao engenho; em consequência os constantes problemas com a colheita levaram esses agricultores rapidamente à ruína.

Esses pescadores foram beneficiados, em 1943, pela escassez de sal no estado, quando passaram a produzir sal, fervendo água do mar, e vendendo aos agricultores da planície. Fica indignado ao verificar que, em vez de buscar lenha nas matas próximas, eles a compravam, o que diminuía os seus pequenos lucros.

Quanto às habitações, notou que os pescadores não introduziram defesas contra o ambiente, empregando as mesmas técnicas das casas da planície que não sofrem o ataque da areia fina das dunas. Segundo ele, é comum, em áreas arenosas, a construção de paredes de palha que seguem até o chão, enquanto a típica casa de madeira da planície acaba sendo invadida pela areia finíssima que atravessa as frinchas do assoalho elevado. A única adaptação ao ambiente aparece na porta voltada para noroeste, evitando os ventos mais fortes de sul e norte, enquanto as janelas são mantidas geralmente fechadas.

Na conclusão, Peluso relaciona, de forma muito própria, as relações sociais encontradas naquele local. Para ele, a população daquela planície se adaptou às condições do solo, arenoso e permeável, por intermédio da cultura mais apta, ou seja, a mandioca e a pecuária nos banhados. No entanto, alguns agricultores, em função do excessivo parcelamento de terras por herança, bem como pela necessidade de arrendamentos, muitas vezes frustrados pela perda da produção, acabaram empobrecidos e expulsos de suas terras.

Esses “desajustados”, conforme termo empregado por ele, por ligações ao seu grupo ou por pura acomodação, não procuraram partir para outras áreas de terras mais férteis, buscando na própria região a posse de áreas pertencentes à união, ao mesmo tempo, recorrendo “à pesca para mitigar o efeito deprimente do sistema de arrendamento da terra” (p. 93). Por fim, afirma que a distinção entre esses pescadores, por necessidade, e aqueles em que a pesca aparece ligada à sua cultura, deve ser levada em grande consideração nos estudos geográficos sobre a ocupação humana da costa.

Como em textos anteriores, percebe-se que a narrativa não busca apenas a simples descrição de aspectos geográficos, mas, antes de tudo, procura explicar as relações dos moradores com seu ambiente (habitat), ou seja, o objetivo não é puramente descritivo, mas principalmente explicativo¹⁸⁶.

Na segunda parte do estudo, a partir do capítulo IV, discorre sobre o planalto de São Joaquim. Novamente as qualidades das observações e da síntese afloram no que pode ser considerado um dos mais importantes e instigantes trabalhos de geografia realizados no Brasil durante a década de 1940 – a descrição e análise da “Fazenda do Cedro”. Ali se percebe como o autor buscou ir além da metodologia clássica empregada em estudos anteriores. Contudo, sem se desviar da visão geográfica entre o homem e o meio, buscou observar as relações sociais internas de um grande latifúndio, situado em zona pastoril e determinado por um sistema antigo de exploração. Assim sendo, ampliou o alcance de suas observações ao tratar em

¹⁸⁶ Novamente se percebe a qualidade do autor na utilização do método descritivo-explicativo - o método de excelência dos geógrafos, segundo P. Vidal de La Blache (Cf. LA BLACHE, 1982).

primeiro lugar das relações entre os homens, para só depois focar as relações sociais frente ao meio.

A importância desse estudo foi rapidamente percebida por José Veríssimo da Costa Pereira, um dos mais influentes geógrafos de sua geração, um cientista de elevada erudição e que conhecia grande parte do que era publicado em geografia no país e no exterior. Em uma seção da Revista Brasileira de Geografia, intitulada “Tipos e Aspectos do Brasil”, Pereira analisou a figura social conhecida como agregado, utilizando, entre outros, citações do texto “A Fazenda do Cedro”.

Em Santa Catarina, no planalto de São Joaquim, o agregado, segundo observou Vitor A. Peluso Júnior, é o operário da fazenda pastoril. Trabalha sobretudo com o gado. Apenas recebe salário quando executa serviço diferente para o proprietário. Sua existência, em Santa Catarina, é uma reminiscência da ocupação paulista na região pastoril. Com a abolição da escravidão muitos pretos escravos, que permaneceram na fazenda, trabalhando, foram elevados à condição de agregados. Por tal motivo, hoje, lá se observa uma inversão na diferença racial outrora existente entre os membros componentes do domínio fazendeiro. O tipo clássico sofreu, portanto, uma adaptação regional decorrente de circunstâncias geográficas, históricas e econômicas. Muitas características primitivas permanecem, contudo. O agregado mora perto da casa do fazendeiro. Além de movimentar as tropas de mulas que vão às praças distantes do litoral, ainda dispõe de tempo suficiente para lavar a terra por conta própria. “Esse uso da terra – explica Peluso Júnior – aliás, constitui forma de pagamento que lhe faz o fazendeiro, em recompensa do trabalho com o gado. O agregado, porém, ligado tradicionalmente à exploração pastoril, faz como os patrões, plantando quase que exclusivamente para consumo” (PEREIRA, 1947, p. 149).

Mostrando as diferentes condições dos agregados nas fazendas brasileiras, o grande geógrafo carioca percebeu e ressaltou o alcance das observações do colega catarinense. A utilização do trabalho de Peluso, como referência, por parte de tão ilustre geógrafo, atesta as suas qualidades e, por que não dizer, o seu ineditismo.

Algumas diretrizes analíticas utilizadas nesse estudo são resultantes da aproximação de Peluso aos estudos de sociologia rural norte-americana. Isso foi consequência da necessidade de um referencial metodológico um pouco diferenciado ao da geografia, que não apresentava, naquele momento, explicação para aquilo que Peluso observava. Isso tudo proporcionou um alcance maior e mais variado de suas análises. No entanto, o ponto de partida mantinha-se ligado à observação direta, o empírico, predicado comum tanto na análise geográfica, como na sociológica. Todavia, o que realmente chama a atenção é que a observação não se restringe ao fato em si, puro, destituído de relação, pois se percebe que a observação ocorre em perfeita simbiose com a análise. Esta, por seu turno, busca, antes de tudo, entender as relações naturais, orgânicas e sociais, porém não de forma compartimentada, mas em estreita combinação entre elas.

Peluso começa assinalando as principais características naturais do planalto de São Joaquim, entre elas que essa parte do planalto é a mais elevada do estado apresentando um declive no sentido oeste e sul. Devido à altitude, o planalto de São Joaquim registra as mais baixas temperaturas da região dos Campos de Lages, sendo as nevascas relativamente comuns durante os rigorosos invernos; além disso, próximo à Serra Geral, os ventos marítimos acumulam umidade, provocando chuvas frequentes e densas cerrações.

Procura então a relação entre as diferenças erosivas da drenagem hidrográfica, que produziram vales profundos, e o local onde se desenvolvem as florestas de pinheiros, em contraste com as vertentes mais suaves de menor poder erosivo e que formam as áreas de vastos campos limpos. Quanto à localização, ressalta que, apesar de próxima ao litoral, a barreira das escarpas manteve a região afastada da vida litorânea. Acentua, ainda, as condições naturais diante ao desenvolvimento limitado da atividade pastoril e da

agricultura, bem como de algumas atividades industriais ligadas aos recursos naturais.

Entretanto, o que torna esse trabalho um dos mais interessantes, entre toda a sua produção, é, em primeiro lugar, o próprio objeto do estudo.

No planalto de São Joaquim é a fazenda do Cedro a maior propriedade pastoril. Em 1942, entre 1859 fazendas de criação, somente 67 mediam mais que 1000 hectares, ressaltando entre essas a Fazenda do Cedro, com sua área superior a 7000 hectares. [...] Conservada, afastada das vias de comunicações, mantém, tanto quanto possível, a tradição dos primeiros povoadores do planalto. Os hábitos do fazendeiro abastado, em suas relações com os demais membros da família e com os subordinados são aproximadamente os mesmos. [...] Foi de fazendas desse tipo que se originaram as demais que se espalham pelo planalto de São Joaquim (p. 99).

Como se pode ver, a Fazenda do Cedro, o objeto de estudo, possui algumas peculiaridades, ou seja, a extensão e o isolamento dotavam-na essa fazenda de uma característica muito especial – a manutenção do modo de vida latifundiário pastoril antigo, que guardava aspectos das relações sociais próximos aos dos primeiros colonizadores.

Mas de nada adiantaria a força do objeto se a descrição e a análise não se encontrassem na mesma altura. É o “olho clínico” do geógrafo que conta nesse momento, é a arguta e minuciosa observação do quadro geográfico que permite mostrar uma determinada paisagem em movimento. No estudo, Peluso abusou dessas qualidades, escrevendo um texto que pode ser considerado uma “pintura”, uma obra-prima, de grande valor para a história da ciência geográfica brasileira, ao descrever e analisar as relações econômicas e sociais internas desse latifúndio. Assume maior importância ao se levar em consideração o contexto nacional e regional, que naquele momento passava por grandes transformações

socioeconômicas, quando o sistema latifundiário feudal-mercantilista começava a receber outras atribuições na estrutura produtiva nacional, engendrando nova dinâmica às relações entre o campo e a cidade.

A “paisagem” – Fazenda do Cedro – “combinação” observada pelo geógrafo Peluso Jr., revela uma estrutura de produção pastoril, que tem na agricultura camponesa a garantia de sua reprodução como unidade produtiva mercantil pecuária, ou seja, revela a estrutura produtiva do pólo interno da 3ª dualidade brasileira; a combinação de uma economia natural (lado interno) com uma economia mercantil (lado externo). Esta estrutura implica um constante fluxo camponês para novas terras, cidades e novas relações de trabalho (VIEIRA, 1993, p. 9).

O importante é poder atestar a profundidade alcançada pelas observações de Peluso, como também verificar que, quando acopladas a uma determinada matriz teórica, tais observações permitem o desenvolvimento de análises de grande espectro, decorrente do alto grau de generalização às quais podem ser submetidas.

Mas sua análise não ficou restrita simplesmente às condições geográficas e às relações entre o homem e o meio, pois, ele pôde perceber, por exemplo, que a organização econômica da fazenda era subordinada à sua organização social interna. No entanto, por uma questão conceitual, acaba afirmando (p. 108) que “a fazenda pastoril, em seu tipo primitivo como a Fazenda do Cedro, é uma empresa capitalista, porém a razão de sua prosperidade se encontra na coexistência de outras formas econômicas e da organização social correspondente a elas”.

Assim, se a prosperidade depende de outras formas econômicas, que não a puramente mercantil, não se pode circunscrevê-la à forma capitalista. Na realidade, aquele era um modelo feudal-mercantil, que segundo I. Rangel apresenta o seu modo interno feudal e o seu modo externo mercantil. Todavia, a

estrutura das relações é bem percebida por Peluso, como, por exemplo, ao verificar que

o arrendamento pago pelos lavradores é em espécie, não entrando em conta, pois, na economia da fazenda como empresa de produção. Os gêneros arrecadados são consumidos pelo fazendeiro e família. Vemos aqui, desde já, a coexistência de duas formas econômicas diversas: o fazendeiro realiza suas transações com o gado a dinheiro, e recebe em espécie as rendas do uso da terra (p. 111).

Nesse ponto, parece que a análise do estudo seguiu a linha histórico-sociológica clássica e tradicional (Varnhagen, Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna)¹⁸⁷, que compartilha a tese do feudalismo no Brasil. Aliás, essa mesma tese aparece latente no seu estudo anterior sobre Lages, no qual já se salientou a influência de O. Vianna. Com essa orientação, Peluso buscou entender as formas relacionais entre as três distintas classes sociais encontradas no interior da fazenda: arrendatários, agregados e fazendeiro. Ele mesmo ressalta ter se “orientado, em maior parte, pelo exame sociológico dos fatos que mais diretamente influem sobre o uso da terra” de onde tirou “conclusões geográficas relativas à fazenda pastoril tradicional” (p. 114).

Essas conclusões geográficas estavam ligadas ao gênero de vida e às formas de ocupação e utilização dos recursos naturais e equipamentos humanos. Para tanto, consciente ou inconscientemente seguiu o princípio das combinações, propagado pouquíssimo tempo depois por A. Cholley, entre o físico, o natural e o humano. Sendo assim, por exemplo, aponta por um lado, que o gênero de vida pastoril na região depende das condições climáticas e pedológicas na formação dos campos naturais e, de outro, que a ausência de agricultura organizada nos pequenos vales não decorre da qualidade do solo, mas da organização do grupo que vive na fazenda.

¹⁸⁷ Cf. Hirano, 1988, principalmente, p. 33-74.

Os contatos que ocorrem na própria fazenda e os que se originam das relações de vizinhança, favorecem o estabelecimento de padrões culturais que dominam na região, onde o isolamento espacial, decorrente da posição geográfica, concorre para sua manutenção. Os agregados, que se afastam das fazendas por ocasião das viagens, não obstante adquirirem experiência individual acerca da vida de outros grupos, não diferem das suas famílias, que não saem do ambiente tradicional. O trabalho com o gado é irregular e pouca atividade exige, deixando-lhes margem para prosperar com o trabalho agrícola. Apesar dessa possibilidade, e do incremento que toma o comércio de produtos agrícolas com o desenvolvimento das estradas, os agregados encontram-se dominados pela tradição cultural de seu grupo que ainda mantém a mentalidade pré-capitalista das antigas fazendas (p. 113).

Por essa passagem, pode-se perceber que as forças de coesão das relações feudais naquele sistema eram de origem extraeconômica, ligadas aos fortes laços da tradição. Ele percebe que essa tradição não poderia ser mantida por muito tempo, em decorrência das exigências do desenvolvimento capitalista que, sem dúvida, se tornaria hegemônico em todo o país. Peluso, por meio de seu olho clínico, sabia que estava descrevendo e analisando uma “paisagem” que se encontrava nos limiares de um estágio de transição social, por isso procurou salientar os principais aspectos das relações econômicas e sociais locais.

Em visita recente à Fazenda do Cedro, como parte dos trabalhos da pesquisa que vem sendo realizada sob a coordenação da professora Maria Graciana E. de Deus Vieira e do professor Ricardo Ad Víncula Veado, ambos da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), intitulada “Formações Socioespaciais e Geossistemas Catarinenses: o caso da Fazenda do Cedro”, verificou-se a atual situação da fazenda, que é a seguinte: em primeiro lugar, destaca-se a queda do cedro centenário que emprestava o nome à fazenda, e, não é só tal árvore que se encontra

em péssima situação, visto as condições da fazenda também não serem das melhores. A propriedade foi dividida entre os atuais herdeiros em glebas de 1.300 hectares. A área onde fica a antiga sede da fazenda apresenta aspecto de abandono, desde a casa que precisa de reformas, até como os galpões, estábulos e mangueiras. A principal atividade da fazenda segue sendo a pecuária extensiva, atualmente com cerca de trezentas cabeças de gado; portanto, menos que as 1.200, em 1942, conforme Peluso.

Levando-se em consideração que a fazenda chegou a ter, posteriormente, mais de 5.000 cabeças, ocorreu uma diminuição significativa, resultante não apenas do parcelamento da área, mas, principalmente, pelo pouco interesse do atual proprietário que mantém uma produção suficiente apenas para a manutenção da propriedade.

Vivem atualmente nela apenas duas famílias descendentes dos antigos agregados. Um homem, com sua esposa e uma filha, prestando serviço de caseiro, morando em uma casinha ao lado da casa da sede. Esse senhor vive de aposentadoria e de pequena ajuda, em dinheiro ou mantimentos, oferecidos pelo proprietário. O outro habitante na propriedade mora de favor; às vezes, presta algum serviço na fazenda. Com isso, percebe-se, juntamente com a qualidade dos pastos, que as condições atuais parecem mais precárias do que as da primeira metade do século XX, quando a fazenda se encontrava longe das principais vias de comunicação regional, e a produção pecuária dela possuía caráter mercantil para a reprodução da família do fazendeiro. Dessa forma, a pecuária basicamente primitiva, ainda adotada na fazenda, apresenta um fraco rendimento econômico, servindo apenas para pagar os custos de manutenção, demonstrando, desse modo, que as considerações apresentadas por Peluso, nos anos 1940, nunca foram ouvidas.

Olhando-a sob o ponto de vista de exploração capitalista, é ela, na realidade, um fracasso. Quem, porém, pretender agir sobre a fazenda para dotá-la de maior capacidade econômica, deverá estudá-la cuidadosamente em sua significação social (p. 113).

Ora, nota-se nessas circunstâncias, o que para muitos pesquisadores é uma falácia, que não existe uma necessária transformação do feudalismo em capitalismo, e a Fazenda do Cedro é o exemplo claro disso¹⁸⁸. Contudo, não se pode esquecer de que o período em que a análise foi feita coincide com a passagem da segunda para a terceira dualidade brasileira, na qual o polo interno mantém as características das relações de produção, ou seja, o lado interno é feudal e o lado externo, capital mercantil. No entanto, o poder passa a ser dividido entre o sócio maior, os fazendeiros-comerciantes representantes do polo interno e o sócio menor, a burguesia industrial nascente, representante do polo externo (RANGEL, 1981).

Nesse período, a crise dos anos 1920 e a segunda guerra impuseram uma substituição de importação forçada, criando determinadas necessidades internas e gerando novos papéis às diversas atividades produtivas. A substituição de importações de manufaturados não poderia ter ocorrido de forma artesanal, como na dualidade anterior, devido ao crescimento da população urbana e da capacidade de compra da população em geral, por isso entrou em cena um vigoroso processo de industrialização, exigindo a transformação do setor primário em fonte barata e abundante de matérias-primas e alimentos, os últimos com intuito de baratear o custo da reprodução da força de trabalho urbana.

Esse processo beneficiou, naquele momento de forte contração das exportações, os setores voltados tradicionalmente para a produção de consumo interno, entre eles os latifúndios pecuaristas. Apesar disso, em face das observações atuais, verificou-se que a estrutura produtiva da Fazenda do Cedro pouco se modificou. Não é intenção aqui tentar entender a falta de motivação econômica da fazenda, mas, para qualquer interessado no assunto, pode-se afirmar que sem a análise de Peluso tal interpretação exigiria um longo tempo de pesquisas e estudos preliminares. Assim mesmo, não se sabe quanto de trabalho exigiria essa pesquisa somente para chegar próximo do que está sintetizado de forma magnífica no estudo efetuado pelo geógrafo.

¹⁸⁸ E. Hobsbawn e M. Dobb cansaram de chamar atenção para esse tipo de visão linear, destacando que tal passagem só ocorreu de forma efetiva na Europa ocidental.

Por outro lado, em época aproximada ao da publicação do estudo da Fazenda do Cedro (1947/8), encontra-se na Revista Brasileira de Geografia (1950, nº 3, jul./set.) “A Fazenda Miranda em Mato Grosso”, texto do geógrafo norte-americano Clarence F. Jones, resultado de expedição realizada pelo CNG a esse estado, em 1948, e que foi chefiada por José Veríssimo da Costa Pereira. O texto, basicamente, resume-se a uma descrição, calcada sobre os aspectos naturais. Mais da metade das dezoito páginas é dedicada à descrição do relevo, solo, clima, fauna e flora da região, uma vez que, segundo o autor, a economia pastoril da fazenda está ligada intimamente às condições físicas do local e das áreas vizinhas. Será que a preocupação do geógrafo ianque era de que essas condições mudassem em breve período? No entanto, na parte dedicada à fazenda e à sua economia, a descrição se restringe basicamente à disposição dos equipamentos, do uso do solo e das qualidades do rebanho. Jones diz que na fazenda trabalhavam cerca de setenta homens, a maioria cuidando do gado ou no reparo das cercas, currais e dos edifícios. Indiferente a qualquer tipo de relação social, não chega nem ao menos citar a condição desses trabalhadores, se eram ou não assalariados.

Apesar de salientar que a criação de gado de corte é uma atividade muito importante no sul do Mato Grosso, e de que a fazenda era de propriedade de uma empresa inglesa (Miranda Estância and Company, Ltd, of London), não faz nenhuma relação entre a “geografia” e a economia. Inclusive a relação entre homem e meio físico, tão peculiar à ciência geográfica naquele tempo, não recebe atenção, ficando a análise de Jones restrita apenas aos aspectos físicos e orgânicos. Com isso, pretende-se salientar a distância teórico-metodológica entre o estudo do “ilustre” geógrafo de um país desenvolvido, comparativamente ao pouco conhecido e divulgado geógrafo do sul de um país subdesenvolvido. Por que um texto metodologicamente medíocre mereceu maior destaque (publicação na RBG) que outro, claramente mais importante tanto em relação à metodologia como à análise essencial? Muito tempo depois, em balanço sobre a geografia brasileira, Carlos A. F. Monteiro indagou:

Até hoje nenhum geógrafo brasileiro que tivesse ousado fazer uma crítica ou proposição

original, quer do ponto de vista de tratamento teórico quer do ponto de vista da temática essencial, se fez ouvir no âmbito interno da comunidade. É como se o que foi dito ou escrito em língua vernácula talvez devesse ser banido, pois só tem validade aquilo que é comunicado em francês ou inglês (1980, p. 39).

No caso de Clarence Jones, por ser estrangeiro, de um país do centro do sistema, suas proposições acabaram sendo apresentadas e divulgadas na RBG, uma das mais importantes revistas científicas do país. Contudo, deve-se ressaltar que “A Fazenda do Cedro: Planalto de São Joaquim” foi publicada no Boletim Geográfico do CNG, nº 72, em 1949, o que certamente demonstrava o valor do estudo¹⁸⁹. Este comentário é apenas para indicar que o texto de C. Jones, a despeito da importância desse geógrafo na comunidade internacional, não serve de parâmetro de comparação ao texto de Peluso, apesar de apresentarem temática semelhante.

A originalidade na abordagem de Peluso sobre a Fazenda do Cedro reside na análise descritiva apoiada, em grande medida, em “fatos sociológicos”. Em termos de Brasil, entre os geógrafos, esse pode ser considerado um texto precursor da geografia agrária e econômica. No entanto, não se pode esquecer de que uma abordagem desse tipo, ou seja, em que as relações sociais influem e recebem influência do espaço, há tempos vinha sendo discutida por Oliveira Vianna, como, por exemplo, na última parte do livro *Evolução do Povo Brasileiro* (1922), como se pode verificar nesta síntese de Lia O. Machado.

Na última parte do livro, que trata da evolução das instituições políticas, é onde, segundo o próprio Vianna, ele mostra a importância da geografia na história brasileira. Primeiro, o problema de uma base territorial extensiva, de povoamento disperso e com mínima circulação

¹⁸⁹ Deve-se lembrar que a RBG sempre foi revista de maior circulação, inclusive nos mais variados meios intelectuais da época, enquanto o Boletim Geográfico tinha seu alcance restrito, principalmente, aos profissionais ligados ao ensino e pesquisa em geografia.

social e política: as ilhas de população eram isoladas e sua sobrevivência dependia dos recursos locais e do poder das oligarquias; esse problema representaria “a ação desintegradora dos fatores geográficos”, responsável pela fragmentação do poder governamental. Segundo, fatores geográficos haviam causado a diferenciação do povo, forçando sua adaptação às condições locais e criando tipos de organização política ajustados aos “particularismos” regionais. Terceiro, fatores sociais também haviam contribuído para a heterogeneidade da organização primitiva do Brasil, na medida que esta derivou da diversidade étnica e política. Por isso, no Brasil, a luta não era entre indivíduos e entre grupos, a luta era *contra as forças centrífugas*, representadas pelos fatores geográficos e suas conseqüências históricas, “o paroquialismo” e o “localismo” (2000, p. 27 – grifos no original).

É certo que Peluso conhecia as ideias de Vianna, por isso buscou analisar a Fazenda do Cedro como um testemunho vivo, sabendo que aquele era um modelo que poderia vir a se extinguir. A descrição das relações sociais da Fazenda do Cedro, tanto internas quanto externas, remete ao que Vianna chama de “forças centrífugas” ou, para Peluso, força da tradição. Essas forças faziam com que o mundo ao redor do latifúndio convergisse para ele, num exemplo claro de similitude com as relações feudais da sociedade europeia da Idade Média. Pois, observa-se que até mesmo o lado externo da economia do latifúndio (a venda do gado) ocorre dentro de suas próprias fronteiras. Além disso, a renda da terra é paga em produto, servindo apenas para o consumo interno da própria fazenda, e o agregado só recebe salário quando realiza serviços fora da fazenda e, por outro lado, mesmo tendo terra à disposição, quase não produz excedente comercializável.

Apesar dessa possibilidade, e do incremento que toma o comércio de produtos agrícolas com o desenvolvimento das estradas, os agregados

encontram-se dominados pela tradição cultural de seu grupo que ainda mantém a mentalidade pré-capitalista das antigas fazendas (p. 113).

E o problema naquele tempo começava a piorar para o lado dos agregados, pois

o processo de sucessão da propriedade exerce decisiva influência sobre os grupos fixados nas fazendas. Outrora, estas eram de extensões consideráveis, e quando divididas, eram ainda suficientes para abrigarem as famílias que se originavam dos agregados antigos. Modernamente a situação se tem alterado. As grandes fazendas desaparecem, e poucas delas são reconstituídas como o foi, em parte, a Fazenda do Cedro. Os descendentes dos agregados são forçados a procurarem terra em outras zonas, e poucas são as fazendas em que esses rebentos dos antigos servidores rurais encontram lugar, tal como sucede na Fazenda do Cedro (p. 113)

Ele verificou ainda, como parte da tradição, o costume de acolher nas fazendas da região ex-fazendeiros empobrecidos. Estes não recebem salário, mas executam serviços que os situam acima dos agregados e “sua existência na fazenda é justificada pela solidariedade de classe, que leva o fazendeiro a amparar o antigo proprietário rural” (p. 112).

A força desse estudo, no sentido geográfico, reside nas observações sobre os diferentes usos entre os campos naturais nas áreas do altiplano e o predomínio das florestas e áreas de solo arenoso do vale do rio Canoas. As florestas eram cobiçadas pelos madeireiros, enquanto as terras aráveis eram procuradas por lavradores. Nessas áreas, as atividades passaram a ser executadas, principalmente, por descendentes de italianos originários da região carbonífera do estado. Ali, os agricultores eram meeiros que pagavam renda em produto ao fazendeiro, que não era suficiente para

o consumo dos moradores da fazenda. Portanto, todas as casas dos familiares e do fazendeiro possuíam plantação anexa de milho, feijão, trigo e batata. Essas plantações eram, geralmente, executadas pelos agregados mediante baixos salários. Ao mesmo tempo, não havia divisão de trabalho na lida com os rebanhos, tanto no cuidado dos animais como na venda do gado da qual todos participavam, inclusive os agregados, que da mesma forma possuíam gado, geralmente resultado de presentes do próprio fazendeiro.

As atuais observações indicam a importância daquelas realizadas por Peluso, uma vez que, por intermédio das condições pretéritas, sob o signo das múltiplas determinações, é possível traçar o perfil do desenvolvimento socioespacial dessa região. A área da fazenda, que em 1942 pertencia ao município de São Joaquim, tem hoje sua distribuição parte no município de Urupema e parte no de Rio Rufino. Pequenos municípios com população em torno dos 2.500 habitantes, desmembrados de São Joaquim entre o fim da década de 1980 e início da década de 1990.

Isso tudo serve para comprovar e ratificar a importância deste estudo, realizado no passado, principalmente para aqueles que pesquisam com base no paradigma socioespacial. Descrevendo e analisando essas relações sociais, Peluso mostra a possibilidade de compreender a composição do espaço regional no pretérito e no presente, ou como afirma Vieira (1993), parafraseando Gramsci, “é presente que contém todo o passado e do passado se realiza no presente, por isso a potencialidade de sua generalização, como unidade de tempo”. Por meio de seu exame, pode-se verificar a interpenetração dos contrários, embutidos nas relações sociais que apresentam características mistas de modos de produção distintos.

No capítulo seguinte, ele descreve algumas fazendas que se situavam próximas à “Costa da Serra”. Ali as fazendas eram menores, principalmente se comparadas à Fazenda do Cedro, devido às constantes partilhas de terras por herança. Cita o exemplo de uma propriedade com quatrocentos hectares que é do bisneto da antiga Fazenda Santa Bárbara, que originalmente possuía mais de 20.000 hectares. Além disso, diz que

aí se encontra zona onde o relevo, clima e vegetação possuem notável unidade, dando feição particular a essa parte do planalto de São

Joaquim. O vértice dessas encostas são montanhas tabulares de face oriental vivamente erodida e ocidental em declive suave para o planalto (p. 118).

Essa parte do planalto apresenta apenas áreas de campos, de solos rasos, onde a única atividade possível é a criação. Contudo, como as propriedades ali possuem pequena dimensão para a manutenção de grandes rebanhos, optou-se pela criação de gado leiteiro, voltando-se a economia para a produção de queijos, ou então, a criação de rebanho magro que com dois ou três anos é vendido aos invernadores. Ele observou igualmente que a antiga prática de migração estival do gado, entre as áreas mais baixas próximas ao vale do rio Canoas e as áreas altas da Costa da Serra, praticamente se extinguiu.

Os campos do interior do Planalto de São Joaquim, por serem de preço elevado, não podem ser arrendados senão para invernadores que vendem, por alto preço, o gado para corte. Os pequenos criadores, que vendem terneiros, procuram então os campos cuja taxa lhes seja acessível, encontrando-os na Costa da Serra (p. 146).

E completa:

A população da Costa da Serra, sentindo minguar o espaço exigido pelo seu gênero de vida, reage de formas diversas, mas suas reações são orientadas pela evolução das instituições sociais da velha fazenda pastoril, de que alguns aspectos já apreciamos na Fazenda do Cedro (p. 151).

Nos dois últimos capítulos, o texto salienta a constante divisão das terras desse planalto e as relações entre a pecuária e a pequena propriedade agrícola. Ressalta que enquanto a população de origem portuguesa (descendente dos paulistas) dedica-se à pecuária,

os de origem litorânea, acostumados a dominar as florestas, desenvolvem atividades agrícolas na região. Enquanto os primeiros fazem uso da agricultura, quando muito, para consumo próprio, mantendo como fonte de renda as transações com o gado, o segundo grupo excepcionalmente se faz criador. “Uns e outros, porém, jamais combinam ambas as atividades, exercendo-as separadamente” (p. 154). Observa ainda que essa separação entre agricultura e pecuária não é uma peculiaridade regional, mas de prática nacional comum. Conclui dizendo que a deficiência de transporte e a ausência de grandes aglomerações humanas fazem com que as condições econômicas da região evoluam lentamente.

Além dos aspectos já salientados sobre a importância desse estudo, é imprescindível, ainda, destacar um outro fator, pois evidencia-se a importância para a geografia, sociologia e história, mas não se pode esquecer da importância em relação ao poder político, principalmente, se for levado em conta ser aquela classe de proprietários rurais os sócios maiores da composição de forças que emergiu com a Revolução de 1930.

As descrições e análises apresentadas por Peluso permitem conduzir a um entendimento que busque na raiz as origens do pensamento da elite política que conduziu o país por um período apreciável. Assim, esse estudo torna-se básico para a própria ciência política e, conseqüentemente, pode servir de referência em qualquer pesquisa séria nesse sentido. Mas não é importante só por isso, pois o estudo intitulado “Paisagens Catarinenses” engloba relações sociais, econômicas, espaciais, históricas, antropológicas, naturais, psicológicas, arquitetônicas, etc.

4.2 – Outros Estudos

A produção intelectual de Peluso foi muito intensa no período em que esteve à frente do DEGC (1946-53). A iniciativa pela compra da impressora “multilith” deve ser incluída entre as causas dessa expressiva produção, uma vez que o intento era manter a publicação de um periódico geográfico. Para tal fim, havia a necessidade de artigos, algo difícil devido à falta de profissionais e de estudos sobre o Estado de Santa Catarina. Assim, Peluso passou a ser o principal municiador de artigos para o “Boletim Geográfico” do

DEGC, desdobrando-se entre os afazeres do departamento e a elaboração de textos.

Além de estudos mais complexos, apresentou no periódico um comentário “A Mudança da Capital do Estado”, em que examinou alguns fatos, que serviam de argumentos por parte de políticos, favoráveis à mudança da capital. Entre esses, destacou os principais, que seriam a decadência portuária e o isolamento de Florianópolis com o interior do estado por causa do relevo. Depois de relatar um conjunto de exemplos de mudanças de capitais no mundo e no país, nos mais variados períodos históricos, apresentou a seguinte conclusão.

Nos dois aspectos de orientação política que citamos como exemplos, não é fatal a mudança da capital. No primeiro caso, é evidente que se o maciço fronteiriço da ilha de Santa Catarina dificultar as comunicações de Florianópolis com o território interior, o problema será mais difícil de resolver se o porto único ficar ao norte ou ao sul da Ilha, e como esta se encontra no meio do litoral catarinense, Florianópolis, mais que outro qualquer, tem possibilidades de se tornar o porto único do Estado de Santa Catarina. No segundo caso o problema pode colocar-se em função da existência de Florianópolis como capital, isto é, procurar-se qual a política aconselhável para estreitar as relações entre a capital e o interior do Estado (PELUSO, 1947, p. 88).

Como se pode verificar, sua argumentação seguia em perspectiva contrária a qualquer tentativa de transferência da Capital do Estado para o interior.

Coincidentemente, em Boletim Geográfico do ano seguinte, apresenta de forma resumida, algumas informações prestadas ao Departamento de Estradas de Rodagem, intitulado “A Estrada de Rodagem de Florianópolis ao Peperi-Guaçu”, atual BR-282, ligando Florianópolis ao extremo oeste catarinense. No texto descreve as diferentes condições físicas do trajeto, destacando, “preliminarmente,

a existência da Serra Geral, que divide o Estado de Santa Catarina em duas regiões distintas: litoral e planalto” (B.G., DEGC, ano II, nº 3, 1948, p. 76). Contudo, além de descrever a natureza, apresenta também aspectos quantitativos e econômicos da população presente nos diversos distritos atravessados por essa estrada.

Ainda em 1948, Peluso, junto com a equipe do DEGC, planejou e organizou a exposição histórica, geográfica e folclórica comemorativa ao Bicentenário da Colonização Açoriana em Santa Catarina, realizada durante o 1º Congresso Catarinense de História, em Florianópolis. Essa exposição atendia ao pedido do Presidente do IHGSC, Desembargador Henrique Fontes, e foi muito elogiada pelos participantes do encontro.

Entre 1947 e 1948, publicou no Boletim Geográfico do DEGC o estudo “A Vila de Ituporanga”. Esse trabalho, assim como os anteriores, zela pela boa descrição, contudo, apresentando um diferencial em relação aos seus estudos anteriores, ao inserir, na análise do habitat rural, contribuições da sociologia rural norte-americana¹⁹⁰.

Entre outras coisas, percebeu que a conceituação de vila, determinada pela lei de 1938¹⁹¹, causava dificuldade para sua análise, pois, somente a aglomeração de casas e ser sede de distrito, “abrigoando, por isso, as autoridades que tal unidade administrativa e judiciária comporta, não é suficiente para esclarecer se se trata de agrupamento urbano ou rural” (p. 219). Peluso declara que “as vilas sempre tiveram sentido nitidamente rural” (idem), que o leva a tecer alguns comentários sobre a natureza das vilas e cidades no Brasil.

Suas ponderações sobre a Vila de Ituporanga, realizadas em 1947, levaram-no a constatar que, apesar da aparência urbana do agrupamento, as relações sociais ali se apresentavam sob aspecto rural. Na edição mais recente desse texto, publicada em 1991, o autor acrescenta em nota, que “não havia estatísticas sobre esse povoamento. [...] Isto nos levou a procurar o sentido sócio-econômico desse movimento na Sociologia Rural, já que na bibliografia geográfica de que dispunha não havia orientação teórica

¹⁹⁰ Peluso já havia feito uso das contribuições da sociologia rural norte-americana no estudo da Fazenda do Cedro, no entanto, naquele trabalho tal aporte foi mais modesto e pouco referenciado.

¹⁹¹ Artigo 3º do Decreto-Lei Federal nº 311, de 2 de março de 1938, que fez da vila a sede de distrito, e da cidade, a do município.

para isso” (1991, p. 283)¹⁹². Assim, passa a utilizar a noção de grupos territoriais, principalmente os relativos ao sentido de vizinhança e comunidade.

Partindo desse pressuposto, sua análise apresenta uma situação de hierarquização do distrito, desde as áreas de baixas densidades, onde as relações sociais se baseiam no princípio da vizinhança, passando por áreas um pouco mais povoadas que podem ser analisadas sobre o signo de comunidades, no entanto as mais simples não apresentam sequer núcleo central. Tal hierarquização lembra, em grande parte, a Teoria de Christaller, não obstante, qualquer semelhança fica por ali, pois, em nota final na edição de 1991, ele mesmo ressalta que

a teoria dos “lugares centrais”, de W. Christaller, aceita atualmente, por numerosos geógrafos, notadamente de língua inglesa, oferece a interpretação dos fatos que presenciamos na bacia do rio Itajaí do Sul. A obra de Christaller – Die Zentralen Orte in Süddeutschland – foi publicada em 1933, mas teve difusão somente a partir de 1966, quando foi editada sua tradução inglesa, sob o título “Central Places in Southern Germany” (1991, p. 283).

Outro aspecto que diferencia esse estudo, não só dos anteriores, mas da maioria dos estudos de geografia daquela época, é o de não ter seguido a fórmula tradicional de apresentação do conteúdo. Se, por um lado, os resultados das pesquisas, naquele tempo, eram apresentados, normalmente, seguindo a ordem de sítio, localização, posição, aspectos físicos, aspectos históricos, aspectos humanos (população, funções sociais, economia, etc.), por outro, o estudo sobre Ituporanga começa tratando de aspectos da população,

¹⁹² Salgueiro (2006, p. 28) lembra que a noção de *habitat* era um traço forte da geografia humana e objeto de estudo de geógrafos franceses como Brunhes, Deffontaine e de seu mestre Demangeon. Portanto, nesse caso, Peluso devia estar se queixando da falta de orientação teórica, principalmente, nas obras desses geógrafos. Porém, isso não significava um repúdio às ideias dos geógrafos franceses, mas sim uma complementação necessária àqueles.

seguido das funções sociais e dos aspectos metodológicos, para só então apresentar, de forma rápida, o sítio e, nesse caso, servindo apenas como breve introdução aos aspectos históricos, bem como, da formação, do crescimento e da estrutura da vila. São sinais claros da influência de novas tendências em seus estudos.

Esse texto, mais do que nos anteriores, apresenta um grande número de ilustrações e mapas, elaborados pelos desenhistas e cartógrafos do DEGC. Por outro lado, a inexistência de fotos é explicada pelas limitações da reprodução oferecida pela “multilith”.

Cabe ressaltar que algumas observações do texto, alguns anos mais tarde, acabaram se transformando em objeto de outro importante estudo, “Tradição e Plano Urbano”, outro grande legado de Peluso à geografia brasileira.

Em Ituporanga faz-se sentir, como em outros lugares, a diferença entre os templos católico e protestante na estrutura do núcleo. Enquanto a igreja católica, que se não teve importância na formação da vila, impõe-se no traçado a ponto de apresentar o esboço da única praça que terá espontaneamente, a protestante alinha-se entre os demais prédios numa obscura rua transversal (p. 254).

Como se pode verificar, a ideia sobre a influência, ou não, das igrejas nos traçados das cidades já aparecia em germen no pensamento desse geógrafo; entretanto, ainda faltava algo que transformasse essas observações em um conhecimento mais profundo. Essa mudança só foi possível com o aprofundamento teórico e metodológico de ideias provenientes da geografia norte-americana, principalmente, aquelas ligadas à corrente conhecida como “ecologia urbana”, desenvolvidas na Universidade de Chicago. Tais proposições lhe foram apresentadas, segundo ele próprio, por Wilmar Dias¹⁹³, então Consultor Técnico do Diretório Regional do

¹⁹³ Não foi possível fazer um levantamento biográfico mais preciso do professor Wilmar Dias, além do já apresentado na nota de rodapé da p. 39; apenas se sabe que ele estudou em Chicago. Entre os materiais de Peluso, arquivados na Academia Catarinense de Letras, existe um estudo manuscrito intitulado “The Climate of

CNG e funcionário de DEGC, que estudara geografia naquela Universidade. Porém, não se pode esquecer de que Peluso mantinha grande trâmite entre os profissionais do IBGE, entre eles Lúcio de Castro Soares e Lindalvo B. dos Santos, que fizeram pós-graduação na Universidade de Chicago em meados dos anos 1940, os quais, por seu prestígio, também tiveram influência no pensamento desse geógrafo brasileiro.

Um dos últimos textos publicados nesta fase aproveitou ideias da Escola de Chicago para desenvolver um estudo geográfico completamente diferenciado relativamente aos objetivos normalmente propostos pela geografia brasileira daquele momento. “Tradição e Plano Urbano: Cidades Portuguesas e Alemãs no Estado de Santa Catarina” é um estudo em que se pode perceber nitidamente o desenvolvimento das ideias e sua relação com a metodologia empregada. Uma leitura atenta do texto permite verificar o trânsito das questões empíricas, saindo do particular e seguindo na direção do mais geral. Contudo, a análise não para por aí, já que, do geral, ela retorna ao particular, porém, agora como explicação, ou seja, seguindo a via indução-dedução-indução.

Com isso, percebe-se não se tratar de uma pesquisa que buscou apenas, por meio do estudo empírico, tirar lições analíticas, como era prática comum aos trabalhos restritos à metodologia empírico-indutiva. Muitas das observações, realizadas nessa sua primeira grande fase produtiva, parecem superiores a isso. Elas estão muito próximas daquilo que Marx evidenciava.

É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que

Souther Brazil”, apresentado por W. Dias, em junho de 1945, no curso de Climatologia, ministrado pelo professor Leppard, na Universidade de Chicago.

pode dar a impressão de uma construção a priori (MARX, 1987, p. 16).

Por intermédio das suas argutas observações, Peluso notou diferenças significativas entre os planos das cidades alemãs e portuguesas em Santa Catarina, levando-o formular uma síntese extraordinária, que, por seu grande valor científico, é de suma importância para a história do pensamento geográfico brasileiro. Infelizmente, até o momento, esse trabalho não teve seu valor reconhecido, não na forma como deveria: primeiramente, por seu ineditismo; em segundo lugar, pelo aporte metodológico; em terceiro, pela qualidade científica. Esse é, sem dúvida, um dos principais estudos de geografia urbana, entre tantos realizados no país até hoje.

Ainda nesta fase, deve-se ressaltar outro grande estudo que é “O Relevo do Estado de Santa Catarina”. Esse trabalho, resultado da Conferência no Curso de Expansão Cultural, apresentada em 7 de junho de 1952, foi publicado neste mesmo ano, em uma edição avulsa do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia.

A pesquisa, apesar de ter como objeto o relevo do território catarinense, não se prende apenas à descrição e análise do relevo, pois é, antes de tudo, uma análise regional, baseada na relação entre a natureza e a sociedade. O texto mostra como as condições ambientais influenciaram o desenvolvimento regional. Portanto, esse estudo não deve ser destacado apenas pelo ineditismo no próprio estado, e sim por ser um dos primeiros, com esse tipo de abordagem e metodologia, em todo o país.

Entrelaçando ideias, como a da unidade terrestre (Humboldt e Ritter), que parte do pressuposto da natureza ser um complexo indivisível, com as de caráter sintético da geografia (P. Monbeig), para suprir as deficiências das visões parciais, consegue de forma ampla apresentar um excelente panorama da geografia catarinense com base em uma ótica espacial.

Apesar do título sugerir que o tema fique focado no relevo, o estudo é, antes de tudo, uma análise da ocupação do território catarinense. O assunto não se prende apenas às características naturais do relevo catarinense, ou seja, não é uma análise de

geografia física “pura”¹⁹⁴, mas uma abordagem de relações. Esse assunto não partia da originalidade de Peluso, mas fruto daquilo que se buscava desenvolver no meio científico do país com base em metodologias estrangeiras.

Se é a geografia, essencialmente, descrição e explicação das paisagens – e temos aqui uma definição que me parece suficientemente ampla e precisa – não pode eximir-se de estudar os elementos físicos e humanos da paisagem nem de esforçar-se por determinar as relações que se estabelecem entre um e outro. [...] Com efeito, é no estudo das relações que se manifesta a originalidade da geografia. [...] Do mesmo modo, uma paisagem geográfica não se forma pela justaposição de elementos diversos; deriva antes de sua existência da rede de relações que se estabelecem entre esses elementos (GOUROU, 1948, p. 135).

Pode-se perceber que Peluso seguia tais orientações. Sua pesquisa buscava sempre descrever e explicar as relações entre os elementos físicos e humanos, por isso, mesmo em um trabalho voltado ao relevo do território catarinense, o resultado acaba sendo a síntese dessa relação. Seu pensamento, portanto, nada tem de aleatório ou não intencional, mas, pelo contrário, as ideias se formam com base em um arquitetado arranjo proposital, em que descrições e explicações caminham juntas. A base empírica assenta-se sobre um repositório teórico-metodológico muito bem definido, resultando sempre em uma profunda análise geográfica das mais diferentes realidades concretas.

Assim, a descrição do relevo partiu dos dados acumulados até aquele momento, principalmente os originados na “Corografia” de Vieira da Rosa (1905), aos quais foram acrescentadas observações empíricas próprias baseadas em conhecimentos atualizados da

¹⁹⁴ Esse tipo de abordagem remete à rejeição de C. Ritter às diretrizes da “Geografia Pura” (Reine Geographie) de Gatterer e Hommeyer, visto que ela procurava ser apenas uma visão da forma da superfície terrestre sem, no entanto, buscar explicações (Cf. TATHAN, 1960).

geologia e geomorfologia. Tal descrição foi complementada com a ocupação histórica do solo.

A análise começa com uma divisão preliminar do território catarinense em duas grandes seções morfológicas.

Um planalto inclinado para oeste e dissecado em formas tabulares, cujo limite oriental defronta área intensamente erodida em terrenos sedimentares e cristalinos, que termina em litoral onde são visíveis os sinais de submersão e emersão da costa (p. 5).

A partir daí, apresenta as principais características do litoral e dos vales que sofreram sucessivos afundamentos e levantamentos e que, na atualidade, resulta de afundamento onde “os leitos dos rios foram afundados e inundados, transformando-se em enseadas; os cumes das montanhas conservaram-se fora d’água, constituindo ilhas” (costa de ria) (p. 6). Mas, o interessante na análise fica por conta da diferenciação entre o litoral paulista e paranaense, em relação ao catarinense. Segundo o texto, tal diferenciação apresenta uma importante significação humana, tendo em vista as consequências diretas na dinâmica econômica desses estados.

No planalto paulista, a rede hidrográfica facilita a ligação de todo o território com o centro irradiador, que é a capital do Estado. No território paranaense sucede o mesmo fato. Em Santa Catarina, mercê do desaparecimento da Serra do Mar, falta um centro capaz de ligar, naturalmente, todo o território. Os grandes rios litorâneos penetram até o pé do planalto basáltico, criando secções estanques que se comunicam somente pelas estradas ao longo do litoral, como outrora pelas embarcações que saíam barra fora (p. 13).

Apesar da ênfase na influência do meio sobre o homem, Peluso procura dirimir o caráter determinista, lançando mão do

possibilismo, em uma excelente observação, em que entrecruza os conceitos de sítio e posição com as características históricas do desenvolvimento econômico.

O sítio de São Paulo, em planalto cuja erosão é feita para oeste, para onde descem as águas, e as camadas sedimentares se inclinam, é favorável às comunicações com todo o interior do país. No Brasil colonial, onde a riqueza foi o açúcar, os paulistas não progrediram economicamente. As vantagens do território que habitavam tornaram-nos, porém, os apresadores de índios, uma vez que se ligava a todo território continental. Mais tarde, quando a economia passou a depender do café, as terras ofereceram campo apropriado, e o relevo facilitou a distribuição do transporte, enfeixado na capital, espécie de funil que alcança o porto (p. 13-14).

Contudo, a importância da análise não fica restrita apenas a tal constatação, pois na continuação do parágrafo aparece outra característica a qual a geografia científica se propunha, ou seja, a da previsão futura. “Na economia industrial, para a qual o Brasil se dirige, e onde, mais que nunca, o transporte é o elemento primordial, o território de São Paulo, e, em particular, o sítio de sua capital, adquire a máxima importância” (p. 14).

O estudo apresenta também as formas de apropriação espaço-temporal desse território, por determinados grupos culturais, como resultado, antes de tudo, da relação cultura-natureza. Assim, busca demonstrar como grupos de mesma raiz cultural respondem de forma diversificada às condições impostas pelo ambiente. No entanto, isso não se origina de uma simples observação de causa-efeito, mas de um método no qual a observação é intermediada e filtrada por uma conceituação específica. Essas observações o levaram, por exemplo, a constatar que o desenvolvimento das cidades de Joinville e Blumenau, apesar de se encontrarem em “sítios” desfavoráveis, ocorreu devido às suas “posições” diante da região, que contornou o caráter negativo desses sítios, permitindo o

surgimento de outras condições, que não as ambientais, favoráveis às suas expansões. Para ele, apenas a análise do sítio não era suficiente para explicar as causas pelas quais essas duas cidades tornaram-se o centro econômico de suas respectivas regiões.

Joinville é, sem dúvida, cidade que não desfruta de sítio adequado. [...] A escolha do sítio de Joinville se deve ao fato de ser o ponto mais próximo do mar. [...] Os seus fundadores procuraram ligar-se diretamente ao porto de São Francisco, estabelecendo-se nas melhores condições para esse contato. O defeito do sítio foi largamente compensado pelas vantagens da posição. Os baixos cursos dos rios Itapocu e Cubatão atravessam planícies alagadas, possibilitando o desenvolvimento da rede rodoviária que deu projeção ao ponto situado entre dois vales, e junto ao rio que vai à baía de Babitonga, onde se encontra o porto (p. 23).

Nessa mesma relação “dialética” entre sítio e posição, o geógrafo procurou explicar as razões da influência de Blumenau sobre a sua região.

Blumenau gozou de local adequado às trocas comerciais, ainda que pouco próprio para sítio de um núcleo urbano, por não haver área para o desenvolvimento de seu traçado. [...] Este foi escolhido porque ali tinham início as terras que era concessionário o Dr. Hermann Blumenau. A coincidência desse ponto com o fim do rio Itajaí-Açu fez com que a posição da cidade fosse adequada para centralizar os interesses econômicos da região (p. 23-24).

Chama a atenção, ainda, para a impossibilidade, em cidades criadas, de se destacar “o que se deve à vontade do fundador, do que se subordina ao ambiente” (p. 24). Segundo ele, a simples permanência das administrações não era suficiente como garantia ao

desenvolvimento urbano. Cita o caso da cidade de Ituporanga, que desenvolveu seu núcleo afastado da área que havia sido escolhida como sede da empresa colonizadora, pois, segundo ele, tal lugar não concentrou os interesses regionais, enquanto o local, onde o relevo forçava a passagem daqueles que subiam ou desciam o vale, acabou se tornando a área de habitat concentrado (p. 25). Nesse caso, as características do sítio determinaram o lugar de aglomeração.

A despeito da qualidade das descrições geológicas e topográficas, ilustradas por inúmeros mapas e figuras das paisagens, é a análise da relação entre o homem e o ambiente que torna o texto mais interessante.

A bacia do rio do Peixe transformou-se, da mesma forma que as velhas colônias riograndenses, em exportadora de recursos humanos. O mesmo se observa no vale do rio Uruguai, onde já existe a segunda geração de desbravadores. Aí reaparece a vegetação de zona quente, e todas as plantas tropicais encontradas no litoral. Ao norte desse vale as terras foram abertas recentemente à colonização. O trabalho humano muda a paisagem de um ano para outro, transformando florestas densas em campos de cultura. É a fase pioneira em franco sucesso, espantada pela fertilidade das terras virgens, que o uso imoderado e irracional destruirá, como sucede em toda a agricultura em que domina o antiquado e anti-econômico processo de rotação de terras (p. 39).

Ao criticar o atrasado sistema agrícola de rotação de terras, tanto em áreas pioneiras como em áreas de colonização mais antiga no planalto, procura amarrar a questão agrícola à industrial. Com base em suas observações, assinalou que nas áreas de maior industrialização no estado (Vale do Itajaí e Joinville) predomina um sistema agrário baseado na rotação de culturas e na policultura. Desse modo, naquelas regiões coexiste uma produção de alimentos e matérias-primas para a população e as indústrias urbanas, enquanto,

em troca, as últimas garantem os bens (de consumo e produção) que aquelas necessitam.

A condição de Peluso como especialista do relevo e da economia do estado não passou despercebida pelos governantes. O DEGC fora organizado e era dirigido por ele desde 1945, que havia sido escolhido para tais incumbências pelo então Governador Nereu Ramos. Continuou nessa função durante o mandato do Governador Aderbal Ramos (1947-1951). Contudo, mesmo sendo filiado ao PSD, que perdera o governo para a UDN, em 1951, ele se manteve como Diretor do DEGC.

Conhecedor da administração, o novo Governador sabia que mudança repentina de toda a equipe que se encontrava nos postos do segundo escalão para baixo criaria grave perturbação no serviço público. Dessa forma conservou os diretores e chefes de seção que encontrara. Entre eles estava o Diretor do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, filiado ao PSD (PELUSO, 1986, p. 96).

Porém, coincidência ou não, pouco tempo após a realização da conferência sobre o relevo catarinense no Curso de Expansão Cultural, Peluso, mesmo sendo filiado ao principal partido da oposição, foi convidado, pelo então Governador Irineu Bornhausen, a assumir a recém-criada pasta da Secretaria da Agricultura. Isso comprova que sua alta cultura e seu profissionalismo como geógrafo haviam sido reconhecidos, tornando-o importante aos olhos do governante, sobrepujando até mesmo os interesses político-partidários. Por outro lado, não se pode esquecer de que o IBGE havia sido criado como o braço técnico para auxiliar o governo, “centralizado” de Vargas, com o intuito de desenvolver as políticas públicas.

Sendo o DEGC, um órgão deliberativo do CNG, ele seguia necessariamente as diretrizes e orientações desse Conselho. Apesar de sua relativa autonomia, o DEGC, como diretório regional, tinha funções correlatas às do IBGE, só que em nível estadual. Por isso, ele como Diretor do DEGC não poderia estar alheio às discussões

sobre planejamento, visto ser função específica, desse departamento, auxiliar o governo estadual na execução e na condução de suas políticas públicas. Aliás, papel bem percebido pelo Governador Irineu Bornhausen.

O Diretor do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia despachava diretamente com o Governador. Quando comparecia ao Palácio para despacho, o Governador Irineu Bornhausen levantava a questão do planejamento, deixando-me discorrer sobre as formas dessa técnica de administração e sua aplicação em Santa Catarina. Convidou-me, então, para formular esse plano, dentro das idéias que discutíamos. Partindo do princípio que o responsável pelo planejamento deveria ter o “status” de Secretário de Estado, para discutir, em situação de igualdade, os problemas com os demais Secretários, convidou-me para Secretário da Agricultura (Id., p. 97).

Nesse momento, a Secretaria da Agricultura serviria apenas como expediente para Peluso tomar maior conhecimento da estrutura e da burocracia do governo. Era, na verdade, um período de aprendizagem das coisas de Estado, um subsídio necessário, para a verdadeira tarefa que o Governador Bornhausen tinha em mente, que era a elaboração de um plano para incrementar a infra-estrutura no estado de Santa Catarina.

5 NOVOS HORIZONTES PROFISSIONAIS

Com o fim da Segunda Grande Guerra e a reestruturação das principais nações envolvidas no conflito, o cenário mundial passou a ser objeto da atenção de intelectuais e governantes. O subdesenvolvimento, que até então parecia desconhecido e/ou ignorado, começou a ser avaliado dentro de um quadro teórico. Às teorias liberais se opunham às de caráter protecionistas.

Para transformar os países periféricos, em grande medida ainda agroexportadores, em nações desenvolvidas e com maior autonomia, dizia essa doutrina, era preciso incrementar a participação do Estado na economia por meio de planejamento global, de modo a facilitar o advento da industrialização nacional. Nesse sentido, o desenvolvimentismo não se limitou às fronteiras da produção teórica acadêmica, mas enveredou para o campo da política econômica e do planejamento governamental, inspirando a formulação de “planos de desenvolvimento” (MANTEGA, 1990, p. 23).

No caso brasileiro, a oposição entre teorias liberais e intervencionistas começa a ganhar sentido nos anos 1930. Impulsionado principalmente pelo pensamento econômico de Roberto Simonsen, empresário e líder da Federação das Indústrias de São Paulo, o nacional-desenvolvimentismo manifestou-se inicialmente na política do Estado Novo, com um intervencionismo que buscava não ferir diretamente os interesses da oligarquia agrária exportadora. A proteção tarifária e a infraestrutura que seria proporcionada pelo Estado permitiriam o incremento da industrialização, enquanto ao setor exportador caberia manter-se como fonte de divisas para importações de matérias-primas e alimentos, garantindo assim a expansão urbano-industrial (MANTEGA, op. cit.). Forja-se, claramente, um pacto de poder entre

as elites reformistas e autoritárias, sendo estas últimas as que buscavam, desde o começo, a exclusão das massas na estrutura do poder do Estado brasileiro¹⁹⁵.

O pacto que permitiu a estabilidade política durante o Estado Novo começou a ser rompido rapidamente, pelo setor reacionário, após a saída de Getúlio Vargas da cena política, em 1945. O Presidente Dutra, eleito com o apoio de Vargas, não tardou a acenar na direção do bloco reacionário, formado por extratos da burguesia industrial e da oligarquia agrária, ao lançar mão de um pretenso liberalismo econômico. Isso culminou em intensa e constante caravana à Fazenda de São Borja, por políticos descontentes com o rumo que se tomava. Após muita insistência, Getúlio, então convencido, retorna à cena política, em 1950, agora “nos braços do povo”, por meio do voto. Entretanto, o “populismo”¹⁹⁶, base política e ideológica do governo democrático de Getúlio Vargas, não foi o suficiente para conter os setores mais reacionários e/ou liberais da classe dominante, com seus interesses antagônicos, que via como perigosa a participação das massas na arena política do país (idem). Assim mesmo, apesar de suas contradições, o populismo possibilitou uma reformulação do Estado brasileiro, na medida em que alargava a representação popular no quadro da política partidária, ainda que de forma tímida e controlada, enquanto se acelerava a acumulação urbano-industrial. Nesse ponto, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) torna-se expressão maior desse processo, que levava como bandeira o ideal popular varguista.

Tal momento é marcado, na conjuntura do capitalismo internacional, pela fase ascendente do 4º Kondratieff, na qual o mundo capitalista passa por novo período de crescimento econômico,

¹⁹⁵ É o início da 3ª Dualidade brasileira, segundo Rangel.

¹⁹⁶ O populismo no Brasil surgiu durante a modificação interna das relações de força nas classes dominantes, ou seja, durante a passagem do poder político das mãos da oligarquia agroexportadora para os setores ligados à economia voltada para o mercado interno. Nesse período, parte da população urbana buscava sua inclusão no jogo do poder, via instituições e partidos políticos. Não obstante, alguns setores das elites, principalmente aqueles de tendência liberal, mostravam-se claramente descontentes com o crescimento popular no jogo político. Após a vitória de Vargas, em 1950, fração da burguesia industrial se aproxima de setores autoritários da classe agrária para formar uma oposição ao populismo. A trama orquestrada pela reação antipopulista, que se valeu dos mais diversos e espúrios expedientes, culminou com o suicídio do Presidente Getúlio Vargas, em 1954 (Cf. WEFORT, 1978).

agora sob o domínio norte-americano. As polarizações mundiais, entre EUA, capitalista, e União Soviética, socialista, levaram ao período conhecido como “Guerra Fria”. Nesse bojo, o Brasil experimenta um efetivo desenvolvimento, agora “voltado para dentro”, tendo como base a construção de um parque industrial. Teoricamente esse desenvolvimentismo baseava-se, sobretudo, nas teses da CEPAL¹⁹⁷, que exortavam a decidida participação do Estado como centro racionalizador da economia (MANTEGA, op. cit.). Em tal contexto, o planejamento torna-se o principal instrumento para a condução das políticas públicas na América Latina.

Apesar da postura progressista assumida por Vargas durante seu primeiro governo e todo o esforço de planejamento e intervenção do Estado na sociedade e na economia, não se pode interpretar esse período com base nas teorias desenvolvimentistas. A criação dos mais diferentes órgãos voltados ao planejamento, Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) – 1934; Conselho Nacional de Estatística (CNE) – 1936; Conselho Nacional de Geografia (CNG) – 1937; Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF) – 1937; Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) – 1938; Coordenação Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) – 1944; Comissão do Planejamento Econômico (CPE) – 1944, etc., não significavam a essência da política desenvolvimentista, apesar da ideologia industrialista presente nas equipes técnicas desses órgãos. Faltava coordenação entre estes, recursos financeiros e uma diretriz geral de política financeira (BIELSCHOWSKY, 2004). Por outro lado, não houve também, entre o empresariado industrial, nenhum tipo de projeto articulado em vista de uma industrialização mais efetiva, principalmente, por sua imaturidade social e política. Por isso, esse período deve ser considerado apenas como o da origem do pensamento de um projeto desenvolvimentista (Idem).

5.1 Secretário de Estado

¹⁹⁷ A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), com sede em Santiago do Chile, foi criada em 1948, pelo Conselho Econômico das Nações Unidas. Reuniu grandes nomes do pensamento econômico latino-americano, entre eles, um dos mais famosos, o brasileiro Celso Furtado. Foi unanimidade entre os pensadores, dessa comissão, a industrialização como o principal remédio para a superação do subdesenvolvimento, sendo a CEPAL o principal veículo de análise e divulgação das ideias desenvolvimentistas (MANTEGA, 1990).

Na eleição de 3 de outubro de 1950, foi eleito Governador do Estado de Santa Catarina, pela UDN, o ex-prefeito da cidade de Itajaí, Irineu Bornhausen. Banqueiro e político de prestígio no Vale do Itajaí, sua vitória rompia um período de vinte anos de influência dos Ramos na condução da política estadual, inaugurando uma fase de intensa disputa política entre a UDN e o PSD, em Santa Catarina.

Sabe-se que a teoria do planejamento, ainda no primeiro lustro dos anos 1940, era alvo de discussões no âmbito interno do CNG. Tal influência provinha de Jorge Zarur, que, em 1943, fora se especializar nos EUA, onde produziu tese sobre o nordeste brasileiro¹⁹⁸. Peluso (1986) afirma que aderiu a essa moda, dedicando-se aos estudos sobre planejamento realizados em diferentes países.

Peluso participou ativamente dos debates sobre planejamento regional ocorridos no CNG durante a década de 1940. Dessa forma, encontrava-se apto para desenvolver e executar um plano desenvolvimentista para o estado catarinense. Isso já estava sendo demonstrado quando, em 1951, foi escolhido como o representante do Estado de Santa Catarina na Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, um dos mais amplos e complexos estudos de análise regional interestadual efetuada no país. Sua participação nessa comissão, segundo Lago (1984), foi importante e decisiva, pois que a sua competente participação demonstrou a importância da ciência geográfica, nesse tipo de trabalho, perante o conjunto de outros tantos profissionais, servindo para enaltecer e afirmar a vocação do geógrafo como um profissional imprescindível para o planejamento regional.

A Secretaria da Agricultura foi criada em seu governo, sob o comando do engenheiro Victor Peluso Júnior, que teve um papel relevante como co-autor do POE (Plano de Obras e Equipamentos) idealizado por Irineu, inovador

¹⁹⁸ A influência das teorias do planejamento regional, introduzidas no CNG/IBGE, em 1943, por Jorge Zarur, logo rendeu frutos, pois, na Constituição de 1946, ficou determinado o emprego, durante vinte anos, de 1% das rendas tributárias da União no estudo e na execução de um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do rio São Francisco e seus Afluentes.

em termos de Brasil a ponto de ter sido mais tarde requisitado pelo presidente Kubitschek, desejoso em apresentar um plano similar e geral para o país (BORNHAUSEN, 1999, p. 123).

Ao ser nomeado Secretário da Agricultura, em 1953, torna-se o primeiro titular da recém-criada pasta. Incumbência um tanto quanto importante, em se tratando de um estado em que a economia encontrava-se fortemente estruturada no setor primário, contando, segundo dados de 1950, com 76,7% da população na área rural¹⁹⁹ e 46,7% da renda interna. Assim, a tarefa que lhe cabia não era de pequena grandeza. Havia a preeminente necessidade de o governo estadual agir de forma favorável em prol da produção agrícola. As experiências anteriores, na Diretoria de Terras e na Campanha das Coordenadas Geográficas, permitiram-lhe, entre outros, o conhecimento *in loco* da realidade agropecuária estadual, tornando-o profundo conhecedor das disparidades regionais oriundas, sobretudo, da estrutura e das formas de produção do campo.

Peluso assumiu o cargo de Secretário da Agricultura em 1953, praticamente na metade do mandato do governo de Irineu Bornhausen. Nesse ano, não foi possível qualquer tipo de realização, tratando apenas da instalação da nova secretaria. Inicia sua efetiva participação em 1954, quando passa a adquirir materiais e equipamentos para as estações agrícolas já existentes, buscando principalmente direcioná-las para a experimentação agrícola. Um segundo passo é a construção de laboratórios de pesquisa; para tanto, equipa-os com material e pessoal. Ainda nesse ano, a secretaria passa a receber verba federal do Plano Sul Brasileiro de Adubação. Ele dividiu as tarefas entre Florianópolis, responsável pelos experimentos com o trigo, milho e soja; Tangará, Canoinhas e Mafra, também com a experimentação nessas mesmas culturas, porém, mais o linho; enquanto Blumenau concentrou-se na experimentação do arroz. Esse plano previa a experimentação na adubação fosfatada e calagem e também em ensaios com nitrogênio e potássio. No

¹⁹⁹ Fonte: Atlas Escolar de Santa Catarina. Rio de Janeiro: SEPLAN, Aerofoto Cruzeiro, 1991.

entanto, estes dois produtos não puderam receber ensaios devido à falta de local apropriado para tal fim²⁰⁰.

Mas os trabalhos da secretaria não pararam por aí. Houve um grande estímulo às escolas práticas de agricultura, principalmente no que se referia ao aumento das matrículas, ao índice de aproveitamento dos alunos; portanto, incentivando a não desistência e a conclusão dos cursos. Para que isso fosse possível, buscou investir na infraestrutura dos prédios e nas demais dependências. Além disso, foram construídas novas escolas agrotécnicas em Araquari, Camboriú e Chapecó.

Outra realização que chama a atenção foi a de ter idealizado e organizado o 1º Congresso das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina, realizado em Caçador, em 1954. Por sua experiência em participações em diferentes congressos, principalmente nos de geografia, sabia das possibilidades que esses encontros abriam para a discussão e a resolução de problemas de determinadas classes. Assim, procurou, com aquele certame que reunia as principais lideranças regionais, a oportunidade de levantar e discutir os diferentes problemas da agricultura catarinense. Com isso, ou seja, por meio desse mecanismo, foi-lhe possível elaborar um diagnóstico bastante preciso da situação em que se encontrava tal segmento econômico nas diferentes regiões do estado. O congresso serviu para ele verificar quais as principais dificuldades dos agricultores, sem a necessidade de gastos em longas e dispendiosas pesquisas com a finalidade de avaliar as condições regionais e/ou locais.

Não obstante, entre tantas realizações uma teve, sem dúvida, um caráter de significado pessoal – o acordo firmado para a recuperação agrícola da Ilha de Santa Catarina. Peluso efetivou esse plano de recuperação com a verba que conseguiu no Ministério da Agricultura, via orçamento da união. Ora, num estado que possuía grande potencial agrícola, principalmente na região do meio-oeste e oeste, a união ceder verba para fomentar a agricultura, numa área de pequena produção, extremamente decadente, só poderia estar relacionado à forte influência e vontade política.

O plano apresenta-se mais intrigante ao se verificar que esteve restrito, basicamente, à construção e melhorias de estradas.

²⁰⁰ Relatórios do Governo In: Mensagens à Assembleia Legislativa, Florianópolis, 15 de abril de 1955, p. 144.

Ou seja, eram recursos da agricultura destinados as obras de infraestrutura viária, em um contexto no qual a produção agrícola encontrava-se estagnada, menos pela dificuldade de acesso ao mercado, muito mais pelas deficiências técnicas da produção (tamanho relativo das propriedades, solos esgotados e/ou erodidos, relações sociais de produção, cultura da população rural, etc.).

Ao que parece, lembrando que Peluso era um grande conhecedor das coisas de sua terra, tudo indica que o principal objetivo era fomentar o desenvolvimento econômico do município, ao possibilitar um maior contato dos moradores do interior da ilha com o comércio urbano, ampliando assim as condições do mercado. Por outro lado, o melhoramento das estradas permitiria maior facilidade no transporte de pescado das áreas do leste da ilha, onde se concentravam as mais importantes colônias pesqueiras (Armação, Pântano do Sul e Barra da Lagoa), para o centro da cidade. Não se pode esquecer de que as estradas de rodagem foram um dos principais alvos dos projetos desenvolvimentistas executados nos anos 1950, momento quando a malha rodoviária passa a ser o paradigma, em detrimento às ferrovias.

No ano de 1955, Peluso foi eleito para presidir a Comissão de Energia Elétrica do Estado, cargo o qual já havia assumido, como interino, por diversas vezes, em anos anteriores. Essa comissão era composta, além do Presidente, por mais sete engenheiros²⁰¹. Naquele ano, a comissão efetuou os seguintes trabalhos: levantamentos topográficos da bacia de acumulação da Usina de Maruin e da área da Casa de Força da Usina de Garcia (em projeto); levantamento de potenciais hidráulicos em vários municípios; elaboração do anteprojeto da Usina de Chapecozinho, em Xanxerê; estudos preliminares para Usinas de Canoas, Cubatão e Garcia (Itaipava), respectivamente, nos municípios de Rio do Sul, Joinville e São José; estudos de elementos para a Usina do Rio Negro; estudos e cálculos da linha de transmissão Capivari-Jaraguá e das subestações do Estreito, Capoeiras e Jaraguá; estudos dos elementos para elaboração de um primeiro plano de eletrificação do Estado de Santa Catarina. Além disso, foram efetuadas doze reuniões do conselho, nas quais

²⁰¹ Engenheiros: Reinaldo Schmithausen, Carlos Krebs Filho, José da Costa Moelmann, Otto Entres, Bráulio Eugênio Muller, Paulo Melo e João Eduardo Moritz (Mensagem à Assembleia Legislativa, 15/04/1955, p. 148).

foram estudados quatorze potenciais hidráulicos: três em Jaraguá do Sul; três em Curitiba; dois em São Miguel d'Oeste; dois em São Joaquim; um em Campos Novos; um em Caçador; um em Videira e um em Tangará (Mensagem à Assembleia Legislativa, 15/04/1955, p. 148).

Em relação ao contexto político nacional deve-se acentuar o caráter crítico do período logo após a morte de Getúlio Vargas, em 1954. Naquele momento havia uma forte agitação das oposições, exacerbadas com a indicação, pelo PSD, de Juscelino Kubistcheck como candidato à presidência da República. A dobradinha PSD/PTB, com o trabalhista João Goulart para vice-presidente venceu as eleições, o que descontentou setores civis (dirigidos essencialmente por Carlos Lacerda) e militares, que tentaram tumultuar o processo político.

Café Filho, que havia substituído Vargas, se afasta com problemas cardíacos, sendo então escolhido, por votação no Congresso Nacional, em 11 de novembro de 1955, o catarinense Nereu Ramos para assumir a presidência. Este, em 25 de novembro, decreta “Estado de Sítio”, que dura até 31 de janeiro de 1956, quando JK e João Goulart são definitivamente empossados, graças ao destacado papel do Marechal Henrique Teixeira Lott que conteve a situação golpista entre os militares, garantindo a manutenção da instituição democrática (LENZI, op. cit.).

Em Santa Catarina, a morte de Getúlio não desestabilizou o quadro político, porque nesse estado se discutia mais as reais possibilidades de Nereu Ramos chegar à presidência e menos a morte de Getúlio. A grande preocupação era com a eleição para a sucessão do governador Irineu Bornhausen. Nessa corrida sucessória, ocorreu um racha interno na UDN, visto que Jorge Lacerda, que se considerava candidato natural, pois fora o mais votado nas eleições, de 1950 e 1954, para deputado federal, sofria resistência de uma ala dentro do partido. Assim, João Colin, que havia se desentendido com Irineu Bornhausen, foi lançado candidato pelo diretório de Joinville. Jorge Lacerda, inteligentemente se lançou candidato com o apoio de dois pequenos partidos, o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Social Progressista, comprometendo o situacionismo udenista. Por influência de Irineu Bornhausen, o partido acabou se posicionando a favor de Lacerda formando a coligação UDN-PSP-PDC-PRP. Por outro lado, o PSD catarinense, único partido que

poderia fazer frente à coligação udenista, vivenciava uma crise nacional, devido aos episódios da sucessão presidencial. Enquanto isso, o PSD estadual, fortemente manipulado por Nereu Ramos, também encontrava divergências internas na escolha do seu candidato ao governo estadual. Por um lado, o deputado Leoberto Leal buscava apoio dentro do partido, por outro, Nereu articulou a candidatura de Francisco Benjamim Gallotti, que acabou prevalecendo, mas a contragosto de fração do PSD estadual.

Assim, o poderoso PSD, em Santa Catarina, encontrava-se fracionado por disputas internas, contando apenas com o modesto apoio do PTB, que tinha pouca expressão junto ao eleitorado estadual, acabou concorrendo nesse pleito enfraquecido (LENZI, op. cit.), o que se confirmou nas urnas, com a vitória de Jorge Lacerda pela pequena diferença de 3.136 votos (172.548 contra 169.412). O candidato da UDN se elegeu por ter maior expressão eleitoral no Vale do Itajaí, no litoral norte, planalto norte, Vale do Rio do Peixe e oeste, onde se situavam as regiões mais industrializadas.

Em 28 de fevereiro de 1955, último ano de seu mandato, Irineu Bornhausen convocou a Assembleia Legislativa para discutir e votar o projeto do Plano de Obras e Equipamentos (POE)²⁰².

Tenho a honra de submeter a exame e deliberação dessa Assembléia Legislativa o incluso Projeto de Lei, que aprova o Plano de Obras e Equipamentos, o qual, por meio de recursos que especifica, será executado no decênio 1955-1964. O projeto incluso determina a construção de obras e a aquisição de equipamentos essenciais ao progresso de Santa Catarina e ao bem-estar de seu povo. A execução dos trabalhos programados exige mais de um período governamental para ser levada a efeito, e as despesas totais do plano, dada a extensão deste, requerem meios

²⁰² Existe um desacordo entre as datas, enquanto Bornhausen (1999) aponta 28 de fevereiro de 1955, como o dia em que o projeto foi votado, em Mattos (1973) a data é 3 de março. Por outro lado, o original do plano, que se encontra entre os pertences de Peluso na Academia Catarinense de Letras, está com data de 1º de março. Contudo, tais diferenças não influenciam absolutamente na análise.

financeiros superiores aos que dispõe o orçamento normal do Estado (POE, 1955, p. 1).

Nessa mesma oportunidade, houve votação para constituição da nova mesa diretora daquela casa, quando foi eleito para presidente o deputado Braz Joaquim Alves, do PTB. Apesar de boicotado pela oposição, o POE acabou sendo aprovado no legislativo, depois de tumultuada sessão, quando deputados do PSD e PTB se retiraram do plenário, com exceção do deputado Estanislau Romanowski, do PTB, que não aderiu ao boicote e votou junto aos situacionistas (BORNHAUSEN, *op. cit.*), garantindo a vitória do governador, transformando o POE em lei.

5.2 O Plano Estadual de Obras e Equipamentos (POE)

A partir da segunda metade da década de 1940, Santa Catarina experimentou uma ampliação e diversificação de sua base produtiva. A agricultura recebe impulso pela intensificação da mecanização e adubação química, apoiada pelo serviço de extensão rural organizado a partir da criação da Secretaria da Agricultura. Tal impulso permitiu, do mesmo modo, o surgimento das primeiras agroindústrias. Nesse período, indústrias tradicionais, como as de madeira, carvão, têxteis, ampliam sua capacidade produtiva, ao mesmo tempo em que ocorre diversificação pelo surgimento de novos setores como os de papel e celulose, cerâmico, metal-mecânico, materiais elétricos, etc. Assim, a pequena produção mercantil, aos poucos, vai transformando-se na direção de um padrão de acumulação cada vez mais ligado aos médios e grandes capitais (GOULARTI FILHO, 2007).

Contudo, esse crescimento sente os infortúnios dos pontos de estrangulamento derivados da falta de infraestrutura no estado. As condições das estradas, portos, comunicações e, principalmente, da energia, em grande medida, travam o desenvolvimento, tornando-se, em consequência, o alvo principal das políticas públicas no estado e no país.

Irineu Bornhausen trouxe Victor Peluso para junto de seu governo porque tinha em mente elaborar um plano para atacar os

problemas relacionados à infraestrutura catarinense. Ele sentiu que aquele era o profissional certo, no momento certo, para a realização de tão importante tarefa; por essa razão, não pestanejou, mesmo sabendo das contrariedades que sofreria por integrar ao seu governo alguém filiado ao principal partido de oposição.

O POE foi idealizado para ser executado no prazo de dez anos, ou seja, iniciaria ainda em 1955, mas abrangeria principalmente os mandatos de governo de 1956-60 e de 1961-65. Os percentuais de investimentos para cada setor foram estabelecidos com base nas prioridades, o que levou à seguinte distribuição: Estradas de Rodagem (45%), Energia Elétrica (35%), Agricultura (10%) e Educação e Saúde (10%).

A distribuição dos recursos para investimentos demonstra que a principal preocupação do plano relacionava-se à infraestrutura para atender aos setores produtivos da economia. Entretanto, por mais modesto que tenha sido esse plano, todos os comentaristas consideram-no como a primeira grande experiência de planejamento estatal em Santa Catarina²⁰³.

Em primeiro lugar, houve a necessidade de decidir de que forma seriam financiados os seus projetos. Houve consenso de que o plano fosse tocado com verbas próprias, sem necessidade de endividamento externo. Para tanto, foi proposto “o aumento de 20% no imposto sobre vendas e consignações, pelo prazo de 10 anos, a contar de 1955, os quais se distribuirão, percentualmente, pelos setores onde deverão ser aplicados” (POE, 1955, p.2). Projetou-se, então, uma tabela de arrecadação para o decênio, com base nos quinze anos anteriores, com aumentos anuais calculados entre 12 e 15%. Assim sendo, os recursos para o plano sairiam dos Cr\$ 81.000.000,00, em 1955, para Cr\$ 292.000.000,00, em 1964, possibilitando um total em torno de Cr\$ 1.834.000.000, 00 (POE, 1955, p. 2-3).

A maior parte dos recursos seria investida nas estradas de rodagem, sendo alvo as estradas que partiam dos portos de São Francisco, Itajaí, Florianópolis e Laguna, ou seja, as estradas São Francisco-Porto União, Itajaí-Curitiba, e a Laguna-Tubarão-Orleães-São Joaquim. A estrada entre Florianópolis e Lages, por ser federal, deveria contar com recursos federais.

²⁰³ Entre outros, Goularti Filho (2007), Mattos (1973), Michels (2001).

Para o setor elétrico (35% dos recursos), o plano previa a construção das usinas de Chapecozinho, Estreito do Rio Uruguai, Canoas, Cubatão, Garcia (duas usinas) e a termoelétrica de Tubarão, que gerariam um total de 193.770 kw. Além disso, o projeto destinava parte dos recursos para as linhas de transmissão. Os totais previstos para a construção desse parque energético superavam as expectativas de arrecadação em mais de um bilhão de cruzeiros. A ideia era criar sociedades de economia mista, para completar as dotações necessárias para a efetivação dos projetos (POE, 1955, p. 6-10). Como ressaltado anteriormente, os estudos preliminares sobre as possibilidades hidrológicas no estado vinham sendo efetuados pela Comissão de Energia Elétrica do Estado, constituída em 1952, cujo presidente, no ano de 1955, era Victor Peluso Júnior.

Para a agricultura, o projeto intensificaria a assistência direta aos produtores, no sistema já empregado de extensão rural, buscando-se incrementar o quadro profissional de agrônomos e veterinários, por intermédio de novas instalações de serviços técnicos-científicos, fornecendo o contato direto com o agricultor. A ideia era construir 67 “Casas de Colonos”, em todo o território catarinense, equipadas com tratores, veículos e demais elementos, onde seriam lotados os agrônomos, veterinários, tratoristas e trabalhadores, prestando a atividade de extensão agrícola. Conjuntamente, seriam criados o Serviço de Genética e Experimentação e o Instituto de Química Agrícola e Industrial (POE, 1955, p. 11-14).

Para a educação, que contava com apenas 10% das verbas, o plano procuraria dotar de Jardins de Infância os Grupos Escolares. Um dos principais problemas na educação era o alto percentual de reprovações no 1º ano primário (47% das matrículas), segundo fora diagnosticado nos dez grupos escolares estaduais localizados em Florianópolis. Como o estado possuía ao todo cerca de 160 desses estabelecimentos, a excessiva reprovação representava uma grande perda dos investimentos do governo nesse setor. Assim, a implantação da atividade pré-escolar seria uma das soluções, ao preparar as crianças para o esforço mental da leitura e da escrita, melhorando seus rendimentos ao ingressar mais bem preparadas no ciclo primário.

Outro aspecto destacado pelo plano era viabilizar o trabalho das autoridades escolares, que tinham grande dificuldade de

locomoção pela falta de veículo próprio. Entendiam que o problema poderia ser minimizado com a aquisição de utilitários (jeeps) para uso dos inspetores escolares. O plano previa também a construção de novos prédios para o Instituto de Educação de Florianópolis, cuja estrutura física era insuficiente, visto que, no ano letivo de 1954 ocorreram 1448 matrículas, sendo que seus dois prédios comportavam apenas seiscentos alunos (POE, 1955, p. 14-16).

Para a saúde pública, o objetivo maior era o combate às doenças transmissíveis, o que passava necessariamente pela questão da educação sanitária. A proposta era construir quarenta e oito Postos de Saúde e equipá-los, efetivar a compra de veículos, a construção de um Centro de Formação de Auxiliares de Saúde Pública e a construção de dois postos de fabricação de vacinas antirrábicas (POE, 1955, p. 18-20).

Todas as metas encontravam-se mensuradas financeira e fisicamente, permitindo fixar plenamente os objetivos traçados. Para as obras que excedessem os recursos disponíveis, o projeto autorizava a constituição de sociedades mistas, desde que o Estado fosse detentor da maioria das ações. Como o plano seria tocado pelas secretarias e associações representativas das áreas específicas envolvidas, foi então prevista a criação de uma Comissão Executora,

presidida pelo Chefe do Poder Executivo e composta pelos Secretários da Fazenda, Viação e Obras Públicas, Educação, Saúde, Agricultura, Presidentes das Federações do Comércio, Indústria e Associações Rurais; oito representantes das associações comerciais e industriais, um para cada região geográfica constante da Resolução do Conselho Nacional de Geografia em vigor; o Presidente do Conselho Rodoviário do Estado; o Presidente da Comissão de Energia Elétrica; o Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem; o diretor de Obras Públicas; o Diretor do Departamento Estadual de Estatística e o Diretor da Comissão de Energia Elétrica (MATTOS, 1973, p. 303-4).

Essa Comissão era composta por 22 membros; no entanto, sua função não era executiva e sim deliberativa das decisões, enquanto o verdadeiro comandante seria o Secretário do POE, que tinha *status* de Secretário de Estado. Dessa forma, com uma comissão deliberativa e um secretário executivo, foi constituído o primeiro órgão de planejamento do Estado. Era evidente que, por todo seu envolvimento com o plano, desde o início, Victor A. Peluso Júnior seria o Secretário do POE.

O programa era executado pelas respectivas secretarias, cabendo a Peluso a fiscalização e a responsabilidade financeira. Havia por parte do POE a preocupação com o controle financeiro, sendo os orçamentos, depois de aprovados pela Comissão, submetidos à aprovação pela Assembleia Legislativa. Segundo Mattos (1973), o POE era inspirado no Plano Federal de Obras e Equipamentos (1943-46) e no Plano SALTE (saúde, alimentação, transporte, energia) executado entre 1949/54; o primeiro emprestou o nome e o segundo os setores a receberem os recursos.

A execução do POE enfrentou uma série de problemas. Desde o intenso bombardeio submetido pela oposição no legislativo, a descontinuidade do governo com a morte de Lacerda (1958), a falta de interesse mais vigoroso por parte do executivo para o andamento do plano, a exiguidade dos recursos e a interrupção do projeto com a vitória da oposição na eleição para o Governo do Estado, em 1960, já que o plano era decenal, com previsão para conclusão no ano de 1964²⁰⁴.

Infelizmente, o POE não apresentou um relatório final de avaliação, tornando muito difícil averiguar o que foi efetivamente realizado. Sabe-se que as metas ficaram muito aquém do previsto, sendo a saúde e a educação as áreas menos favorecidas. Rodovias e eletricidade foram as mais beneficiadas. Entretanto, nas estradas de rodagem, que receberiam a maior parte das verbas, os investimentos ficaram concentrados na pavimentação dos trechos entre São Francisco do Sul-Joinville e Blumenau-Itajaí, num total de 61 km; a reconstrução da Estrada Dona Francisca (Joinville-Mafra) e o governo federal pavimentando cerca de 300 km da BR-2 (atual BR-116). No setor elétrico, era criada em 1955 as Centrais Elétricas do

²⁰⁴ Esses são os principais problemas apontados pelos comentadores (Cf. Goularti Filho, 2007; Lenzi, 1983; Mattos, 1973; Michels, 2001; Bornhausen, 1999).

Estado de Santa Catarina (CELESC). Essa empresa, no período 1955-1960, passou a controlar a produção e a distribuição de energia em vinte municípios do estado, entre eles, Florianópolis e Joinville. Nesse mesmo período, a energia produzida subiu dos 59.837 kW para 95.155 kW (GOULARTI FILHO, 2007), muito aquém dos 193.770 kW previstos no plano. Nesse momento, cabe ressaltar a constituição da Usina Termelétrica de Capivari, criada com investimentos do Governo Federal.

Os recursos para a agricultura se beneficiaram da existência de um plano nacional de mecanização desta que disponibilizou diretamente à Secretaria da Agricultura de Santa Catarina uma verba de US\$ 1 milhão, para a compra de tratores. Com esses recursos foram adquiridos vários implementos agrícolas e cerca de cem tratores, sendo 55 de esteira, que serviriam para destoca, nivelamento dos terrenos e, principalmente, para a ampliação e melhoramento das estradas que ligavam as propriedades rurais aos centros consumidores (Ofício n. 272/1958).

O POE, desde o princípio, contava com dificuldades econômicas, necessitando, portanto, de constantes ajustes no cronograma e nos valores destinados a cada setor. Em um parecer de 22 de outubro de 1957, sobre os recursos do 2º semestre de 1957 e do programa de trabalho de 1958, verificam-se alterações, sempre para menos, dos valores a serem empregados no setor da agricultura. Segundo esse mesmo parecer, foram adquiridos, no primeiro semestre de 1957, 25 tratores, 94 arados, treze ceifas atadeiras, duas grades de dezesseis discos, cinco trilhadeiras, 196 polvilhadeiras, uma delas equipada com motor. Esses equipamentos foram distribuídos pelas Casas de Colono, principalmente, de Joaçaba e Canoinhas.

Não se pode deixar de mencionar que o POE sofreu vários reveses, entre eles, a morte do governador em exercício Jorge Lacerda, em 1958, que causou sérios problemas políticos. Nesse ano, Peluso teve de se desdobrar, uma vez que acabou respondendo interinamente pelas Secretarias da Fazenda e da Educação, em virtude da ausência dos respectivos titulares.

Apesar do esforço, os números totais dos investimentos ficaram muito abaixo do planejado, no entanto, deve-se ter em mente que faltavam ainda quatro anos de execução do programa, pois, o POE foi interrompido com a vitória da coligação oposicionista

PSD/PTB, em 1960. Uma, entre as várias razões da derrota da situação naquele pleito foi, exatamente, a falta de investimentos em infraestrutura, em virtude da timidez dos recursos direcionados àquele plano, dado o caráter liberal, conseqüentemente, pouco intervencionista, dos representantes udenistas. Como diz Goularti Filho (2007, p. 191), “no governo Jorge Lacerda-Heriberto Hülse (1956-60), não houve um arranjo político e institucional voltado para o planejamento, foram apenas parcialmente cumpridas algumas metas do POE”. Com isso, no final dos anos 1950, o dinâmico crescimento econômico catarinense ainda se encontrava refém dos pontos de estrangulamento infraestruturais, os quais o POE não tivera capacidade de resolver, menos por incapacidade técnica, mais por entrave e falta de interesse político. Esse fato foi muito explorado pela oposição, que instigou grande parcela do empresariado, que há muito reclamava da falta de infraestrutura necessária para resolver a crise de acumulação de capital no Estado, a apoiá-los na eleição ao governo estadual, em 1960. O candidato do PSD, Celso Ramos, astucioso, com o apoio da Federação das Indústrias do Estado (FIESC), da qual era presidente, criou o chamado Seminário Socioeconômico de Santa Catarina, iniciado na cidade de Chapecó, em julho de 1959. Segundo Alcides Abreu (apud Lenzi, 1983, p. 279), “a intenção era a de realizar um diagnóstico global da realidade catarinense, envolvendo entidades públicas e privadas”. Foram distribuídos mais de Três mil questionários aos funcionários públicos de diferentes funções, líderes comunitários, prefeitos, secretários municipais e empresários, com o intuito de elaborar um diagnóstico que serviria de base para a composição de um documento que racionalizasse os problemas que seriam atacados por um plano governamental (MATOS, 1973). Os resultados desse seminário serviram de base para o Plano de Metas do Governo (PLAMEG).

A situação governista acreditava na vitória de Irineu Bornhausen, candidato ao executivo estadual, Em razão da sua tranquila vitória, sobre Celso Ramos, na eleição para o Senado Federal, em 1958. Além disso, achava que a morte do principal líder do PSD estadual, Nereu Ramos, havia afetado negativamente a máquina política desse partido. No entanto, como já salientado, Celso Ramos soube tirar vantagem do seu posto na presidência da FIESC, cooptando o apoio de parcela expressiva do empresariado. Ao mesmo tempo, costurou uma aliança política com o PTB, que se

mostrou imbatível nas urnas, escolhendo o líder daquele partido, Doutel de Andrade, como seu vice-candidato.

Ao assumir o cargo de governador, Celso Ramos tratou de varrer os projetos políticos udenistas. O PSD conseguiu extinguir o POE, ao mesmo tempo em que lançou campanha difamatória contra o ex-governador Heriberto Hülse, acusado de efetuar uma onda de empreguismo no final do seu mandato. O ex-secretário, Victor Peluso Júnior, buscou defender o governo udenista de tais acusações, em um texto que justificava a questão dos empregos e desqualificava as acusações²⁰⁵.

Com a posse do novo governador, Peluso resolveu antecipar sua aposentadoria, evitando assim qualquer tipo de represália, como já exposto no primeiro capítulo. No início do ano de 1961, partiu em longa viagem com sua família, percorrendo boa parte do estado a bordo de uma Kombi. Foi até a cidade de Chapecó, parando em várias cidades no caminho para conversar com correligionários udenistas, numa clara tarefa de cunho político. No entanto, algum tempo depois, passou a se desencantar com os rumos da política, abandonando definitivamente qualquer participação, nesse sentido, após o golpe de 1964²⁰⁶.

Durante o período em que esteve à frente do POE, continuou mantendo contatos com o círculo dos geógrafos. Em 1956, fora escolhido para presidir a seção brasileira da União Geográfica Internacional. Nessa posição presidiu o XVII Congresso Internacional de Geografia, realizado na cidade do Rio de Janeiro, de 8 a 18 de agosto daquele ano, (primeiro e único encontro da UGI realizado em um país do terceiro mundo). Esse certame foi importante para a geografia brasileira, pois:

É o marco de transição da fase de formação para aquela em direção à afirmação, onde se imagina sejam colhidos frutos evidenciadores da existência de uma comunidade ativa de geógrafos pesquisadores. [...] Esse certame internacional estaria fadado a representar um

²⁰⁵ Existe um rascunho dessa carta de defesa do governo Hülse, entre outros materiais doados pela família Peluso, nos arquivos da Academia Catarinense de Letras.

²⁰⁶ Informação verbal de Aldo Peluso, filho de Victor Peluso Jr.

papel mais importante ainda do que o da sua realização, pois trouxe conseqüências imediatas do mais alto significado tal como a contratação de vários professores universitários de geografia: Jean Tricart, Jean Dresh, Pierre Birot, K. Sekiguti, Orlando Ribeiro, para cursos especiais aos nossos docentes universitários e corpo técnico (MONTEIRO, 1980, p. 18).

Sem dúvida, o encontro do Rio de Janeiro foi a grande oportunidade para a geografia brasileira mostrar o grau de maturidade científica que havia alcançado por meios próprios, depois da fase em que fora auxiliada pelo conjunto de profissionais estrangeiros, que aqui vieram trabalhar, entre os anos 1930 e 1940. Ainda na condição de Presidente Nacional da UGI, Peluso participou, à frente de importante comitiva brasileira, do XVIII Congresso Internacional, realizado em Estocolmo (1960).

Foi nesse período em que era Secretário de Estado do Plano de Obras e Equipamentos, e há muito reconhecido geógrafo, quando em um arroubo, considerado como a expressão máxima de sua humildade, resolveu buscar a titulação no campo que era de seu estrito saber. Para tanto, matriculou-se, juntamente com outro experiente profissional, Carlos Büchele Jr., também engenheiro-geógrafo, no curso de graduação em Geografia da Faculdade Catarinense de Filosofia. Essa titulação de certa forma seria importante, dadas as dificuldades no reconhecimento de seu título de engenheiro-geógrafo do antigo Instituto Politécnico de Florianópolis, validado oficialmente pelo MEC somente em 1965²⁰⁷.

[...] A vida administrativa pode representar uma oportunidade para um técnico. Para a ciência que abraçou, poderá significar o cemitério perverso. Peluso, como geógrafo que percorreu o perfil das funções administrativas de Santa Catarina, evitou a ameaça tumular dessas funções. Em plena vigência de mandato de

²⁰⁷ Sobre a passagem de Peluso como aluno na FCF e os problemas relativos ao reconhecimento do diploma de engenheiro-geógrafo do IPF, consultar a seção 1.9.

secretário de estado, ingressou no curso de Geografia da Faculdade Catarinense. Mas, tão pronto se desfez das roupagens burocráticas, retornou àquela faculdade, sentado agora, não no banco dos alunos, mas na cátedra que o esperava. Para muitos o episódio pode parecer fato corriqueiro, sem outro significado além da ocupação de uma atividade. Para Peluso Jr., o episódio representou o encontro com o próprio destino (LAGO, 1979, p. 17).

Com o título de Licenciado em Geografia e com sua aposentadoria das funções técnicas do Estado, resolveu ingressar no magistério superior, em 1961, como professor na FCF, a qual, no ano seguinte, passou a denominar-se Universidade Federal de Santa Catarina.

5.3 Uma nova fase produtiva

O momento em que Peluso ingressa como professor na universidade coincide com o período no qual o país passou por sérias agitações políticas, iniciadas com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, até a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que institucionalizava a ditadura militar, em dezembro de 1968. Com o golpe militar, a política de ação do Estado passou a priorizar o planejamento econômico. Entre o grande conjunto de medidas adotadas estavam: a intervenção no câmbio, o desenvolvimento das indústrias de base e o incentivo na construção da infraestrutura necessária para o pleno desenvolvimento econômico (usinas hidrelétricas, rodovias, portos, etc.). Essa política permitiu a oligopolização da economia e levou ao chamado “milagre brasileiro” (1968-73); momento em que a economia cresce a números antes nunca vistos.

Por outro lado, a geografia brasileira, desde o encontro da UGI, em 1956, passava por mudanças substanciais. Urbanização e industrialização começaram a ser os temas recorrentes das pesquisas geográficas. Sob a orientação do professor francês Michel

Rocheft²⁰⁸, e coordenação de Lísia Bernardes, o Grupo de Trabalho de Geografia Urbana da Divisão de Geografia do CNG elaborou a importante pesquisa *O Rio de Janeiro e sua Região* (1964), pioneira na investigação da influência metropolitana sobre a sua região. Nesse momento, Pedro P. Geiger publicou o livro *Evolução da Rede Urbana Brasileira* (1963) e coordenou um interessante trabalho sobre a industrialização na região Sudeste, editado na RBG em 1963 (ALMEIDA, 2000).

A produção intelectual de Peluso, praticamente interrompida durante sua permanência como Secretário de Estado, é retomada no momento em que ele passa a lecionar na universidade. A partir desse momento os temas de seus estudos mantêm uma ligação estreita com os seus afazeres de professor.

No entanto, o primeiro estudo dessa fase, *Latifúndios e Minifúndios no Estado de Santa Catarina*, escrito em 1962, não teve relação direta com as suas aulas, mas foi, antes de tudo, resultado do aproveitamento de conhecimento acumulado em sua passagem pela Secretaria da Agricultura e pelo POE. Além disso, a proposta de apresentar tal estudo pode ter sofrido a influência do grande apelo que esse tema vinha despertando nos meios intelectuais da época. A questão terra, principalmente, na América Latina, tornara-se objeto de acaloradas discussões, pois os projetos de reforma agrária, constante nos programas políticos, eram a causa de vitórias eleitorais da esquerda e/ou golpes de estado da direita. O período foi marcado pelas contribuições teóricas da esquerda²⁰⁹ que passou a perceber como as novas forças sociais, surgidas com a industrialização, entravam em choque com as velhas classes latifundiárias. Portanto, o

²⁰⁸ Michel Rocheft (1927-), professor emérito da Sorbone. No início dos anos 1960 foi convidado para dar consultoria ao IBGE e lecionar na Universidade do Brasil, onde introduziu os estudos sistemáticos sobre redes urbanas no País. Orientou diversas teses de brasileiros entre os anos 1970 e 1990. Foi Presidente do Conselho de Administração do Instituto Francês de Urbanismo. Publicou *La Organisation Urbaine de L' Alsace* (1960). (ALMEIDA, 2000 e www.wikipedia.org/wiki/michel-rocheft. Acesso em: 12 dez 2009).

²⁰⁹ Por exemplo, em 1958, o PCB publicou a Declaração de março, criticando os erros da fase stalinista, buscando construir uma análise mais apurada da situação política, econômica e social brasileira. Nesse ínterim, passou a dar destaque à nova classe social, à burguesia industrial, que poderia ser uma aliada dos trabalhadores, pelo seu comprometimento com o desenvolvimento das forças produtivas e com a erradicação dos entraves feudais (Cf. MANTEGA, 1990).

importante era mostrar que a antiga estrutura feudal fundiária (latifúndio-minifúndio) tornara-se um sério empecilho para o desenvolvimento pleno das forças produtivas.

Nesse texto, Peluso inicia esclarecendo que no estado catarinense, desde 1920, vinha ocorrendo um aumento maior no número de estabelecimentos do que no da área ocupada. Tal fato, inevitavelmente, refletia a tendência ao parcelamento das terras. Mas, a análise não se concentra numa mera descrição com base nos números. Demonstrando o conhecimento adquirido, tanto empiricamente como no contato direto com os problemas enfrentados pelos agricultores, analisa o quadro fundiário com base nas características regionais naturais (clima, solo, relevo, etc.), e nas relações entre a produção e as distâncias aos mercados. Tal análise permite verificar a relação entre a estrutura fundiária e a capacidade produtiva. Assim, pôde demonstrar que o tamanho ideal de uma propriedade na planície arenosa é diferente daquela que se encontra em uma planície aluvial, ou em encosta cristalina, etc., e que cada região específica tem a necessidade de um tamanho ideal para produzir, ou seja, um determinado módulo rural.

Aprofundando a questão, constata que o problema agrário não depende apenas do módulo, pois está em jogo outra série de fatores, tais como: a forma de produzir, os tipos de culturas, as distâncias aos mercados, a extensão rural e, principalmente, o papel do atravessador que, segundo ele, é figura fundamental no entrave à utilização de insumos e de outras técnicas por parte do produtor, visto serem aqueles os responsáveis por constantes flutuações nos preços pagos ao produtor.

O estudo prossegue com uma longa descrição e análise por tamanho das propriedades, apresentando separadamente as com menos de 10 ha, as que variam de 10 a 100 ha, as de 100 a 1000 ha e as maiores que 1000 ha. Como conclusão, aponta a existência de dois tipos significativos de estabelecimentos, os de menos de 100 ha para a lavoura, e o de 100 a menos de 1000 ha para a pecuária. Constata também o impulso crescente e problemático do êxodo rural e a diminuição do fluxo para as frentes pioneiras do oeste catarinense, o que tem levado ao inchaço das cidades, as quais, por seu turno, não conseguem responder em oportunidades ao grande contingente que a elas se dirigem.

Por fim, cabe ressaltar um ponto de vista específico do autor. De acordo com ele, apesar de 48% da área total explorada encontrar-se nas mãos de apenas 5% dos estabelecimentos, isso não tem um grande significado social e econômico, pois a maior parte dessa concentração é restrita à exploração florestal, e “a lavoura não tende a expandir-se para as áreas onde se tira a madeira” (PELUSO, 1991a, p. 253). No entanto, esse texto foi publicado, na UFSC, somente em 1970, quando então foi incluída uma nota final alertando da possibilidade de que muitos dos aspectos ali expostos haviam sido superados por fatos novos, invalidando algumas das afirmações contidas.

Na mesma época em que ele ingressava como professor na universidade, tem início uma nova tendência epistemológica na geografia mundial. Essa nova corrente, também conhecida como *new geography*, desenvolveu-se no final dos anos 1950 e início dos 1960, inicialmente nos EUA e logo em seguida na Europa. Epistemologicamente, buscava inverter a ordem metodológica tradicional que partia sempre da descrição em direção à explicação. Dessa maneira, a “nova geografia”, totalmente voltada ao emprego de metodologias quantitativas, procurava, antes de tudo, a formulação de leis gerais acerca da distribuição espacial na superfície terrestre.

A partir das ideias contidas nos textos clássicos, *Theoretical Geography* (1962), de W. Bunge²¹⁰ e *Explanation in Geography* (1969), de D. Harvey²¹¹, que exaltavam a dedução e criticavam o

²¹⁰ William Wheller Bunge Jr. (1928-), geógrafo americano. Concluiu mestrado na *University of Wisconsin*, em 1955, sob a orientação de R. Hartshorne e PhD em Geografia Quantitativa, na *University of Washington*, em 1960. Foi professor na *University of IOWA* (1960-61) e professor assistente na *Wayne State University*, Detroit (1962-69). Desiludido com a política conservadora dos EUA, mudou-se para o Canadá, lecionando na *University of Western*, Otário (1970-71) e na *York University* (1972-73). Reside atualmente em Quebec e desde 1998 é o representante do Partido Comunista do Quebec no Governo Federal. É considerado um dos pais da *new geography*, devido ao livro *Theoretical Geography* (1962); no entanto, em 1964, escreve o texto *Geographical Dialectics*, no qual apresenta as primeiras considerações em direção à “geografia radical” (www.wikipedia.org/wiki/william_bunge. Acesso em: 12 dez 2009).

²¹¹ David Harvey (1935-), geógrafo britânico com doutorado pela *ST. John's College*, Cambridge (1961) e pós-doutorado na Universidade de Uppsala, Suécia (1961). Lecionou nas Universidades de Bristol (1961-1969); John Hopkins (1969-2001), Oxford (1987-1993). Atualmente é professor do Departamento de

método indutivo, a geografia institucional brasileira sofre uma rápida guinada nesse sentido, sendo o IBGE o mais afetado pela “nova onda” e também o seu principal irradiador.

A geografia moderna, sob a influência desta corrente teórica produz uma nova síntese, onde a análise espacial constitui objeto fundamental da geografia e o método sistêmico é aquele com que se pode explicar cientificamente os fenômenos sendo o instrumento da nova cosmovisão geográfica. Tendo como base a teoria geral dos sistemas, retoma os mesmos termos definidos pela racionalidade analítica, fazendo parte como a lógica matemática, dos novos instrumentos que definem uma abordagem moderna da ciência, tendo como força desta teoria a uniformidade lógica de todo o processo de conhecimento, e todos os fenômenos podem ser vistos como sistema, independentes do caráter particular ou da natureza dos elementos que compõem e das relações que os unem (SCARIM, 2000, p. 67).

Essa tendência abria novas possibilidades para a geografia, principalmente, porque o conhecimento científico assim gerado permitia, além de tudo, a prevenção, portanto, servindo de forma direta aos interesses da planificação. Por isso, o IBGE, como órgão diretamente ligado ao planejamento, tornou-se o principal porta-voz da geografia sistêmica. Era o período pelo qual o país passava por uma ditadura militar, que contemplava em seu bojo um plano específico de desenvolvimento econômico, extremamente estimulante das práticas de planejamento. Essa foi uma das razões pelas quais, naquele momento, o IBGE serviu como uma das principais instituições de planejamento do governo brasileiro. É

Antropologia da *City University of New York*. Apresentou, em 1969, a obra epistemológica *Explanation in Geography*, uma vigorosa defesa da *new geography*. No entanto, pouco depois, em 1973, publica *A Justiça Social e a Cidade*, em que defende a perspectiva materialista-dialética como método essencial para a Geografia.

interessante observar que a assimilação dos métodos quantitativos ocorreu de forma aleatória e não como um projeto do regime militar. Como ressalta Almeida (2000), alguns geógrafos anglo-americanos, de forma fortuita, acabaram marcando presença no Brasil no final dos anos 1960, os quais foram os responsáveis pela introdução da *new geography* no país²¹².

Peluso, sempre atento e aberto aos diferentes estímulos teórico-metodológicos alhures, mantinha contato, desde a fundação, com os membros do IBGE, de onde provinham os principais estímulos em direção a essa nova corrente. Tecnicamente ele encontrava-se apto para assimilar o novo pacote metodológico, uma vez que a “nova geografia” incorporava um conjunto expressivo de fórmulas e conceitos matemáticos, área do conhecimento a qual ele dominava muito bem desde os tempos de colégio e aprimorada no Instituto Politécnico e, posteriormente na preparação para o levantamento das coordenadas municipais e no curso de Geodésia, realizado nos EUA. Além disso, por ser a nova geografia proveniente dos EUA e Inglaterra, a bibliografia sobre o assunto era em inglês, língua dominada perfeitamente por Peluso. Entretanto, há décadas militando no seio da geografia científica brasileira, herdeiro das concepções tradicionais de uma geografia empírico-descritiva, Peluso não poderia, no estalar dos dedos, romper com a tradição. Por isso, mesmo depois de incorporar as novas técnicas, continuou mantendo certo padrão descritivo em suas análises.

Da mesma forma que a maior parte dos geógrafos brasileiros, a assimilação da nova corrente, por parte de Peluso, ocorreu no início dos anos 1970. Isso se verifica por intermédio de

²¹² “No caso de Berry e Friedmann, o acaso aconteceu em virtude da repentina saída de um cargo de direção do SERFHAU, do arquiteto Harry Cole, que havia contratado a vinda desses pesquisadores ao Brasil, e que naquele momento, não poderia mais arcar com essa responsabilidade via SERFHAU. Faissol vislumbrou aí uma possível futura parceria com as universidades de Chicago (Berry) e Los Angeles (Friedmann) e articulou a visita pelo IBGE em 1969. No caso do inglês Peter Colle, o acaso aconteceu através de uma notícia de jornal, que o pesquisador da Universidade de Nottingham estava no Brasil para pesquisar o planejamento do censo de 1970. Um contato entre o DEGEO e o Conselho Britânico fez com que Colle tivesse contato com a Geografia brasileira através de Faissol, Marília Galvão, Pedro Geiger, Elza Keller, Roberto Lobato Corrêa e Olga Buarque de Lima, pesquisadores que, de uma forma ou de outra, estavam trabalhando com urbanização/industrialização e Geografia da População” (ALMEIDA, 2000, p. 118).

seus textos, pois em “Aspectos da População e da Imigração no Estado de Santa Catarina”, publicado em 1970, nada se encontra da nova tendência, sendo basicamente um levantamento histórico do povoamento do território catarinense, escrito nos moldes dos seus textos anteriores.

A guinada em direção à geografia quantitativa ocorre a partir de 1971, coincidindo com a época em que foi convidado pela UFSC para coordenar o relatório da “Política de Desenvolvimento Urbano para o Estado de Santa Catarina” (PDU). Esse estudo era patrocinado por um convênio entre o Governo do Estado de Santa Catarina, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU). O relatório final foi elaborado sob a supervisão da Comissão de Planejamento da UFSC e entregue em 1974. Esse projeto visava diagnosticar a situação urbana diante do crescente êxodo rural. As políticas a serem empregadas pelo governo militar precisavam do conhecimento da realidade. Havia a necessidade de planejar a infraestrutura urbana, principalmente, nas áreas metropolitanas, entre todas, as que mais recebiam novos contingentes de população. No final dos anos 1960, o Banco Nacional da Habitação, principal agência de crédito imobiliário, crescia de forma acelerada e seu planejamento passou a depender do SERFHAU²¹³, órgão do governo responsável pela administração e contratação das pesquisas sobre a problemática urbana.

Para a elaboração desse trabalho, Peluso coordenou uma equipe de onze técnicos, quatro colaboradores técnicos, dezenove pesquisadores auxiliares, oito datilógrafos, oito desenhistas e 25 calculistas. O esquema do trabalho estava dividido em quatro partes: sistema de cidades; análise do crescimento urbano; modelo catarinense de crescimento urbano e alternativas de política de desenvolvimento urbano.

As duas primeiras visam mostrar a realidade urbana do Estado de Santa Catarina. As cidades constituem um sistema, que é estudado através da hierarquia, da rede que formam e das funções que desempenham. Conhecida esta

²¹³ No início dos anos 1980 o SERFHAU foi incorporado à Caixa Econômica Federal e logo extinto. O material produzido por esse serviço encontra-se na sede da CEF em Brasília.

realidade, analisa-se o crescimento por meio do estudo da população, da economia e da estrutura intra-urbana. São os elementos que integram as duas partes iniciais do trabalho que conduzem à caracterização do modelo catarinense de crescimento urbano, fonte principal do estabelecimento de alternativas de política de desenvolvimento das cidades em Santa Catarina (PDU, 1974, p. 3).

A perspectiva que norteia o trabalho é de linha dedutivista, portanto generalista, sendo completamente contrária ao indutivismo e à busca das particularidades, comuns à geografia considerada tradicional. A ideia gira em torno da concepção do “Sistema de Cidades”, cuja interpretação é feita com base na hierarquia urbana. Esse tipo de teoria teve origem nas ideias de W. Christaller (1939) sobre as localidades centrais. No Brasil, o IBGE, por influência inicial de M. Rochefort e depois de B. Berry e M. Friedmann, desenvolveu trabalhos exclusivamente voltados a identificar a hierarquia urbana.

Nesse tipo de estudo, a análise deve partir da distribuição dos serviços pelas diferentes cidades de uma determinada rede urbana. Nesse caso, foram selecionados e utilizados 27 tipos de serviços agrupados em cinco ordens (segundo o modelo de J. Brush em seu estudo sobre o Wisconsin), classificadas de acordo com o número de cidades equipadas e a influência sobre a região. Esse tipo de classificação tinha como intuito permitir fazer comparações entre redes urbanas diversas; no caso, a rede urbana catarinense em comparação com a de outros estados. Como se sabe, ao contrário da Geografia tradicional que analisava as funções urbanas no contexto da própria cidade, sem buscar relacioná-las, pois essas caracterizavam a sua particularidade, a *new geography* preocupava-se com a relação das funções urbanas entre as cidades, buscando generalidades.

Outro aspecto importante nesse tipo de trabalho é a questão da influência entre as cidades. Nessa direção, o estudo buscou apoio na teoria da polarização de F. Perroux, para o qual o crescimento não surge em toda parte e no mesmo momento, mas apresenta intensidades variáveis em pontos específicos; os denominados polos de crescimento. Para o levantamento dos polos de desenvolvimento,

na rede urbana catarinense, a análise procurou verificar, por meio dos fluxos intermunicipais, os “espaços onde operam forças centrípetas sobre os movimentos populacionais e centrífugas quanto à irradiação dos benefícios econômico e social”, que caracterizam esses polos (PDU, p. 28).

Esse tipo de abordagem levou a constatar que o sistema de cidades em Santa Catarina encontrava-se dividido em diversos subsistemas, alguns mais outros menos influentes sobre a rede urbana, mas a maioria ainda polarizada por metrópoles de outros estados. Na parte final o estudo propõe três alternativas em face do desenvolvimento urbano em Santa Catarina: eleição de polo único; polarização de cidades médias e grandes em seus subsistemas; polarização de três eixos de cidades grandes e médias com instalações industriais (Itajaí-Joinville) (Imbituba-Criciúma) (Concórdia-Caçador), e de três cidades com seus subsistemas fora desses eixos (Florianópolis, Lages e Chapecó) (Ibid., p. 252).

O estudo encerra considerando que as características da urbanização catarinense diferem da de seus vizinhos (RS e PR), pois esses estados possuem uma rede urbana organizada pela ação de uma cidade primacial polarizadora, enquanto em Santa Catarina a rede urbana permaneceu desorganizada, com baixa polarização em seu sistema de cidades (Ibid., p. 259-260).

Apesar de o estudo ter sido elaborado por uma equipe, deve-se levar em consideração que, em linhas gerais, a metodologia do trabalho seguiu as orientações dos técnicos dos órgãos de fomento à pesquisa, no caso, SUDESUL e SERFHAU. Como coordenador do projeto, a influência de Peluso se fazia sentir, sobretudo, por usar como referência trabalhos da nova fase quantitativa desenvolvidos no IBGE, principalmente por Speridião Faissol, Roberto Lobato Corrêa e Vanda Silvia Lojkasek. Regularmente era necessário prestar conta dos resultados da pesquisa aos órgãos contratantes. No caso da SERFHAU, o trabalho era inspecionado pela geógrafa Maria Adélia de Souza, que possuía uma postura abertamente rochefortiana, em muitos sentidos discordantes da postura quantitativista assumida por aquela pesquisa. Isso gerou longas discussões sobre o rumo do trabalho que, no entanto, conforme a renitente geógrafa, acabavam

sendo contornadas pela postura e pela forma como Peluso tratava os problemas (informação verbal)²¹⁴.

Além do trabalho na SUDESUL, Peluso seguia com suas aulas na universidade, tanto na graduação como na pós-graduação, pois, em 1972, foi criado o curso de Especialização em Geografia (*lato sensu*). Nesse momento, suas aulas seguiam a dinâmica teórico-metodológica quantitativista, então uma das tendências modernas do pensamento geográfico brasileiro.

Em 1973, Peluso fez uma palestra na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) – Delegacia de Santa Catarina – sobre a urbanização de Santa Catarina. O conteúdo da conferência encontra-se publicado no livro *Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina*. Esse é o primeiro de seus estudos que apresenta influência quantitativista (retas de regressão, coeficientes de saturação, necessidades mínimas, etc.) e uma complexa bibliografia com autores nacionais, franceses, ingleses e norte-americanos.

Em 1974, palestrou novamente na ADESG sobre o tema *Problemas Demográficos: avaliação e prospectiva do fenômeno urbano em Santa Catarina*. Nessa palestra, apresentou o quadro de rápida urbanização que ocorria no estado, no país e no mundo, como consequência do intenso êxodo rural que atingia os mais diversos lugares do planeta. Explanou sobre o padrão de urbanização da população catarinense que sofria o mesmo comportamento da população brasileira; a população do campo primeiro se dirigia para as aglomerações menores, e daí para as maiores (migração por etapas). A apresentação foi reforçada por uma série de tabelas numéricas e estatísticas. Como em estudos anteriores, aponta que a causa da migração rural, nos países subdesenvolvidos, de forma geral, é a deterioração do solo, promovida por uma agricultura atrasada, baseada na rotação de terras. Completa afirmando que a “agricultura tradicional só continuará a ser explorada dentro das dimensões exigidas para a regeneração do solo” (PELUSO, 2004, p. 13). Sobre essa afirmação segue uma série de cálculos para indicar o índice de saturação, que é o número de trabalhadores na agricultura

²¹⁴ Segundo a professora Maria Adélia o comportamento do professor Peluso era sempre de uma polidez e de uma amabilidade que desarmava até o espírito mais intolerante, como, no caso, o dela (informação verbal).

dividido pelo número potencial de pessoas ocupadas, demonstrando que em Santa Catarina esse índice é elevado. Ressalta que a situação da agricultura no estado só não é catastrófica em virtude da existência de órgãos de apoio eficientes. A saída, então, seriam os agricultores se tornarem empresários, investindo na lavoura tecnificada. Por fim, apresenta uma projeção das taxas de urbanização, segundo cálculo exponencial, que previa para o ano 2000, o índice de 94,88% da população catarinense vivendo em cidades. A esse número Peluso infere que as terras em Santa Catarina não poderiam ser adaptadas a grandes propriedades, assim sendo, no ano 2000, as cidades deveriam contar, pelos seus cálculos, 63,43% do total da população (prognóstico bem abaixo dos 78,7% acusados no censo de 2000).

Durante essa fase produtiva, elaborou *A Classificação Funcional das Cidades e sua Evolução: Aplicação do Método das Exigências Mínimas, de Ullman e Dacey, ao Estudo da Evolução das Funções Urbanas e da Classificação Funcional das Cidades do Estado de Santa Catarina*, tese submetida à Universidade Federal de Santa Catarina, primeiramente, em setembro de 1974, para a obtenção do grau de Livre Docente e, em 1976, para o grau de Doutor em Geografia. Dos estudos dessa fase, esse é, sem dúvida, o mais representativo do seu envolvimento com a geografia pragmática.

Como o próprio título do trabalho apresenta, o estudo buscou a classificação funcional das cidades catarinenses com base na metodologia das exigências mínimas de E. Ullman e M. Dacey²¹⁵,

²¹⁵ Edwardo Louis Ullman (1912-1976) nasceu em Chicago (EUA). Geógrafo, graduado pela University of Chicago (1942). Professor de Geografia da University of Washington (1951-76), dirigiu o Center of Urban and Regional Research (1967-69) (www.britannica.com/EBchecked/.../eduard-ullmann). Acesso em: 22 dez. 2009).

Michael F. Dacey (1932-). Bacharel em Geografia pela University of Kansas (1954). Realizou Mestrado (1956) e Doutorado (1960) na Washington University. Foi professor adjunto de Ciência Regional da Pensilvania University (1960-64) e professor titular da Northwestern University (1964-2006). Fundou o Métodos Matemáticos em Ciências Sociais (MMSS), em 1978. Recebeu, em 1981, o Distinguished Teaching Award. Suas pesquisas abrangeram as áreas de geografia, ciências regionais, estatísticas, matemáticas, planejamento urbano, recursos hídricos e antropologia (www.regionalscience.org/michael-f-dacey.html). Acesso em: 22 dez. 2009).

ressaltando, porém, a existência de variada metodologia sobre exigências mínimas, cada qual com suas especificidades.

Ulmann e Dacey consideram que o método das necessidades mínimas é destinado à compreensão da estrutura do emprego urbano, proporcionando dado quantitativo próximo à porcentagem mínima da mão-de-obra exigida por vários setores da sua economia a fim de manter a viabilidade de uma zona urbana (PELUSO, 1974, p. 6).

Conforme Peluso (*ibidem*, p. 4), “Ulmann e Dacey calcularam o mínimo, individualmente, para cada atividade segundo as classes dimensionais dos núcleos urbanos”. Antes, no entanto, o estudo deve levar em consideração as características da centralidade dos núcleos urbanos (centro industrial, comercial, administrativo, de transporte, etc.). O estudo ressalta ainda que foram consideradas apenas as cidades com mais de mil habitantes, pois as “abaixo desse limite encontram-se intimamente ligadas ao ambiente rural” (*ibidem*, p. 13).

Em resumo, o que o estudo procura é definir a funcionalidade com base nas características da mão-de-obra. A pesquisa requereu os cálculos para cada município individualmente, com base nos censos de 1940, 1950, 1960 e 1970. Assim, em cada período, foi levantado o quadro funcional das cidades: enquanto em 1940, dos 35 municípios com mais de mil habitantes, vinte eram centros industriais, dez eram centros de serviços, quatro eram centros de transporte e um era centro de mineração; em 1970, dos 130 municípios pesquisados, 71 eram centros industriais, 53 eram de serviços, dois eram de transporte, um era centro de mineração e três aparecem como centros de pesca.

A conclusão é de que não houve mudança significativa nas porcentagens dos diferentes centros no período pesquisado, indicando que “a tendência seria o crescimento acentuado dos empregos nas funções centrais e nas atividades industriais, com previsão de domínio dos centros industriais sobre os centros de serviços” (*ibidem*, p. 195).

Esse tipo de estudo quantitativo tinha, entre outros objetivos, buscar subsídios para compreender a realidade e, então, criar prognósticos para futuras intervenções sobre os desequilíbrios constatados. No entanto, no caso dessa pesquisa, como em muitas outras, verifica-se que as projeções ficaram aquém do desejado. A realidade se mostrou mais complexa do que as suas conjecturas. Esse comportamento demonstra que o desenvolvimento da sociedade, diversamente da natureza, é pouco previsível, portanto, impossível de ser entendida com base em ciências exatas. Peluso, como parte dos geógrafos brasileiros que se sentiram atraídos pelas perspectivas da *new geography*, passou a sentir as limitações dessa metodologia quantitativista. Nota-se, em textos posteriores, seu gradual afastamento dessa perspectiva metodológica.

No entanto, vale lembrar, que o trabalho *A Classificação Funcional das Cidades e sua Evolução* serviu para Peluso obter os graus de Livre Docente e Doutor em Geografia, recebendo nesse trabalho notas superiores a nove, por todos os integrantes da banca. Esse resultado demonstra que o trabalho havia sido bem elaborado, consoante com a metodologia do momento, respondendo perfeitamente aos propósitos aos quais foram destinados.

Em 1979, ao receber a aposentadoria compulsória, Peluso passa a dedicar seus esforços ao IHGSC. Ressuscita o periódico do instituto, que não era publicado desde 1944, inaugurando a 3ª fase da revista; visto já terem ocorrido duas fases anteriores (1902-1920 e 1943-1944). Com o mesmo espírito empreendedor dos tempos em que publicava a revista do DEGC, lançou-se ao novo desafio. Deve-se reconhecer que valeu o esforço, já que, desde 1979, até o momento, a revista tem sido publicada regularmente. Para iniciar esse empreendimento, havia a necessidade de textos para o corpo da revista. Peluso então instigou geógrafos e historiadores, principalmente da UFSC, a contribuírem com estudos para a publicação. Durante esse tempo, não apenas cuidou dos detalhes do material a ser exposto, sendo também um dos principais colaboradores de artigos para a revista.

Nessa nova fase produtiva, apresenta uma série de estudos, alguns deles focados na questão urbana. O primeiro, publicado na revista nº 1, 3ª fase, 2º semestre de 1979, é “A Evolução Urbana de Santa Catarina no período de 1940 a 1970”. Texto emblemático, pois mescla traços marcadamente quantitativistas (Sistema de cidades de

B. Berry, curva de Lorentz, linhas de regressão, necessidades mínimas, etc.) com passagens descritivas que salientam o caráter de relações entre o homem e o meio, entrecruzadas com a análise histórica (típico da geografia tradicional); todavia, o fio condutor da pesquisa é a interpretação da rede urbana. Para tanto, buscou constatar o papel desempenhado pelas cidades, individualmente, aplicando, então, o método das necessidades mínimas de Ullman e Dacey, assim como havia feito em estudos anteriores.

Notam-se, nesse texto, algumas mudanças na apresentação do conteúdo, pois, aproveitando-se dos levantamentos quantitativos realizados anteriormente (principalmente do PDU e de sua tese de doutoramento), o trabalho resgata o estilo descritivo, porém, não nos moldes antigos, quando a descrição era basicamente resultante da observação empírica. Não se trata de um retorno ao método empírico-descritivo, mas, ao que parece, o viés dedutivista, pouco questionado em estudos anteriores, passa a receber maior atenção diante dos aspectos que se mostram contraditórios. São sinais evidentes de que as suas concepções metodológicas passavam por uma avaliação.

Não se pode esquecer de que esse momento é marcado por transformações epistemológicas na Geografia brasileira. A *New Geography*, há tempos questionada, sucumbe em face do aparecimento de uma nova corrente, a “Geografia Crítica ou Radical” que segue uma linha de concepção marxista. No Brasil, o rompimento efetivo ocorreu no encontro da AGB, em 1978, na cidade de Fortaleza.

Acho que 1978 foi a eclosão de um movimento que vinha se gestando há mais tempo e que havia uma fermentação extremamente bem orquestrada. Não foi obra do acaso, nem foi erupção espontânea. Não houve apenas gratuidade. Havia um grupo de geógrafos brasileiros preocupados com a Geografia brasileira, dispostos a mudar seu rumo, no sentido acadêmico, na construção de uma nova teoria geográfica, uma nova posição política e acadêmica, dentro da geografia (SANTOS, 1989, p. 142).

Peluso estava a par dessas mudanças, pois sempre procurou se manter informado sobre os acontecimentos na Geografia, tanto em âmbito nacional, como internacional. Ele assistiu e participou das mudanças significativas que a ciência geográfica sofreu desde a sua institucionalização no país. Os métodos, conceitos e teorias desse longo período foram assimilados e calavam fundo no seu espírito de geógrafo. Se livrar da “velha” roupagem teórica e metodológica, nesse momento, era algo muito difícil e, talvez, desnecessário.

Lamentamos a aposentadoria que nos alcançou. Sentíamos felizes na sala de aula. Não que gostássemos de ensinar, pois nosso prazer era estudar, estudar com os jovens, com os moços. Sentir a vida e o amor à vida nas alegrias e tristezas dos jovens, não envelhecer, mas sentir-nos também jovens. Mas tudo passa, e o velho professor vê indiferente as novas tendências que não são para ele, e entrega-se aos estudos da época em que era geógrafo em atividade, em que se sente ainda forte e capaz. Enquanto luta, vive (PELUSO, 1984, p. 20).

Como se pode ver, ele não estava preocupado em mudar, em seguir a “nova corrente”, entretanto, isso não significa que estivesse alheio aos rumos da ciência. Porém, estes novos impulsos lhe eram indiferentes. Ele sabia que mudanças, naquele momento de sua carreira, significavam dedicar esforço e tempo para se atualizar. Acreditava ser mais importante dedicar seu tempo àquilo que realmente lhe dava prazer; escrever estudos sobre Santa Catarina. O ânimo pelos estudos sobre o estado catarinense se intensificou no início dos anos 1980, sendo a revista do IHGSC uma das principais motivações. Entre os textos publicados nesse período ganham destaque: “O Crescimento Populacional de Florianópolis e suas Repercussões no Plano e na Estrutura da Cidade” (1981); “A Evolução da Cidade de Chapecó: de povoado à centro regional (1982/83)” e “A Cidade de Gaspar (1985)”, todos voltados à temática urbana.

Em “O Crescimento Populacional de Florianópolis e suas Repercussões no Plano e na Estrutura da Cidade”, observa-se uma maior interação entre antigas ideias da geografia clássica e as mais recentes da geografia quantitativa. Olhando a bibliografia, verifica-se a utilização de textos teóricos antigos, como de P. Lavedan (1936) e modernos, como de M. Santos (1979). Outra novidade observada na bibliografia é a utilização de dissertações de mestrado sobre Florianópolis, originária dos cursos de pós-graduação da UFSC. O interessante é que Peluso lança mão do método descritivo para analisar a evolução da cidade, desde a sua fundação, em 1738, até 1940, ano em que os dados censitários passam a ser decenais e confiáveis. A partir daí é a quantificação que passa a ser o principal recurso metodológico, sendo então, nesse momento, que a análise assume encaminhamento teórico de base econômica, conduzida pelo indefectível método de determinação das necessidades mínimas de Ullman e Dacey. Na conclusão, Peluso afirma que “Florianópolis teve, desde a transformação do povoado de pescadores em núcleo urbano, dois circuitos que lembra a teoria de Milton Santos” (PELUSO, 1991b, p. 342). Isso demonstra como ele estava atento ao que se passava na Geografia, diante do movimento de renovação epistemológico.

Outro ponto de destaque é a forma usada por ele para demonstrar por que Florianópolis, cidade marítima e comercial, ao perder seu porto, nos anos 1950, não viu desaparecer o comércio de exportação. Para tanto, faz um comparativo com o que aconteceu com a cidade de Tijucas, cujo comércio de exportações foi seriamente afetado com o encerramento do porto local e um conseqüente despovoamento. Segundo ele, em Tijucas, esse comércio desapareceu repentinamente, enquanto em Florianópolis isso ocorreu gradativamente, em um espaço de pelo menos três décadas. Outro ponto fundamental é que Florianópolis possuía tamanho capaz de sustentar atividades variadas de serviços, ao mesmo tempo; como sede do governo estadual, apresentava uma série de serviços sociais que geravam empregos de salário relativamente alto, permitindo a manutenção de um movimento econômico interno. Mas, o seu principal destaque é quanto à condição da capital como “lugar central” de sua região, o que possibilitou a Florianópolis, na década de 1960, firmar-se como importante cidade de serviços, impulsionada pela conurbação com

São José, Palhoça e Biguaçu. Ao final, aparecem alguns mapas demonstrando a evolução dos traçados sobre o plano urbano; o primeiro apresentando a segregação espacial da cidade, por meio da relação entre o bairro e o nível de renda.

No texto “A Evolução da Cidade de Chapecó: de Povoado a Centro Regional”, o objetivo é analisar, segundo o método geográfico, as condições em que se deu o crescimento da cidade, até atingir a posição de “centro regional”. A base teórica utilizada é Christaller (lugar central), Lösch (importância dos mercados) e Wittlessey (região homogênea). Em primeiro lugar, apresenta a história da ocupação da região que, durante o século XIX, foi se tornando região de latifúndios e de posseiros, ambos articulados em torno de uma economia de subsistência. No século XX, após a Campanha do Contestado (1915), é iniciada a colonização do oeste catarinense por intermédio de iniciativas particulares de empresários riograndenses. Esse surto colonizador foi por vezes perturbado pelos governos estaduais de Santa Catarina e Paraná que realizavam “concessões de terras com absoluto desprezo pelos direitos dos posseiros” (PELUSO, 1991b, p. 289). Essa situação ele conheceu bem, pois havia presenciando suas consequências quando trabalhava na Diretoria de Terras e Colonização do estado.

Por outro lado, ele chama a atenção para o fato de que, apesar da espontaneidade observada no aparecimento das povoações nessa região, isso só pode ocorrer devido à forma empreendida pelas iniciativas particulares de colonização:

Povoação com capacidade para fornecer, ao lavrador, os bens e serviços por ele exigidos; a estrada caminho carroçável – pelo qual seria possível transportar a produção; o lavrador, atraído de velhos núcleos coloniais com tradição na agricultura voltada para a comercialização (PELUSO, 1991b , p. 290).

Devido à distância e à falta de ligação com o restante do estado, a produção excedente era comercializada nas cidades riograndenses mais próximas. Dessa forma, a colonização acabou criando os lugares centrais; sendo assim Chapecó, a partir de 1931,

passou a tirar vantagem da sua condição de sede de município, ao contar com uma série de serviços administrativos, intensificada, durante a década de 1940, pelos órgãos regionais de administração, implantados pelo governo estadual. Assinala, ainda, que, nesse último período, Chapecó apresentou uma das maiores taxas de crescimento populacional, de 8,1% ao ano, saltando de 44.327 habitantes, em 1940, para 96.624, em 1950. A economia nesse período crescia, não só pela agricultura, mas também impulsionada pela indústria madeireira.

O texto informa que, nos anos 1960, a cidade de Chapecó foi classificada, segundo estudo do IBGE, como centro de 2º grau de importância regional, tendo influência sobre a maior parte das cidades do oeste catarinense. O trabalho do IBGE consistiu em primeiro lugar, no levantamento funcional das cidades e em segundo, no levantamento da sua área de influência. É nesse período que as agroindústrias crescem aceleradamente, atraindo uma série de novos investimentos para a região. Peluso ressalta que nos anos 1970, com a expansão populacional e os melhoramentos na infraestrutura urbana e, principalmente, com a modernização da malha rodoviária (BR-282 e BR/SC -283), Chapecó passou por uma verdadeira revolução, ocorrendo forte tendência à diversificação industrial, ao mesmo tempo em que a agricultura se tornou a mais moderna do estado.

Na conclusão, aponta dois fatores que associados deram condições à evolução de Chapecó, de um pequeno povoamento à condição de centro regional: “população afeita ao trabalho rude do campo e que já pertencia à era moderna da agricultura comercial” e “o papel exercido pela posição da cidade, que permitiu fluir da vantagem de maior acessibilidade por parte das populações instaladas na bacia média dos rios da região e ao longo da margem do rio Uruguai” (PELUSO, op. cit., p. 305). Nota-se, nessa passagem, o resgate de uma tendência antiga – a relação entre o homem e o meio físico; objeto central nos estudos da fase descritiva.

“A Cidade de Gaspar”, estudo de Geografia Urbana, reforça a impressão anterior. Na introdução, Peluso descreve a cidade de maneira tradicional, resgatando a característica própria de pintar a paisagem com letras.

A cidade lhe parece compacta, de reduzido número de quarteirões, desde a pequena ponte sobre o ribeirão Gaspar Pequeno até a escadaria da igreja, em frente à ponte sobre o rio Itajaí. Daí em diante o viajante julga já ter passado Gaspar, olhando as casas isoladas que se sucedem ao longo da estrada, mas se o viajante descer na praça da Prefeitura Municipal e se informar sobre a estrutura da cidade, sua percepção de Gaspar é a de núcleo central de onde se irradiam ruas para todas as direções (1985, p. 181).

Em seguida se dedica a comprovar, em base histórica, que Gaspar surgiu como “cidade espontânea”; conceito elementar nas análises de cidades elaboradas pela geografia tradicional francesa. O segundo capítulo trata da economia do município, alertando, inicialmente, para o fato do fraco crescimento da população rural, a partir de 1940 e do crescimento negativo entre os anos de 1970 e 1980, transformando Gaspar em município eminentemente urbano. Na continuação, descreve as atividades primárias, dando ênfase ao sistema policultor, difundido na agricultura, mas salientando o crescimento da produção de arroz, que se tornava a principal riqueza agrícola do município, após a fase de modernização da agricultura empreendida no decênio 1960-1970.

Em relação às atividades secundárias e terciárias, Peluso (1985) ressaltava que desde o princípio a cidade era centro de serviços atendendo às necessidades dos agricultores. Assinala também o surgimento, em 1938, da primeira indústria independente da vida rural; a Indústria de Linhas Leopold Schmaltz S. A., precursora de uma série de estabelecimentos industriais surgidos na década de 1940. Entretanto, o que mais lhe chamou a atenção foram as estatísticas da população trabalhadora, pois, em 1950, as fábricas da cidade empregavam 299 trabalhadores, enquanto o censo acusava a existência de 619 trabalhadores industriais. Peluso supõe que essa diferença devia-se ao fato de que moradores de Gaspar exerciam atividades em fábricas de Blumenau, localizada apenas a 18 km. Esse tipo de cuidado, acerca dos dados estatísticos, ele vinha empregando desde seu primeiro estudo sobre o rio Itajaí d’Oeste. Nessa parte, faz

menção, ainda, sobre o crescimento do número de empresas entre 1950 e 1960, mas que poucas resistiram até o final daquele período. Entretanto, ressalta que os anos setenta foram ricos em empreendimentos industriais e que até meados dos anos oitenta a maior parte continuava em atividade e, em 1984, a cidade contava com 1984 empresas, empregando 2907 trabalhadores. Nesse mesmo período, a cidade recebeu expressivo número de imigrantes que perfaziam 37% da população do município (PELUSO, 1985).

A última parte é dedicada às funções urbanas (Christaller), com destaque para a função central do núcleo urbano. Na análise sobre a função industrial, sublinha o problema enfrentado pelas indústrias, entre 1950 e 1970, devido à crise estadual de energia elétrica; dificuldade somente contornada no final dos anos 1960. Contudo, enfatiza que Gaspar, desde 1940, pode ser classificado como Centro Industrial, com exceção dos anos críticos da década de 1960, em que as atividades terciárias sobrepujaram as industriais. O estudo finaliza ressaltando as características de conurbação apresentadas, a partir de 1960, entre Blumenau e Gaspar, mas que nessa situação não significam, necessariamente, que a última venha se tornando cidade dormitório; aspecto comum das cidades em torno das grandes metrópoles.

O texto sobre Gaspar é o desfecho da série de estudos aprofundados realizados desde o início da trajetória intelectual de Victor Peluso Júnior. Os três textos apresentados, nessa última parte, foram escolhidos por apresentarem características mais significativas. No entanto, deve-se salientar que esse momento foi de intensa atividade intelectual, sendo produzidos inúmeros outros trabalhos, com diferentes abordagens e temas, abrangendo a colonização continental fronteira à ilha de Santa Catarina, a identidade catarinense, o escritor catarinense, a geo-história, etc. Nesse período, apresentou também “O Relevo do Território Catarinense”, publicado na revista *GEOSUL*, nº 2, de 1986 e, posteriormente, em *Aspectos Geográficos de Santa Catarina* (1991). Esse estudo se apresenta diferente daquele de 1953, pois exclui totalmente as relações entre relevo e ocupação humana, marcantes no texto anterior. Nesse novo trabalho, após considerações geológicas, apresenta a geomorfologia e a toponímia das regiões e sub-regiões, em uma abordagem “moderna”, isto é, de forma eminentemente técnica, compreendendo apenas as relações estritamente de caráter

físico. Desde sua publicação, esse estudo continua sendo referência especializada, para os interessados sobre a Geografia Física do estado.

O livro *Santa Catarina – A Ilha*²¹⁶, de Virgílio Várzea, edição comemorativa dos cinquenta anos da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina (1984), apresenta anexo elaborado por Peluso: “A Ilha de Santa Catarina no Último Quartel do Século XX”. Prefaciou, ainda, o livro *Memória Urbana* de Eliane Veras Veiga (2008), um estudo sobre o desenvolvimento da cidade de Florianópolis.

Por fim, não se pode esquecer de que, além de toda a intensa produção científica e literária, nesse período, Peluso foi agraciado com prêmios e honrarias, as quais se destacam: Título de Professor Emérito da UFSC (1983); Membro Efetivo e Perpétuo da Academia Catarinense de Letras (1988); Patrono da IIIª Feira do Livro de Florianópolis (1988) e Presidente Perpétuo do IHGSC (1991). Sem dúvida, muitas homenagens lhe foram prestadas, ainda em vida, contudo, pela intensidade e grandeza da vida profissional e intelectual desse eminente geógrafo, muitas outras certamente advirão.

²¹⁶ A edição original desse livro é de 1900.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou resgatar a trajetória do geógrafo Victor Antônio Peluso Júnior como professor, pesquisador e funcionário público, marcada pela dedicação ao estudo da realidade catarinense empreendida em um período de mais de cinquenta anos. Como se pôde observar, Victor Antônio Peluso Júnior teve participação destacada junto à comunidade geográfica brasileira. Seus estudos, que contribuíram e continuam contribuindo para o conhecimento da realidade territorial e social do estado de Santa Catarina, foram desenvolvidos, em sua maioria, em sincronia com o desenvolvimento científico da geografia brasileira. Assim, as análises empreendidas por este geógrafo catarinense, em sua trajetória intelectual, guardam forte influência contextual, sendo que boa parte foi desenvolvida na vanguarda desse movimento geográfico brasileiro.

Percebe-se também que a pesquisa geográfica para Victor Peluso não representava a busca de um fim em si própria, ou seja, não eram simples estudos de geografia nos moldes tradicionais, mas, antes de tudo, uma forma, entre outras, de buscar um constante aperfeiçoamento dos métodos de análise que permitissem decifrar a realidade catarinense. Por isso, em seus textos, a investigação é feita de forma criteriosa a partir do registro de observações específicas e da aplicação de conceitos chaves buscando uma linha interpretativa capaz de abarcar a complexa trama de elementos responsáveis por uma realidade concreta. Em cada novo trabalho percebe-se o esforço na definição de uma linha analítica adequada ao estudo da área objeto da investigação, como é o caso, por exemplo, dos estudos de geografia urbana em que sobressaem ora a “função”, ora a organização do “plano” da cidade. Já nos estudos de geografia regional impera, às vezes, a “posição”, outras vezes o “sítio”; enquanto naqueles que contemplam a evolução urbana a diretriz básica segue o “método histórico”; e assim por diante. Com isso, percebe-se claramente como Victor Peluso conseguia em seus estudos trabalhar de forma integrada os conceitos e as metodologias empregados pelas diferentes áreas da geografia. Nota-se, por exemplo, que nos estudos de geografia econômica e cultural a ênfase

recai nos aspectos históricos, enquanto nos de geografia humana sobressai o caráter sociológico.

Na realidade, suas idéias não provinham basicamente de uma única fonte, sendo sim o resultado criterioso da análise bibliográfica disponível. Isso lhe permitia uma melhor articulação entre os conceitos teóricos e a metodologia, que serviam de lastro as suas eficientes e atentas observações empíricas. Tais procedimentos formavam um círculo interpretativo da análise geográfica, que buscava, antes de tudo, compreender determinado espaço concreto. É o que se pode observar, por exemplo, no estudo sobre Lages, onde partindo do conceito de gênero de vida pastoril, ele agrega a constatação de que ali esse empreendimento ocorre de forma seminômade, pois no inverno a atividade se reduz ao manejo do rebanho (invernadas). Dessa constatação, surge a definição de Lages como cidade de fazendeiros, pois estes, durante o inverno, se retiram para a cidade, o que eleva a circulação econômica no espaço urbano. É nesse momento que a cidade apresenta a sua verdadeira função, de cidade de fazendeiros. Ou seja, ele observou que a relação sazonal da pecuária ditava o ritmo de vida urbano, sendo essa a razão do adjetivo. Essa observação de Peluso, apesar de coadunada com o então objeto primeiro da geografia daquele tempo, isto é, a relação homem-meio, pode ser considerada ousada, visto que a asséptica proposta geográfica lablachiana, paradigma do momento, impingia aos geógrafos, de modo geral, manter certo distanciamento dos aspectos sociais, isso como derivado de uma necessidade de definição estreita dos limites entre a geografia e a sociologia.

As interessantes combinações apresentadas nos estudos de Peluso provêm, em grande medida, de suas ligações com os círculos intelectuais e profissionais aos quais se envolvera em determinados momentos. A marcante influência da geografia francesa, em seu trabalho, seguia o mesmo denominador comum de toda a Geografia brasileira que havia se institucionalizado nos anos 1930. Essa matriz originária permitiu o rápido desenvolvimento da Geografia científica no Brasil, que resultou em sua completa afirmação na metade da década de 1950. Peluso seguiu essa tendência nacional, mas sofreu outras influências devido à relação estreita que manteve com o CNG e ao IBGE, onde muitos dos seus membros acabaram influenciados também pela geografia norte-americana.

As indicações e o incentivo inicial proporcionados pelo professor Delgado de Carvalho, estimularam e encorajaram Peluso na elaboração de seus primeiros estudos. Porém seu espírito curioso e meticuloso rapidamente o levou a companhia de outros geógrafos de elevada competência, buscando, junto a esse círculo, sustentação para sua evolução intelectual. Nesse caso, sobressaia, entre outros, José Veríssimo da Costa Pereira, um erudito geógrafo com o qual Peluso manteve grande laço de amizade. Antes mesmo da criação do CNG, J. Veríssimo já era destacado professor de Geografia do Colégio Pedro II e profundo conhecedor, não só da escola francesa de Geografia, como também da escola alemã e da escola norte-americana. Por isso, encontra-se em trabalhos de Peluso, idéias originárias dessas outras escolas geográficas, sem dúvida, fruto da convivência com aquele e outros expoentes do CNG.

Por isso, pode-se atestar que parte significativa de seus textos foi precursora na utilização, em âmbito nacional, de determinados conceitos e metodologias geográficas. Voltando ao estudo “Lages, a Rainha da Serra”, cabe salientar ter sido o pioneiro, e talvez único, no país a fazer uso, de forma plena, da metodologia apresentada, em 1941, pelo professor Pierre Monbeig, da USP, para o estudo de Geografia Urbana, onde procurava reforçar o apelo funcionalista, oriundo da antropologia, no método de análise urbano da Geografia. O texto metodológico de Monbeig pode ser considerado como demonstrativo da perspectiva dos geógrafos que buscavam cada vez mais enfatizar os estudos de Geografia Humana como um estudo social. Nesse ponto, grande parte dos geógrafos brasileiros comungava com essa perspectiva social da Geografia. Peluso escreveu o texto sobre Lages, antes da publicação de “A Geografia Humana e a Cultura”, do professor da Universidade de Princeton John Pomfret, no Boletim Geográfico número 2, em maio de 1943, onde o autor ressalta o valor dos estudos de Geografia Humana devido à capacidade dos geógrafos em entender os ajustes dos grupos sociais ao meio físico, chamados por ele de “natureza do meio social”. Pomfret (1943, p. 21) afirma: “A Geografia Humana como muitas outras disciplinas sociais, não se refere ao indivíduo, mas ao grupo social”. Tal colocação contradiz alguns analistas que afirmam que a “Geografia tradicional” teimava em estudar o homem e não a sociedade. Representação semelhante a do professor Pomfret levou

Peluso à classificação de Lages como cidade de fazendeiros, ao levar em consideração sua gênese e a perspectiva social observada.

Peluso foi também um dos primeiros a verificar a inelasticidade do conceito de habitat formulado pelos franceses, indo buscar na sociologia rural norte-americana uma noção mais adequada para esse mesmo conceito. Essa outra forma de abordagem do conceito permitiu-lhe uma interpretação mais arrazoada sobre a formação de determinados povoados proto-urbanos, como, por exemplo, o caso da então Vila de Ituporanga.

Esse ecletismo conceitual-metodológico foi extremamente benéfico no período em que seus trabalhos seguiam a linha da “Geografia tradicional”, ou seja, entre 1940 e 1960, quando a base metodológica girava em torno da perspectiva empírico-descritiva. Dentro desse período “tradicional” da Geografia, surgiram outras propostas de abordagem, entre elas as perspectivas hartshornianas do estudo de áreas com base idiográfica e/ou nomotética. Tais perspectivas não passaram despercebidas por Peluso e aparecem refletidas nos estudos empreendidos sobre a Vila de Ituporanga e sobre as cidades de origem portuguesa e alemã em Santa Catarina. Em ambos os trabalhos, percebe-se a tendência de apresentar a estrutura da ocupação com base em modelos, dando a esses textos um caráter inédito frente à produção geográfica nacional. Nesses estudos, o método não fica restrito apenas as tradicionais relações analíticas da Geografia Física, Humana e Econômica, com o intuito de buscar uma síntese, mas, indo além, procurou por meio das inter-relações apresentarem o caráter da ocupação das áreas em questão.

Como se pôde notar, a assimilação de novos conceitos ampliava as possibilidades interpretativas dos estudos efetuados por Peluso. Essa característica, de rápida incorporação de novidades epistemológicas, foi fundamental para sua aproximação à Geografia Teórica, no início dos anos 1970. No entanto, apesar de ter sido nesse período que desenvolveu sua tese de doutorado, que apresenta caráter totalmente quantitativo, pode-se afirmar que o apego a essa corrente se refletiu principalmente no conteúdo de suas aulas na universidade, pois, apesar da influência quantitativista, verifica-se na série de seus estudos realizados a partir do final daquela década, uma interposição entre a quantificação e o retorno ao modelo descritivo. Pode-se inclusive inferir que a assimilação das técnicas quantitativas

tinha para Peluso, antes de tudo, o escopo de qualificar a descrição, que era o seu objetivo principal.

A tese não se restringiu somente a análise da trajetória intelectual, mas buscou, entre outras coisas, descrever e relacionar as atividades profissionais, contextualizando assim o caminho percorrido por Peluso frente à Geografia Brasileira. Nesse caso, destacou-se a sua vida de servidor público estadual, durante a qual galgou os mais altos escalões. É perceptível, pela postura adotada, como para ele ficava evidente o papel específico destinado aos intelectuais no exercício de atribuições frente ao Estado. Isso se verifica na passagem que teve pelas diferentes instituições públicas, nas quais atuou, onde a presença foi marcada por sua energia e competência, totalmente empregadas na busca pela eficiência, cujo objetivo primordial era, sem dúvida, a da qualificação do serviço para o desenvolvimento social do estado de Santa Catarina. Nesse ponto, Peluso pode ser considerado homem do seu tempo, segundo salienta Plekhanov, para o qual “o caráter do indivíduo constitui ‘fator’ de desenvolvimento social, somente onde, exclusivamente na época, e unicamente no grau em que o permitem as relações sociais” (1980, p. 97).

A contemporaneidade de suas idéias reflete-se na sua trajetória como secretário de estado. No comando da pasta da agricultura empreendeu duas tarefas básicas: desenvolver com os recursos disponíveis a pesquisa e a experimentação, buscando para tanto a ampliação das escolas técnicas rurais para que os agricultores se encontrassem em nível de assimilar as novas técnicas então desenvolvidas. Em resumo, sua perspectiva para agricultura catarinense apoiava-se no tripé conhecimento-ensino-experimentação, pois era mais do que óbvio para ele que sem educação científica e cultural, os agricultores dificilmente poderiam ser usuários e difusores da ampliação técnica da agricultura (melhoramento das sementes e genético animal, adubação, mecanização e utilização de diferentes insumos, técnicas de manejo do solo, armazenamento e conservação, etc.).

O conhecimento profundo da realidade catarinense adquirido nas suas andanças pelo estado nas décadas de 1930 e 1940, a experiência adquirida como secretário de estado, a participação ativa nas comissões de energia elétrica da região sul e a sua dedicação aos estudos sobre planejamento, oriundos de discussões sistemáticas

ocorridas no CNG e no IBGE no início dos anos 1950, guindaram-no à elaboração e a execução do primeiro projeto de planejamento do estado de Santa Catarina, o Plano de Obras e Equipamentos (POE), em 1955. Apesar dos intensos reveses, por falta de financiamento e verbas, pela descontínua gestão política, devido à morte do governador em exercício e o inconcluso plano, que era decenal, mas que foi abortado com a mudança política após a perda do comando estadual para a oposição pedessista, algumas realizações do plano acabaram contribuindo com o futuro desenvolvimento do estado, principalmente aqueles ligados ao setor elétrico, tanto na área de produção como na de distribuição da energia. Essas conquistas, apesar de tímidas devem-se exclusivamente a competência de Peluso, que conduziu os levantamentos das potencialidades energéticas do estado, ao mesmo tempo em que deu início às obras de ampliação do parque energético catarinense e assegurou a criação das Centrais de Energia Elétrica de Santa Catarina (CELESC).

A função de professor universitário, que passou a exercer no início da década de 1960, pode ser interpretada como a consolidação de um destino natural em face da envergadura de sua condição intelectual. Sem a contribuição de Peluso Júnior, o curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, provavelmente, não teria atingido o atual *status* e o reconhecimento nacional, atestados pela qualidade de sua Graduação e Pós-Graduação, em grande medida herdeiras da tradição do trabalho desenvolvido pelos seus primeiros professores, entre os quais Victor A. Peluso Jr.

Do mesmo modo, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina é outra instituição que muito deve ao trabalho deste incansável geógrafo que a presidiu de 1971 a 1991. Entre tantas qualidades, não se pode esquecer a sua capacidade organizacional, demonstrada na criação e execução de vários projetos, tais como: o DEGC, a Secretária da Agricultura, o POE, os cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da UFSC. Assim, se pode afirmar que reconstruir o IHGSC, que se encontrava praticamente inativo no final dos anos 1960, era a tarefa certa para o professor Peluso, pois teria sido difícil encontrar, em todo o estado, figura com a mesma capacidade e a mesma energia.

Infelizmente a idade avançada diminuiu o vigor do seu trabalho, sem, no entanto, abalar os seus sonhos geográficos mais

audazes. Aos oitenta anos, confessava acalentar a esperança de poder andar pelo estado, visitando diferentes regiões e cidades, analisando e descrevendo aquilo que sempre foi a fonte e o desejo de sua intensa dedicação – a terra e a gente catarinense. Do mesmo modo, se pôde verificar que essa união entre a intensa dedicação e a capacidade intelectual, gerou aqui no estado de Santa Catarina (por muito tempo afastado dos grandes centros de produção intelectual – São Paulo e Rio de Janeiro) um dos mais respeitados geógrafos do seu tempo, merecendo ter seu nome em destaque na galeria dos grandes geógrafos brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. Pierre Monbeig e os Primórdios da Geografia Urbana no Brasil. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). *Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira: a dinâmica da transformação*. Bauru, SP: /Edusc, 2006.

AB' SABER, Aziz Nacib. Vinte e Cinco Anos de Geografia em São Paulo. In *Boletim Paulista de Geografia*. Nº 34, São Paulo: AGB-SRSP, março de 1960, pp. 71-82.

ADAS, Sérgio. *O Campo do Geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2006.

ALMEIDA, Roberto Schmidt. *A Geografia e os Geógrafos do IBGE no Período 1938-1998*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

ANAIS DO IX CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. Florianópolis 7 a 16 de setembro de 1940. Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, 1941.

ANDRADE, Manuel Correia de. O Pensamento Geográfico e a Realidade Brasileira. In *Boletim Paulista de Geografia*. Nº 68, São Paulo: AGB, número especial, 1989. pp.125-146.

_____. Pierre Monbeig e o Pensamento Geográfico no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia* nº 72, São Paulo: AGB-SRSP, 2º semestre de 1992, 1994.

_____. *Geografia: ciência da sociedade*. Recife: Ed. UFPE, 2006.

AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da Irmandade Cabocla*. Florianópolis: Ed. UFSC: Assembléia Legislativa; São Paulo: Cortez Editora e Livraria, 1984.

AZEVEDO, Fernando de. Prefácio, in: MOTA, Carlos. G. *Ideologia da Cultura Brasileira: (1933-1974) pontos de partida para uma revisão histórica*. 4ª ed. São Paulo: Ática.

BAHIA, Eliana Maria. *Perfil de José Arthur Boiteux, um Construtor da Cultura Catarinense*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado, UFSC, 1994.

BARROS, Nilson Cortez Crocia. Delgado de Carvalho e a Geografia no Brasil como arte da Educação Liberal. *Revista de Estudos Avançados*, vol. 22, nº 62, São Paulo: USP/IEA, 2008, p.317-333.

BASTOS, Elide Rugai. Paulo Augusto Figueiredo e o Pensamento Autoritário no Brasil. IN: RIDENTI, Marcelo et al (Orgs.) *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

BASTOS, José Messias. Urbanização, Comércio e Pequena Produção Mercantil Pesqueira na Ilha de Santa Catarina. In: SANTOS, Maurício A. dos. *Ensaio Sobre Santa Catarina*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000, p. 127-140.

BERNARDES, Nilo. O Pensamento Geográfico Tradicional, in *Revista Brasileira de Geografia*, ano 44, nº 3, Rio de Janeiro: IBGE, jul./set. 1982a, pp. 391-413.

_____. A Influência Estrangeira no Desenvolvimento da Geografia no Brasil, in *Revista Brasileira de Geografia*, ano 44, nº 3, Rio de Janeiro: IBGE, jul./set. 1982b, p. 519-527.

BOITEUX, José. *Actualidade Catharinense* (algumas informações). Palestra na Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Papelaria Estrella, 17/05/1919.

_____, Lucas A. *Notas para a História Catharinense*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1920.

BORNHAUSEN, Paulo Konder. *Retrato Político de uma Época (1947-1960)*. Florianópolis: Insular, 1999.

BRITO, Paulo José Miguel de. *Memória Política Sobre a Capitania de Santa Catarina*. Florianópolis: IHGSC, 2008.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro. Casas-Sobrados- Chácaras*. Separata de Douro-Litoral, nº II-III da sexta série. Porto: Tipografia da Livraria Simões Lopes, 1954.

_____ *A Campanha do Contestado*. 2ª Ed. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CAMPOS, Cynthia Machado. *A Política da Língua na era Vargas*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2006.

CAPEL, Horacio. *Filosofia y Ciência em la Geografía Contemporânea*. Barcelona: Editorial Barcanova, 1981.

CARDOSO, F. H. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000.

CARVALHO, Carlos Delgado de. *Metodologia do Ensino Geográfico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1925.

CHEREM, Rosângela Miranda. Do sonho ao despertar: expectativas sociais e paixões políticas no início republicano na capital de Santa Catarina. In: AREND, Ana & BRACHER, Sílvia M. F. (orgs.) *História de Santa Catarina no Século XIX*. Florianópolis: ED. da UFSC, 2001, p. 297-344).

CHOLLEY, Andre. Observações Sobre Alguns Pontos de Vista Geográficos. In: Transcrições *Boletim Geográfico*. Ano XXII, nº 179, mar./abr., p. 139-145 e nº 180, maio/jun., p. 267-276. Rio de Janeiro: CNG/IBGE, 1964.

CLAVAL, Paul. *Evolución de la Geografía Humana*. Barcelona: Oikos-Tau, 1974.

CORRÊA, Carlos Humberto. *Os Governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982*. Florianópolis: Ed da UFSC, 1983.

_____ *Diálogo com Clio – ensaios de história política e cultura*. Florianópolis: Insular, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DEFFONTAINES, Pierre. As Nossas Responsabilidades Geográficas nas Zonas Tropicais. IN: *Boletim Geográfico*, ano VII, nº 75, Rio de Janeiro: CNG/IBGE, junho de 1949, p.229-233.

DELGADO DE CARVALHO, Carlos M. “As Regiões Naturais Máximas”. In: *Boletim Geográfico*, ano 1, nº 13, Rio de Janeiro: CNG/IBGE, abril de 1944.

ETGES, Virginia Elisabeta. *Geografia Agrária: a contribuição de Leo Waibel*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. 9ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FEBVRE, Lucien. *La Tierra y la Evolución Humana. Introducción geográfica a la historia*. Barcelona: Editorial Cervantes, 1925. (p. 229)

FERRAZ, Cláudio Benito D. *O Discurso Geográfico: A Obra de Delgado de Carvalho no Contexto da Geografia Brasileira*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP, 1995.

FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da Evolução do Ensino Público. Ensino público e política de assimilação cultural no estado de Santa Catarina, períodos imperial e republicano*. 2ª ed., Florianópolis: Editora da UFSC/ Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina, 1991, p.80.

FREIRE, Gilberto. Geografia Urbana. In: *Revista Brasileira de Geografia*, nº 2, ano III, Rio de Janeiro: CNG/IBGE, abril-junho de 1941, p. 407-408.

GEIGER, Pedro Pinchas. Industrialização e Urbanização no Brasil, Conhecimento e Atuação da Geografia. In: *Revista Brasileira de Geografia*, nº especial, t. 2, Rio de Janeiro: IBGE, p. 59-84, 1988.

GOMES, Manoel. *Memórias Barriga Verde*. Florianópolis: Lunardelli, 1990, p. 93.

GONÇALVES, Jayci de Mattos Madeira. *IBGE: Um Retrato Histórico*, Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Documentação e Biblioteca, 1995.

GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação Econômica de Santa Catarina*. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

GOUROU, Pierre. “A geografia e as civilizações. Os princípios do Método geográfico”. In: *Revista Brasileira de Geografia*, ano VI, nº 2, Rio de Janeiro: CNG/IBGE, Abril-Junho de 1948, p. 135-140.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HIRANO, Sedi. *Pré-Capitalismo e Capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1988.

HÜBENER, Laura Machado. *O Comércio da Cidade de Desterro no Século XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981.

IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930/1970)* 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

JAMES, Preston E. Et all. *Geografia Humana nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Fórum Editora, 1970.

_____ O Problema da Colonização Permanente no Sul do Brasil. In: *Revista Brasileira de Geografia*, ano I, nº 4, CNG/IBGE: Rio de Janeiro, out./dez. 1939, p. 70-81.

KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1990.

LA BLACHE, Paul Vidal de. As Características Próprias da Geografia. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.) *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982, p.37-47.

LAGO, Paulo de Araújo. A Geografia de Santa Catarina e a Contribuição de Victor Antônio Peluso Júnior. In: *Boletim Geográfico*, ano I, nº 1, Florianópolis: AGB, Junho de 1979.

_____. Professor Victor Antonio Peluso Júnior: Professor Emérito. In: *Revista de Ciências Humanas*. Vol. III, nº 5, Florianópolis: UFSC, março de 1984.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e o Brejo*. Setores da evolução fluminense. Volume I. Rio de Janeiro: IBGE, 2007a.

_____. *O Homem e a Restinga*. Setores da evolução fluminense. Volume 2. Rio de Janeiro: IBGE, 2007b.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República. Uma Interpretação. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. FAUSTO, Boris (org.) Tomo III, 2º v., 4 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

LIMA, Miguel Alves de. Onde Está a Geografia na FIBGE. *Revista Geo-Paisagem* (on-line) ano IV, nº 7, 2005. www.feth.ggf.br/fibge.htm, acesso em 04/12/2007.

MACHADO, César do Canto. *Biografia de Catarinenses Notáveis*. Florianópolis: Insular, 2000.

MACHADO, Lia Osório. Origens do Pensamento Geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930) in: CASTRO, Ina E. et all. (orgs.) *Geografia: conceito e temas*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MACHADO, Mônica Sampaio. A Historiografia da Geografia na Universidade do Distrito Federal (1935-1939). *X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ, UERJ*, 2002.

MAMIGONIAN, Armen. Apresentação. In: Peluso Jr., V. A. *Aspectos Geográficos de Santa Catarina*. Organizado pela Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis: FCC ed./Ed. da UFSC, 1991.

----- A AGB e a Produção Geográfica Brasileira: Avanços e Recuos. In: *Terra Livre*, nº8, Porto Alegre: AGB/Marco Zero, 1991, p.157-163.

MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. 5ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARX, Karl. *O Capital – crítica da economia política*. Livro primeiro, Vol. 1, 11ª Ed., São Paulo: Bertrand Brasil/DIFEL, 1987.

MATTOS, Fernando M. *Santa Catarina: Nova Dimensão*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1973.

MEGALE, Januário Francisco (org.) *Max Sorre: geografia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 46. São Paulo: Ática, 1984.

MEIRINHO, Jali. *A República em Santa Catarina de 1889 a 1900*. Florianópolis: Ed. da UFSC/Ed. Lunardelli, 1982.

_____. O Florianismo e Florianópolis. *Jornal Diário Catarinense*. Diário de Cultura, p. 10, Florianópolis, 1º de outubro de 1994.

MEIRINHO, Jali & JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. *Nomes que Ajudaram a Fazer Santa Catarina*. Florianópolis: Edeme, 1973.

MENDIBIL, Didier. O Sistema Iconográfico da Geografia Clássica Francesa e Pierre Monbeig in: SALGUEIRO, Heliana A. (org.) *Pierre Monbeig e a Geografia Humana: a dinâmica da transformação*. Bauru, SP: Edusc, 2006, p. 233-247

MENDOZA, Josefina Gómez et all. *El Pensamiento Geográfico. Estudio interpretativo y antología de textos (De Humboldt a las tendencias radicales)*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

MICHELS, Ido L. *Crítica ao Modelo Catarinense de Desenvolvimento*. 2ª ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001.

MIRA, Marly A. F. B. A Geografia em Santa Catarina. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, 3ª fase, Nº 20, Florianópolis, 2001, p.69-82.

_____. Victor Antônio Peluso Júnior. Notícia Biobibliográfica. In: Peluso Júnior, V. A. *Geografia Botânica de Santa Catarina e Outros Estudos*. Florianópolis: IHGSC, 2009.

MONBEIG, Pierre. *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*. Livraria Martins: São Paulo, 1940.

_____. “O Estudo Geográfico das Cidades”. In: *Boletim Geográfico*, ano 1, nº 7, Rio de Janeiro: CNG/IBGE, outubro de 1943.

MONBEIG, Pierre & SILVEIRA, João Dias da. Seis Anos de Ensino de Geografia na Universidade de São Paulo. *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*. V. 5, Rio de Janeiro, CNG, 1944.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Entrevista à GEOSUL*. Florianópolis: Ed. da UFSC, nº 4, ano II, 2º semestre de 1987, p. 99-127.

_____. *A Geografia no Brasil (1934-1977): Avaliação e Tendências*. São Paulo: IGEO/USP, 1980.

_____. *Tempo de Balaio*. Florianópolis: UFSC/CFH/GCN, 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia, pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. (Org.) *Ratzel – Geografia*. Coleção Grandes Cientistas nº 59. São Paulo: Ática, 1990.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974) pontos de partida para uma revisão histórica*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1980.

MULLER, Nice Lecocq. Evolução e Estado Atual dos Estudos de Geografia Urbana no Brasil. In: *Boletim Geográfico*, nº 209, IBGE: Rio de Janeiro, março/abril de 1969.

NICOLAS-OBADIA, Georges. Paul Vidal de La Blache Entre la Filosofia Francesa y la Geografia Alemana. Revista *Geo-Crítica*, nº 35, Barcelona, Universidad de Barcelona, septiembre de 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. “Um Geógrafo Permanente a Serviço de seu País”: as contribuições de Orlando Valverde para a geografia e para a sociedade. In: PAULINO, E. T. & FABRINI, J. E. (orgs.) *Campesinato e Territórios em Disputa*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008, p. 355-415.

OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. *A Economia da Dependência Imperfeita*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

OFÍCIOS. Do Secretário da Agricultura de Santa Catarina para o Secretário Executivo da Comissão Nacional de Mecanização da Agricultura, 27/01/1958.

PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil. Entre o povo e nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. Rio do Sul – Monografia Estatístico-Descritiva. Publicação nº 26, Florianópolis: Departamento Estadual de Estatística do Estado de Santa Catarina, 1942.

_____. O Vale do Rio Itajaí do Oeste. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*, Vol.5, Rio de Janeiro: CNG/SGRJ, 1944a.

_____. A Criação da Capitania da Ilha de Santa Catarina. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, 2ª fase, vol. XXIII, Florianópolis, 2º semestre, 1944b.

_____. O Estudo Geográfico dos Limites Municipais. *Boletim Geográfico*, ano II, nº 17, Rio de Janeiro: CNG/IBGE, agosto de 1944c.

_____. Santa Catarina na Exposição do X Congresso Brasileiro de Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano V, nº 3, Rio de Janeiro: CNG/IBGE julho-setembro de 1944d.

_____. “A Mudança da Capital do Estado” in: *Boletim Geográfico*, ano I, nº 1, Florianópolis: DEGC, 1947.

_____. Carta ao Amigo Theobaldo Costa Jamundá. Florianópolis, 15/09/1970.

_____. Problemas Demográficos: Avaliação e Prospectiva do Fenômeno Urbano em Santa Catarina. Palestra na ADESG/SC, Florianópolis, 1974 (mimeo).

_____. *A Classificação Funcional das Cidades e sua Evolução. Aplicação do Método das Exigências Mínimas, de Ullman e Dacey, ao Estudo da Evolução das Funções Urbanas e da Classificação Funcional das Cidades de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, Tese de Livre Docência, 1974.

_____. Palestra: “50 anos de Geografia em Santa Catarina e no Brasil”. 5ª Semana de Geografia da UFSC, maio de 1984 (manuscrito).

_____. “A Cidade de Gaspar: Estudo de Geografia Urbana”, in: *Revista do IHGSC*, 3ª fase, nº 7, Florianópolis: IHGSC, 1985, p.181-234.

_____. Entrevista. *Revista Geosul*, nº 1, ano 1, Florianópolis, Editora da UFSC, 1986, p. 90-105.

_____. *Aspectos Geográficos de Santa Catarina*. [Organizado pela Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Geografia] Florianópolis: FCC Ed./ Ed. da UFSC, 1991a.

_____. *Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991b.

_____. “Discurso de Victor Antônio Peluso Júnior no IHGSC, 1991c (mimeo).

_____. *Geografia Botânica de Santa Catarina e Outros Estudos*. Florianópolis: IHGSC, 2009.

PENHA, Eli Alves. *A Criação do IBGE no Contexto da Centralização Política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 1993.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. “Tipos e Aspectos do Brasil: Agregado”, in *Revista Brasileira de Geografia*, ano IX, nº 3, Rio de Janeiro: CNG/IBGE, jul./set. de 1947, p. 149-153.

_____. *A Geografia no Brasil*. In: AZEVEDO, Fernando. *As Ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

PEREIRA, Carlos da Costa. *A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina*. Florianópolis: IOESC, 1976.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. *Da Geografia que se Ensina à Gênese da Geografia Moderna*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

_____. *A Geografia e as Bases da Formação Nacional Brasileira: uma interpretação fundamentada nas idéias de Ignácio Rangel*. São Paulo: USP/FFLCH, 1997 [Tese de Doutorado].

_____. “Rupturas e Continuidades na Formação Social Brasileira”, in *Geosul*, v.14, nº 28, Florianópolis: UFSC, jul./dez. 1999, pp. 55-60.

PEREIRA, Raquel M. F. do A. & VIEIRA, Maria Graciana E. de Deus. *Geografia e Marxismo: O Caso da Formação Sócio-Espacial do Brasil Meridional (Notas)*. In: 11º Encontro de Geógrafos da América Latina, Univ. de Bogotá, 2007.

PEREIRA, Sergio Nunes. *Sombra do Poder, Tramas do Saber: Notas sobre o IX Congresso Brasileiro de Geografia (1940). VII Encontro Nacional da ANPEGE*. Niterói (RJ), 2007.

PIAZZA, Walter F. “Victor Peluso Júnior: Aspectos de sua Vida”. In: *Boletim Geográfico*, ano I, nº 1, Florianópolis: AGB, junho de 1979.

_____. *Dicionário Político Catarinense*. 2ª Ed. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994.

_____. *Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Estudo histórico-analítico (1896-1996)*. Florianópolis: co-ed. UDESC-IHGSC, 1996.

PÍTSICA, Paschoal. *Uma Fonte Cristalina*. Florianópolis: Papalivro, 1997.

POE (Plano de Obras e Equipamentos do Estado de Santa Catarina). Projeto apresentado à Assembléia Legislativa do Estado, março de 1955.

POMFRET, John E. “A Geografia Humana e a Cultura”. In: *Boletim Geográfico*. Nº 2, Rio de Janeiro: CNG/IBGE, 1943.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.

RAJA GABAGLIA, Fernando A. A Propósito da Geografia Urbana. Comentário in: *Boletim Geográfico*. Nº 10, Rio de Janeiro: CNG/IBGE, 1943.

RANGEL, Ignácio M. “A História da Dualidade Brasileira”. In: *Revista de Economia Política*, v. 1, nº 4, São Paulo: USP, out./dez. 1981.

_____ Economia: Milagre e Anti-Milagre. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____ *Dualidade Básica da Economia Brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Bial, 1999.

REALE, Miguel. *Figuras da Inteligência Brasileira*. Fortaleza: Editora da UFC, 1984.

REIS, et all. *Carl Hoepcke: a marca de um pioneiro*. Florianópolis: Insular, 1999.

RICHTER, Klaus. *A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a Colonização do Interior de Joinville e Blumenau*. 2ª ed. Florianópolis: UFSC; Blumenau: FURB, 1992.

SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). *Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira: a dinâmica da transformação*. Bauru, SP: /Edusc, 2006.

SANTOS, Milton. *Entrevista à GEOSUL*. Florianópolis: Ed. da UFSC, ano IV, nº 7, primeiro semestre de 1989, p. 116-147.

SCARIM, Paulo César. *Coetâneos da Crítica: uma contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP, 2000.

SCHWARCZ, L. M. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SILVA, Célia Maria e. *Ganchos (SC): ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira*. Florianópolis: FCC/Editora da UFSC, 1992.

SILVA, Jorge Luiz Barcellos da. Reflexões sobre o pensamento de Delgado de Carvalho e o Ensino da Geografia. In *Boletim Gaúcho de Geografia*. Nº 27, Porto Alegre: AGB, 2001, pp.40-54.

SILVEIRA, José C. *Gênese do Ensino Superior de Geografia em Santa Catarina: da Faculdade de Filosofia à Universidade Federal*. Florianópolis: UFSC, Dissertação de Mestrado, 2004.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. *Anais do IXº Congresso Brasileiro de Geografia*. Vol. 1, Rio de Janeiro: SBG/IBGE, 1944.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Brasil: radiografia de um modelo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

TAAFEE, Edward J. & GAUTHIER, Howard L. *Geography of Transportation*. New Jersey: Prentice-Hall Inc., 1973.

TATHAN, George. A Geografia no Século XIX. In: *Boletim Geográfico*, nº 157, Rio de Janeiro: IBGE, julho-agosto, 1960, p. 559-578.

VALVERDE, Orlando. “Pré-História da AGB Carioca” in: *Terra Livre*, nº 10, São Paulo: AGB, janeiro-julho de 1992, p. 117-122.

VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: memória urbana*. Florianópolis: Ed. da UFSC e Fundação Franklim Cascaes, 1993.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo: Difel, 1976.

VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionaes do Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.

VIEIRA, Amazile. *O Instituto Politechnico no Contexto Sócio-Cultural de Florianópolis*. Dissertação de Mestrado, Florianópolis: UFSC, 1979.

VIEIRA, Maria Graciana Espellet de Deus. “Fazenda do Cedro – Planalto de São Joaquim: O feudalismo mercantil nos campos do planalto meridional”. Florianópolis, 1993 (mimeo).

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WEIBEL, Leo. Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil. In: *Revista Brasileira de Geografia*, ano XI, nº 2, Rio de Janeiro: CNG/IBGE, abril/junho, 1949.

WOLF, Joca (org.) *Indicador Catarinense de Escritores*. Florianópolis: FCC: Paralelo 27, 1993.

ZUSMAN, Perla Brígida. La Geografía y el Proyecto Territorial de la Élite Ilustrada Paulista. La Associação de Geógrafos Brasileiros (1934-1945). *Scripta Nova*, Revista Electrónica de Geografia e Ciências Sociais. Nº 7, Barcelona: Universidad de Barcelona, septiembre de 1997.

ANEXOS

Textos inéditos localizados no arquivo pessoal do acadêmico Victor Antônio Peluso Júnior na Academia Catarinense de Letras.

- “Contribuição ao Estudo do Habitat Rural no Estado de Santa Catarina”. Trabalho apresentado ao XI Congresso Brasileiro de Geografia (SBG) 1954. (24 p. + 2 p. de parecer do relator Ary França, datilografado).
- “Exposição das condições em que o governo entregou os negócios públicos ao Governador Celso Ramos em 31 de janeiro de 1961”. (12 p., datilografado, 1961).
- “As Condições Sócio-Econômicas do Estado de Santa Catarina e o Desenvolvimento das Comunidades”. (5 p., datilografado, anos 1960).
- “A Política de Desenvolvimento Urbano para Santa Catarina”. Apresentado no Seminário sobre Planejamento da Grande Florianópolis, realizado de 18 a 24 de agosto de 1975. (13 p., datilografado).
- Palestra de abertura do curso de Mestrado em Geografia. “Atualidade e Unidade da Geografia, tomando como exemplo a vegetação”. (29 p., manuscrito, 1984).
- “50 Anos de Geografia em Santa Catarina e no Brasil” – Palestra na 5ª SEMAGEO – 1984. (20 p. - manuscrito).
- “Cidade e Campo”. Palestra na 7ª SEMAGEO (1986) (31 p., manuscrito).

- Palestra, no IHGSC, em comemoração a passagem do centenário da “Abolição da Escravatura. (30 p., manuscrito, 1988).
- “O Espaço Catarinense” (92 p., manuscrito, sd).
- “Análise intra-urbana”. (11p. – manuscrito, sd).
- “A Importância do Desenvolvimento de Comunidade para o Estado de Santa Catarina” (9 p., datilografado, sd).
- “A Geografia Urbana” (25 p., manuscrito, sd).
- “A Polarização no Sistema de Cidades em Santa Catarina” (4 p., datilografado, sd).
- “A Epopéia dos Lagunenses” (33 p., Manuscrito, sd).
- “Os Imigrantes Italianos não-Agricultores”. (21 p., manuscrito, sd).
- “O Sesquicentenário da Colonização Alemã no Brasil”. (9 p., datilografado, sd).
- "Desembargador Henrique da Silva Fontes". Homenagem realizada na UFSC ao dia do Professor. (14 p., datilografado, sd).
- “Santa Catarina Atual”. (23 p., manuscrito, anos 1980).
- “Ambiente e Desenvolvimento”. (38 p., manuscrito, sd).
- “A Colonização Açoriana em Santa Catarina” (Palestra s/local especificado, 14 p., manuscrito, sd).
- “A Economia e a Vida Político-Social do País e da Província à Época de Victor Meireles” (7 p., datilografado, sd).

Em dezembro de 2009, quando grande parte do trabalho já havia sido realizado, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina lançou o livro *Geografia Botânica de Santa Catarina e Outros Estudos*; uma coletânea de textos inéditos em homenagem aos cem anos de nascimento de Victor Antônio Peluso Júnior. Como não havia mais tempo para a análise desses textos e verificando que, mesmo se tratando de importantes estudos, não afetariam significativamente o conteúdo da tese, optou-se apenas por fazer lhes uma breve menção em apêndice.

O texto que deu origem ao título surpreende, pois, até então, em matéria de Geografia física, os únicos estudos conhecidos, elaborados pelo professor Peluso, eram sobre o relevo. Esse texto foi escrito, segundo os organizadores do livro, em 1960, coincidindo com o momento em que ele terminava seu mandato de Secretário de Estado. Seguindo essa mesma temática, o texto “Recursos Vegetais do Estado de Santa Catarina”, escrito em 1971, aparece como elaborado dentro do projeto SUDESUL/UFSC.

Por outro lado, os dois primeiros textos do livro têm conteúdo histórico. O primeiro, é uma análise da obra do historiador Lucas Alexandre Boiteux, o segundo, “Santa Catarina Colonial”, é um estudo de Geografia Histórica. O livro apresenta ainda uma série de quatorze textos, elaborados entre 1942 e 1945, tratando de descrever municípios e regiões naturais. Esses textos são resultantes de observações diretas, efetuadas por Peluso Júnior quando do levantamento das coordenadas municipais de Santa Catarina. Eles se mostram extremamente importantes, no sentido de terem sido elementares no processo de sua formação como geógrafo autodidata.



1942

Cópia de foto existente na Monografia Estatístico-Descritiva de Rio do Sul.



1983

Medalha de Professor Emérito da UFSC. A foto se encontra na sala de Memória do Departamento de Geociências da UFSC.